

ÁSKESIS

revista dxs discentes
do programa de pós-graduação
em sociologia da UFSCar



v. 4 | n. 1

janeiro/junho
2015

Áskesis: Revista dxs Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Volume 4 | Número 1

Janeiro / Julho de 2015

ISSN 2238-3069

As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Dados da imagem da capa

Autor: Sérgio Morais Pinheiro Gurgel

Obra: O Olho que Tudo Sente

Ano: 2015

Profissão: Multiartista

Material da obra: Crayon sobre papel

Projeto Gráfico

Editora Cubo

Universidade Federal de São Carlos

Reitor

Prof. Dr. Targino de Araujo Filho

Vice-Reitor

Prof. Dr. Adilson Jesus Aparecido de Oliveira

Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH)

Diretora: Dr.^a Wanda Aparecida Machado Hoffmann

Vice-Diretor: Dr. Arthur Autran Franco de Sá Neto

Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS)

Coordenador: Dr. Rodrigo Constante Martins

Vice Coordenador: Dr. Fábio José Bechara Sanchez

Organização do dossiê

Felipe Padilha, Juliana Frota da Justa Coelho

Comitê Editorial

Lara Facioli (editora-gerente); Felipe Padilha (editor-gerente); Juliana Frota da Justa Coelho; Luiz Henrique Miguel; Jéssica Cardoso

Conselho Científico

Afrânio Garcia Júnior (L'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales/Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain/Centre de Sociologie Européenne – Paris); Alice Anabuki Plancherel (Universidade Federal de Alagoas – Brasil); Anibal Quijano (Binghamton University – Nova York); Aristoteles Barcelos Neto (University of East Anglia – Reino Unido); Berenice

Bento (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Brasil); Bernard Lahire (École Normale Supérieure Lettres et Sciences Humaines – Lyon); Daniel Cefai (L'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales/Centre D'étude des Mouvements Sociaux – Paris); Ethel Volfzon Kosminsky (Queens College/CUNY – USA); Gisele Rocha Cortes (Universidade Federal da Paraíba – Brasil); Jacob Carlos Lima (Universidade Federal de São Carlos – Brasil); John Comerford (Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional – Brasil); José Lindomar Coelho Albuquerque (Universidade Federal de São Paulo – Brasil); Jose Maria Valcuende del Rio (Universidad Pablo de Olavide de Sevilla/Espanha); Lucas Cid Gigante (Universidade Federal de Alfenas); Lucila Scavone (Universidade Estadual Paulista – Brasil); Lucio Oliver (Facultad de Ciencias Políticas y Sociales – UNAM México); Luiz Antonio Machado da Silva (Universidade Estadual do Rio de Janeiro/Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil); Márcia Ochoa (University of Califórnia – Santa Cruz); Maria da Gloria Bonelli (Universidade Federal de São Carlos – Brasil); Michel Misse (Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil); Miriam Adelman (Universidade Federal do Paraná – Brasil); Miriam Cristina Marcillio Ribeiro (Universidade Federal da Bahia – Brasil); Odaci Luiz Coradini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil); Paulo Sergio Peres (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil); Paulo Tavares (Goldsmiths College – Londres); Simone Bateman (Centre National de la Recherche Scientifique/CNRS – França); Ricardo Mayer (Universidade Federal de Santa Maria – Brasil); Sílvia Portugal (Universidade de Coimbra); Vera Telles (Universidade de São Paulo – Brasil); Veronica Gimenez Béliveau (Universidad de Buenos Aires/Argentina).

Apoio

Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFSCar
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar
Quereres – Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Gênero e Sexualidade
SexEnt – Grupo de Pesquisa Sexualidade e Entretenimento

Endereço Áskesis

Áskesis – Revista dxs discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar
Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia.

E-mail: revista.askesis@gmail.com

Site: www.revistaaskesis.ufscar.br

Rod. Whashington Luís 235. - Monjolinho.

13565-905 - São Carlos, SP - Brasil - Caixa-postal: 676

Telefone: (16) 3351-8673

— Editorial

Editorial

Lara Facioli, Felipe Padilha, Juliana Justa, Luiz Henrique Miguel, Jéssica Pires Cardoso 1

— Dossiê

No truque: perspectivas queer tropicais

Felipe Padilha, Juliana Justa 4

Estereótipos acerca de modelos não tradicionais de família em um curso de formação docente

Anna Paula Vencato 9

“Metronormatividades” nativas: migrações homossexuais e espaços urbanos no Brasil

Marcelo Augusto de Almeida Teixeira 23

Uma explosão de cores no ambiente escolar: apontamentos sobre identidades travestis, transexuais e pedagogia queer

Jonas Alves da Silva Junior 39

Para além da “pegação”: performatividade e espacialidade na produção de materialidades sexuais online

Kaciano Barbosa Gadelha 56

Jogos de inversão, jogos de poder: corpos subversivos em contexto sado-fetichista

Marcelle Jacinto da Silva 74

Entre o feminino imemorial e a recusa ao feminismo: debatendo pornografia feminista com “mulheres modernas”

Carolina Ribeiro 89

Medo de um planeta aleijado? – Notas para possíveis aleijamentos da sexualidade

Marco Antônio Gavério 103

Vitrine do desejo: masculinidades e visibilidade homoerótica nas mídias digitais de busca de parceiros online

Rodrigo Melhado 118

— Tradução

Por uma pedagogia queer da amizade

Giancarlo Cornejo, Tradução de Juliana Frota da Justa Coelho 130

— Entrevista

É o *queer* tem pra hoje? Conversando sobre as potencialidades e apropriações da Teoria Queer ao Sul do Equador

Felipe Padilha, Lara Facioli..... 143

— Ensaios

Masculinidades, desejos e travestilidades: reflexões sobre o curta-metragem “Ontem à Noite”

Rossana Maria Marinho Albuquerque 156

— Relato de pesquisa

A operacionalização da categoria *pedofilia* nas sentenças judiciais do Estado de São Paulo

Thamara Moretti Soria Jurado..... 165

— Artigos

Política macroeconômica e mercados financeiros: o jogo de credibilidade e a dívida pública no contexto da eleição do governo Lula (2002-2003)

Felipe Calabrez..... 175

Olhares humanos: o exercício do olhar nos sistemas de videomonitoramento urbano

Diego Coletti Oliva..... 191

Notas sobre a distinção entre usuários e traficantes na “cracolândia”: apontamentos para uma crítica da política de drogas

Letícia Canonico de Souza 206

— Resenha

Das perigosas travessias do aprender a viver

Tiago Duque 225

Editorial

Lara Facioli; Felipe Padilha; Juliana Justa; Luiz Henrique Miguel;
Jéssica Pires Cardoso

Comitê Editorial

É com enorme satisfação que apresentamos a nova versão da *Áskesis* – Revista dxs Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Este periódico, criado no ano de 2012 a partir de uma iniciativa de discentes e com o apoio do corpo docente do PPGS-UFSCar, chega ao primeiro volume de sua quarta edição apresentando o dossiê No truque: perspectivas queer tropicais.

A iniciativa de produzir a *Áskesis* é resultado de um esforço coletivo que visa à construção de uma cultura acadêmica que não se limite às atividades de salas de aula e aos laboratórios de pesquisa. O periódico tem como objetivo se consolidar como espaço de divulgação e discussão da produção de estudantes e jovens pesquisadorxs, de forma a proporcionar diálogos e trocas de nível teórico-metodológico, valorizando a atuação discente. Pretendemos mostrar o que as novas gerações têm produzido, quais são os seus questionamentos de pesquisa, de que forma têm contribuído para o desenvolvimento da teoria social e como percebem e apontam em seus textos as demandas de análise do mundo social no qual se inserem.

O termo “*áskesis*” representa a não submissão, a não sujeição e o exercício de si mesmo como técnica para produzir conhecimento. Este constante exercício se encontra em nossa proposta, em cada um de nossos números e como base de nosso projeto editorial, que acredita no questionamento constante das formas de produção de conhecimento como fundamental para uma formação de atuação voltada à pesquisa e à atuação politicamente implicada.

Vale destacar que a presente edição teve como principal mote a reestruturação deste periódico, que agora passa a ser abrigada pelo Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas (SEER). Alocada no endereço *ufscar.br*, nossa revista também foi abrigada ao Portal de Periódicos da UFSCar, contando com os serviços prestados pela Editora Cubo. Agradecemos à Pró-reitora de Pós-Graduação da UFSCar, em especial à Profa. Dra. Débora Cristina Morato Pinto, pela iniciativa de apoio institucional no financiamento de periódicos para o desenvolvimento dos Programas de Pós-Graduação desta universidade, a qual tornou possível esta parceria.

Informamos que os números anteriores continuam disponíveis no site www.revistaaskesis.wordpress.br. A transposição da revista para o SEER não seria possível sem o trabalho dedicado do colega João Paulo Ferreira, mestrando do PPGS-UFSCar, responsável também pelo novo logo e design do periódico.

A proposta de nosso dossiê No truque: perspectivas queer tropicais é justamente proporcionar espaço para textos e reflexões que trazem, por meio de estudantes e jovens pesquisadorxs, questionamentos capazes de tensionar a teoria social no jogo que é próprio da sua atualização. Mais do que estimular o debate em torno dos estudos de gênero, sexualidade, desejo e corporalidade - temas em voga em um contexto nacional que tem sido estimulado a não falar sobre essas questões -, intentamos (re)pensar nosso papel enquanto produtores de conhecimento e sujeitos ativos no cenário político contemporâneo.

O dossiê conta com uma delicada e provocante exposição de temas fundamentais para a área dos estudos de gênero, sexualidade, corpo e desejo no país. Iniciamos com Anna Paula Vencato, que analisa os estereótipos acerca de modelos não tradicionais de família a partir da sua experiência como professora em um curso de formação docente. Marcelo Augusto de Almeida Teixeira reflete sobre as migrações homossexuais e os espaços urbanos no Brasil.

Jonas Alves da Silva Junior apresenta um profícuo debate sobre identidades travestis, transexuais e a pedagogia queer. Kaciano Barbosa Gadelha discute performatividade e espacialidade na produção de materialidades sexuais online a partir de uma perspectiva simétrica e pesquisa sobre as novas geografias eróticas. Marcelle Jacinto da Silva busca apreender o universo simbólico de jogos eróticos de poder e o conjunto de rituais específicos elencados sob a denominação de *feminização forçada* em um contexto sado-fetichista. Carolina Ribeiro debate o pornô feminista em uma discussão que traz à tona uma interessante mirada sobre a percepção de “mulheres modernas” sobre o que é o feminismo. Marco Antônio Gavério nos conduz por um diálogo crítico e questionador sobre as relações existentes entre deficiência e sexualidade à guisa dos posicionamentos teórico sociais críticos dos *disability studies* e da teoria *queer* que se estabelecem teoricamente nos anos 2000 e que têm sido apresentados como teoria *crip*. Por fim, Rodrigo Melhado nos convida à reflexão sobre os procedimentos envolvidos na construção dos perfis online, bem como seus valores e as convenções de gênero, sexualidade e diferenças em interlocução com os estudos brasileiros sobre sexualidade, a Teoria Queer e as pesquisas recentes sobre o uso de mídias digitais.

O texto do pesquisador peruano Giancarlo Cornejo, chamado *Por uma pedagogia queer da amizade*, traduzido pela organizadora Juliana Frota da Justa Coelho, nos proporciona um sensível e comovente relato sobre a importância das relações de amizade na vida de sujeitos “fora da norma”, no caso, de uma criança transexual que viveu sua infância em Lima, No Peru, nas décadas de 50 e 60. Com um estilo de escrita fluido e poético, denominado pelo autor de híbrido ensaio/narrativa, Cornejo aponta que as amizades queer requerem o reconhecimento mútuo da vulnerabilidade. O texto é dedicado à interlocutora Italo, atualmente com cerca de 60 anos.

Também oferecemos a instigante entrevista feita com a professora Berenice Bento pelas editorxs Felipe Padilha e Lara Rodrigues Facioli. Nosso objetivo foi recorrer a alguém que, apesar de não se sentir confortável com essa nomeação, consolidou-se como um dos grandes nomes da produção *queer* no país. Na entrevista, a professora se dedicou a responder nossas indagações a respeito desse campo de estudos, de seu desenvolvimento, de seus avanços e limitações, bem como de sua relação com o movimento social, com expressões de cunho artístico, entre outros desafiadores.

Rossana M. Marinho Albuquerque nos presenteia com o ensaio sobre o curta-metragem *Ontem à Noite*, produzido em Maceió (AL), que retrata a violência transfóbica na cidade e os conflitos subjetivos e amorosos entre o advogado Felipe e a travesti Vivian.

Thamara Moretti Soria Jurado, na seção reservada aos relatos de pesquisa, expõe algumas reflexões preliminares sobre o campo que alimenta sua pesquisa de doutorado em andamento, cujo interesse é a operacionalização da categoria *pedofilia* nas sentenças judiciais do Estado de São Paulo.

Ao final, nossa seção de artigos livres apresenta três artigos resultantes de pesquisas defendidas recentemente. Felipe Calabrez oferece uma análise da política macroeconômica e dos mercados financeiros que, no contexto da eleição de Lula (2002-2003), enredaram um jogo envolvendo a credibilidade e a dívida pública. Diego Coletti Oliva nos convida a escrutinar o modo como são definidos os alvos de vigilância sobre o exercício do olhar pelos operadores de videomonitoramento urbano na cidade de Curitiba (PR) e sobre o poder da visão. Letícia Canônico propõe uma reflexão sobre a prática dos agentes de segurança na “cracolândia”, na região central de São Paulo, no contexto do Programa Municipal de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas, nomeado “De braços abertos”.

Tiago Duque é autor da resenha do livro recém-lançado pelo professor Pedro Paulo Pereira, intitulado *De corpos e travessias: uma antropologia de corpos e afetos*.

Agradecemos a todas as pessoas que colaboraram para a realização desse número da *Áskesis*, em especial, aos autorxs que contribuíram nesta edição, assim como aos professorxs do PPGS da UFSCar, assessorxs ad hoc, membros do Conselho Científico e integrantes do Comitê Editorial.

Em especial, agradecemos ao multiartista Sérgio Morais Pinheiro Gurgel, que generosa e exclusivamente confeccionou a imagem de nossa capa, intitulada “O Olho que Tudo Sente”.

Por fim, anunciamos que o próximo dossiê *Áskesis*, organizado por Dener Santos Silveira e José Ricardo Marques dos Santos, terá como tema “Diásporas, descentramentos e relações raciais contemporâneas”. Convidamos a todxs xs pesquisadorxs interessadxs para que enviem suas contribuições até o dia 05/10/2015 através do site www.revistaaskesis.ufscar.br

Sirvam-se!

No truque: perspectivas queer tropicais

No truque: tropical queer perspectives

Felipe Padilha^a; Juliana Justa^b

Nunca fomos catequizados! Fizemos Carnaval.
Manifesto Antropofágico, 1928

Nos últimos anos, os estudos e a política queer cultivaram mudanças significativas nas questões de gênero, corpo e sexualidade. As compreensões que tomavam a correspondência do tripé sexo-desejo-gênero como inequívocas, paulatinamente passaram a ser tensionadas. Esse movimento desnudou as ligações entre a heteronormatividade e o sexismo implícito a uma perspectiva calcada, sobretudo, no positivismo. Com frequência, as teorias que reivindicaram a neutralidade, o fizeram (e ainda o fazem) minorando o interesse por essas questões, quer fosse porque as considerassem questões menores e, portanto, interessantes apenas para as minorias, ou, talvez, porque encarassem o movimento de inflexão proposto pelo queer como moda passageira.

Xs teóricxs queer compreendem a sexualidade como um dispositivo histórico do poder, como um conjunto heterogêneo de discursos, desejos e práticas sociais; como uma rede que se estabelece entre elementos tão diversos como a literatura, enunciados científicos, instituições e proposições morais (MISKOLCI, 2009, p.154). Nesse jogo, a construção dos sujeitos abjetos expôs as marcas dos discursos de poder e experiências de exclusão que estão referidas aos processos históricos, marcando subjetividades (PELÚCIO, 2014, p.20).

Guacira Lopes Louro, reconhecidamente uma das anfitriãs dos estudos queer no Brasil, apresentou essa vertente teórica como reativa à normalização, “venha ela de onde vier” (LOURO, 2001, p.546). Essa reatividade, como crítica à hegemonia normalizadora, se estendeu desde a constituição dos corpos e seus limites, passando pelas sexualidades, desejos, alcançando as bio, tecno e geopolíticas.

Atualmente, explica Richard Miskolci (2009, p.160):

[...] não é mais garantido que a sexualidade seja o eixo principal de processos sociais que marcaram e ainda moldam as relações sociais, mas, ao contrário, emerge a ideia de um ponto nodal de intersecções de diferenças.

Implodidas algumas das muralhas que blindavam o discurso normativo, percebemos também a necessidade de expandir as reflexões tensionando também noções como margem e centro. Essas noções são poderosas, sobretudo, quando percebemos que podem funcionar delimitando de maneira precária os processos tensos de constituição das identificações (BENTO, 2011).

^a Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, bolsista CNPq e membro do Quereres – Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Gênero e Sexualidade. Contato: felipeapa@yahoo.com.br

^b Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, bolsista FAPESP e membro do SexEnt – Grupo de Pesquisa Sexualidade, Entretenimento e Corpo. Contato: julianafjusta@gmail.com.



“Só não há determinismo onde há o mistério”, dizia Oswald de Andrade em seu polissêmico Manifesto Antropofágico, publicado em 1928. E, logo em seguida, lançava a questão: “Mas que temos nós com isso?”.

O truque é um modo travesti, transviado de reapropriação e ressignificação da realidade por meio de um jogo de verdades e ocultamentos, valendo-se astuciosamente do não dito. Buscamos combinar essa astúcia e essa ressignificação ao tropical, a uma produção truqueira, sudaka, transviada, cucaracha, cuir, cu, desconcertante. Um movimento, um deslocamento rumo à pergunta: o que quer o nosso queer?

Berenice Bento (2011), em diálogo com Foucault, comenta que os feminismos, assim como o queer, são teorias pirotécnicas porque nos oferecem instrumentos para a estratégia, para o cerco, para a guerra, para o espanto e para a destruição. O foco destrutivo pode ser mais bem entendido como um esforço teórico para desafiar e implodir os limites pelos quais a cultura dominante estabiliza as diferenças enquanto desigualdades. Acreditamos que, em outras palavras, também podemos considerar o destrutivo como uma forma de lidar com situações hegemônicas “no truque”.

Para reconhecer, é preciso permitir-se conhecer, deixar-se tocar, deglutir, declarar, colocar o performativo em circulação, pô-lo à prova. Para desafiar esses limites, diversas estratégias podem ser mobilizadas. A própria escrita repleta de x, @, *, / pode ser lida como uma tática para graficamente explicitar as questões das quais queremos falar, ainda que por vezes a leitura inevitavelmente acabe se tornando um pouco incômoda. Nesse caso, suspeitamos que o desconforto, talvez, seja um efeito da norma sendo exposta e reflexivamente regurgitada.

Larissa Pelúcio (2014, p.39), em um texto mordaz, comenta que “as experiências concretas, sobre as quais as ciências sociais e humanas se debruçam, têm apontado para a necessidade de tornarmos os termos identitários mais prismáticos, menos reducionistas”. É ao encontro dessa proposta que exploramos, aqui, a dimensão plural das perspectivas. Isso também sinaliza para a amplitude e variedade geográfica das discussões desenvolvidas nos artigos que compõem esse número.

Não temos a intenção de debater sobre as questões que envolvem a tradução do termo queer. De outro modo, seguindo a proposta de Pedro Paulo Gomes Pereira (2014), nos propusemos a provocar o “encontro” e a “invenção” nos questionando sobre a capacidade do queer de se imiscuir às experiências locais, alterar-se, levando-o a outro lugar. A permanência do termo, nesse caso, “obriga a língua a lastrear-se de estranheza (do termo estrangeiro que resiste, dos corpos ex-cêntricos, das práticas diversas), e essas experiências nos trópicos inventariam uma outra gramática e outras formas de agir” (PEREIRA, 2014, p.153).

Com sorte, também esperamos colaborar para as discussões que proliferam em torno da teoria queer, cuir, sudaka, cucaracha, teoria cu, entre outras, como exercício de pesquisa e epistemológico.

Com todo um potencial para a elaboração não só de novas bandeiras, mas como teoria capaz de propor um outro vocabulário, uma nova gramática que desafie as estreitezas de uma ciência que nos ensinou que para sermos levadxs a sério temos que usar os artigos no masculino. Assim, quando queremos falar de humanidade devemos nos referir ao Homem como abstração com pretensões de neutralidade. Se não o fizermos correremos o risco de ofendermos a audiência (PELÚCIO, 2014, p.36).

Comprometidxs com esse descentramento, queremos torcer essa potente vertente teórica para fazer dela múltipla, mas sem deixar de lado uma construção situada capaz de uma compreensão geopolítica mais afetuosa, provocante, instigante e desestabilizadora. Esse intuito



se revela na multiplicidade de autorxs que, em suas produções, buscam deglutir esse *corpus* teórico à margem dos regimes falocêntricos e heteronormativos da ciência canônica.

É nesse banquete tropical, ao Sul de Equador, que nos abrimos para o inesperado e convidamos x leitorx à mesa, reconhecendo que “as adesões teóricas são também locais políticos capazes de nos instrumentalizar para o bom combate” (PELÚCIO, 2014, p. 41).

Nos textos que compõem esta publicação, xs autorxs desafiam enfrentando a normalização e a naturalização. Seja evidenciando a artificialidade do modelo familiar heterossexual que emerge com a sociedade urbano-industrial; o caráter compulsório da heterossexualidade; as migrações e a constituição de um modo de vida gay-urbano no Brasil; desconstruindo binarismos que enrijecem possibilidades de transformações; politizando o desejo; questionando os limites do feminismo; apontando para as exclusões produzidas pelos discursos hegemônicos ao comemorar a impossibilidade da completude; ou para as estratégias de (in)visibilidade que cercam o desejo.

Mais do que falar “a verdade” sobre como são ou como vivem as pessoas pesquisadas, os textos selecionados para este dossiê comunicam sobre o que podemos apreender com elas, com seus corpos, sexualidades, desejos, trânsitos e como essas esferas se articulam às questões tecno, bio e geopolíticas, sem esquecer que também somos afetadxs nesse processo.

Não há a pretensão de reificar o queer tropical, mas de criar espaços potentes para novos vocabulários e para a discussão sobre as implicações da criatividade tanto na academia, quanto nas políticas do cotidiano.

Anna Paula Vencato abre o Dossiê problematizando as inquietações acumuladas durante a sua experiência como docente no curso Gênero e Diversidade na Escola, promovido pela UFSCar. A autora se pergunta como suas percepções sobre família impactam na relação com xs estudantes. Em um importante contexto de sociabilidade, a escola, no qual há variadas possibilidades de “família”, Vencato percebe as resistências aos modelos que ultrapassam aquele considerado nuclear (pai-mãe-filhos) e historicamente hegemônico. São deixadas de fora as famílias formadas por LGBTs, por netos e avós ou mesmo as chefiadas por mulheres. Esse debate sobre o respeito às diferenças é uma contribuição indispensável para a produção de práticas pedagógicas e processos de escolarização mais democráticos e que não reproduzam os estereótipos vigentes que com frequência articulam a família, o gênero e o fracasso escolar.

Em seguida, Marcelo Augusto de Almeida Teixeira interpela os estudos migratórios e a ideia comumente propagada de que os migrantes seriam uma massa de sujeitos heterossexuais e sem gênero que se deslocam os centros urbanos exclusivamente por questões econômicas. Desconfiando da literatura que reifica os migrantes como trabalhadores e a metrópole como *habitat* por excelência para homossexuais, sobretudo, no século XX, o autor chama a atenção para a proporção de casais do mesmo sexo em pequenas cidades brasileiras, com ênfase nos anos 2000. A supervalorização do ambiente urbano na formação identitária homossexual, portanto, é avaliada a partir do conceito “metronormatividade”, cunhado por Jack Halberstam, explicitando a crítica ao urbano como referência absoluta para uma suposta vida de liberdade e satisfação sexual.

Jonas Alves da Silva Junior discute os conceitos de travestilidade e transexualidade partindo do diálogo entre as teorias de Michel Foucault e Judith Butler. Afinado com a produção *queer* nacional e internacional, Silva Júnior busca compreender a pluralidade sexual e de gênero no contexto escolar, já que as experiências transexuais e travestis na escola são múltiplas e singulares. Sua análise mostra como os processos de subjetivação são configurados como modos de normatização e de singularização que se estabelecem tanto no sujeito individual como nos múltiplos espaços sociais em vive.

Com o propósito de fornecer elementos para a pesquisa das sexualidades *online*, Kaciano Barbosa Gadelha faz uma revisão do conceito de performatividade em relação ao conceito



de espaço. A discussão é pautada no estudo de caso tomando as páginas e os aplicativos para homens gays que buscam por parceiros *online*. Interessado na configuração das novas geografias eróticas *online*, em uma perspectiva simétrica, sua reflexão explora o conceito de performatividade sob a lente do neomaterialismo de Karen Barad, descentrando a agência humana para uma compreensão dos processos que envolvem a participação de atores não humanos na produção da sexualidade.

Marcelle Jacinto da Silva traz o universo simbólico de jogos eróticos de poder e o conjunto de rituais específicos elencados sob a denominação de “feminização forçada”, no universo do sado-fetichismo. Além de contextualizar as performances de gênero nessas práticas eróticas, Silva reflete sobre as ambiguidades como produtoras de erotismo. Mobilizando o vocabulárioêmico, sua análise evidencia a circulação e a transformação de conceitos que culminam no “espetáculo da ambiguidade”, não restrita apenas ao gênero, mas em termos como disciplina, poder, domesticidade e entrega.

Carolina Ribeiro discute categorias como homossexualidade, feminismo e corporalidades a partir da pornografia feminista de Erika Lust, diretora, produtora e escritora sueca, radicada na Espanha. A partir de um grupo focal, no qual foram exibidos dois filmes de Lust e seguidos por um debate aberto, Ribeiro traz uma interessante mirada sobre a percepção de “mulheres modernas” sobre os significados do feminismo. Sua análise questiona quais seriam as principais mensagens da pornografia feminista de Lust; como essas mensagens foram compreendidas pelas mulheres do grupo focal; bem como o que esses dados podem nos dizer sobre sexualidade, corporalidade e subjetividades.

Já Marco Antônio Gavério cartografa os debates existentes entre deficiência e sexualidade pelo prisma dos posicionamentos críticos dos *disability studies* e da teoria queer, estabelecidos após os anos 2000. Sua recuperação oferece uma leitura sobre os pontos históricos que permitem compreender como se deu essa articulação entre as vertentes chegando aos profícuos questionamentos da teoria *crip*. Gavério aponta para o potencial do que chama de “ameaças crí(p)ticas” para pensar e criar cada vez mais espaços aleijados no mundo que rondem e assustem as normalidades.

Por fim, Rodrigo Melhado nos apresenta a síntese de sua monografia, interessada nos perfis de usuários do sítio de encontro entre homens Manhunt.net nas cidades de Araraquara e São Carlos, situadas no interior paulista. Seu trabalho é instigante, sobretudo porque busca formular uma explicação que articula as perspectivas quali e quantitativas para entender a sexualidade. A pesquisa traz referências dos estudos brasileiros sobre sexualidade, dos estudos queer e de pesquisas recentes sobre o uso de mídias digitais. Ao buscar desvendar quais os componentes de gênero, geração, classe social, concepções de masculinidades e construção do corpo são acionados nesse mercado amoroso, Melhado destaca os procedimentos envolvidos na construção dos perfis *online*, bem como seus valores e as convenções de gênero, sexualidade e outros marcadores sociais das diferenças nele acionados.

A ideia de organizar essas reflexões em torno do queer tropical como antropofágico emergiu durante o processo de construção do próprio número. Com ele, pretendemos sinalizar para essa mistura calorosa e diversa de influências de variadxs autorxs e contextos, mas atenta às especificidades locais. Contemplar essa mistura é uma estratégia política, pois, apesar de a teoria queer possuir uma perspectiva não identitária e despatologizante (principalmente em relação aos gêneros, sexualidades, corpos e desejos), sua propagação e apropriação por vezes canoniza uma teoria supostamente anticanônica e arrefece a postura crítica e criativa de novas formas de produzir.



Referências

ANDRADE, Oswald de. O manifesto antropófago. In: TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda européia e modernismo brasileiro**: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas. 3ª ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cdrom/oandrade/oandrade.pdf>>.

BENTO, Berenice. Política da diferença: feminismos e transexualidades. In: COLLING, Leandro (Org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011. v. 1. p. 79-110. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2260/3/Stonewall%2040_cult9_RI.pdf>.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 59-90, 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000200012/8865>>.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150-182, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/8863>>.

PELÚCIO, Larissa. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil? **Revista Periodicus**, v.1, n.1 maio-outubro, 2014. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10150/7254>>.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. **De corpos e travessias**: uma antropologia de corpos e afetos. São Paulo: Annablume, 2014.

Estereótipos acerca de modelos não tradicionais de família em um curso de formação docente¹

Stereotypes about non-traditional family models in a teacher training course

Anna Paula Vencato^a

Resumo

Este texto embasa-se na experiência como docente no curso Gênero e Diversidade na Escola/UFSCar. Parto da observação dos fóruns de interação entre cursistas e busco compreender como suas percepções de família impactam o modo como veem seus alunos e alunas. Foi comum encontrar nos discursos um incômodo com relação a “novos modelos familiares”, por vezes não percebidos como “família”, como aqueles que envolvem pessoas LGBT. Ao final, discuto como a compreensão do debate acerca do respeito às diferenças faz-se fundamental para a produção de práticas pedagógicas e que efetivem processos de escolarização efetivamente democráticos e não reproduzam aos estereótipos vigentes sobre a família, o gênero e o fracasso escolar.

Palavras-chave: gênero; sexualidade; família; escola; diferenças.

Abstract

This text is grounded on the experience as a teacher in the course Gender and Diversity at School/UFSCar. Starting from the observation of the students forum's interaction and aim to understand how their perceptions of family impact the way they see their own students. It was common to find in the speeches a nuisance in relation to “new family models”, sometimes not perceived as “family” as those involving LGBT people. Finally, we discuss how the understanding of the debate about the respect for differences is central in the production of educational practices and schooling processes that enforce effectively democratic and not reproduce the prevailing stereotypes about family, gender and school failure.

Keywords: gender; sexuality; family; school; differences.

¹ Trabalho apresentado no grupo de trabalho “Sexualidade, gênero e parentesco: permanências e transformações contemporâneas” da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, Natal-RN, 2014.

^a Pesquisadora Associada do Grupo de Pesquisa Quereres - Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Gênero e Sexualidade do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Pesquisadora Associada do Grupo de Pesquisa Transgressões - Gênero, Sexualidades, Corpos e Mídias Contemporâneas da Universidade Estadual Paulista - UNESP de Bauru. Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia - PPGSA da Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia - UFRJ. Mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e licenciada em Pedagogia pelo Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Professora Titular da Universidade Paulista - UNIP, São Paulo, SP, Brasil. Contato: apvencato@gmail.com



Introdução

Ao longo dos anos meu contato com a escola tem se dado a partir de inúmeras inserções: aluna de escola, estudante de pedagogia, professora de ensino fundamental e médio, docência superior em cursos de licenciatura e, mais recentemente, em cursos de formação continuada de professores e professoras. Ao longo deste tempo deparei-me com uma questão que se repetia continuamente: a noção de *família desestruturada* e seus impactos na escolarização das crianças e adolescentes. É possível transpor aqui o argumento de Claudia Fonseca (1995), que se a sociedade possui uma ótica tradicional sobre a “desorganização” das famílias pobres, a noção de família de educadores e educadoras também segue uma lógica formalista acerca do que é família e qual seu papel na educação dos/as filhos/as.

Se em alguns discursos a noção de “desestrutura familiar” vinda de educadores e educadoras passa pela ideia de ausência parental (seja via abandono, via “lares desfeitos” ou “não dedicar tempo à educação/formação dos/as filhos/as”), recentemente outra questão vem aparecendo, somando-se às anteriores, nos discursos que responsabilizam a *desestrutura familiar* pelas dificuldades de aprendizagem do público discente escolar: a questão da sexualidade, em especial da homossexualidade. Assim, para além da acusação de “não dar a educação” devida à prole, hoje, questões como a influência dos “pais gays” na futura sexualidade das crianças entra em cena como algo particularmente desestabilizador e que, frequentemente, educadores e educadoras se percebem como “sem ferramentas” para lidar.

Este trabalho embasa-se na experiência como docente no curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE)/UFSCar. Como material complementar, lançarei mão também de interações em cursos de aperfeiçoamento oferecidos dentre os anos de 2013 e 2014 para a Rede Municipal de Educação (RME) da Cidade de São Paulo². No caso do GDE, parto da observação dos fóruns de interação entre cursistas e tutores/as e das demais instâncias administrativo-pedagógicas do curso, nos cursos da RME parto das falas coletadas nas aulas que ministrei. Assim, há uma diversa gama de pessoas envolvidas nas falas que compõem o material de análise proposto.

Dentro das interações analisadas, busco compreender especificamente como os discursos sobre a família, em particular modelos tidos como novos de configuração familiar, impactam a percepção de dos/as docentes-cursistas sobre seus alunos e alunas. Foi comum encontrar nas falas observadas a ideia de que a família “desestruturada” influencia negativamente o desempenho³ do corpo discente em sala de aula, sobretudo no que se refere à “falta de compromisso com a escolarização dos/as filhos/as” e a conseqüente “falta de respeito” e “mau comportamento” em classe. De certo modo, isto corrobora a outras pesquisas sobre a (difícil) relação entre família e escola com que tive contato (ver, por exemplo, FARIA FILHO, 2000, NOGUEIRA, 2005, e MARANHÃO & SARTI, 2008), que indicam que embora se reconheça a importância de e se deseje uma maior participação das famílias na escolarização dos/as filhos/as, com muita frequência esta participação é percebida também como invasiva e/ou algo que deve ficar subordinado ao saber escolar.

Parte do discurso que encontrei nos cursos analisados se coloca a partir de referenciais de gênero e classe social, e aciona críticas às mães (com mais frequência que aos pais) como responsáveis pela “falta de educação” das crianças na escola e, por conseqüência, na vida social. Também foi comum encontrar nos discursos um incômodo com relação a “novos modelos familiares”, por vezes não percebidos como “família”, como aqueles que envolvem pessoas

² No caso dos/as professores/as do GDE, são docentes da rede pública no estado de São Paulo (a maior parte de escolas municipais de cidades conveniadas, mas também de escolas estaduais). De qualquer modo, não tenho um dado mais objetivo sobre as características específicas dessas escolas (bairro, número de alunos/as, disciplinas que estes/as professores/as lecionam, etc.). No caso da RME, a oferta do curso foi para toda a rede e os/as docentes que procuraram a formação são oriundos de diversas regiões e escolas municipais da Cidade.

³ Aqui entendido como o rendimento, o aprendizado e/ou o comportamento esperado.



LGBT⁴. Ao final, discuto como a compreensão do debate acerca do respeito às diferenças faz-se fundamental para a produção de práticas pedagógicas e que efetivem processos de escolarização efetivamente democráticos e que não reproduzam aos estereótipos vigentes sobre a família, o gênero e o fracasso escolar.

Quero destacar aqui alguns pontos de partida para esta conversa: 1) é sabido que, em geral, professores e professoras não tem formação - de base nem continuada - para lidar com as diferenças (de classe social ou de raça/etnia e, especialmente, sexualidades) (VIANNA, 2012, VIANNA & UNBEHAUM, 2004); 2) professores e professoras, como todas as pessoas, corroboram preconceitos e estereótipos existentes na vida social acerca daquilo que não é norma⁵; 3) o aumento de pessoas que aderem a perspectivas religiosas conservadoras⁶ impacta a forma como a educação (desde as políticas públicas até a prática cotidiana escolar) lida com questões relativas a gênero, sexualidade e, também, família; 4) a ideia de que há *famílias desestruturadas* pressupõe, por outro lado, a existência de *famílias estruturadas* ou, minimamente, uma de um modelo de *estrutura familiar* que deveria ser central a todas as relações de parentesco.

Contextualizando o GDE

O curso Gênero e Diversidade na Escola surgiu no ano de 2005, quando a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) do Governo Federal brasileiro e o Conselho Britânico iniciaram uma discussão para a viabilização de um curso de formação em gênero e feminismo cujo público-alvo deveria ser o corpo docente de escolas públicas e que conformaria uma política pública de formação continuada de professores/as.

De acordo com a página da SPM, a ampliação dos diálogos estabelecidos por esta parceria levou à idealização de um curso que não apenas contemplaria o debate de gênero (e feminismos), mas que também versaria sobre as relações étnico-raciais e a orientação sexual. O desenvolvimento do projeto do curso, que resultaria em uma turma-piloto, contou na elaboração também com a participação de outras instituições, notadamente a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e a Secretaria de Educação a Distância, ambas do Ministério da Educação (MEC); a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Na turma-piloto foram ofertadas 1.000 vagas, com uma taxa de evasão baixa para essa metodologia de ensino (19%). A baixa taxa de evasão resultou na inclusão do curso na rede da Universidade Aberta do Brasil (UAB), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do MEC. Com a inserção do curso nos quadros da UAB, este passou a ser ofertado através de convênios com universidades públicas de diversas unidades da federação.

Inicialmente, foi realizado em parceria com o CLAM/IMS/UERJ, que o desenvolveu em diversos estados do país concomitantemente. Nesta primeira edição foi elaborado material

⁴ Sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

⁵ Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que a própria escola é uma das principais instituições de formação de normas sociais (BOURDIEU, 1992), traduzida também pelo o sistema de vigilância, hierarquização e recompensa próprios da instituição escolar (FOUCAULT, 1987).

⁶ Dados do CENSO 2010 indicam que há, no país, um aumento de autodeclarações como evangélico/a, espírita e sem religião, ao mesmo tempo em que houve uma diminuição no número de autodeclarações como católico/a (IBGE, 2012). Recentemente, o debate acerca da "ideologia de gênero", ou contrária a ela, tem tomado força na cena pública brasileira pautado em especial por representantes de igrejas neopentecostais e pela igreja católica. Em São Paulo as expressões "gênero", "orientação sexual" e "sexualidade" foram inicialmente retiradas do Plano Municipal de Educação, quando em discussão na Câmara de Vereadores, atendendo a pressão religiosa encabeçada por pastores de diversas igrejas neopentecostais e representantes da Igreja Católica. Na ocasião, religiosos argumentaram que a pressão se dava pelo fato de que a "ideologia de gênero" seria uma tentativa de "anular as diferenças entre meninos e meninas" (SPERB, 2015). É importante destacar que este debate ainda está acontecendo, em vários municípios país afora.



didático-pedagógico a ser utilizado no curso. Mais tarde, conforme assinalado, o curso passou a ser desenvolvido por diversas instituições de ensino superior do país. Com esta passagem, o primeiro material elaborado poderia ou não ser utilizado pela instituição proponente. Alguns lugares optaram por continuar utilizando o material elaborado para a primeira edição do curso, outras, como foi o caso da UFSCar, optaram por desenvolver seu próprio material. Na UFSCar, em 2010, publicou-se o livro *Marcas da diferença no ensino escolar*⁷, que passou a ser o material didático de base do curso nas edições seguintes. Uma continuação deste livro, publicada em 2014, chama-se “Diferenças na educação: outros aprendizados”⁸. Este livro não chegou a ser utilizado no curso, que deixou de ser ofertado pela UFSCar no mesmo ano.

O GDE tem por objetivo que, ao término do curso,

[...] as informações, o material didático e os debates suscitem uma reflexão crítica que resulte em modificações substantivas na prática docente dos(as) professores e professoras da rede pública de ensino básico, no que toca a sua sensibilização às questões das relações de gênero, étnico-raciais e da diversidade de orientação sexual e ao seu comprometimento com o respeito às diferenças e o convívio com a diversidade⁹.

Isso porque se preocupa com a lacuna existente nos cursos de formação de professores/as (tanto na formação acadêmica quanto na continuada) acerca das discriminações e dos preconceitos de gênero, étnico-raciais e de orientação sexual. Para tanto, visa a instrumentalizar docentes da rede pública para lidar com essas questões de forma a evitar e não ampliar as exclusões às quais alguns indivíduos são historicamente submetidos no ambiente escolar, nas práticas pedagógicas e, mesmo, nos conteúdos curriculares, de acordo com os princípios de respeito aos direitos humanos. Nesse contexto, um dos propósitos do GDE é “desmistificar a crença segundo a qual as atitudes em relação ao racismo, ao sexismo e à homofobia são uma questão de foro íntimo, orientadas por concepções morais ou religiosas privadas” (Henriques et al., 2007: 54).

Algumas falas que importam

É importante (re)conhecer que boa parte dos/as docentes que procuram o GDE tem algum interesse e preocupação com questões relativas a gênero, sexualidades e raça/etnia. Nesse contexto, também é usual que, dessas questões, as que suscitam mais debates são as relativas às sexualidades. Com a emergência - ou ao menos a assunção pública - das famílias formadas por dois pais ou duas mães¹⁰, é notória a mobilização de professores e professoras em torno

⁷ O livro é fruto dos debates empreendidos após a oferta da primeira turma do GDE pela UFSCar e é organizado por Richard Miskolci. Divide-se nos capítulos: A cultura e a escola, de Elizabeth Macedo; Gênero, de Iara Beleli; Sexualidade e orientação sexual, de Richard Miskolci; Relações étnico-raciais, de Valter Roberto Silvério (Org.), Karina Almeida de Souza, Paulo Alberto Santos Vieira, Tatiane Cosentino Rodrigues e Thais Santos Moya; Curso Gênero e Diversidade na Escola: a experiência da Universidade Federal de São Carlos”, de Fernando de Figueiredo Baleiro, Priscilla Martins Medeiros, Thais Fernanda Leite Madeira e Tiago Duque.

⁸ O livro, embasado nos debates suscitados por outras edições do curso, é organizado por Richard Miskolci e Jorge Leite Júnior. Divide-se nos capítulos: Introdução: outros aprendizados, de Richard Miskolci, Jorge Leite Júnior e Tamara Jurado; Diferenças na Escola, de Anna Paula Vencato; Religiosidades e Educação Pública, de Tiago Duque; Desfazendo o gênero, de Larissa Pelúcio; Escola e sexualidades: uma visão crítica à normalização, de Fernando de Figueiredo Baleiro e Eduardo Name Risk; Pela desracialização da experiência: discurso nacional e educação para as relações étnico-raciais, de Paulo Alberto dos Santos Vieira e Priscila Martins Medeiros.

⁹ Disponível em: <<http://www.gde.sead.ufscar.br/objetivo.php>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

¹⁰ Muito embora não tratem precisamente da relação entre famílias homoparentais e escola, vale mencionar o trabalho de Flávio Luiz Tarnowski (2004) sobre as novas formas de expressão da masculinidade entre casais de homens gays pautadas pelo desejo de tornar-se pai. Ainda, é importante o trabalho de Luiz Mello (2005a, 2005b) que trata das disputas ideológicas que versam sobre o reconhecimento social e jurídico de uniões (união civil e/ou casamento) entre homossexuais no Brasil. Outro trabalho importante é o de Anna Paula Uziel (2007), que versa sobre processos de adoção em que ao menos um/a dos/as requerentes se declara *homossexual*. e como estes põem em cena um debate sobre família e parentesco e seus impactos no desenvolvimento da criança entre juristas e psicólogos/as.

deste tema. Ao mesmo tempo, esta mobilização escancara a ausência do debate nas escolas e a lacuna em suas formações, básica e continuada, para que tenham instrumentos para lidar com as diferenças e desigualdades no cotidiano.

Em um fórum de atividades em que cada cursista deveriam publicar, ao menos, duas questões às/aos colegas, foi frequente tanto a preocupação em lidar com famílias percebidas como “diferentes”, com pais ou mães homossexuais, ou com aquelas que vivem intensamente alguma forma de expressão religiosa, que acaba por interferir no cotidiano escolar. As questões das/os estudantes do curso a seguir são ilustrativas deste tipo de inquietação:

1) Na opinião de vocês como um professor deve lidar com a situação de um aluno homossexual, perante a sala de aula e seus familiares? 2) Devemos respeitar a religião de cada um, mas como trabalhar com aquele aluno que a família é muito doutrinada e acaba influenciando a criança que na sala de aula não aceita, ou melhor, não respeita a religião dos outros, o que vocês fariam sem constranger a criança que está apenas repetindo o modelo da sua família, vamos ver se as nossas opiniões são semelhantes ou próximas. Seria importante chamar a família para colocar a situação? (professora Maria¹¹, 9/12/2013). Dentro da perspectiva de que a cultura não se finda, não é fixa, estática, mas sim em construção, em movimento, como podemos abordar em sala de aula, a questão dos diferentes arranjos familiares, considerando que nesta sala há uma criança que pertence a uma família de homossexuais e outra que pertence a uma família extremamente conservadora e cheia de pré-conceitos. Como o educador deve atuar? Se posicionar? (professora Joana, 9/12/2013). (1) Como trabalhar a sexualidade para a construção da aceitação e do respeito em uma sala de aula em que temos: cristãos, ateus, ricos e pobres, heterossexuais e homossexuais (ainda que não assumidos)? (2) Visto que muitas vezes as questões apresentadas no capítulo por Macedo são construídas/reforçadas a partir do lar (estereótipos e conceitos), como trazer a comunidade para trabalhar essas questões? Aliás, trazer a comunidade para trabalhar essas questões é um caminho para a construção do respeito e valorização da diferença? (professor José, 8/12/2013).

A ideia de que o professor ou professora deve se posicionar diante da diferença conforme surge em sala é comum. Professores e professoras *devem* fazer alguma coisa quando identificar um “aluno gay”, ou quando sabem que uma criança tem, por exemplo, dois pais. Mas a preocupação se estende para além da questão das homossexualidades. Qualquer coisa que escape às normas sociais é potencialmente desestabilizadora - especialmente no campo do gênero e das sexualidades, mesmo que outras diferenças também causem estranhamento dentro da sala de aula, frequentemente percebida como algo que “não deveria” fazer parte do cotidiano escolar (LOURO, 1999, MISKOLCI, 2012). Contudo, mesmo que exista esta ideia de que é preciso se posicionar quando uma diferença se evidencia na escola, é rara nas falas coletadas a compreensão de que o debate acerca do *respeito às diferenças* é parte do trabalho docente e que deve acontecer de modo contínuo, independente de existirem sujeitos da escola que se identifiquem ou que sejam identificados como “fora da norma”. Assim, a diferença é individualizada em comportamentos e sujeitos e não é percebida como algo próprio da dinâmica social.

Ainda, é perceptível como há uma noção compartilhada de que a diferença é um atributo dos outros (VENCATO, 2014a, 2014b) e que, em geral, é sua emergência que desestabiliza o cotidiano das relações entre pessoas que circulam pelas escolas. A ausência da família no processo educativo, o afastamento desta da escola, é percebido como problemático. Por outro lado, atributos como certas religiosidades, costumes e modos de vida tidos como peculiares

¹¹ Todos os nomes são fictícios para preservar a identidade dos/as cursistas.



também causam algum ruído e, com frequência, é desejável que permaneçam fora da escola pelo potencial risco de produzirem ruídos e/ou conflitos.

Contudo, mesmo que em raros momentos, também se apresentou uma reflexão acerca de como aproximar a família da escola. É mais comum à compreensão apresentada buscar apoio e diálogo com família em situações específicas, em geral, “situações problema” do que para pensar estratégias e/ou idealizar meios de lidar com a educação das crianças. Ainda, a família é em geral vista como parte “do problema”, como sua “fundação”. Menos comum é a postura de que a família deve ser envolvida em todas as etapas do processo de escolarização dos/as filhos/as:

Eu costumo trabalhar a sexualidade através da conscientização sempre valorizando as diferenças e ressaltando o respeito. Com meus alunos têm funcionado. Mas percebo que há muito preconceito vindo das famílias dos alunos. Penso que é possível estender essa conscientização que citei acima aos pais dos alunos. Acredito, porém, que é muito mais difícil desconstruir estereótipos criados por pessoas adultas, mas isso não é impossível. Por meio de palestras e trabalhos dos próprios alunos que envolvam a comunidade, é possível criar uma postura de respeito às diferenças. (professora Bete, 8/12/2013).

Em geral, há uma percepção de que a escola (re)produz as desigualdades, preconceitos e discriminações existentes na sociedade. E que privilegia alguns modelos e grupos, ao mesmo tempo em que exclui outros. De certo modo, há uma lacuna na formação desses/as professores/as para lidar com a diferença que se estende às muitas possibilidades de configurações familiares. Assim, há uma percepção compartilhada de a noção de família é linear e anistórica e que, ao mesmo tempo, mesmo que se reconheça a possibilidade de arranjos diversos não há uma alteração ao longo do tempo e em diferentes contextos do significado do que se entende por família ou por parentesco. Isso pode ser percebido na interlocução entre duas cursistas:

Pergunta: Nós professores sempre pedimos apoio na família no processo educativo. Meus questionamentos são: O termo família tem o mesmo significado que tempos atrás? Quais fatores qualificam famílias? Será que aceitamos sem preconceitos mães solteiras? Filhos de pais gays? (professora Cristina, 9/12/2013). Resposta: Penso que o termo ‘família’, enquanto conceito, ainda tem os mesmos significados... o que mudou, no entanto, foram os perfis das famílias contemporâneas. Não podemos mais aceitar somente o modelo de família patriarcal, mas de todos os tipos de família, visto que uma família não se configura somente por questões de laços biológicos, mas também por laços afetivos. Penso que o preconceito com as mães solteiras já foi maior, mas na medida em que as mesmas mostraram ao longo do tempo suas capacidades em conduzir a família, se afirmaram socialmente, trabalhando e criando os filhos, esse mito acabou perdendo um pouco os estigmas que trazia. Porém, os filhos de pais gays ainda são bastante discriminados, pois é uma configuração relativamente nova de família; que acredito que vai ser naturalmente incorporada na medida em que as pessoas entenderem a importância dos valores afetivos na relação familiar. Tudo depende dos olhares, tudo depende das influências culturais... complexo, né? Mas muito interessante! Espero que tenha compreendido minha opinião. Até mais! (professora Carolina, 9/12/2013).

Em algumas falas de professores/as foi comum perceber que, também, a falta de formação básica e continuada para lidar com as diferenças também transforma a “boa vontade” em produção de estereótipos e preconceitos. Mesmo que exista uma boa vontade de lidar com a temática do gênero e da sexualidade, termos como “homossexualismo” ou “opção sexual”



mantém-se usuais. Também é comum perceberem que o preconceito e a discriminação são dinâmicas oriundas da escola (genericamente) ou de alguns colegas de trabalho. Mais rara é a percepção de que o/a docente também atua, pessoalmente, na (re)produção destas desigualdades.

Utilizamos o conceito de cultura onde as regras pré-estabelecidas devem ser seguidas pela geração futura de novo ou fora dos padrões tendem a gerar polêmicas, não porque seja certo ou errado apenas por estar fora dos padrões é o caso do homossexualismo. Pois se somos criados para crescer e constituir família, uma pessoa que não se encaixa moralmente a esta regra é automaticamente excluída tornando-se alvo de tal tipo de reação. É mais fácil rotular do que entender que a opção sexual é problema de cada um devendo ser respeitada. (professora Adriana, 8/12/2013) Tudo bem, já falamos do aluno, da família, da sociedade, mas acredito que falta falar de um ator que interfere diretamente nesse processo de mudança para o respeito e reconhecimento da diferença: o professor. Me incomoda saber e perceber que o preconceito, a discriminação, a falta de informação também estão presentes na postura de muitos colegas nossos. Quem nunca presenciou atos de discriminação, frases machistas, sexistas, racistas entre seus pares? Para mim a questão é ainda mais profunda. Dai vem a resistência em trabalhar temas como religião africana (candomblé, macumba, sem meias palavras), homossexualismo, discriminação e outros temas que causam arrepios nas reuniões de hora atividade. Falar é fácil, a questão é que palavras se perdem ao vento, difícil mesmo é a prática. (professora Luana, 9/12/2013)

As mudanças na sociedade e a falta de absorção dessas transformações pela escola também aparece com frequência nas falas das professoras-cursistas. Assim, revela-se um jogo complexo entre mudanças sociais e resistências, do qual a escola é constante palco e, pode-se dizer, é uma instituição que atua quase sempre em descompasso com as mudanças que ocorrem fora dela. O próprio papel da escola como lugar de transmissão de saberes passa a ser questionado. Afinal, como um lugar que lida com saberes e cujo papel central é produzir cidadãos pode ser, ao mesmo tempo, espaço para a manutenção do *status quo*?

Ultimamente não podemos dizer que a escola é um espaço para transmissão do saber... ela pode ter sido um dia... hoje a escola está muito além disso... a sociedade mudou, os valores mudaram, a família não é mais a mesma, a escola não pode viver com modelos antigos fingindo que nada está acontecendo, sei que em alguns momentos fica difícil tomarmos certas atitudes sozinhos, mas temos que fazer a nossa parte por menor que seja... lembro um final de ano em um conselho para aprovação das quartas-séries, eu era professora de uma delas, uma professora da qual gostava muito, apresentou produções de um aluno ao qual ela queria reprovar, pois apresentava desempenho decrescente... a primeira produção de texto realizada no início do ano estava impecável e nas demais o declínio era evidente, a última produção ela pediu para que fizesse uma carta para o Papai Noel com um pedido para o próximo ano, ao lera carta eu chorei, ele iniciava a carta dizendo que não tinha muita coisa para pedir mas queria que os alunos parassem de chamá-lo de bactéria pois isso doía muito, podiam continuar chamando-o de bichinha, de lixo, mas não de bactéria porque parecia que ele tinha uma doença incurável... ele era um aluno com jeito de homossexual, eu senti sua dor ao ler aquela redação, pude compreender por ele apresentava um desempenho tão ruim, ele sofria bullying na sala e a professora fazia de conta de que não percebia, era nítido que ela não gostava dele, fui voto vencido não consegui fazer com que os demais percebessem que seu declínio era em virtude das provocações e nomes que vinha recebendo durante o período de aula, ele acabou repetindo... O exemplo citado ao meu ver quase responde

a questão um, precisamos ensinar os alunos a respeitar o próximo, sei que não é tarefa fácil, já que muitos professores não respeitam seus alunos, fazem de conta que não veem as situações problema que aparecem no seu dia a dia, criar debates, promover palestras, entrevistas, podem ser um bom caminho para ensinar nossos alunos a respeitarem seus colegas (professora Sílvia, 23/12/2013).

O contraste entre aquilo que é normativo e o espaço de construção coletivo de conhecimento apareceu inúmeras vezes nos fóruns do curso. Assim, foi perceptível ao longo do GDE que as verdades sobre família, gênero e sexualidades passaram a ser questionadas e/ou desconstruídas.

Estamos tratando de grupos sociais que são tratados como diferentes (diferença aqui no sentido negativo) por não se enquadrarem na ordem social, por não cumprirem seus papéis previamente estabelecidos pela sociedade. Por exemplo, o papel social de um casal. O que nos explicaram desde o início da nossa vida é que uma família é constituída por um casal, formado por um homem e uma mulher. Correto? Sim, foi isso que nos explicaram a vida toda. Mas, não é essa a realidade. Nem sempre casais são constituídos por homem e mulher. Pois sabemos que há pessoas do mesmo sexo que vivem uma relação homoafetiva e que constituem uma família, ou que vivem uma relação homoafetiva e que nem querem constituir uma família. E tudo bem. Pelo menos deveria estar tudo bem, mas não é assim que a sociedade olha para esse grupo de indivíduos que vivem de outra forma a sua afetividade. Entendam [que] esse exemplo é para mostrar duas coisas sobre a discussão de a diferença ser do âmbito social e não individual. O que precisamos guardar é que o desrespeito sobre as diferenças não recai sobre o casal (único) que vivenciam uma relação homoafetiva, mas sobre essa forma de viver a afetividade (amor, a sexualidade, o desejo) que não corresponde ao que foi ensinado sobre relações afetivas. Por isso, precisamos pensar, discutir e enfrentar não os casos isolados, mas o caso que é social. Entendem? Esse mesmo raciocínio pode ser utilizado para pensar outros temas (claro, que cada um deles com a suas especificidades). Por exemplo, se trocar “casal de mesmo sexo”, por mulher, negro/negra; travestis, nós teremos a mesma lógica. A sociedade espera algo desses grupos que não correspondem ao esperado. Cada uma dessas categorias desloca a forma com aprendemos sobre as pessoas, sobre o que é ser homem e o que é ser mulher, sobre o que é ser branco, o que é ser de um país desenvolvido, o que é ser europeu. (professora Elisa, 30/11/2013).

Como instituição que lida ao mesmo tempo com a construção de saberes e com conteúdos escolhidos como legítimos, a escola ocupa um lugar em que mudança e continuidade estão constantemente em conflito. Ao mesmo tempo em que muitas das falas elencadas ilustram a precária formação para lidar com as diferenças nos cursos de formação de professores/as, apontam também para a demanda destes/as por formação nessas temáticas.

Em busca de conclusões...

A pauta do direito à diferença e do combate à desigualdade vem invadindo a cena pública, gerando tensão entre posições mais ou menos conservadoras e/ou vanguardistas. Os direitos humanos e o direito à diferença, ao contrário do que se poderia pressupor, causam polêmica e estranhamento. Essa tensão aumenta significativamente se o direito humano em questão está relacionado à seara dos direitos sexuais e reprodutivos. Mesmo em âmbitos regulatórios internacionais, que definem como os direitos humanos devem ser compreendidos na esfera global (Correa, 2009), não é raro perceber que quando o direito das mulheres e os direitos sexuais e reprodutivos emergem no debate há setores conservadores que se contrapõem, mesmo, à inserção da pauta e do debate nesses organismos.



Atualmente, podem ser percebidas diversas transformações dentro do campo dos direitos sexuais e reprodutivos, muitas das quais afetam diretamente as noções de família e parentesco. Assim, entra em cena debates acerca da concessão e/ou restrição de direitos, com efeitos sociais e jurídicos, sobre o casamento, a adoção, os direitos sucessórios, etc. No cerne dessas questões o reconhecimento de unidades familiares formados por dois homens, duas mulheres, com ou sem filhos/as, entre outros arranjos, tem sido foco de um debate público, com posicionamentos exaltados favoráveis e/ou contrários. Apesar deste debate se dar muito peculiarmente dentro do campo legal e jurídico, é inegável que extrapola os limites dessas instituições e, hoje, mobiliza inúmeros sujeitos na vida social: desde aqueles que advogam que família refere-se exclusivamente àquela formada por homem, mulher e suas crianças até aqueles que reivindicam uma ampliação deste conceito a partir das inúmeras possibilidades de configuração familiar que encontramos na vida social contemporânea.

Assim, conforme Claudia Fonseca (1999) pode-se falar que mesmo no âmbito do que se convencionou chamar de direitos humanos há categorias, ainda hoje, que são priorizadas em detrimento de outras. Isto desvela lutas simbólicas e critérios particulares de legitimação de diferenças e indivíduos que, quando se está a reivindicar direitos, determinam quem é mais e quem é menos humano. Nesse sentido, também, apontam quem são os humanos com mais chance do que outros de estarem contemplados nas políticas públicas, de acessarem aos bens de cidadania e de terem sua humanidade reconhecida efetivamente.

O mesmo pode ser percebido nas escolas e universidades, pois não é novidade nos cursos de licenciatura a ausência, para a formação de docentes, de subsídios que lhes proporcionem a construção de um arcabouço teórico-metodológico que os ajude a lidar com as diferenças. Essa ausência se amplia ainda mais quando a diferença refere-se a questões de gênero e das sexualidades – ou orientações sexuais, termo mais comumente (re)conhecido na arena das políticas públicas.

Hoje, no cenário da educação, os ainda pequenos avanços em direção à inclusão desse debate nas escolas e formações docentes são também impactados pelo aumento significativo, no debate público, da interferência dos fundamentalismos religiosos. O resultado é que alguns dos espaços conquistados no passado, sobretudo no que concerne ao debate das questões de gênero, feminismo e sexualidades - que desemboca atualmente naquele que versa sobre a família e o parentesco - estão se perdendo, se encurtando, sumindo. O que resulta disso, com frequência, se traduz em um recrudescimento do ódio, de preconceitos em relação a minorias (em especial gays, lésbicas, travestis e transexuais¹²), e na rejeição dos inúmeros modelos de família e parentalidade existentes no mundo (ver, por exemplo, Fonseca, 1995), entre outras questões.

Com relação à questão da família e de certos discursos em defesa desta, que supostamente estaria ameaçada pelos direitos de pessoas LGBT, vale mencionar aqui que nem para a psicologia, nem para as ciências sociais existe família desestruturada. Isso porque o contrário também não existe. A noção de família mudou ao longo do tempo e da história. A noção que temos hoje data de meados do século XIX (mesmo período em que se estabelecem o Estado moderno, o modelo de escola burguês e a noção atual de propriedade privada). E esse modelo de família não se consagrou sem conflitos. Claudia Fonseca nos alerta que

¹² Ver, por exemplo, o relatório técnico final da pesquisa Estudo qualitativo sobre a homofobia no ambiente escolar em 11 capitais brasileiras, de Margarita Díaz, Magda Chinaglia e Juan Díaz, publicado em 2011. Disponível em: <http://www.reprolatina.org.br/site/html/atividades/downloads/escola_sem_homofobia/Relatorio_Tecnico_Final.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2013. Além disso, há outras publicações relevantes, como as pesquisas realizadas pelo Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos em paradas do orgulho LGBT em algumas cidades do Brasil. Os resultados das pesquisas, realizadas entre 2003 e 2006, em São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, estão disponíveis sob o título Política, direitos, violência e homossexualidade em: <<http://www.clam.org.br/livros/>>.

[...] a palavra “família” se restringe no nosso imaginário à família conjugal, uma família que implica a corresponsabilidade de um casal e seus filhos – sendo a casa o lugar das mulheres e crianças, e o espaço público da rua, o domínio por excelência dos homens. Imaginamos que há algo de natural neste modelo. Dotamo-nos de um valor moral universal. Esquecemos que esse modelo emergiu no bojo de um contexto específico, por volta do século XVIII, e que teria sido impossível ele se consolidar sem certos elementos históricos – a centralização do Estado, por exemplo, e a individualização de salários. Em um processo de enclausuramento progressivo, essa família se retirou da rede extensa de parentela e compartimentalizou os espaços de seus membros, tornando a rua fora do âmbito de mulheres e crianças. Trata-se de um ideal que só se consolidou plenamente nas famílias burguesas [...]. A família conjugal só veio a se consolidar no início deste século, com as táticas sedutoras de persuasão: salários dignos, escolarização universal de alta qualidade e uma melhoria geral das condições de vida da classe operária (1995: 20-21).

Há hoje diferentes modelos familiares, alguns tão comuns ou mais comuns que a família nuclear padrão. Sabemos que hoje 38% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres e que há um significativo crescimento no número de lares com este perfil¹³. Sabemos ainda que há crianças que são criadas por tios ou avós ou por apenas um dos pais, mas temos dificuldades em entender que isso não é um problema para a formação daquele indivíduo. A escola tem dificuldades de lidar com modelos de família não tradicionais, e transforma diferença em problemas quando trata das diferenças entre famílias de forma a qualificar algumas como estruturadas (portanto “adequadas”) e outras como desestruturadas (portanto “problemáticas”). Conforme Brunella Carla Rodriguez e Isabel Cristina Gomes,

Em se tratando dos modos de “ser família”, na atualidade o novo e o velho têm coexistência temporal, o que gera dificuldade em se abstrair um sentido único que a defina. A maior liberdade de valores (Giddens, 1993)¹⁴ leva a família a estabelecer novos sentidos atribuídos às suas relações, papéis e funções. Entretanto, na prática nota-se que a incorporação dessas mudanças é lenta e complexa, especialmente quando envolve a divisão sexual de trabalho doméstico (Araújo, 2009)¹⁵, na qual a mulher segue tendo atuação principal quando comparada ao homem. A dificuldade em assumir totalmente os novos modelos familiares se deve ao fato de que a ideia da família tradicional está instalada no imaginário coletivo como norma (Moscheta e Santos, 2009)¹⁶ e, portanto, a construção de outros modelos de família, como a homoparental, por se colocar como minoria, agrega questões e dúvidas envolvendo a própria noção de ser família e daquilo que necessita uma criança, dentro desse grupo (Dubreuil, 1998)¹⁷. (2012, p. 30).

Embora haja iniciativas e até mesmo políticas de governo e de Estado que indiquem que essa abordagem deve estar presente nas práticas cotidianas, não é incomum nos depararmos com a ausência do debate na maior parte das licenciaturas e das escolas. Em alguns lugares, escolas e também universidades, há experiências de abordagem da temática, em geral vinculadas a

¹³ Conforme dados da Agência Patrícia Galvão de 2014. Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/trabalho_/brasil-tem-38-dos-lares-chefiados-por-mulheres-diz-ibge/>. Acesso em 22 jun. 2015.

¹⁴ GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade*. São Paulo: UNESP, 1993.

¹⁵ ARAÚJO, M.F. Gênero e família na construção de relações democráticas. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). *Casal e família: Permanências e rupturas*. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2009. p. 9-23.

¹⁶ MOSCHETA, M.S. & SANTOS, M.A. Relação conjugal homoafetiva: Revolução ou acomodação? In: CUNHA, M. V., PASIAN, S. R. & ROMANELLI, G. (Orgs.). *Pesquisas em Psicologia: Múltiplas abordagens*. São Paulo: Vetor, 2009. p. 129-152.

¹⁷ DUBREUIL, Éric. *Des parents de même sexe*. Paris: Odile Jacob, 1998.



professoras e professores que tenham afinidade com o tema, mas ainda são raros espaços (especialmente oficiais ou, mesmo quando oficiais, reconhecidos e levados a sério) para que o debate seja realizado efetivamente.

Quero dizer novamente aqui que a escola não é um ente isolado da vida social: enquanto instituição social ela apenas reflete aquilo que a sociedade vivencia. Não se trata aqui, portanto, de responsabilizar docentes pelos males do mundo. Mas de provocar um pouco o debate de que o combate aos preconceitos e discriminações passa inicialmente pelo reconhecimento de nossos próprios preconceitos e limites para lidar de forma democrática e inclusiva com a diferença. Nesse sentido, um primeiro desafio é reconhecer que a sexualidade está presente na escola. Tanto a sexualidade de LGBTs quanto a heterossexual. Um segundo passo seria não invisibilizar a sexualidade de LGBTs e tratá-la do mesmo modo, com igualdade, em relação às heterossexualidades.

Um desafio que se impõe refere-se ao reconhecimento e debates sobre o respeito às diferenças. Há ainda muitos silêncios acerca de temas como diferentes modelos familiares, racismos, homofobia, misoginia, dentre outros temas fundamentais. Uma questão que se impõe é a da necessidade de falar sobre a diferença, entendê-la como um princípio estruturante da boa prática pedagógica e deixar de lado a visão de que ela só traz problemas para o interior da escola. Ainda, é preciso que deixemos de lado ideias de que a escola não tem que lidar com a sexualidade e com outros marcadores sociais da diferença. Ou, também, com o reconhecimento e o respeito às diversas formas de constituição de família que são encontradas na vida social.

Conforme bell hooks (2013, p. 235), “[...] desde o ensino fundamental, somos todos encorajados a cruzar o limiar da sala de aula acreditando que estamos entrando em um espaço democrático – uma zona livre onde o desejo de estudar e aprender nos torna todos iguais”. Assim, as diferenças (de classe, conforme discute a autora, mas também todas as outras) tendem a ser apagadas, silenciadas, dando amplo espaço a todas as formas de exclusão. Para a autora, mesmo que entremos em classe aceitando que há diferenças postas entre os sujeitos que ali estão, ainda acreditamos que o conhecimento ali será distribuído em partes iguais e justas. Mas, ao cabo, não é isso que ocorre.

De acordo com Ione Ribeiro Valle (2013), é dado que a igualdade em relação ao direito à educação é fundamental para a consolidação dos projetos políticos de democratização em nível mundial e, podemos dizer, também no Brasil. Apesar disso, e de esse discurso ter ampla aceitação social, também é preciso dizer que a escola “[...] nunca garantiu que, em nível igual de talento, motivação e competência, todos tenham as mesmas perspectivas de sucesso, independentemente do meio social, da educação familiar e dos processos de socialização que marcam, de forma distinta, a trajetória de cada um” (VALLE, 2013, p. 295). Isso acontece de forma mais aprofundada nas sociedades com maior índice de desigualdade social, como a brasileira.

Assim, quanto mais desigual uma sociedade, maior a dificuldade de acesso e garantia dos direitos fundamentais a todas as pessoas. Apesar da diversificação das ações voltadas à democratização do acesso e à inclusão escolar na sociedade contemporânea a partir de políticas de ação afirmativa ou do desenho de políticas públicas que visem modificar o quadro vigente de exclusões sociais, “as desigualdades fracionam-se, multiplicam-se e diversificam-se no âmbito da escola, do mundo do trabalho, das hierarquias sociais, sem que se consiga desmontar o mecanismo e a lógica que elas ocultam” (VALLE, 2013, p. 296).

A escola é um espaço importante da sociabilidade de crianças e adolescentes, e tratar as diferenças como sinônimo de problemas ajuda a cimentar uma prática pedagógica (re) produtora da exclusão. O silêncio que exclui deixa a porta aberta para as discriminações e violências diversas. Um dos desafios atuais da escola é reconhecer que os conflitos trazidos pelas diferenças pode ser fundamental para a construção de saberes e para a produção de



uma escola justa. Faz parte da função de educadoras e educadores garantir uma escola de qualidade para todas as pessoas, na qual todas as pessoas estejam representadas. Faz parte do papel da escola reconhecer, sem preconceitos, diferentes arranjos familiares e trazê-los, discursivamente e de fato para dentro de seus muros.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *A reprodução*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1992.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, jun. 2006. p. 329-376 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 jun. 2012.

DAMATTA, Roberto. "Você tem cultura?". In: *Explorações: Ensaio de Sociologia Interpretativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986. p.121-128.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Para entender a relação escola-família: uma contribuição da história da educação. *São Paulo em Perspectiva*, 14(2), 2000. p. 44-50. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000200007&script=sci_arttext>. Acesso em: 11 abr. 2015.

FONSECA, Claudia. *Caminhos da adoção*. São Paulo, Cortez, 1995.

FOUCAULT, Michel. Os corpos dóceis. In: *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 117-142.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. Pesquisa sobre preconceito e discriminação no ambiente escolar: sumário executivo. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC, 1989.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Vozes, 1985.

HENRIQUES, Ricardo et al. (Orgs.). *Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos*. Brasília, MEC/SECAD, 2007 (Cadernos Cecad 4). Disponível em: <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_cad4_gen_div_prec.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2012.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF; Martins Fontes, 2013.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião. 2012. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/pt/noticias-censo?id=3&idnoticia=2170&t=censo-2010-numero-catolicos-cai-aumenta-evangelicos-espíritas-sem-religiao&view=noticia>>. Acesso em 22 jun. 2015.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa et al. (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas*. Rio Grande, Ed. da FURG, 2007. p. 59-69. Disponível em: <http://www.sexualidadeescola.furg.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=36:corpogenerolivro&id=4:livros&Itemid=79>. Acesso em: 11 jun. 2012.



- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro, Zahar, 2009.
- LOURO, Guacira Lopes. A construção escolar das diferenças. In: LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 3. ed. Petrópolis, Vozes, 1999. p. 57-87.
- MACEDO, Elizabeth. A cultura e a escola. In: MISKOLCI, Richard. *Marcas da diferença no ensino escolar*. São Carlos, EdUFSCar, 2010. p. 11-43.
- MARANHÃO, Damaris Gomes, SARTI, Cynthia Andersen. Creche e família: uma parceria necessária. *Cadernos de pesquisa*, v. 38, n. 133, jan./abr. 2008, pp. 171-194. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/298>>. Acesso em: 11 abr. 2015.
- MELLO, Luiz. "Outras famílias: a construção social da conjugalidade homossexual no Brasil". *Cadernos Pagu*, Campinas, Unicamp, n. 24, p. 197-225, jan./jun. 2005b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a10.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2015.
- MELLO, Luiz. *Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond/CLAM, 2005a.
- MISKOLCI, Richard. *Marcas da diferença no ensino escolar*. São Carlos, EdUFSCar, 2010.
- MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte, Autêntica, 2012.
- NOGUEIRA, Maria Alice. A categoria "família" na pesquisa em sociologia da educação: notas preliminares sobre um processo de desenvolvimento. *Inter-legere*, UFRN, v. 9, 2011. p. 156-166. Disponível em: <<http://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/4410>>. Acesso em: 1 mai. 2014.
- NOGUEIRA, Maria Alice. A relação família-escola na contemporaneidade: fenômeno social/interrogações sociológicas. *Análise social*, v. M (176), 2005. p. 536-578. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218710803Y0rTC2qf4Zv28UH0.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2015.
- NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação do final dos anos 60/início dos anos 70: o nascimento do paradigma da reprodução. *Em Aberto*, Brasília, ano 9, n. 46, abr. jun. 1990. p. 49-58. Disponível em: <<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/727/650>>. Acesso em: 1 mai. 2014
- ROCHA, Everardo. *O que é etnocentrismo*. 8. ed. São Paulo, Brasiliense, 1991 (Coleção Primeiros Passos, n. 124).
- RODRIGUEZ, Brunella Carla; GOMES, Isabel Cristina. Novas formas de parentalidade: do modelo tradicional à homoparentalidade. *Bol. psicol*, São Paulo, v. 62, n. 136, jun. 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432012000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 jun. 2015.
- ROSSI, Alexandre José. A formação continuada de professores como estratégia de implementação da política de combate à homofobia. *Anais IX ANPED SUL*, Caxias do Sul, 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2310/154>>. Acesso em: 12 nov. 2013.



SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1983 (Coleção Primeiros Passos, n. 110).

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 7. ed. Petrópolis, Vozes, 2007. p. 73-102.

SPERB, Paula. Sob pressão, Câmara de SP tira palavra “gênero” de Plano de Educação. In: *Folha de São Paulo*, 11 jun. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/06/1640618-sob-pressao-camara-de-sp-tira-palavra-genero-de-plano-de-educacao.shtml>. Acesso em: 13 jun.2015.

TARNOVSKI, Flávio Luiz. “Pai é tudo igual?”: significados da paternidade para homens que se autodefinem como homossexuais. In: PISCITELLI, Adriana, GREGORI, Maria Filomena, CARRARA, Sérgio Luiz (orgs.). *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond/CLAM, 2004. p. 385-414.

UZIEL, Anna Paula. *Homossexualidade e Adoção*. Rio de Janeiro: Garamond/CLAM, 2007.

VALLE, Ione Ribeiro. Uma escola justa contra o sistema de multiplicação das desigualdades sociais. *Educar em Revista*, Curitiba: Editora UFPR, n. 48, abr./jun. 2013. p. 289-307. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/educar/article/view/24821>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

VENCATO, Anna Paula. A diferença dos outros: discursos sobre diferenças no curso Gênero e Diversidade na Escola da UFSCar. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2014. p.211-229. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/199>>. Acesso em 06 jun. 2014a.

VENCATO, Anna Paula. Diferenças na Escola In: MISKOLCI, Richard, LEITE JR, Jorge. *Diferenças na Educação: outros aprendizados*. São Carlos: EdUFSCar, 2014b. p. 19-56.

VIANNA, Cláudia. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. *Pro-Posições*, Campinas, v. 23, n. 2, p. 127-143, Ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072012000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 Jun. 2015.

VIANNA, Cláudia; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Autores Associados, v. 34, n. 121, p. 77-104, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a05n121.pdf>. Acesso em 13 Jun. 2015.

Recebido: 30 maio, 2015
Aceito: 08 ago., 2015

“Metronormatividades¹” nativas: migrações homossexuais e espaços urbanos no Brasil

Native metronormativities: homosexual migrations and urban spaces in Brazil

Marcelo Augusto de Almeida Teixeira^a

Resumo

Tradicionalmente, os estudos migratórios partiriam de pressupostos de que os migrantes seriam uma massa de sujeitos heterossexuais e sem gênero, que migrariam apenas por questões econômicas, equiparando migrantes a trabalhadores. Durante o século XX, a metrópole seria identificada como o *habitat* por excelência do homossexual, nos Estados Unidos e no Brasil: a migração para a metrópole seria para homossexuais uma obrigação e emancipação. Entretanto, durante os anos 2000, percebe-se uma interiorização de manifestações de sociabilidades homossexuais para além das grandes metrópoles brasileiras. Além disso, chamaria atenção à proporção de casais do mesmo sexo em pequenas cidades brasileiras. A supervalorização do ambiente urbano na formação identitária homossexual seria avaliada criticamente sob o conceito “*metronormatividade*”: o urbano como referência absoluta para uma suposta vida de liberdade e satisfação sexual.

Palavras-chave: migração; homossexualidade; metronormatividade; espaços urbanos.

Abstract

Traditionally, migration studies assume that migrants would be a mass of genderless and heterosexual subjects, who migrate only for economic reasons, equating migrants to workers. During the twentieth century, the metropolis would be identified as the quintessential gay habitat, in the United States and in Brazil: migrating to the metropolis would be an obligation and emancipation for homosexuals. However, during the 2000s, we find an interiorization of homosexual sociability expressions beyond Brazilian big cities. Also, the proportion of same-sex couples in small cities calls attention. The overvaluation of the urban environment in homosexual identity formation can be critically evaluated under the concept “*metronormativity*”: the urban as an absolute reference to a supposed life of freedom and sexual satisfaction.

Keywords: migration; homosexuality; metronormativity; urban spaces.

¹ O termo “metronormatividade” teria sido cunhado pela teórica queer Judith Halberstam. Ver HALBERSTAM, Judith. In a queer time and place: transgender bodies, subcultural lives. Nova York: New York University Press, 2005. P 22-23

^a Arquiteto com graduação e mestrado em Teoria e História da Arte e do Ambiente Construído pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Brasília - UnB. Doutorando em Sociologia pelo Departamento de Sociologia - PPG-SOL da Universidade de Brasília - UnB. Professor de arquitetura no Centro Universitário do Distrito Federal - UDF. Membro do “Urbanidades e estilos de vida” do Departamento de Antropologia e “Multitudes: gênero, sexualidade e corporeidade” da Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília - UnB, Brasília, DF, Brasil. Contato: arquitetoinquieta@gmail.com

San Francisco is a refugee camp for homosexuals. We fled here from every part of nation, like refugees everywhere; we came not because it is so great here, but because it is so bad there (WITMAN, 1969, p.3).

Início este artigo com três narrativas que, a meu ver, exemplificam o movimento migratório de homossexuais masculinos no Brasil: “Xaxu”, “Eduarda” (nomes “sociais”) e Antônio. Em comum, movimento desde cidades pequenas até cidades globais, em busca de afeto, tolerância, emprego, mudanças corporais. Começo com Xaxu: caboclo, pobre, iletrado, nascido no semiárido piauiense, partiu de uma pequena cidade após uma surra do pai por ser afeminado demais, indo procurar trabalho em Teresina (com população estimada de 840 mil habitantes em 2014²). Na capital do Piauí, começou a trabalhar como jardineiro, devido a sua experiência com roçados, sendo empregado por uma família de classe alta, na qual teve contato com o filho desta família, também homossexual, e com seu círculo de amizades composto de gays ricos e cosmopolitas. Quando ouviu falar dos circuitos gays da Europa decidiu que moraria em Milão. Começou a trabalhar para outras famílias ricas de Teresina, indicado pela sua primeira patroa, juntando dinheiro até conseguir comprar passagens para a Itália. Em Milão, adotou o nome de Xaxu, pintou o cabelo de louro, tomou hormônios femininos e começou a prostituir-se. Com a renda da prostituição, construiu casas para a família no interior piauiense e alugou um duplex em um bairro sofisticado milanês, tendo acesso a salões e boutiques elitistas. Após ser abandonada por um namorado, tentou suicídio pulando de seu duplex.

Eduarda foi batizada de Eduardo quando nasceu em Valparaíso de Goiás, cidade da chamada “Região do Entorno”, o cinturão de pobreza urbana ao redor do Distrito Federal. Branca, alta e filha de mãe solteira, quando adolescente foi expulsa de casa pelo então padrasto quando começou a vestir roupas femininas e a tomar hormônios. Após a sua expulsão, começou a prostituir-se, ora na Rodovia BR-040 (que liga Brasília a Belo Horizonte e passa pela cidade onde nasceu), ora na cidade-satélite brasiliense do Gama. Em entrevista, Eduarda afirmou:

Decidi que eu ia morar no Plano Piloto e que ia colocar peito. Não queria ser dessas penosas que fazem ponto lá perto dos motéis ou debaixo do viaduto da BR-040. Aluguei uma kitnete por R\$ 600,00 na Asa Norte e fiz programa dia e noite, anunciei no Correio Braziliense, paguei site de programa, fui para a rua bater porta (N.A: entrar em carros de clientes) no Setor Comercial Sul. Mas Brasília ia ser só uma ponte. Assim que eu colocasse os peitos, eu iria mesmo era arrumar um ponto em São Paulo, e de lá, quem sabe, uma cafetina para me levar a Europa. Quero ser europeia, mas tenho medo das mafiosas, tenho que ir bem arrumada (N.A: legalizada), não sou dessas de ficar escondida em armário pra fugir dos alibãs (N.A: polícia). Depois, eu voltaria para Brasília, agora toda siliconada, aí sim eu ia trabalhar bem aqui³.

Conforme seus planos, Eduarda foi para São Paulo, onde começou, além da prostituição, a participar de filmes pornográficos com travestis, adotando outro nome artístico. Na capital paulista, com o dinheiro da prostituição, fez cirurgias plásticas faciais feminilizantes. Não migrou para a Europa, mas voltou para Brasília, onde hoje mora em um apartamento na Asa Norte de Brasília, bairro de classe média alta, no qual também continua a trabalhar com programas sexuais.

Já nossa terceira narrativa exemplifica o que Arango indica ser uma “rede de migração” (relações interpessoais que favorecem a migração) e a migração como forma de “capital social” (ARANGO, 2000, p 41 e 42). Antônio, branco, musculoso, filho de uma família classe média

² Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=2211001>> Acessado em maio de 2015.

³ Depoimento fornecido ao autor em fevereiro de 2015.



alta brasiliense e mineira, decidiu migrar para São Paulo seguindo amigos brasilienses que para lá foram, e depois partiu para Barcelona. Decidiu migrar para a Europa porque, segundo suas palavras:

São Paulo estava careta demais. Gosto da pegação, da promiscuidade que Barcelona oferece, das lojas, dos museus, da vida artística. Além disso, designers são mais valorizados na Espanha do que no Brasil e lá eu não fico sem dinheiro nem trabalho. E nem fico sem homem, pois tem para todo o gosto. Sem contar as leis, já que a Espanha tá muito melhor do que o Brasil e ainda moro num bairro totalmente gay, algo que não rola aqui. Lá já tenho um círculo de amizades, fui porque conhecia brasileiros que já estavam lá e poderia trabalhar com eles. Ser gay na Europa é muito melhor do que em São Paulo⁴.

As três narrativas acima problematizariam percepções sobre a migração, inserindo um fator por vezes subestimado nas pesquisas migratórias: a sexualidade. Tradicionalmente, os estudos migratórios partem de pressupostos heterossexistas e genéricos: os migrantes são tratados como uma massa universal de sujeitos heterossexualizados e sem distinções de gênero, que migram apenas por questões econômicas. Por esta perspectiva, a sexualidade não só não motiva a migração como não seria afetada por esta. Ou, conforme Joaquin Arango (2000), migrantes e trabalhadores são equiparados e tratados como se estes e as sociedades fossem homogêneas, sendo a migração apenas resultado de decisões individuais feitas por atores racionais visando benefícios econômicos (ARANGO, 2000, p 35-37). Entretanto, com abordagens proporcionadas pelos estudos feministas, *queers* e pós-coloniais, a migração torna-se mais complexa e questões sexuais passam para a linha de frente (SHEPARD, 2012, p, 30-37): ser mulher, transgênero ou homossexual imbrica-se em ser migrante para além das necessidades econômicas. Desta forma, a subjetividade sexual converte-se em mola propulsora do ato de migrar sendo reconfigurada durante a trajetória do indivíduo de maneira contínua. Não só a sexualidade em um nível individual, mas cidadão: ao mover-se de uma cidade para outra, indivíduos e comunidades sexuais são conformadas e inseridas no contexto urbano de diversas maneiras. Neste processo de conformação e inserção, não apenas sexualidade e gênero, mas também outras categorias identitárias e classificatórias estariam envolvidas: classe, raça, religião, etnia, ideologia. Assim, a migração proporciona diversas (às vezes concorrentes e também coincidentes) perspectivas para entender por que indivíduos deixam suas cidades em direção a outras, em movimentos de múltiplos resultados.

Em 1979, o grupo “*Village People*”, composto por homossexuais, cantava em um tom ao mesmo tempo imperativo e esperançoso, “*Vá para o Oeste, a vida é tranquila lá*”, refrão um dos hinos gays norte-americanos: “*Go West*”. A mensagem da música era clara para quem entendia os códigos do grupo: partir para São Francisco, lugar de possível liberdade, felicidade, de encontro consigo e com outros iguais. A música seria, dessa forma, a trilha sonora para uma consciente migração homossexual que ocorreria desde o começo do século XX (SIDES, 2009), tornando São Francisco capital icônica da comunidade gay norte-americana⁶ e um caso exemplar para se entender as migrações além do fetichismo econômico: a necessidade de liberdade sexual seria uma das molas propulsoras de correntes migratórias em direção às grandes cidades, especialmente para quem desejaria corpos do mesmo sexo. A cidade grande seria, para pessoas homoafetivas, destino inevitável de suas trajetórias e narrativas de vida:

⁴ Depoimento fornecido ao autor em dezembro de 2014.

⁵ No original: “Go West, life is peaceful there”.

⁶ Sobre a formação da comunidade homossexual em São Francisco, ver SIDES, Josh. *Erotic city: sexual revolutions and the making of modern San Francisco*. Nova York, Oxford University Press, 2009.



a migração para a metrópole seria ao mesmo tempo impositiva e uma forma de emancipação (FORTIER, 2003, p.2).

Antes de prosseguirmos, um alerta: mesmo consciente das diferenças históricas, culturais e sociais do desejo pelo mesmo sexo entre a Idade Média e a Contemporaneidade, utilizo a palavra “homossexual”, cunhada em 1865 pelo médico húngaro Karl Maria Kertbeny, para designar os corpos do “amor que não ousa dizer o nome” (sejam homens, mulheres ou transexuais) e também consciente da diversidade do amor entre iguais em nossa época e espaço. Serei reducionista propositadamente. Este artigo está dividido em três partes: Na primeira, esboçarei um breve panorama das migrações homossexuais desde a Idade Média até as capitais gays globais, a partir de estudos de geógrafos, historiadores, sociólogos e teóricos oriundos da Teoria Queer e dos estudos gays e lésbicos de matriz anglo-saxônica. Desde a Idade Média, a migração homossexual já seria notada, sendo intensificada com a urbanização e avanços do capitalismo nas metrópoles industriais, fatores chaves na conformação da moderna identidade “homossexual”: foi nas grandes cidades industrializadas que os primeiros enclaves residenciais e direitos civis foram materializados⁷ (KENNEY, 1998). Com a globalização e o esfumaçamento das fronteiras metropolitanas e nacionais, a migração homossexual passaria a patamares distintos, sendo capaz de alterar subjetividades e políticas sexuais em nível transnacional, possibilitando a formação de zonas de contatos etnosexuais e o surgimento de novas personalidades jurídicas como o “exilado sexual”.

Na segunda parte, discuto as possíveis implicações das migrações homossexuais no Brasil, nas suas hierarquias metropolitanas e de corpos, fundamentando-me em antropólogos e historiadores como Nestor Perlongher (1987), James N. Green (1999) e Richard Parker (1999). Ao introduzir o conceito de “*metronormatividade*”, cunhado pela teórica queer Judith Halberstam (2005), e apresentando exemplos de sociabilidades homossexuais em pequenas e médias cidades brasileiras, questiono a prevalência das metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo enquanto únicas referências de destino de migração homossexual. Encerro esta parte inserindo na discussão as possíveis reconfigurações das sociabilidades homossexuais em pequenas cidades proporcionadas pela emergência de aplicativos de geolocalização gays (como o “*Grindr*”), que desestabilizaria fronteiras entre o urbano e o rural, além de desterritorializar as possibilidades de parcerias afetivo-sexuais.

Na terceira parte, aprofundo o conceito de metronormatividade, conforme exposto por Scott Hering (2010), complementando-o com as contribuições à Teoria dos Campos Sexuais (TCS) feitas por Farrer & Dale (2014). Aqui, apresento indicações de que as pequenas e médias cidades estariam tornando-se possíveis destinos de migração e sociabilidade homossexual. Por fim, concluo que o deslocamento seria atávico aos homossexuais e que a instabilidade espacial das trajetórias de vida conteriam potencialidades criativas e de surpresas, sendo a sexualidade uma constante construção sobre a qual atuam espaço, história e sociedade.

Das cidades sodomitas as capitais gays globalizadas

Núcleos urbanos e homossexualidades estariam, desde o mito de Sodoma, atavicamente conectadas para o Ocidente cristão, chegando a compartilhar o mesmo adjetivo: “sodomita” (ABRAHAM, 2009, p, XIII). Durante a Idade Média, diversas cidades, como Florença, Veneza, Paris, Chartres e Orleans, eram acusadas de serem centros sodomitas notórios com visíveis subculturas e cartografias próprias (RICHARDS, 1993, p, 141), atraindo “refugiados sexuais” de feudos europeus mais intolerantes. A sodomia foi descriminalizada na França em 1791,

⁷ Sobre a questão, ver KENNEY, Moira Rachel. Remember, Stonewall was a riot. In. SANDERCOCK, Leonie (Ed.). Making the invisible visible. Berkeley: University of California Press. p. 120-132



iniciando a inserção imaginária em nível mundial da capital francesa como uma cidade de vício e perdição, atraindo boêmios e sodomitas do mundo todo: as possibilidades de prazer do corpo estavam, em conjunto com as oportunidades econômicas que Paris proporcionava, implicadas em maneiras difíceis de precisar. Porém, apenas com a Revolução Industrial em conjunto com o avanço das transformações capitalistas do espaço urbano e as migrações em massa, que as cidades passaram a ser não só condensadoras como produtoras de uma subjetividade genérica que, a partir de 1869, seria construída socialmente e historicamente como “*homossexual*” (ALDRICH, 2005, p, 167).

Para o historiador John D’Emilio (1983), a partir da Revolução Industrial, migração, capitalismo e urbanização estariam intrinsecamente relacionados com a construção da identidade homossexual: homens e mulheres migrariam do campo _onde estavam inseridos em comunidades cuja vigilância sobre seus corpos era maior_ para as cidades crescentes, nas quais, por meio do trabalho remunerado, teriam maior independência e controle sobre seus próprios corpos, libertando-se, dessa maneira, dos laços econômicos familiares comuns aos grupos comunitários rurais⁸. Nas cidades, as pessoas que desejavam outras do mesmo sexo não teriam dificuldades para a realização dos desejos, pelo contrário: anonimato, mobilidade, oferta de corpos, indiferença, espaços que “*concentriam a cidade*” _como banheiros e parques públicos, casas de banho, estações de trem, galerias de teatros (BECH, 1997, p, 159) _ com toda sua fluidez de corpos diferentes, estranheza, indiferença mútua, anonimato, perigo e vigilância. Tudo isso facilitaria o contato sexual.

A cidade, mesmo com o anonimato oferecido pelas massas urbanas, contraditoriamente pavimentaria o caminho para a formação identitária “*homossexual*” e “*lésbica*”, porque no urbano os corpos identificados (ou estigmatizados) com essas subjetividades se tornaram *legíveis*, para si e para os outros, reconhecendo-se, agrupando-se ou repelindo-se. Ou seja: a migração trouxe a oportunidade e/ou a necessidade de corpos se libertarem da vigilância do meio rural; o capitalismo forneceu os meios necessários para estes corpos se libertarem da dependência econômica familiar, dando-lhes certa *autoridade* sobre seus próprios corpos; a urbanização produziu espaços que por sua vez forneceram oportunidades de encontros sexuais e reconhecimento, além de proporcionar o anonimato que não só protegia como tornava legível a preferência sexual.

Durante o século XX, a metrópole passaria a ser identificada como o *habitat* por excelência das sexualidades não normativas, a ponto de se tornar sinônimo de homossexualidade e perigo para as famílias no século XX: grandes cidades norte-americanas eram apontadas como antros de perdição, fomentando a suburbanização da América (ABRAHAM, 2009, p. 169-181); na Europa, a Berlim de Weimar, segundo Mel Gordon (2006), teria sido uma experiência urbano-sexual tão poderosa que atrairia acusações de decadência por parte do regime Nazista, culminando com a morte de milhares de homossexuais nos campos de concentração, conforme relata o documentário “Parágrafo 175” (EPSTEIN, FRIEDMAN, 2000⁹). Por meio de relatos de homossexuais sobreviventes da perseguição nazista e de imagens históricas, o documentário reconstrói o imaginário erótico e as topografias sexuais berlinenses. Conforme o sobrevivente Heinz F: “*Hoje em dia é difícil imaginar o quão selvagem que foi Berlim depois da I Guerra Mundial. Tudo era uma desordem. Os homens dançavam juntos e as mulheres também*”. A experiência alemã aponta que seria nas grandes cidades que a consciência política e dos desejos homoeróticos caminham juntas na formação de uma subcultura e de uma comunidade autopercebida como homossexual: teria sido em Berlim, entre 1896 e 1922, que um pioneiro

⁸ O artigo influente, para a Teoria Queer, de John D’Emilio foi publicado originalmente em 1983. Cito o artigo reproduzido em. ABELOVE, Guy (Ed.). *The Lesbian and Gay studies reader*. Nova York: Routledge, 1993. P. 467-476

⁹ Parágrafo 175 (Paragraph 175). Direção: EPSTEIN, Rob; FRIEDMAN, Jeffrey. EUA/Alemanha/Inglaterra, 2000. 81 minutos.

ativismo político homossexual surgiu, com as primeiras publicações (“Der Eigene”), enclaves residenciais (Nollendorfplatz), grupos organizados e manifestações pró-direitos civis, como o encabeçado pelo médico Magnus Hirschfeld (que lutava pela revogação do Parágrafo 175 do Código Penal alemão de 1871). Ainda, seria nas cidades onde homossexuais foram exitosos na formação de enclaves urbanos (como os guetos gays anglo-saxões) com certa homogeneização residencial, negócios próprios e orientados e políticas locais que direitos civis pioneiros foram alcançados (KENNEY, 1998). Ao conformar territorialidades e reconhecimentos legais, estas cidades reforçariam rotas migratórias, ampliadas com os recentes avanços da globalização.

As sexualidades não ficariam imunes aos efeitos da intensificação do fluxo de corpos, imagens e discursos para além das fronteiras nacionais com o avanço da globalização: a migração para as grandes cidades globais produziram tensionamentos e hibridizações que perturbariam identidades e coletividades, em uma assemblagem de atores, espaços, narrativas de vida e imaginários. Para o geógrafo Jon Binnie (2004), a migração teria posição destacada nas narrativas homossexuais, representando uma maneira na qual espaço e local convergem para a formação de culturas, comunidades e identidades sexuais. Segundo Binnie, para produzir sua identidade e possivelmente sobreviver enquanto indivíduo, um homossexual *necessitaria* migrar para uma grande cidade, tornando-se impossível, neste movimento, separar o econômico do social e do sexual (2004, p.89). Na conformação de uma identidade homossexual, não só a migração *para* a cidade seria importante, mas também dentro *da* cidade: os subúrbios, dentro do contexto norte-americano, seriam identificados como não atraentes aos homossexuais pela prevalência de um estilo de vida baseado em residências unifamiliares heterossexuais, sendo os centros de cidades considerados mais diversos, cosmopolitas e tolerantes (HUBBARD, 2012, p.82).

Ainda, os migrantes que assumem suas sexualidades em cidades globais como Nova York, São Francisco, Paris, Sydney ou Londres, desenvolveriam um senso de lealdade em relação a estes núcleos urbanos (BINNIE, 2004, p.122) reproduzindo a permanência destas cidades no imaginário gay global como espaço de tolerância e emancipação, como local seguro para aqueles sujeitos às diversas formas de constrangimento homofóbico em suas cidades e/ou países de origem. Nesta mistura de imaginários e movimentos migratórios, a globalização, os nacionalismos e as sexualidades são problematizados: a formação de expatriados sexuais ao mesmo tempo em que cristalizariam noções de uma possível “*cidadania sexual global*” (BINNIE, 2004, p.2) também conflita com localidades acerca de sexualidades e identidades de gênero, impactando nas intersecções entre raças e nacionalidades e nas políticas sexuais de países. A migração por motivos de orientação sexual não seria inócua: teria refeito os contornos do que seria uma modernidade homossexual em nível global (MANALANSAN IV, 2002). Desta forma, o impacto da globalização e dos movimentos migratórios homossexuais teriam repercussões na formação identitária, cultural e material, além de política, em múltiplos níveis: do corpo ao Estado-nação até espaços transnacionais e geopolíticos.

As políticas sexuais de alguns países, ao lado do posicionamento de cidades no imaginário gay global, também servem como propulsoras de movimentos migratórios: de atração, caso haja leis tolerantes, e de expulsão, no caso de leis opressivas. Conforme Arango (2000), hoje os fatores políticos são mais influentes do que econômicos, sendo os desequilíbrios comparativos entre direitos reconhecidos nacionais um dos propulsores de correntes migratórias (ARANGO, 2000, p 37). Por exemplo, países com legislação discriminatória no Oriente Médio fornecem contingentes migratórios para Israel, onde uma série de direitos civis foi alcançada pela comunidade lésbica, gay, bissexual e transexual israelita, como reconhecimento de uniões entre o mesmo sexo e cirurgias de redesignação sexual legalizadas. Em Istambul, na Turquia, grande parte dos 5000 transexuais que viviam na cidade em 2010 veio do interior do país¹⁰.

¹⁰ Sobre a migração transexual para Istambul ver : <<http://www.eurasianet.org/node/62443>>. Acessado em maio de 2015.



Na África, a tolerante legislação sul-africana incentiva a migração de contingentes homossexuais de países vizinhos mais hostis, tornando a Cidade do Cabo uma das cidades gays globais (MACKAY, 2012). A hostilidade de alguns contextos nacionais à homossexualidade criaria a figura do “exilado sexual” ou “*sexilio*” (GUZMÁN, 1997, *apud* MARTINEZ-SAN MIGUEL, 2011): aqueles indivíduos que, para sobreviver, têm que deixar seus locais de origem, ao sentirem-se perseguidos por suas identidades sexuais e por seus corpos.

Em países que reconhecem a orientação sexual como base para asilo político, como Alemanha, Austrália, Áustria, Canadá, Dinamarca, Finlândia, Holanda, Nova Zelândia e Suécia (RANDAZZO, 2005, p.35), a figura jurídica do “exilado sexual” tem limites imprecisos com o migrante. Além da possibilidade de exílio, o reconhecimento da união de casais do mesmo sexo no ordenamento legal de países como África do Sul, Israel, Espanha, Portugal, Argentina, Canadá e de diversos estados norte-americanos influenciaria nas decisões migratórias de casais homossexuais e na formação de casais binacionais¹¹. Já nos países com facilidades legais para redesignação sexual e de gênero, como França, Argentina e Israel, fluxos de transexuais em direção às suas capitais são conformados. Assim, cidades e países específicos tornam-se pontos de encontro de dissidências sexuais, de corpos em transição, de diferentes interseções entre gênero, raça, nacionalidade e orientações sexuais, em múltiplas estratégias de sobrevivência e hibridização.

Dentre estas estratégias de sobrevivência no estrangeiro, permanecer um indivíduo desejável por outros corpos é crucial nas “*zonas de contatos etnosexuais*”, conformadas nas encruzilhadas transnacionais proporcionadas pelas grandes metrópoles globalizadas (FARRER; DALE, 2014). Fundamentando-se na Teoria dos Campos Sexuais (TCS) – por sua vez derivada dos campos de Pierre Bourdieu – Farrer & Dale sugerem que com a globalização dos campos sexuais emergem os campos sexuais inter-raciais, nos quais os corpos migrantes são posicionados de acordo com hierarquias de desejo conformadas por discursos acerca de raça, etnia, gênero, sexualidade e nacionalidade. Os campos sexuais são similares aos bourdieusianos: espaços relativamente autônomos nos quais desejos eróticos individuais são construídos coletivamente por meio de lógicas próprias de julgamento e estratificação (as “*estruturas de desejo*”) que posicionam os indivíduos participantes do campo de acordo com a aquisição (ou falta de) específicos atributos (o “*capital sexual*”). Em processos de socialização de desejos, as pessoas então desenvolveriam distintos “*habitus eróticos*”, que seriam predisposições existentes que as guariam em direção a específicas parcerias e/ou subculturas sexuais. Estes *habitus*, ao serem socializados, conformariam e também seriam conformadas pelas estruturas de desejo (GREEN, 2014, p.25-56). Assim, ao adentrar em outro país, o migrante se depararia com novos *habitus* eróticos, sendo as zonas de contato etnosexual uma arena de negociações com a qual este deve aprender a lidar.

Nestas zonas de contato etnosexual, os migrantes lidam com estruturas de desejo, capitais sexuais e *habitus* eróticos distintos aos de seus locais de origem, os levando a diferentes percepções de seus posicionamentos dentro do campo e estratégias. Para Farrer & Dale, o deslocamento para campos sexuais inter-raciais teria os seguintes efeitos sobre os migrantes: “marginalização sexual” (sentimento de falta de oportunidades sexuais); “dessexualização” (sentir-se não atraentes, repercutindo na autoestima) e a “desorientação” (conflitos com convenções morais nativas e/ou locais). Estes efeitos levariam às seguintes estratégias de sobrevivência pelos migrantes: “resignação” (aceitar a posição marginal dentro do campo); “resistência” (lutar por alternativas); “mobilidade geográfica” (mudar-se para outra cidade); “fluidez de gênero” (gender fluidity), comportar-se em maneiras entendidas como adequadas pelos locais ou diferentes de percepção de gênero do migrante e, por fim, a “adaptabilidade

¹¹ Segundo a organização não governamental “*Immigration Equality*”, focada nas migrações homossexuais, seriam pelo menos 36 mil casais binacionais do mesmo sexo nos Estados Unidos. Disponível em <<http://immigrationequality.org/>>. Acessado em março de 2014.



racial”: perseguir comportamentos valorizados pelos nativos ou conformar-se a estereótipos raciais locais (FARRER; DALE, 2014). Deste conjunto de estratégias e percepções emerge um questionamento: as sexualidades não seriam inatas, atemporais, imutáveis e fixas em pontos no espaço. No caso dos migrantes sexuais, torna-se necessário considerar os deslocamentos para diferentes campos sexuais inter-raciais e seus posicionamentos dentro das zonas de contato etnosexuais na sedimentação de suas subjetividades. Assim, processos de “re” e “des” territorialização tornam-se fatores importantes na discussão da sexualidade.

Migrações homossexuais brasileiras

No Brasil, a migração para as grandes cidades também seria importante na formação de uma comunidade autorreconhecida como homossexual e na formação de distintos campos sexuais homossexuais em nossas metrópoles. Para Richard Parker a formação de subculturas homossexuais emergentes em praticamente todas as metrópoles nacionais indica que a orientação sexual estaria implicada nos movimentos migratórios em diversos níveis e sobre os quais agem forças variadas, entre econômicas e midiáticas (PARKER, 1999, p. 180-221). Parker aponta para alguns estágios e padrões migratórios: a migração do rural para o urbano, da cidade pequena para o centro regional (Brasília, Fortaleza, Belém, etc.), deste para as metrópoles nacionais (Rio e São Paulo) e destas para as globais (Barcelona, Miami, Londres, Milão), tendo como fio condutor a procura por ambientes sexualmente mais arejados e de possibilidades. Ainda, especifica pequenas “migrações” entre cidades com o objetivo de contatos sexuais esporádicos (em um movimento de separação entre a subjetividade sexual e a localidade geográfica) e outras que têm como guia desejos eróticos por específicos tipos físicos (o negro baiano, o caboclo nordestino, o louro catarinense). Parker aponta também para alguns fatores que facilitariam a migração: a existência de um circuito subcultural gay na cidade (boates, bares, grupos, saunas, etc.), facilitando a entrada de um indivíduo na comunidade e estabelecimento de laços afetivos e filiais; existência de amigos e/ou parentes também homossexuais (que servem como âncora e porta para grupos) e possibilidades de emprego e, por fim, a estabilidade financeira (que mesmo frustrada, seria minimizada pela liberdade sexual da metrópole). Assim, Parker conclui que a migração motivada pela necessidade de vivenciar-se como homossexual seria elementar tanto nas sedimentações subjetivas do indivíduo quanto na conformação de subculturas gays metropolitanas e mesmo nacionais.

A migração também foi apontada por outros pesquisadores, como James N.Green (1999) e Nestor Perlongher (1987), como importante na formação de subjetividades e estereótipos homossexuais no Brasil. Para Green, uma consciente migração homossexual para o Rio de Janeiro já acontecia no final do século XIX e teria sido fundamental na emergência de Copacabana como o primeiro bairro do país com uma visível, assumida e autorreconhecida comunidade “gay” durante os anos 50 do século XX, contribuindo para a inserção da então capital brasileira no imaginário nacional como cidade permissiva. Para Perlongher, a migração homossexual para São Paulo conformou territórios, estereótipos e comércios sexuais, em intersecção com classe e raça: prostitutas oriundas do Sul do Brasil, loiros e brancos, eram mais valorizados do que os do Nordeste (que enviava seus homossexuais do Sertão intolerante para a capital paulista). Além disso, Perlongher indica que a existência de uma infraestrutura urbana homossexual organizada na capital paulista (com uma rede de cinemas, parques e banheiros públicos, saunas, ruas e bares apropriados por homossexuais) era um ímã para novos migrantes em busca de liberdade sexual de todo o Brasil. Para Simões e Fachinni (2008), fundamentando-se em James N. Green, a migração para o Rio e São Paulo foi também basilar na fundação dos primeiros grupos organizados em prol dos direitos civis que conformaram posteriormente o embrionário movimento político homossexual brasileiro.



Porém, a supervalorização do ambiente urbano na formação identitária homossexual tem sido avaliado criticamente, especialmente nas academias anglo-saxãs _com histórica tradição de enclaves urbanos homossexuais_ no início do século XXI. As críticas foram orientadas sob o conceito “*metronormatividade*” (HALBERSTAM, 2005, p.22-23): o pressuposto socialmente construído (especialmente no mundo anglo-saxão) de que o espaço rural seria heterossexual e que o urbano seria artificial e homossexual (HOGAN, 2010, p.243), fossilizando o urbano como referência absoluta para uma suposta vida de liberdade e satisfação sexual que, em tese, só a metrópole poderia garantir em contraposição aos ambientes rurais, tidos como opressores, homofóbicos e incapazes de fornecer vida cultural, afetiva e sexual significativa. A metrópole seria desta forma, destino *inevitável* para gays rurais: a migração orientada sexualmente torna-se impositiva. Assim, sobre uma dicotomia geográfica (rural/urbano) se constrói um elemento determinante da formação identitária homossexual.

A mesma dicotomia urbano/rural está presente na formação identitária dos homossexuais no Brasil, afetando os movimentos migratórios nacionais, conforme indicado por Richard Parker: a cidade é construída no imaginário gay brasileiro como lócus de modernidade, movimento, liberdade sexual, aceitação, oferta de corpos e de produtos da moda. Isto em contraposição com o rural: considerado parado, atrasado, opressivo, tedioso. Essa construção seria uma bricolagem constituída de diversos fragmentos (PARKER, 1999, P.185): a carta de um amigo, a revista gay de circulação nacional, o guia gay da Internet, a novela da Rede Globo, etc. Assim, é possível afirmar que o Brasil teria sua própria metronormatividade, com consequências similares às observadas no mundo anglo-saxão: as metrópoles nacionais, especialmente Rio e São Paulo, são fossilizadas como única alternativa para o gay oriundo do meio rural e de cidades pequenas e médias de todo o Brasil enquanto exclusiva referência de sociabilidade homossexual possível no país. A prevalência de Rio e São Paulo, como destino impositivo e referência absoluta de um estilo de vida gay moderno, teriam consequências homogeneizantes sobre as subculturas gays locais, de Porto Alegre a Belém.

Para Perlongher, os variados tipos de contatos sexuais entre o mesmo sexo no Brasil, não deveriam ser entendidos como “*simples traduções dos homossexuais, heterossexuais e bissexuais que povoam as terras anglo-saxônicas*” (1987, p.40). Para o antropólogo argentino, o desejo e a prática homoerótica no Brasil “*teria sua história e lógica própria*” (1987, p.40). Para Parker, a homossexualidade no Brasil “*deve ser considerada menos como um fenômeno unitário do que fundamentalmente diversa*” (1999, p.27) Dessa maneira, se deveria entender que as práticas homoeróticas entre homens no litoral nordestino teriam especificidades que as afastariam daquelas praticadas em Ipanema; o estilo de vida gay proporcionado pelos Jardins, em São Paulo, seria distinto dos oferecidos pelas cidades ribeirinhas da Amazônia; o turista gay global de Florianópolis não vivenciaria a sexualidade construída tendo como referências deuses afro-brasileiros do Recôncavo Baiano. Porém o estilo de vida homossexual paulista e carioca seria reproduzido nacionalmente em uma assemblagem de referências estéticas, culturais e estereotipadas (o corpo do carioca, o vestir do paulista, gírias locais, modelos de negócios e entretenimento, etc.), tendo impacto sobre as subculturas homossexuais tradicionais de outras regiões brasileiras.

Somado a isso, Rio e São Paulo teriam suas subculturas homossexuais formadas dialogicamente em relação a específicas cidades européias e norte-americanas construídas socialmente como extensões imaginárias, devidos a similaridades entre suas vidas culturais e notívagas: Miami para o Rio de Janeiro, Londres e Nova York para São Paulo¹². Recentemente, Tel Aviv (patrocinada pelo governo israelense) exportou suas festas e sua imagem de cidade

¹² Em diversas revistas e sites gays, as ligações entre as cidades citadas são recorrentes. O Rio de Janeiro importa marcas de festas gays de Miami (como a White Party) e exporta as cariocas para o Brasil (especialmente Brasília, Salvador e Florianópolis). São Paulo, além de ter em Londres e Nova York suas referências de vida noturna, exporta seus modelos de negócio (como as boates The Week e Blue Space), para diversas cidades do Brasil (Brasília, Florianópolis) e mesmo do mundo (como Buenos Aires e Barcelona).

liberal para Brasília e Rio de Janeiro¹³ _enquanto a própria capital fluminense tornou-se item de exportação destinado aos roteiros globais do turismo gay_ iniciando novos diálogos. Esses intercâmbios com subculturas gays exógenas foram apontados por Parker, para quem existem diversas interfaces entre cidades globais e migrações dentro e fora do Brasil na formação de subculturas gays urbanas brasileiras (PARKER, 1999. P 180-221).

Entretanto, desde o início dos anos 2000, tem-se percebido uma interiorização de manifestações de possíveis sociabilidades homossexuais para além das grandes metrópoles nacionais, como as diversas paradas gays realizadas em pequenas e médias cidades Brasil afora comprovam (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LESBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSGÊNEROS, 2013). Além disso, os dados do Censo 2010 _o primeiro a levantar população de indivíduos e de casais homossexuais na história brasileira_ forneceram algumas surpresas: as cidades com maior número proporcional de pares do mesmo sexo não foram as grandes metrópoles nacionais e sim pequenas cidades do interior do Brasil, como Tiradentes, Rodeiro e Pequeri (em Minas Gerais); Águas de São Pedro e São João de Itacema (São Paulo), todas estas com populações abaixo de seis mil habitantes. Entre as dez cidades com maior população declarada de homossexuais, quatro eram cidades com população entre 500 mil a 100 mil pessoas: Florianópolis (SC), Maricá (RJ), Marituba (PA) e Parnamirim (RN). Maricá (pouco mais de 100 mil habitantes) seria a cidade brasileira com maior população homossexual: 12% se declararam pertencer à identidade. Entre as capitais, Florianópolis (com 420 mil habitantes), emergente polo de destino do turismo gay mundial, apresentou maior população, de 11%. Ainda segundo o Censo, as cinco capitais com maior população homossexual, em ordem decrescente, seriam: Florianópolis, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo e Fortaleza. Em relação à quantidade de casais do mesmo sexo, o Censo levantaria 60 mil em todo o país, sendo as cidades que mais concentrariam numericamente seriam em ordem decrescente: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Fortaleza e Porto Alegre.

Os dados permitem diversos questionamentos: Por que cidades tão pequenas como Tiradentes, Rodeiro e Pequeri (em um suposto interior mineiro reacionário e tradicional) apresentaram maior proporção de pares do mesmo sexo do que cidades tidas como liberais como Brasília e Rio de Janeiro? Porque cidades como Maricá, Parnamirim e Marituba (que compartilham a característica de estarem nas áreas metropolitanas do Rio, Natal e Belém, respectivamente) permitiriam maior enunciação, por parte dos homossexuais locais, de sua orientação sexual? Além disso, o que fatos como a eleição de políticos abertamente homossexuais em cidades como Cajazeiras e Pilar (PB), Caruaru (PE), Pedra Preta (MS), Bauru e Piracicaba (SP), Cruz Alta (RS), Colônia do Gurguéia (PI), Alfenas (MG) e Florianópolis (SC) podem sugerir? Os casos apontados pelo Censo e a eleição de políticos homossexuais permitiriam questionar a metronormatividade dentro do Brasil: seria possível usufruir de uma sociabilidade homossexual produtiva e gratificante fora das metrópoles absolutas de Rio e São Paulo.

Entretanto, uma observação deve ser feita: com o advento da Internet, das salas de bate-papo *online*, das redes sociais e dos aplicativos de geolocalização gays (como “Grindr”, “Scruff”, “Hornet”, “Gaydar”, “Moovz”, etc.), a sociabilidade homossexual em pequenas cidades (e mesmo no meio rural) seria reconfigurada, desestabilizando polaridades como centro e periferia, urbano e rural. Conforme Richard Miskolski (2014):

[...] as mídias digitais tiveram impacto profundo nas cidades médias, pequenas e na zona rural, pois passaram a prover uma possibilidade inédita de socialização homoerótica para pessoas em contextos sem circuitos comerciais segmentados para um público homossexual¹⁴

¹³ O governo israelense fez maciça campanha publicitária em boates gays do Brasil para vender Tel Aviv como cidade liberal e aberta ao turismo gay, o que levou o embaixador israelense no Brasil a receber o prêmio da ONG brasileira Estruturação em 2012 por seu apoio aos direitos LGBT. A marca de festa israelense “Arisa” foi realizada em Brasília, São Paulo e Rio, com DJs e bailarinos israelenses.

¹⁴ Ver nota 7 em MISKOLSKI, Richard. Negociando visibilidades: segredo e desejo em relações homoeróticas masculinas criadas por mídias digitais. In. Revista Bagoas. 11 (2014); 52-78



Ainda que “(e)m uma cidade pequena ou em uma zona rural, dificilmente o Grindr terá relevância”, pois depende “do movimento que só a metrópole é capaz de produzir” (MARTINS FILHO, 2014), a possibilidade de encontrar parcerias sexuais e/ou afetivas por meio destes aplicativos desterritorializa-se, permitindo novas formas de ocupações espaciais, enevoando as fronteiras do que é rural e do que é citadino, da metrópole e da pequena cidade, reformulando sentidos de urbanidades e convergindo para Manuel Delgado (1999), para quem o urbano tem lugar em contextos que transcendem os limites da cidade enquanto território, configurando um modo de vida, mais do que uma espacialidade física (DELGADO, 1999; 11).

A metronormatividade: valorização do urbano e vetores de exclusão

Todas essas informações acima citadas permitem uma avaliação crítica da metronormatividade do Brasil e da suposta qualidade de vida que cidades como Rio e São Paulo proporcionariam aos homossexuais. Para Scott Hering (2010, P. 1-29), a metronormatividade seria baseada em seis “eixos”, ou pressupostos, não necessariamente verdadeiros: primeiro, o “*narrativo*” que supõe ser a cidade um caminho de mão única para a liberdade sexual; segundo, o “*racial*”: a suposição de que cidades seriam menos racistas, mais diversas e tolerantes do que ambientes rurais; terceiro, o “*socioeconômico*”, que seria não só os imperativos econômicos, mas também o acesso aos símbolos de status que seriam conformados à construção de uma identidade homossexual urbana (e que só estariam disponíveis na grande cidade); quarto, o “*temporal*”: o pressuposto de que apenas o homossexual urbanizado seria dinâmico e à frente do tempo em contraposição ao rural estagnado e/ou atrasado; quinto, o “*epistemológico*”: a suposição de que apenas a grande cidade forneceria status intelectual privilegiado ao homossexual urbanizado e o sexto, o “*estético*” que seria uma síntese dos eixos socioeconômico, temporal e epistemológico, formando uma “*estilística*” da homossexualidade urbana na qual uma complexa teia de tendências estéticas, nichos socioeconômicos, preconceitos horizontais e espacialidades funcionariam mais como vetores de opressão, exclusão e normatização sobre homossexuais rurais do que de liberdade e assimilação metropolitana.

Faço aqui uma ponte entre os campos sexuais inter-raciais propostos por Ferrer & Dale e a crítica metronormativa de Hering: os sentimentos de marginalização, dessexualização e de desorientação citados pelos primeiros seriam conformados pelos migrantes ao depararem-se com os vetores excludentes sugeridos pelo segundo. Conforme observação já citada de Perlongher, corpos migrantes são hierarquizados nas estruturas de desejo da prostituição viril paulistana, indicando as possibilidades de posicionamentos dentro dos campos sexuais de acordo com corpos valorizados em São Paulo. Os campos sexuais são conformados também por meio de compartilhamentos de ideais narrativos, raciais, socioeconômicos, temporais, estéticos e epistemológicos que edificam estruturas de desejos, capitais sexuais e habitus eróticos, tanto em relação à dicotomia rural/urbano quanto aos espaços transnacionais nas capitais globalizadas e também às capitais brasileiras com grande e diversificado contingente migratório, como Brasília e Goiânia¹⁵. Frente às estruturas de desejo diferentes daquelas de seus países e cidades de origem, aos migrantes cabe formular estratégias para sobreviver nas zonas de contatos etnosexuais das grandes metrópoles (tantos globais quanto brasileiras) e a construir novos imaginários sexuais distintos e/ou complementares aos dos nativos. Conforme Milton Santos, os migrantes “*precisam criar uma terceira via do entendimento da cidade. Suas experiências vividas ficaram para trás e nova residência obriga a novas experiências*”

¹⁵ As duas capitais foram as que mais atraíram migrantes em 2013, segundo IBGE. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/28/brasil-e-goiania-sao-as-metropoles-do-pais-que-mais-atraem-migrantes-diz-ibge.htm>>



(SANTOS, 2012, p.328). A formulação de um novo entendimento da cidade abarcaria seus campos sexuais e o entendimento de seus vetores de exclusão, conformando um terceiro espaço para as sexualidades dos migrantes.

Estes vetores de exclusão e opressão (física, estética, epistemológica e subjetiva) seriam ainda mais visíveis na desigual sociedade brasileira: homossexuais negros, mestiços, efeminados, periféricos e pobres estariam mais sujeitos aos preconceitos classistas e desamparados frente à violência homofóbica (institucional ou individual), além de serem percebidos como tendo pouco capital sexual, sendo posicionados nos patamares inferiores dos campos sexuais urbanos brasileiros. As diversas formas e corpos do desejo homoerótico brasileiro (como os apontados por Perlongher) seriam sujeitos, em nossas metrópoles, aos estereótipos importados dos grandes centros globais gays e mais valorizados no Rio e em São Paulo, sendo escalonados em hierarquias de desejo nacionalmente construídas a partir destas duas cidades.

Divisões físicas e subjetivas de classe e raça funcionam assim como barreiras à assimilação dos migrantes: a incorporação destes por nossas metrópoles não se daria sem conflitos e atropelos sobre a autoestima dos homossexuais migrados, especialmente naqueles que não se encaixariam na *estilística* urbana gay apontada por Hering. A homofobia horizontal entre a própria comunidade gay_ produto de complexas teias de preconceitos de raça, classe e gênero_ seria mais verificável nas grandes cidades do que no campo: os homossexuais urbanitas seriam menos solidários e levantariam mais muros entre si, especialmente entre aqueles de classes distintas. O denominador comum entre homossexuais ricos e pobres, brancos e negros, viris e afeminados, que seria a opressão heteronormativa, estaria subjugada às distinções de classe e privilégios sociais na metrópole. Desta forma, a construção de ambientes mais tolerantes e possivelmente mais solidários em cidades pequenas poderia funcionar como alternativa às metrópoles excludentes.

A crítica metronormativa seguiria visíveis indícios, tanto na Europa quanto na América do Norte, de que pequenos centros urbanos estariam tornando-se não só mais tolerantes como apresentando emergentes subculturas gays, chegando mesmo a atrair homossexuais outrora metropolitanos. Por exemplo: na França, a geógrafa Marianne Blidon (2008) afirma que casais homossexuais em pequenas cidades francesas teriam percepção de tolerância nos espaços públicos urbanos similares às observadas em Paris enquanto Scott Hering (2010) coleta exemplos de cidades no interior norte-americano com forte vida gay, convergindo para a revista *The Advocate* (que afirmou em 2013 que cidades pequenas, com população abaixo de 500 mil habitantes, como Spokane, Tacoma e Springfield seriam tão liberais quanto San Francisco¹⁶). No Brasil, se poderia questionar a emergência de Tiradentes como pólo gastronômico, histórico e cultural em relação com o primeiro lugar entre as cidades com maior quantidade de casais do mesmo sexo proporcionalmente. Haveria, neste caso específico uma inversão da migração homossexual similar as que estariam ocorrendo nos Estados Unidos?

A ausência de dados além dos fornecidos pelo Censo 2010 não permitiria ainda análises mais profundas da possível inversão da migração homossexual de grandes metrópoles para cidades interioranas brasileiras. Além disso, seria interessante investigar a relação entre população baixa e maior quantidade de casamentos proporcionais. Entretanto, alguns dados nacionais indicam que nossas metrópoles não seriam necessariamente mais tolerantes com a diversidade sexual do que os rincões: Por exemplo, Brasília (segundo pesquisa organizada em 2008 pelo "Projeto Sexualidade" do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo) concentraria a segunda maior população homo e bissexual masculina do país

¹⁶ Diversos sites gays norte-americanos e canadenses têm listas acerca das cidades mais tolerantes da América do Norte. Cito a da revista *The Advocate*. Ver BREEN, Matthew. *Gayest cities in America 2013*. Janeiro, 2013. *The Advocate*. Disponível em <<http://www.advocate.com/print-issue/current-issue/2013/01/09/gayest-cities-america-2013?page=0,0>> Acessado em março de 2013.



(10,8%), só perdendo para o Rio de Janeiro¹⁷, e, ainda assim, a capital é a cidade com maior número de ocorrências homofóbicas (segundo denúncias registradas pelo Disque 100 da Secretaria Nacional de Direitos Humanos). Porém, o alto grau de escolaridade (e mesmo de renda) observado em Brasília poderia sugerir que as denúncias não necessariamente estão relacionadas com maiores índices de intolerância sexual, mas sim com maior informação sobre direitos e acessos aos órgãos estatais de combate à homofobia.

Conclusão

Ainda que não seja possível medir com precisão de que formas a orientação sexual estaria implicada nas correntes migratórias no Brasil, um fato torna-se observável: o *deslocamento físico* e *subjetivo* seria o cimento que agregaria diversos fatores que agem na construção identitária homossexual. Desde a metáfora espacial de “*sair do armário*” (ao revelar-se a homossexualidade), passando por uma provável expulsão do lar pela família¹⁸, até a migração para outra cidade, o deslocamento se faz presente nas narrativas de vida dos homossexuais. Para Anne-Marie Fortier (2003), há relação entre “*sair do armário*” e “*diáspora*”, já que ambos os termos sugerem uma partida de retorno improvável para o local de origem: sair do armário seria a perda de uma suposta origem ubíqua (a heterossexualidade) enquanto a diáspora seria a perda da terra de nascença. Para Henning Bech (1997, p. 148-151), este deslocamento estaria presente inclusive no fetiche dos destinos gays escapistas como Mykonos, Ibiza e Florianópolis: o homossexual contemporâneo deve estar sempre viajando em busca de autorrealização, novas terras, corpos e prazeres, procurando utopias fora dos controles heteronormativos. Atualmente, com a emergência do circuito turístico global gay (com suas festas e cruzeiros), com a ascensão dos condomínios para homossexuais no México, Estados Unidos e Espanha, o deslocamento reforça-se sob novas formas (físicas e temporais). Dessa maneira, o homossexual já seria um migrante nato sendo o deslocamento impositivo em sua trajetória de vida.

Estes deslocamentos reterritorializam e desterritorializam em variadas escalas: dos afetos aos desejos, passando pelos corpos, identidades, sexualidades até os espaços urbanos e transnacionais, que são conformados em múltiplas combinações de resultados diversos com limites imprecisos entre estas escalas. Corpos em transição, corpos expulsos, corpos que habitam espaços liminares, sejam dos estereótipos de gênero, sejam dos geopolíticos. Estes corpos migram em busca de uma conexão possível entre espaço, história e sociabilidade, onde possam estabilizar suas identidades e sentidos de pertencimento, seja a um grupo dissidente sexual ou a uma cidade globalizada. Nestas possibilidades de conexões, campos sexuais surgem, cada um com variadas estruturas de desejo, com corpos apreciados e descartados por suas idiossincrasias eróticas, conformando desejos individuais e coletivos. Ainda que habitando os espaços liminares do corpo, dos campos sexuais e dos Estados-nações, a busca pela estabilidade subjetiva do migrante seria, ainda assim, criativa: conforme Milton Santos, “*quanto mais instável e surpreendedor for o espaço, tanto mais surpreendido será o indivíduo, e tanto mais eficaz a operação da descoberta*” (SANTOS, 2002, p.330). A migração sexual torna-se assim uma possibilidade criativa, ao mesmo tempo em que uma necessidade imperiosa, capaz de hibridizar corpos e identidades, criando terceiros espaços possíveis de existência e de sexualidades.

¹⁷ Diversos sites brasileiros divulgaram a pesquisa. Cito a disponível em: <<http://web.archive.org/web/20110706153632/http://www.mundomais.com.br/exibemateria2.php?idmateria=334>>. Acessado em 19 de janeiro de 2013.

¹⁸ Em pesquisa do Instituto Data Popular de 2013, 37% dos brasileiros não aceitariam ter um filho homossexual. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2013/05/31/37-dos-brasileiros-nao-aceitariam-ter-filho-homossexual.htm> Acessado em março de 2013.



A migração por motivos de orientação sexual ainda está passível de maiores mensurações no Brasil e de pesquisas empíricas, porém os dados pioneiros fornecidos pelo Censo 2010 poderiam indicar possíveis questionamentos da metronormatividade no país: o pressuposto que apenas as metrópoles de Rio e São Paulo deteriam subculturas gays e liberdade sexual, tornando-se impositivas frente às trajetórias de vidas dos homossexuais brasileiros. Essa prevalência das duas metrópoles teria conseqüências homogeneizantes sobre as diversas subculturas homossexuais tradicionalmente observadas em outras regiões do Brasil, diversidade observada por Richard Parker e Nestor Perlongher. Além disso, Rio e São Paulo também produziriam seus migrantes para outras cidades globais, dialogando com estas e conformando suas subculturas homossexuais em relação ao estrangeiro e também ao nativo, indicando que sobre a construção das subculturas urbanas brasileiras incidiriam diversos fragmentos. Ainda, cidades interioranas no Brasil com alto índice de casamentos entre pessoas do mesmo sexo e de população homossexual em conjunto com uma crescente interiorização das paradas gays, sugeriria sociabilidades visíveis em centros urbanos além das grandes cidades nacionais. Concluindo, a migração, desde um nível subjetivo e pessoal até o deslocamento para outra cidade ou país, seria elementar na construção das subjetividades daqueles que desejam e amam corpos do mesmo sexo: o homossexual seria um migrante nato.

Referências

- ABRAHAM, Julie. *Metropolitan lovers: the homosexuality of cities*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.
- ALDRICH, Robert. *Gay life and culture: A world history*. Londres: Thames & Hudson, 2005.
- ARANGO, Joaquín. “Enfoques conceptuales y teóricos para explicar la migración.” *Revista Internacional de Ciencias Sociales* 165.2000 (2000): 33-47.
- BINNIE, Jon. *The Globalization of sexuality*. Londres: Sage, 2004.
- BECH, Henning. *When men meet: homosexuality and modernity*. Cambridge: Polity Press, 1997.
- BLIDON, Marianne. La casuistique du baiser. *L'espace public, un espace hétéronormatif*. Echogeo, n. 5, 2008. Disponível em <http://echogeo.revues.org/5383>; DOI: 10.4000/echogeo.5383. Acessado em março de 2013.
- BREEN, Matthew. *Gayest cities in America 2013*. Janeiro, 2013. *The Advocate*. Disponível em <http://www.advocate.com/print-issue/current-issue/2013/01/09/gayest-cities-america-2013?page=0,0> Acessado em março de 2013.
- DELGADO, Manuel. *El Animal público: Hacia una antropología de los espacios urbanos*. Barcelona: Anagrama, 1999.
- D'EMILIO, Jonh. *Capitalism and gay identity*. In. ABELOVE, Guy (Ed.). *The Lesbian and Gay studies reader*. Nova York: Routledge, 1993. P. 467-476.
- FARRER, James; DALE, Sonja. *Sexless in Shanghai: gendered mobility strategies in a transnational sexual field*. In. GREEN, Adam Isaiah (Ed.). *Sexual Fields: Towards a sociology of collective sexual life*. Chicago: Chicago University Press, 2014, p.143-170.



FORTIER, Anne-Marie. Making home: queer migrations and motions of attachment. 2003. Disponível em <<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/fortier-making-home.pdf>> Acessado em junho de 2013.

GORDON, Mel. Voluptuous panic: the erotic world of Weimar Berlin. Los Angeles: Feral House, 2006

GREEN, Adam Isaiah (Ed.). Sexual Fields: Towards a sociology of collective sexual life. Chicago: Chicago University Press, 2014.

_____. *The Sexual Field framework*. In: GREEN, Adam Isaiah (Ed.). *Sexual Fields: Towards a sociology of collective sexual life*. Chicago: Chicago University Press, 2014, p.25-56

GREEN, James N.: *Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo, Ed. UNESP, 1999

HALBERSTAM, Judith. *In a queer time and place: transgender bodies, subcultural lives*. Nova York: New York University Press, 2005

HERING, Scott. *Another Country: queer anti-urbanism*. Nova York: New York University Press, 2010

KENNEY, Moira Rachel. *Remember, Stonewall was a riot*. In: SANDERCOCK, Leonie (Ed.). *Making the invisible visible: a multicultural planning history*. Berkeley: University of California Press. P.120-132

MACKAY, Al. Cape Town: a global gay capital? Janeiro de 2012. Mambaonline.com. Disponível <<http://www.mambaonline.com/article.asp?artid=6534>> Acessado em abril de 2014.

MANALANSAN IV, Martin F. *A queer itinerary: deviant excursion into modernities*. In LEWIN, Ellen; LEAP, William L. (Ed.) *Out in theory: The emergence of lesbian and gay anthropology*. Chicago: University of Illinois Press, 2002. P. 246-263.

MARTÍNEZ-SAN MIGUEL, Yolanda. «Sexilios»: hacia una nueva poética de la erótica caribeña. In. *América Latina Hoy*, v. 58, p. 15-30, 2011.

MARTINS FILHO, Tarcísio Bezerra. *Novas formas de sociabilidade nas metrópoles contemporâneas: uma investigação acerca do uso do Grindr*. Parágrafo: Revista Científica de Comunicação Social da FIAM-FAAM, v. 2, n. 2, p. 184-199, 2014.

MISKOLSKI, Richard. *Negociando visibilidades: segredo e desejo em relações homoeróticas masculinas criadas por mídias digitais*. In. *Revista Bagoas*. 11 (2014); 52-78.

MORTIMER-SANDILANDS, Catriona; ERICKSON, Bruce. *Queer ecologies: sex, nature, politics, desire*. Bloomington: Indiana University Press. 2010

PARKER, Richard. *Beneath the Equator: Cultures of desire, male homosexuality and emerging gay communities in Brazil*. Nova York: Routledge, 1999

PERLONGHER, Nestor. *O negócio do michê: A prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Perseu Abramo, 1987.



RANDAZZO, Timothy J.. *Social and legal barriers: sexual orientation and asylum in the United States*. In. LUIBHÉID, Eithne; CANTÚ JR, Lionel. *Queer Migrations: Sexuality, U.S citizenship, and border crossings*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2005, p.30-61.

RICHARDS, Jeffrey. *Sexo, desvio e danação: As minorias na Idade Média*. Tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993

SANDERCOCK, Leonie (Ed.). *Making the invisible visible*. Berkeley: University of California Press, 1998.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Edusp, 2012.

SHEPHARD, Nicole. *Queer migrations and straight subjects*. In. *Graduate Journal of Social Science*, v. 9, n. 3, 2012.

SIDES, Josh. *Erotic city: sexual revolutions and the making of modern San Francisco*. Nova York, Oxford University Press, 2009

SIMÕES, Júlio Assis, FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

WITMAN, Carl. *The Gay Manifesto, 1969*. Disponível em <http://www.againstequality.org/files/refugees_from_amerika_a_gay_manifesto_1969.pdf> Acessado em dezembro de 2012.

Recebido: 04 maio, 2015
Aceito: 28 maio, 2015

Uma explosão de cores no ambiente escolar: apontamentos sobre identidades travestis, transexuais e pedagogia queer

A color explosion in school environment: notes about identity transsexual, transgender and queer pedagogy

Jonas Alves da Silva Junior^a

Resumo

Neste artigo, problematizamos os conceitos de travestilidade e transexualidade, com base no diálogo entre as teorias de Michel Foucault e Judith Butler. Em seguida, abordamos as principais teorias e autores/as da área para explicitar a construção das subjetividades travestis e transexuais. Como os processos de subjetivação se configuram em modos de normatização e de singularização que se estabelecem tanto no sujeito individual, como nos múltiplos espaços sociais em que este/a vive, a ingerência no ambiente escolar pode propiciar a (re)construção das identidades num processo dinâmico e continuado, invariavelmente interpelado por dispositivos sociais e curriculares. Assim, recorremos aos estudos *queer* para buscar compreender a pluralidade sexual e de gênero no contexto escolar, uma vez que as experiências transexuais e travestis na escola são múltiplas e singulares. Por isso, este artigo se encerra com uma reflexão sobre a urgência e as possibilidades de inclusão da diversidade sexual no cotidiano escolar.

Palavras-chave: travesti; transexual; gênero; sexualidade; pedagogia *queer*.

Abstract

In this article, I problematize the concepts of transsexuality, based on dialogue between the theories of Michel Foucault and Judith Butler. It also discusses the main theories and authors in the area to explain the construction of transvestites and transgender subjectivities. As subjective processes are configured in modes of regulation and singling settling both the individual subject, as in many social spaces where he lives, the interference in the school environment can provide the (re) construction of identities in a dynamic process and continued invariably approached by social and curricular devices. Thus, we turn to queer studies to try to understand the sexual and gender plurality in the school context, since transsexuals and transgender experience in school are multiple and singular. Therefore, this article concludes with a reflection on the urgency and the possibilities of inclusion of sexual diversity in school life.

Keywords: transgender; transsexual; gender; sexuality; queer pedagogy.

^a Formado em Letras e Pedagogia, com mestrado em Letras na Universidade de São Paulo - USP e doutorado em Educação na Universidade de São Paulo - USP, é Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ no Departamento de Educação e Sociedade, onde coordena a linha de pesquisa "Gênero, sexualidade, Infâncias e Educação", Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Contato: jonasjr@usp.br



Aporte teórico em torno da travestilidade e transexualidade

Michel Foucault (1984), no livro “História de Sexualidade - A vontade de saber”, colocou em xeque o conceito de sexualidade que cruzou o século XX como o componente organizador das subjetividades. Com a ressignificação da ideia de sexualidade como um elemento disciplinar e biopolítico, Foucault evidenciou o caráter histórico da produção da sexualidade no decorrer do século XIX, além do seu funcionamento na ordenação de um sistema constituído sobre o argumento do sexo-desejo.

Nesse período da história, os corpos e as práticas eróticas de crianças, mulheres, homens e mesmo do casal foram investigados para o estabelecimento da demarcação entre normalidade e patologia, em uma intervenção que uniu os discursos médico, jurídico e governamental (FOUCAULT, 1984, p. 29). A nomenclatura dos sujeitos derivou de uma arquitetura conceitual e institucional em vista da qual os corpos foram segregados e esquadrihados à exaustão, além de realizada uma classificação meticulosa das práticas sexuais que, por conseguinte, foram separadas entre práticas legais e ilegais, ou normais e anormais. Expandindo esse debate podemos indagar sobre a ação do dispositivo da sexualidade na composição do sistema sexo-corpo-gênero. Ainda que seja necessária a mobilização de outros conceitos e autores, este é um ponto que primeiramente pode ser analisado através do dispositivo da sexualidade, tal como ponderado por Foucault.

A indagação sobre a constituição do dispositivo da sexualidade remete à construção dos novos sujeitos que irão residir nos porões, não necessariamente mal aclarados, da sociedade da segunda metade do século XIX. Foucault demarcou a produção de quatro novas subjetividades engendradas no domínio do dispositivo da sexualidade: a mulher histérica, a criança masturbadora, o jovem homossexual e o casal não maltusiano. Essas quatro alegorias relacionam-se não apenas às práticas e desejos sexuais considerados no exterior de uma sexualidade legítima (FOUCAULT, 1984, p. 47). Para além dessa categorização, é de basilar importância a produção de subjetividades específicas, dentre as quais, para a presente análise, delimitamos a identidade homossexual, ou, melhor dizendo, o sujeito homossexual gerado pelo discurso médico. Mediante Foucault:

Esta nova caça às sexualidades periféricas provoca a incorporação das perversões e nova especificação dos indivíduos. A sodomia – a dos antigos direitos civil ou canônico – era um tipo de ato interdito e o autor não passava de seu sujeito jurídico. O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre como natureza singular (FOUCAULT, 1984, p. 43).

O teórico destaca que o célebre artigo de 1879 escrito pelo médico alemão Westphal, no qual apresenta as “sensações contrárias”, pode ser considerado como o nascimento do sujeito homossexual. Nesse artigo, a homossexualidade foi pormenorizada como uma categoria psicológica, psiquiátrica e médica. De acordo com Foucault:

A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androginia inferior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie. (FOUCAULT, 1984, p. 43-44)

No livro “Os anormais” (2001), Foucault trouxe à tona uma gama de ‘casos’ de sujeitos intersexuais¹. Conforme o autor, é crível delinear uma genealogia dos/as intersexuais com base na análise das diferentes formas de tratamento desses sujeitos ao longo de quatro séculos. No século XVIII, após a identificação de que uma mesma pessoa carregava os dois sexos em um mesmo corpo, então este sujeito poderia optar entre um dos dois sexos. O importante era a interdição da sodomia, em vista da qual poderia haver a condenação jurídica, que poderia levar à pena de morte (FOUCAULT, 2001, p. 93). Foucault analisou a literatura médico-jurídica sobre intersexuais entre os séculos XVI e XIX que é abastada na minúcia quanto aos exames dos corpos e as repreensões aplicadas. No decorrer daquele período, o que o teórico percebeu foi um rearranjo em relação ao tratamento da questão, isto é, o/a intersexual deixava de ser considerado um monstro da natureza e passava a ser considerado como um caso médico, uma patologia anatômica e fisiológica e, principalmente, um caso que não estaria fora da natureza, mas que passaria uma anomalia de caráter que iria aproximá-lo da marginalidade. (FOUCAULT, 2001, p. 93) As censuras posteriores ao exame médico, a partir do século XVIII, têm o sentido de uma reintegração ao sexo legítimo. Existe uma grande preocupação com a vestimenta, que deveria ser combinada com o sexo determinado pelo saber médico e, principalmente, que o matrimônio fosse realizado com um sujeito do sexo oposto.

O que se nota nessa extensa jornada histórica em torno dos/as intersexuais diz muito sobre o desenho do dispositivo da sexualidade, que se constituiu por completo no século XIX. O sexo não tolera qualquer dubiedade e se não houver correspondência entre o sexo e uma anatomia definida, então será necessária a produção de uma verdade médica que estabeleça a correta definição. Além disso, é fundamental a constituição de hábitos e vestimentas condizentes com a condição do sexo verdadeiro e, por fim, a união com o sexo oposto, única e exclusiva união matrimonial também verdadeira. Dessa forma, por meio da análise dos casos de intersexuais, Foucault pôde descrever o funcionamento do dispositivo da sexualidade que produziu o sistema corpo-sexo-gênero entre os séculos XVIII e XIX.

Judith Butler, guiada por Foucault, tornará aos/as intersexuais para rearranjar o sistema corpo-sexo-gênero. Suas proposições sobre sujeitos intersexuais cirurgicamente ‘corrigidos’ ao nascer evidenciam uma relevante continuidade com as metodologias médicas do século XVIII. Esses indivíduos contemporâneos não são mais definidos como monstros a serem eliminados ou como criminosos, todavia, são sujeitos que perante o olhar médico necessitam de uma importante ‘correção’ por meio de intervenções cirúrgicas realizadas logo ao nascer (BUTLER, 2003, p. 19). O saber médico determina o sexo verdadeiro e a cirurgia é realizada para a retirada de qualquer vestígio do sexo invasor. Não é possível suportar a dubiedade anatômica, na medida em que isso também pode significar uma dubiedade do desejo. Somente é possível suportar um corpo que carregue um sexo que corresponda ao desejo correspondente ao sexo verdadeiro. Essa é a regra de ouro da heterossexualidade normativa. Por intermédio do funcionamento dos dispositivos, tanto da sexualidade, proposto por Foucault, quanto da heterossexualidade compulsória, de Butler, podemos examinar os não tão novos sujeitos da normalização contemporânea e do sistema corpo-sexo-gênero, isto é, a subjetividade transexual.

Que corpos são esses que vivem marginalizadas do dispositivo da sexualidade? Transexuais e travestis assimilados/as no interior dos dispositivos da sexualidade e da heteronormatividade são os/as que Butler denomina de “corpos que não pesam” (BUTLER, 2003, p. 171), isto é, corpos que não valem, que não importam e que poderão ser descartados sem mais. Diferentemente dos/as intersexuais, que serão consertado/as logo ao nascer, travestis e transexuais principiam as transformações corporais na puberdade, momento em que são vítimas de múltiplas formas de exclusão e violência. Estes corpos, conforme ressaltou Berenice Bento, podem ser:

¹ Antes chamados/as de hermafroditas, os/as intersexuais possuem uma variação de caracteres sexuais incluindo cromossomos, gônadas e/ou órgãos genitais que dificultam a identificação biológica de um indivíduo como totalmente feminino ou masculino.



[...] corpos pré-operados, pós-operados, hormonizados, depilados, retocados, siliconizados, maquiados. Corpos inconclusos, defeitos e refeitos, arquivos vivos de histórias de exclusão. Corpos que embaralham as fronteiras entre o natural e o artificial, entre o real e o fictício, e que denunciam, implícita ou explicitamente, que as normas de gênero não conseguem um consenso absoluto na vida social. (BENTO, 2006, p. 19-20)

Na obra “A reinvenção do corpo - Sexualidade e gênero na experiência transexual” (2006), importante estudo sobre a experiência transexual no Brasil e na Espanha, Bento examinou uma série de elementos que produzem a experiência transexual, desde a sua introdução no Código Internacional de Doenças, em 1980, até as lutas de movimentos sociais pelos direitos de cidadania, além das experiências de entrevistadas/os que podem ser abrigadas no vasto universo da experiência transexual. Bento (2006, p. 132) assevera que:

A experiência transexual é um dos desdobramentos do dispositivo da sexualidade, sendo possível observá-la como acontecimento histórico. No século XX, mais precisamente a partir de 1950, observa-se um saber sendo organizado em torno dessa experiência. A tarefa era construir um dispositivo específico que apontasse os sintomas e formulasse um diagnóstico para os/as transexuais. Como descobrir o “verdadeiro transexual?”.

Bento também demonstra, tal como Foucault e Butler, o insaciável apetite do discurso médico em dilacerar a experiência transexual, produzindo-a como anomalia a ser tratada e, talvez, ‘consertada’. A autora parte da ideia da invenção da transexualidade a partir da segunda metade do século XX, encontrando no discurso médico todas as ligações dessa sequência constitutiva.

As proposições médicas, todas profundamente ancoradas no dispositivo da sexualidade, na heterossexualidade compulsória e no dimorfismo sexual², geraram protocolos para o diagnóstico do “verdadeiro transexual” (BENTO, 2006, p. 43), ou seja, aquele ou aquela passível de submissão às cirurgias de redesignação genital. Dessa forma, a experiência transexual é renegada a anomalia mental e, ao ser tomada como patologia após a execução de um longo protocolo médico-psicológico, confere o direito ao sujeito transexual da cirurgia de transgenitalização ou adequação sexual.

Portanto, esta formalidade está atrelada ao sistema corpo-sexo-gênero e, mormente, à heterossexualidade normativa como possibilidade de prática sexual posterior. A ótica médica irá tentar garantir uma suficiente feminilidade ou masculinidade ao corpo que será submetido à cirurgia de adequação. Ao examinar algumas experiências transexuais antes da cirurgia, Judith Butler afiança que: “As investigações e as inspeções podem ser entendidas como a intenção violenta de implementar a norma e a institucionalização daquele poder de realização” (BUTLER, 2003, p. 103).

No domínio da transdiversidade: desembaralhando as subjetividades transexuais, travestis e transgêneros

Na discussão emergente sobre sexualidade, é relevante entendermos algumas matizes e algumas controvérsias das categorias travestis, transexuais e transgêneros. Essas categorias podem dizer de diferentes contextos; por exemplo, os discursos médicos têm articulado a transexualidade mais ao transtorno de gênero a partir das normas de gênero (BENTO, 2006),

² Biologicamente falando, dimorfismo sexual é o nome dado às diferenças morfológicas entre macho e fêmea. No caso dos seres humanos, trata-se das diferenças físicas entre homens e mulheres, como, por exemplo, a presença da barba no rosto do homem e a existência de glândulas mamárias na mulher.



enquanto as travestis aparecem mais ligadas à prostituição, à violência e aos shows (TREVISAN, 1996; GREEN, 2000; BENEDETTI, 2005; PELÚCIO, 2009). Todavia, travestis e transexuais continuam em grande parte consideradas pelo senso comum como homens que se vestem de mulher.

Essas são instituídas nos índices precários de uma ordenação da estigmatização dos marginalizados. As travestis são consideradas muitas vezes exteriores ao próprio movimento LGBT, pois o elo delas com prostituição, drogas e violência é normalmente generalizada, servindo como um estigma conferido a sujeitos do grupo marginalizado. Trata-se de uma questão complexa, porque mesmo entre muitas travestis e transexuais existe uma percepção de que a prostituição poderia ser considerada um rito de passagem ou ainda mesmo como uma necessidade de sobrevivência e/ou uma possibilidade desses sujeitos (Benedetti, 2005; Pelúcio, 2009). Os ensaios de diferenciação das categorias se des/articulam nas pesquisas acadêmicas, nas ações da militância, nas políticas públicas, na história de vida das travestis e transexuais evidenciam aproximações de identidades coletivas e/ou políticas.

Notemos outras questões mais peculiares das distinções das categorias e suas in/definições. A categoria transexual, muito popularizada nos últimos anos, tem um histórico próprio. De acordo com Bento (2006), a transexualidade resulta dos discursos ligados às ciências médicas e psicológicas do início do século XX, quando, em 1910, Magnus Hirschfeld empregou a expressão transexualpsíquico. De acordo com a pesquisadora, a separação entre transexuais, travestis e homossexuais acontece mais fortemente na segunda metade do século XX: de diferentes modos, as transexuais são consideradas fruto de questões endocrinológicas e/ou da educação, visões que resultam nas justificativas de tratamento e medicalização dos sujeitos, ou seja, da patologização de transexuais e travestis.

Leite Jr. (2011), em sua pesquisa sobre a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico, e também na literatura e na filosofia, revela a maneira como essas divisões foram geradas e transformadas no decorrer dos séculos, da Antiguidade à Contemporaneidade. O autor pondera que “as matrizes conceituais que fecundaram o solo em cima do qual hoje nós plantamos e colhemos novas ideias” (2011, p. 25) é produto da fabricação e transformação discursiva dos corpos, com “gênese” na Antiguidade, quando a figura do intersexual (hermafrodita) surge indissociável da ideia do andrógino - mescla do masculino e do feminino no mesmo corpo.

Ainda para Leite Jr (2011), o sujeito intersexual/andrógino atravessará épocas e territórios no parâmetro do que se configurou chamar de cultura do Ocidente:

o novo e último hermafrodita conceitual do Ocidente, o do século XIX, é o grande pai - e mãe - das identidades “transgêneras” da segunda metade do século XX e início do XXI: travestis, transexuais, drag queens, drag kings, intersexos, crossdressers, entre tantas outras identidades em constante surgimento (LEITE JR., 2011, p. 34).

Neste sentido, compreendemos como transexuais femininas e/ou mulheres transexuais as que foram determinadas como homens no nascimento, no entanto, identificam-se como mulheres no decorrer da vida. Esse modo de nomeação está em consonância com pesquisas (Bento, 2006), que, de certa forma, se afastam de posições das ciências médicas, entre outras, que classificam sujeitos definidos no nascimento como homens, considerando-os transexuais masculinos. Essa demarcação afronta os sujeitos que não se reconhecem em corpos a partir do sistema sexo-gênero orientado pelas normas de gênero. Na perspectiva **queer**, autores/as empregam o termo transgênero para indicar alguém que se sente pertencente ao “[...] gênero oposto, ou pertence a ambos ou nenhum dos dois sexos tradicionais, incluindo travestis, transexuais, intersexuais, Drag Queens e Drag Kings” (ÁVILA; GROSSI, 2010, p. 2).

Conforme Ávila e Grossi (2010), o nexo queer não seria viável para certas regiões do mundo, como a América Latina e grupos populares do Ocidente em geral. Para as autoras, a desconstrução das identidades sociais, que elas compreendem ser defendidas por pesquisadores/as da Teoria Queer, requer a desconsideração da importância das lutas de muitos segmentos de LGBT. As posições identitárias estariam arranjadas por meio de uma agenda de combate à homofobia, e direitos humanos e cidadania LGBT. No país, essa agenda cresceu e se solidificou nos movimentos sociais LGBT com as políticas públicas de prevenção e tratamento do vírus HIV, no final do século XX (CARVALHO, 2011).

Ponderamos que tanto a Teoria Queer como argumentos de outras teorias sociais não podem ser abreviados a algumas disposições autorais que empregamos, porque as formas de vida apresentadas pelos sujeitos, seja como efeito da discursividade, seja como estabelecido em dinâmicas inter-relacionais, desafiam qualquer pretensão de autossuficiência conceitual no campo que poderíamos indicar como aquele que analisa o sistema sexo-gênero. Almeida (2010) assinala uma distinção entre reflexão crítica e ação política, retomando a questão do essencialismo estratégico. Já Miskolci questiona essa posição, considerando-a um percurso liberal-identitário que é redutor daquilo que aprezo a crítica queer, e justifica sua posição:

Diante desta nostalgia do essencialismo estratégico, vale recordar que Foucault, antes de Spivak, posicionou-se sobre o uso tático da identidade, ou seja, apenas em contextos pontuais e de curto prazo, mas, no longo prazo, defendeu a necessidade de uma estratégia não identitária (MISKOLCI, 2011, p. 66).

Avaliamos que esse debate incide no modo como travestis e transexuais se identificam. Conforme Barbosa (2010, p. 117), “[...] conceitos criados no meio acadêmico neste campo de estudos são logo absorvidos pelos sujeitos e pelos movimentos sociais”. A complexidade dos significados das categorias travesti e transexual foi examinada pelo autor, que buscou demonstrar que elas são assimiladas e elaboradas “além das convenções médicas. Concepções criadas no meio acadêmico neste campo de estudos são logo assimilados pelos sujeitos e pelos movimentos sociais” (ibidem). As relações que os sujeitos ainda podem fazer dessas categorias são assinaladas por Larissa Pelúcio:

[...] com pessoas que se autoidentificavam como transexuais, mas viviam, segundo elas mesmas, como travestis, pois se prostituíam e faziam uso sexual do pênis. Assim como estive com travestis que, em algum momento da sua vida, desejariam retirar o pênis; e outras que jamais haviam pensado naquilo, mas que começavam a estudar essa possibilidade mais recentemente, passando a cogitar a possibilidade de serem transexuais (PELÚCIO, 2009, p. 110).

A compreensão do sujeito a respeito de si, mesmo que errante, transitória, rígida, fora dos padrões de inteligibilidade para muitos, entre tantas outras, é legítima. Dessa forma, compreendemos a importância de uma análise não essencialista dos sujeitos denominados como marginalizados pela sociedade. No entanto, entendemos que as identidades coletivas e políticas de travestis e transexuais podem ser percebidas numa relação gradual e dinâmica, em configurações de vários planos.

O questionamento da diferenciação sexo/gênero indica uma descontinuidade radical entre os corpos sexuados e os gêneros culturalmente estabelecidos. Conforme Butler (2003), gênero é uma complexidade em constante transformação, de onde se derivam as identidades alternativamente constituídas e abandonadas de acordo com as propostas e as regras do

jogo em questão. Essa fluidez identitária provoca o desconforto da ambiguidade e do entre lugares dos corpos em construção. Nessa perspectiva, travestis e transexuais transgridem a distinção entre os espaços psíquicos, interno e externo, ao problematizar as categorias fundacionais de identidade: sexo, gênero e desejo.

A travestilidade e a transexualidade são componentes que propiciam as relações de opressão e de inferiorização dos direitos sociais, uma vez que a visibilidade e a materialidade desses sujeitos revelam, mais que outros, “o caráter fluído e instável das identidades sexuais” (LOURO, 2000, p.31). Os corpos artificialmente edificados indicam, concreta e simbolicamente, as possibilidades de proliferação e multiplicação das identidades de gênero e das sexualidades, destaca Bento (2006). Os processos de estigmatização que travestis e transexuais sofrem são decorrentes do rompimento com os modelos previamente dados pela normatização, ficando com isso, marcados negativamente e desprovidos de direitos a ter direitos, o chamado “corpo abjeto” (BUTLER, 2003, p.191). O corpo é moldado por marcadores sexuais que, socialmente e politicamente, demarcam-no e o desenham entre as categorias de sexo verdadeiro, de gênero distinto e de sexualidade específica.

No debate sobre corpo, sexualidade e poder, Foucault (1993) definiu o corpo como o lugar de todas as proibições, onde todas as regras sociais tendem a erguer esse corpo pelo aspecto de múltiplas determinações. As disciplinas do corpo e as regulações da população, características do século XIX, instituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. Os corpos foram vistos ao longo da história ora como máquinas, como um corpo disciplinado e adestrado, com suas aptidões ampliadas e suas forças espoliadas para se tornarem produtivos; ora como corpos espécies, por serem transpassados pela mecânica do ser vivo sendo sustentáculo dos processos biológicos: nascimento, longevidade, nível de saúde e mortalidade. Cada sociedade tem seu regime de verdades, tipos de discurso que escolhe e os que fazem funcionar como verdadeiros. São designadas regras de condutas e ações, o que é ou não permitido. O poder gera saber, sendo assim, é possível construir um saber sobre o corpo mediante a análise de instrumentos de controle e poder.

Da articulação da estigmatização com a produção das relações de poder emergem as desigualdades sociais. Sendo todas as relações constituídas como de poder, elas acarretam em seu bojo um contra-poder, isto é, uma resistência. Esta forma de análise do poder e das resistências pode ser tomado como ferramenta para desestabilizar a estigmatização vivida pela população de travestis e transexuais no ambiente social e como essas pessoas constroem estratégias de sobrevivência na defesa de seus direitos e na construção da cidadania.

O ser humano, mesmo antes de nascer, encontra-se atado em uma teia de saber-poder que define os modelos existenciais, sinalizados por modelos capitalistas, religiosos e heteronormativos, na ótica binarista de valorização dos normatizados e punição aos diferentes. São os processos de subjetivação, isto é, “(...) as maneiras com que as pessoas são colocadas à disposição do campo social, os modos de existir no mundo” (GUATTARI & ROLNIK *apud* PERES, 2004, p. 237). Esses processos de subjetivação se configuram em modos de normatização, aqueles responsáveis pela manutenção da ordem estabelecida e da moral vigente, e modos de singularização, que se mostram como contra-poderes ou resistências. Sendo assim, de acordo com o modo de subjetivação operante, as pessoas serão mais normatizantes ou mais resistentes aos processos de normatização. Se os processos de subjetividade se estabelecem tanto no sujeito individual, como nos múltiplos espaços sociais em que este vive, a ingerência no ambiente escolar pode propiciar a (re)construção das identidades num processo dinâmico e continuado, invariavelmente interpelado por dispositivos sociais e curriculares.



A pedagogia queer

Concretizar apontamentos sobre experiência transexual e a escola ocasionou uma aproximação com a Teoria Queer³. Esse referencial teórico baliza concepções pelas quais é possível problematizar a ideia da necessidade da classificação social fixa e binária e da obsessão pelas identidades sexuais, como impulsionadas pelas disciplinas e também pelo controle. A escola contemporânea não suporta lidar com a desestabilização das suas verdades e a afasta produzindo e reiterando a norma, sucessivamente, para que possa classificar de forma mais ativa as nuances entre os binarismos. De acordo com Swain (2009, p. 26):

Estou falando da interpretação binária do mundo, não somente em relação aos sexos, homem/mulher (na ordem), mas igualmente quanto à visão dualista do que compõe a inteligibilidade da vida: o bem e o mal, o bom e o mau, o real e o imaginário, o puro e o impuro, o claro e o obscuro, o verdadeiro e o falso, o belo e o feio, o espírito e a matéria, a vida e a morte. As filigranas, as nuances, que fazem o maravilhoso no desabrochar da vida são assim reduzidas ao silêncio e à monotonia de mais uma conexão binária: eu e o outro.

O que inquieta tanto a escola em relação a esses sujeitos? Seriam a fabricação dos corpos? Seria a ambiguidade, a imprecisão? Seriam as verdades da escola no que se refere a esses corpos? Conforme César (2009, p. 48):

Alunas/os e professoras/es gays, lésbicas, bissexuais, [travestis] e transexuais compõem a diversidade contemporânea da instituição escolar; entretanto, para esta instituição que nasceu disciplinar e normatizadora, a diferença, ou tudo aquilo que está fora da norma, em especial, a norma sexual, mostra ser insuportável por transbordar os limites do conhecido.

O que se pensa como desafio é a compreensão a partir de um campo epistemológico e político desconhecido, levando em conta que o conhecido está engendrado na heteronormatividade compulsória. Faz-se importante pensar sobre as formas como a escola contemporânea estabeleceu-se em um espaço de controle e governo dos corpos e das mentes, gerando as normas regulatórias que amparam o sistema corpo-sexo-gênero e, por meio das teorizações **queer**, também investigar os imperativos heteronormativos que arquitetam os processos de exclusão (BUTLER, 2003).

Travestis e transexuais concretizam o funcionamento da escola como uma engenharia biopolítica em que permanecem, em geral, os corpos e subjetividades almejavéis, isto é, heterossexuais e normalizados ou não-heterossexuais camuflados. Aos outros corpos e subjetividades cria-se um posicionamento exterior à instituição escolar, por meio de discursos e práticas pedagógicas, que quando bem engendradas, resultam, com sucesso, na expulsão dos sujeitos 'anormais' para a garantia de estabilidade dos normalizados. Como a escola se constituiu em uma engrenagem da máquina normativa de exclusão sistematizada de travestis e transexuais? (CÉSAR, 2008, p. 9). A concepção de racismo, ligado à biologia, elaborado por Foucault, ao examinar a emergência do biopoder (FOUCAULT, 2008) é cabal para se refletir sobre esses processos. Dessa forma, nas investigações de Silvío Gallo (2009, p. 36):

³ De acordo com Louro, o significado do termo **queer** está diretamente ligado aos sujeitos da sexualidade fora da norma heterossexual. Conforme a autora, "queer é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. Queer é, também, o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não deseja ser integrado e muito menos tolerado (LOURO, 2004, p. 7). Para Silva, o termo **queer** pode ser entendido como estranho, esquisito, incomum, fora do normal, excêntrico" (SILVA, 2007, p. 105).

Na medida em que não suportamos a sensação de estranheira, é necessário encontrar elementos para justificar e suportar o processo de apagamento das diferenças. Os mecanismos de exclusão que permeiam o cotidiano da escola fundam-se em relações de racismo, como meio de justificar que o outro (o anormal, aquele que escapa da norma) deve ficar de fora. No cotidiano da escola, as relações de exclusão pelo racismo colocam-se para muito além da questão de raça, mas trespassam as questões de gênero e de sexualidade, como formas de violência física e simbólica.

Assim, o racismo pode ser compreendido como um poder de corte, de ascensão de um segmento da população, segregando, normatizando, controlando e, quando necessário, marginalizando aquelas/es que desviam demais da norma, que não conseguem ser normalizadas/os. Essa exclusão justifica-se pela proteção e garantia dos direitos para os que permanecem na norma (GALLO, 2009; CÉSAR, 2007). Dessa forma, poder-se-ia perguntar sobre o que a escola enxerga nesses corpos e identidades, produzindo a exclusão desses sujeitos? De acordo com Butler (2000), esses corpos são abjetos, materializados por meio da ordem heterossexual no domínio do inumano, portanto, não importando, não pesando e podendo ser descartados sem maiores consequências.

A escola entende esses corpos a partir de um vetor de inteligibilidade estável e excludente, ou seja, a heterossexualidade normativa (BUTLER, 2000). Além disso, a escola se posiciona no centro e coloca-os à margem. Esta também os determina e nomeia com base no seu referencial, como “diferentes” (LOURO, 2004). Não os tolera. O que decorre disso é que o racismo gerado pela escola produz um efeito em que a exclusão se efetiva, em um nível ótimo, na tentativa de garantir padrões de qualidade, ao formar as subjetividades desejadas pela pedagogia do controle. A partir de uma análise da biopolítica contemporânea, é possível pensar que na sociedade neoliberal, na qual as exigências de formação mínima para o exercício de qualquer atividade profissional intensificaram-se, os efeitos dessa tecnologia do poder empreendida pela escola são potencializados.

Atualmente, ser impedida/o de estudar não representa apenas não estar na escola, mas denota não possuir valor na linha graduada das identidades modeladas pelo controle. Significa, ainda, não ter se esforçado o bastante, ser indolente e preguiçosa/o, não ter controle sobre si, nem saber planejar a vida e o futuro, obstaculizando o acesso aos bens e serviços da sociedade de controle para produzir a subjetividade desejada por ela. A exclusão implementada pela escola contemporânea é multifacetada e com implicações amplas sobre a vida dos sujeitos.

Esses sujeitos significam (des)ordem, na ‘coerência’ binária da escola. Talvez por colocarem em xeque o sistema corpo-sexo-gênero por meio da ambiguidade que revelam em relação às normas de gênero tão bem arquitetadas e naturalizadas nos espaços e tempos escolares. Para pensar sobre isso, é importante lembrar a organização dos espaços e das muitas atividades e até mesmo de disciplinas, como a Educação Física, por exemplo, que, normalmente, materializam as diferenças de forma binária e heteronormativa. As teorias *queer*, assim como as experiências transexuais e travestis desestabilizam e problematizam também a própria categoria de gênero.

O gênero, na ótica binária, foi edificado a partir da materialização dos dispositivos da sexualidade e da heterossexualidade por meio do dimorfismo sexual e de uma suposição naturalizada de sexo e de gênero (BUTLER, 2003). Pensar a partir da Teoria *Queer* denota romper radicalmente com o pensamento que gera e faz funcionar o sistema corpo-sexo-gênero, este por sua vez, fundado no binarismo e situado na articulação do binômio normal/anormal.

O *queer* tem como pressuposição descentrar o centro, ou seja, questionar o lugar central de uma gama de características subjetivas como ser branco, homem, cristão, heterossexual



(LOURO, 2003). O **queer** se aproxima do 'ignóbil' e pensa a partir da diferença e da performatividade, comprovando a artificialidade da construção do gênero, do sexo e do corpo (BUTLER, 2003). A proximidade entre a teoria **queer** e a ambiguidade refere-se à própria consolidação dos sujeitos travestis e transexuais, uma vez que para muitos deles a ambiguidade significa a própria satisfação do desejo.

Essa dinâmica pode ser percebida nos sujeitos que produzem seus corpos e elegem seus nomes sociais como uma maneira de estar no mundo. No entanto, para além dos sujeitos e das classificações, **queer** é uma forma de pensar e de interpretar o mundo que pode ser estendido para a educação, suas instituições, seus discursos, normas e metodologias. Uma forma de pensar que permite rupturas e deslocamentos em relação aos pressupostos da escola, desafiando os dispositivos de controle. Nessa perspectiva, Louro diz que:

Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do "entre lugares", do indecível. Queer é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina (LOURO, 2004, p. 7-8).

Dessa forma, as teorizações **queer** problematizam a nova ordem pedagógica do controle em relação ao sistema corpo-sexo-gênero, admitindo uma fluidez em relação a esse sistema, não se preocupando em localizar-se no limite entre um sexo e outro, entre um gênero e outro, entre uma sexualidade e outra. Pensar **queer** incide no enfrentamento e na desestabilização da lógica binária. Um posicionamento **queer** frente à lógica estabelecida pela sociedade do controle, permite adentrar a multiplicidade, entendendo como possíveis as várias formas do desejo e da fabricação de corpos e identidades, evidenciando também a artificialidade daquilo que compreende como "natural".

Esse posicionamento coloca em xeque também as respostas prontas que professoras/es, direção, equipe pedagógica e as/os novas/os gestoras/es da educação trazem arraigados consigo sobre currículos e práticas pedagógicas. Nos estudos de Louro (2004, p. 28-29):

O grande desafio não é apenas assumir que as posições de gênero e sexuais se multiplicaram e, então, que é impossível lidar com elas apoiadas em esquemas binários; mas também admitir que as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas e – o que é ainda mais complicado – que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira. Escolas, currículos, educadoras e educadores não conseguem se situar fora dessa história. Mostram-se, quase sempre, perplexos, desafiados por questões para as quais pareciam ter, até pouco tempo atrás, respostas seguras e estáveis. Agora, as certezas escapam, os modelos mostram-se inúteis, as fórmulas são inoperantes. Mas é impossível estancar as questões. Não há como ignorar as novas práticas, os novos sujeitos, suas contestações ao estabelecido. O anseio pelo cânone e pelas metas confiáveis é abalado. A tradição imediatista e prática leva a perguntar: o que fazer? A aparente urgência das questões não permite que se antecipe qualquer resposta; antes é preciso conhecer as condições que possibilitaram a emergência desses sujeitos e dessas práticas.

A escola contemporânea também pondera, objetiva e padroniza seus sujeitos através da sua genitália, no campo biológico. Para uma/um transexual ou travesti, uma atitude do dia-a-dia, como usar o banheiro da escola ou ser nomeada/o por alguém, transforma-se em um problema.

Altmann e Martins (2007) analisam o discurso de uma diretora de escola sobre uma estudante travesti que desistiu da escola na infância. Com vinte anos, a aluna foi matriculada pela mãe no Ensino Fundamental, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), no período



noturno. Após efetivada a matrícula da aluna, a diretora a chamou para uma conversa sobre o uso do banheiro. A questão era: qual banheiro ela vai utilizar? Depois da conversa, mesmo a aluna dizendo que está acostumada a frequentar banheiros femininos, a diretora determinou que o banheiro que ela usaria seria o masculino, em razão de sua identidade civil e biológica. O motivo pelo qual essa decisão foi tomada consiste em, de acordo com a diretora, “não causar estranheza e constrangimento às senhoras que ali estudam” (ALTMANN e MARTINS, 2007, p. 134). Apesar da conversa entre diretora e aluna, o nome utilizado na escola também foi o civil, ou seja, o masculino. Dessa forma, para os/as autores/as:

Fisiologicamente, e perante a sociedade, ele é do sexo masculino, afirma a diretora. Vemos, nesse raciocínio, o biológico sendo colocado na origem da identidade de gênero. Podemos, no entanto, questionar se o órgão sexual masculino é mais definidor de sua identidade de gênero do que os seus desejos, sentimentos, jeito de se vestir, de se comportar etc. Vestir-se, comportar-se e sentir-se como mulher não seriam mais determinantes para a sua identidade do que os órgãos sexuais? Além disso, alguém vestida de saia, sapato de salto, maquiada, com bolsa e cabelo comprido produzirá mais constrangimento num banheiro feminino ou masculino? Todos esses símbolos de feminilidade estão muito mais visíveis do que um órgão sexual, que não precisa sequer ser visto por alguém, no uso do banheiro. Por fim, não poderia a escolha de Cristina ser o critério de definição do banheiro a ser frequentado? (ALTMANN e MARTINS, 2007, p. 135).

Mesmo com os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), o tratamento sobre Educação Sexual ou Educação para a sexualidade (como são denominadas), os cursos de formação continuada para professoras/es, entre outras ações, a presença de travestis e transexuais na escola inquieta, perturba e chega às vias do intolerável. Não parece ser uma experiência que consiga ser abrandada pelos ordenamentos da sociedade de controle. Do ponto de vista da teoria *queer* é uma experiência que, ao contrário, escapa e transgride. Esses corpos e identidades escapam do controle da instituição e da sociedade, isto é, travestis e transexuais, normalmente, não desejam ser incluídas/os, respeitadas/os ou aceitas/os se, para isso, tiverem que abdicar do que sentem e da forma como se identificam, fabricando corpos e identidades.

Louro (2004) afiança que a teoria *queer* tem a ver com uma disponibilidade para conhecer o que era impensável, argumentando sobre os entraves do conhecimento. Para ela, a possibilidade estaria abalizada sobre “[...] o que ou quanto um dado grupo suporta conhecer” (LOURO, 2004, p. 65). Esse assunto se torna essencial para pensar o impensável sobre a escola e a experiência transexual, pois convida a um mergulho no (des)conhecido, a escapar da domesticação das alteridades geradas pela pedagogia do controle e a resistir e criar, problematizando a docilidade e o governo a partir da compreensão da educação como um ato político de liberdade (CÉSAR, 2004). Conforme Gallo (2009, p. 31-32):

A liberdade é inerente à condição humana, mas nem sempre é exercitada. Para que sejamos livres de fato, é necessário que conquistemos e construamos a liberdade. E penso que a liberdade só é possível se todos são livres; não pode haver liberdade de uns, quando ela é condição de opressão de outros.

Dessa forma, vale pensar a educação como ação de resistência ao novo dispositivo do controle. Levando-se em consideração que as experiências aqui narradas erigiram alteridades a partir da sua fabricação voluntariosa e autêntica. Da mesma maneira, é importante compreender,



do contexto escolar - entendido como os acontecimentos cotidianos - as possibilidades e rotas de fuga em relação à nova ordem fixada pelo controle. Ainda de acordo com Gallo:

Abrir-se para as relações do cotidiano da escola, mergulhar nesses acontecimentos, agindo como vetor de transformação é possibilidade de resistir à exclusão e investir na construção da cidadania. [...] Para resistir é importante abrir-se ao acontecimento. Estar atento àquilo que ocorre no cotidiano da escola, a fim de potencializá-lo criativamente, e não ser tragado engolido pelo acontecimento. Perder-se no acontecimento, não conseguindo produzir, é tão ruim quanto estratificá-lo, fazê-lo perder a potência, dominando os fluxos e reenquadrando as diferenças na norma. Resistir e criar. Essas são as possibilidades que nos abre o cotidiano da escola, quando escolhemos agir no fluxo dos acontecimentos (GALLO, 2009, p. 38- 39).

Uma reflexão **queer** para combater e criar diante das situações do cotidiano escolar parece ser crível por meio da articulação entre escola e a multifacetada experiência transexual. Essa aproximação, pautada pelo questionamento e pela pluralização, pode produzir um deslocamento nas formas de pensar as sexualidades engendradas pelos discursos e por meio de práticas. Considerando com isso as alternativas e arranjos do desejo, será possível a geração de pedagogias que produzam “menos discursos normalizadores dos corpos, dos gêneros, das relações sociais, da afetividade e do amor” (BRITZMAN, 1996, p. 93).

O amálgama teórico suscitado pela teoria queer ultrapassa, assim, os domínios da sexualidade. Ela instiga e confunde as estruturas tradicionais de refletir e de saber. A sexualidade, instável e perturbadora, é atrelada à indiscrição e ao saber. De acordo com Louro (2004), o erotismo pode ser vertido ao prazer e à energia direcionados a plurais aspectos da experiência humana. Uma pedagogia e um currículo acoplados à teoria queer teriam de ser, logo, transgressivos e instigadores. Ainda conforme Louro (2004), teriam de atuar além da inserção de temas ou conteúdos queer; ou além da preocupação em estabelecer uma educação para sujeitos queer.

Conforme explicita Pinar, “uma pedagogia queer desloca e descentra; um currículo queer é não-canônico” (1998, p. 3). As categorizações são implausíveis. Tal pedagogia não pode ser admitida como uma pedagogia do oprimido, como libertadora ou libertária (Louro, 2004). Ela resiste a determinações. Procura não atuar com os binarismos, que terminam por conservar o raciocínio da hierarquização. Interpõe-se, certamente, à exclusão e ao mistério nutridos pelos indivíduos ‘diferentes’; entretanto, não sugere propostas para sua consolidação nem receita determinações punitivas para os que os agridem. Antes de ansiar ter a resposta conciliadora ou a fórmula que cessa o caos, pretende ventilar (e desajustar) o raciocínio que instaurou essa norma; raciocínio esse que legitima a hipocrisia, que conserva e estabelece as categorias de legalidade e ilegalidade. “Em vez de colocar o conhecimento (certo) como resposta ou solução, a teoria e a pedagogia queer (...) colocam o conhecimento como uma questão interminável” (Luhmann, 2000, p. 151).

Destarte, ao propor a problematização, a não-essencialização e a instabilidade como estratégia de investigação de todas as esferas da existência, a teoria queer torna a ambiguidade instigante e profícua (Louro, 2004) e enfatiza o viés socialmente estabelecido do currículo. Com base nessa proposição, todo o saber fixado como adequado no currículo, “tradicionalmente concebido como um espaço onde se ensina a pensar, onde se transmite o pensamento, onde se aprende o raciocínio e a racionalidade” (Silva, 2007, p. 108), pode ser impugnado, desmanchado e instaurado de outro modo. “Pensar queer significa questionar, problematizar, contestar todas as formas bem-comportadas de conhecimento e de identidade” (ibidem, p. 107), até mesmo as certezas consolidadas na e pela instituição escolar. Por isso, a pedagogia queer pode ajudar a escola a lidar com a intolerância e as violências decorrentes do indeferimento de sexualidades não legitimadas socialmente.



Considerações finais: por uma escola queer

De acordo com Carvalho (2011), os discursos políticos imbricados no processo de diferenciação entre as categorias “travesti” e “transexual” empregadas pelo movimento social, destaca que a homogeneização das múltiplas possibilidades de experiências de gênero e sexualidade nessas duas categorias é um processo complexo. O elo entre a constituição dessas identidades coletivas e a construção dos processos políticos do movimento “trans” revelou que, na luta por reconhecimento de travestis e transexuais, a demarcação identitária se apresenta como o fundamental instrumento para a exigência de quem se quer reconhecido.

Há particularidades no universo de travestis e transexuais próprias de seus estilos de vida que se traduzem no jeito de ser e estar no mundo. Essas possibilidades existenciais, que denotam toda a disposição de suas subjetividades, são geradas por meio das relações que o sujeito institui com a família, com a comunidade, com a escola, com o trabalho, com os/as amigos/as e nas relações afetivas e sexuais. É uma configuração própria de linguagens, comportamentos, regras de aceitabilidade e de modificação corporal. De acordo com Peres (2004), o diálogo do masculino e do feminino no mesmo corpo nos leva a interrogar a respeito das classificações de gênero tradicionais que binarizam e polarizam condutas, posturas e comportamentos. Mediante esse panorama de oposições binárias entre a heterossexualidade e a homossexualidade, entre o normal e o patológico que amainam a vida e fazem dela uma normatização opaca e enrijecida, uma possível saída talvez esteja na flexibilização dos conhecimentos e dos poderes de forma a conduzir nossa atenção para as diferenças, o efêmero, o abjeto e a gerar mais inclusão e cooperação.

Contra a denominada “pedagogia do insulto” (Sullivan, 1996, p.15) - um relevante mecanismo de negação e de dominação simbólica - não existe fórmula, nem um singular padrão de enfrentamento na educação, na saúde ou nas demais áreas. Talvez somente a “lucidez profissional” (Perrenoud, 2007, p.149) como modo de competência básica, pode reafirmar a proibição das violências e da exclusão.

É possível acreditar no potencial realizador dos/as educadores/as para a edificação de uma sociedade capaz de garantir direitos sociais, políticos, econômicos e culturais para todos os sujeitos, e na segurança de que as diferenças de classe, raça, etnia, etárias, de gênero e de orientação sexual, não expressem processos de legitimação de hierarquias sociais e de exclusão. Somente duas décadas depois de ratificada a Constituição Federal de 1988 é que o poder público começa a debater e a construir com os sujeitos LGBT políticas públicas capazes de afiançar, ou tentar afiançar o cumprimento de alguns direitos que já estavam assegurados na CF, porém esquecidos.

Dessa forma, mecanismos legais foram produzidos em níveis nacional, estaduais e municipais, com o intuito de assegurar o acesso e a permanência de todos os “sujeitos da diversidade” na educação pública e gratuita. Políticas públicas em Educação apenas asseguram a aplicabilidade das ações se os/as atores da educação compreenderem o processo, a necessidade de respeitar as diferenças e apoiar a inclusão, já que é necessário provocar reflexões críticas entre os/as profissionais da educação sobre a construção dicotômica de gênero em nossa sociedade na severa demarcação dos papéis masculinos e femininos possíveis de gerar discriminações e preconceitos.

Ainda que existam políticas que expandam os direitos dos sujeitos da diversidade, a escola somente se transformará em um espaço de inclusão da diversidade, se propiciar o debate, a investigação das relações sociais e da transformação do sujeito, por meio de uma educação sexual fundamentada nas relações humanas. Para isso, faz-se imprescindível programas de formação inicial e continuada de professores que contemplem a temática da diversidade sexual. A essa demanda, inclui-se a revisão e reorganização curricular dos cursos de licenciatura, de modo que



na graduação a temática já possa ser debatida e refletida entre os/as futuros/as professores/as. Por fim, faz-se relevante ponderar sobre a implicação de desconstrução e problematização da matriz heteronormativa que a presença de alunos/as travestis e transexuais proporciona na instituição escolar.

Tais ações objetivam assegurar a participação desse segmento nos processos de identificação, socialização e aprendizagem presentes na escola, além de concretizar o direito ao acesso, à permanência e continuidade da escolarização, através de condições equitativas de aprendizagem, na direção da universalização da Educação Básica.

Referências

ALTMANN, Helena; MARTINS, José Carlos. “Políticas da Sexualidade no cotidiano escolar”. In: CAMARGO, Ana Maria Faccioli; MARIGUELA, Márcio. (Orgs). **Cotidiano Escolar: emergência e invenção**. Piracicaba. Jacintha Editores, 2007.

ÁVILA, Simone; GROSSI, Miriam Pillar. “Transexualidade e Movimento Transgênero na Perspectiva da Diáspora Queer”. In: **CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DA HOMOCULTURA**, Natal, 2010. Natal. Anais eletrônicos. Natal: ABEH, 2010. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/59733080/TRANSEXUALIDADE-E-MOVIMENTO-TRANSGENERO-NA-PERSPECTIVA-DA-DIASPORA-QUEER-Simone-Avila-e-Miriam-Pillar-Grossi>>. Acesso em: 07/03/2015.

BARBOSA, Bruno Cesar. **Normas e Diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual**. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, Berenice Alves de Melo. “Transexuais, corpos e próteses”. **Revista Labrys**. Estudos Feministas. n. 4, ago./dez. 2003. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys4/textos/berenice1.htm>>. Acesso em: 08/03/2015.

_____. **A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond/CLAM, 2006.

_____. **O que é transexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 2008.

BRITZMAN, D. “Curiosidade, sexualidade e currículo.” In: LOURO, G. L. (org.). **O Corpo Educado Pedagogias da Sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. “O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo”. **Educação & Realidade**. v. 1. n. 1, fev. p. 71-96, 1996.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo””. In: _____. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2.ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-172.



BUTLER, J. *Deshacer el gênero*. Barcelona: Paidós, 2006.

CARVALHO, Mário Felipe de Lima. *Que Mulher É Essa?* Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais. 2011. 147f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CÉSAR, Maria Rita de A. *Da escola disciplinar à pedagogia do controle*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

_____. *Quatro Intervenções para uma pedagogia queer*. 31ª Reunião anual da ANPED. Constituição Brasileira, Direitos Humanos e Educação. Caxambu, 2008.

_____. “Gênero, biopolítica e controle: notas para uma análise da docência na contemporaneidade”. *X Congresso Internacional de Humanidades*. Palavras e cultura na América Latina: Heranças e desafios: “Diversidade cultural e integração latino-americana: diminuindo distâncias”, 2007, Brasília. Cadernos de resumos do X Congresso Internacional de Humanidades. Palavras e cultura na América Latina: Heranças e desafios: “Diversidade cultural e integração latino-americana: diminuindo distâncias”. Brasília: UnB, 2007. v. 1. p. 50-63.

_____. “Gênero, sexualidade e educação: notas para uma epistemologia”. In: *Educar em revista*. Curitiba, n. 35, set./dez. Editora UFPR. 2009, p. 37-51.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. 34a. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

_____. *Microfísica do Poder*. RJ: Graal, 1993.

_____. “Preface”. In: DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia*. New York: Viking Press, 1992.

GALLO, Sílvio. “Uma apresentação: diferenças e educação: governamento e resistências”. In: LOPES, M.C.; HATTGE, M.D. (orgs.). *Inclusão escolar: conjunto de práticas que governam*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. *Deleuze & a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GREEN, James. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: UNESP, 2000.



LEITE JR., Jorge. **Nossos corpos também mudam**: a invenção das categorias “travesti” e transexual” no discurso científico. São Paulo: Annablume, 2011.

LOURO, G. L. “Pedagogias da Sexualidade” In: LOURO, G. L. (org.) **O corpo educado**. Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. **Um corpo estranho**. Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica: 2004.

_____. **Gênero sexualidade e educação**. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. “Heteronormatividade”. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre homofobia nas escolas, v. 32. Brasília: Ministério da Educação; Unesco, 2009, p. 85-93.

LUHMANN, Suzanne. “Queering/Querying Pedagogy? Or, Pedagogy is a pretty queer thing”. In: PINAR, William F. (Org.). **Queer Theory in Education**. New Jersey/ Londres: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 1998, pp. 141-156.

MISKOLCI, Richard. “A Teoria **Queer** e a Sociologia: o desafio de uma analítica da Normalização”. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 11, n. 21, jan./jun. 2009, p. 159-182.

_____. “Não ao Sexo Rei: da estética da existência foucaultiana à política **queer**”. In: SOUZA, Luiz Antônio Francisco de; SABATINE, Thiago Teixeira; MAGALHÃES, Boris Ribeiro de (Org.). **Michel Foucault**: sexualidade, corpo e direito. Marília: Cultura Acadêmica, 2011, p. 47-68.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e Desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS. São Paulo: Fapesp, 2009.

PERES, William S. “Travestis: subjetividade em construção permanente”. In: UZIEL, Anna Paula; RIOS, Luis Felipe; PARKER, Richard G. (orgs.). **Construções da sexualidade**: gênero, identidade e comportamento em tempos de Aids. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, Abia, 2004.

_____. **Subjetividade das travestis brasileiras**: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

PERRENOUD, Philippe. **10 novas competências para ensinar**. São Paulo: Artmed, 2007.

PINAR, William. “Introduction”. In: PINAR, William (Org.). **Queer Theory in Education**. New Jersey/ Londres: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 1998. pp. 1-47. SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SKLIAR, Carlos. (Org.) **Derrida & a educação**. 1. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. “Seis perguntas sobre a questão da inclusão ou de como acabar de uma vez por todas com as velhas – e novas – fronteiras em educação”. In: **Pro-posições**, v. 12, nº2-3, jul-nov., 2001, p. 35-36.

SULLIVAN, Andrew. **Praticamente normal**: uma discussão sobre o homossexualismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.



SWAIN, Tânia Navarro. "Feminismos e práticas sexuais: quais os desafios?". In: **Caderno Espaço Feminino**. Florianópolis: Editora UFSC. 2001, 2002. v. 9. n. 10/11. p. 9-34.

_____. "Heterogênero: "uma categoria útil de análise"". **Educar em revista**. Curitiba, n. 35, set./dez. Editora UFPR. 2009, p. 23-36.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 1996.

Recebido: 31 maio, 2015
Aceito: 06 jun., 2015

Para além da “pegação”: performatividade e espacialidade na produção de materialidades sexuais online

Beyond cruising: performativity and spatiality in the production of online sexual materialities

Kaciano Barbosa Gadelha^a

Resumo

Este artigo trata de uma revisão do conceito de performatividade em relação ao conceito de espaço, tendo como estudo de caso páginas e aplicativos para homens gays que buscam por parceiros *online*. A partir desse estudo de caso, o autor explora o conceito de performatividade sob a lente do neomaterialismo de Karen Barad (2003), descentrando a agência humana e buscando uma compreensão dos processos que envolvem a participação de atores não humanos na produção de sexualidades *online*. O texto tem por objetivo introduzir novos debates teóricos para a pesquisa das sexualidades *online* no sentido de problematizar em uma perspectiva simétrica a pesquisa sobre as novas geografias eróticas esboçadas *online*.

Palavras-chave: espaço; performatividade; sexualidade; *online*; materialidade.

Abstract

This paper aims at reviewing the concept of performativity in its relation to the concept of space based on a case study about gay dating platforms and apps used by gay men seeking for partners *online*. Starting from this case study, the author studied the concept of performativity under the lens of Karen Barad's new materialism, decentering the human agency and searching for a comprehension of the participation of human and nonhuman actors in the production of *online* sexualities. This paper aims to introduce new theoretical debates to the study of sexualities *online* in order to problematize in symmetrical the research of new erotic geographies *online*.

Keywords: space; performativity; sexuality; *online*; materiality.

^a Doutor em Sociologia pela Universidade Livre de Berlim. Contato: kacianogadelha@yahoo.fr



Esse artigo é parte da minha pesquisa doutoral em Sociologia que desenvolvi entre 2010 e 2014 na Universidade Livre de Berlim sobre performatividades de gênero e sexualidade *online* entre homens gays. Como estudo de caso, pesquisei a plataforma virtual *GayRomeo* (atualmente PlanetRomeo) através de uma etnografia que vinha tanto da minha experiência como pesquisador gay e usuário da plataforma antes do início da pesquisa, o que implicou também em pensar em uma etnografia situada, seguindo a ideia de saber situado, tal como formulado por Haraway (1991), bem como os elementos da memória e do afeto que se inscrevem não somente na mente, mas no corpo do pesquisador na escolha de seus “objetos”.

A pesquisa envolveu trabalho de campo entre outubro de 2010 e janeiro de 2012. Durante esse período, dezessete usuários da plataforma *GayRomeo* (atual Planet Romeo) foram entrevistados entre Brasil, Alemanha, México e Áustria. Os contatos se deram desde *online* através de chat, via *Skype* e também presencial. O falar sobre a página fora do espaço da mesma foi também um elemento importante nessa pesquisa, já que buscava estabelecer com os usuários um contexto que me levasse a compreender dinâmicas *online* e *offline* de aproximação, não somente entre usuários, mas também entre pesquisador e sujeitos pesquisados como participantes e observantes da plataforma. As implicações desse tipo de trabalho de campo me levaram também a pensar minha posição como pesquisador gay, que transitava desde nativo (quando estava no Brasil) à estrangeiro (quando realizava trabalho de campo fora do Brasil). Essa perspectiva da sexualidade se articula ainda com a perspectiva da formação, das referências que guiaram essa pesquisa, que refletiu, ainda, minha trajetória entre diferentes escolas acadêmicas. O conhecimento situado do que resultou nessa pesquisa se relacionou com a produção de algo que é singular, pois parte de um conjunto de intersecções entre sexualidade, filiação teórica, mobilidade. Deixo aqui apenas como indícios, para fins de um artigo, de um trabalho de reflexão sobre etnografias *online* e posicionalidades que está mais desenvolvido na tese da qual essa pesquisa resultou.

Para fins desse artigo, eu trago algumas das problematizações desenvolvidas no final da minha pesquisa, principalmente no tocante ao conceito de performatividade. A pergunta que gostaria de seguir, através dos indícios afirmativos nesse texto, que para mim devem ser encarados como propostas ou possíveis caminhos dentro desse campo de pesquisa, estaria relacionada a uma revisão do conceito de performatividade em sua relação com o espaço e a sexualidade nas novas formas de interação *online* entre atores sociais.

Para isso, exploro o tema das materialidades a partir da contribuição original da teórica física e feminista Karen Barad (2003), que vem se tornado evidente como uma das autoras chefes do que veio a ser chamado de novo materialismo, o que foi importante para mim no sentido de pensar o universo virtual das plataformas e dos aplicativos *online* como produtores de outras materialidades do corpo, do espaço e da sexualidade. Com isso, parto de seu conceito de uma performatividade pós-humanista (BARAD, 2003), a qual implica um descentramento do sujeito como agente principal das práticas sociais e o desenlace do conceito de performatividade do princípio discursivo que ainda o reduziria aos construtivismos. Isto posto, esse artigo explora condições de possibilidade para agências do corpo, da sexualidade e do espaço emergentes com o uso das ferramentas virtuais de busca por parceiros.

Arquiteturas virtuais: do corpo-imagem ao sexo-espaço

O corpo digital é resultado de processos de interação e intra-ação – relação entre os elementos internos pré-ontológicos (BARAD, 2003). O corpo digital é esculpido na aparente transferência de dados e na formação de duplos virtuais quando usuários começam a preencher a máscara de dados que gera seus perfis. O corpo faz-se texto e imagem. Em uma visão mais superficial, poder-se-ia dizer um trabalho de tradução, transferência de informação em um registro dos dados individuais. Mas, ao adentrar de maneira mais intensa e profunda o que essa transferência

de dados significa, percebe-se sua relação com o corpo e com o sexo de uma outra maneira. Não se trata apenas de transferir, representar, mas sim de gerar corpos, gerar imagens virtuais que têm uma forma, algo mais articulado com processos de dismorfismo, mimesis e mutação do que com processos de identificação, tradução, representação. No primeiro grupo de processos, percebe-se a intrínseca relação do atual com o virtual. No segundo, uma separação identitária de entidades puras que são transpostas com os recursos da linguagem da representação e da técnica. É sobre esse segundo grupo de processos que esta pesquisa lança um olhar crítico na medida em que eles se pautam numa visão sociológica reduzida e identitária da relação entre atores humanos e não humanos nos processos sociais contemporâneos.

Durante o trabalho de campo, ao discutir as performatividades *online* a partir das entrevistas com os usuários, percebeu-se que a performance é um dispositivo de materialização das formas que o gênero e a sexualidade podem assumir. Ser bicha, ser boy, bofe, ativo, passivo, o delinear de masculinidades e, até mesmo, o afastamento delas, se relacionam com processos de interação entre modulações de signos corporais (voz, jeitos do corpo, aparência física) e não corporais (vestimentas, espaços, grafias). Com o conceito butleriano de performatividade, sabe-se que esses atos performativos são descentrados do sujeito como cerne da agência. A pergunta que fica é sobre o que age junto com um sujeito nessa dinâmica da performance. Quando se conecta a uma página de relacionamento gay e se é demandado a indicar sua aparência, seu tipo físico, preferências sexuais, atividades de lazer, entre outras coisas, não se está apenas inserindo dados, mas a coleta de tais dados por um *software* já evidencia a ação de um sujeito que não age sozinho. Com esses tipos de processos, o conceito de performatividade tem elementos a trabalhar, e a sociologia que ainda não absorveu o conceito de performatividade em sua totalidade mais radical teria que, no mínimo, operar um giro, a partir de algo que observa Latour (2012) em uma entrevista:

Os humanos são envolvidos por muitos outros seres, e a ideia de que uma pessoa age autonomamente, com seus próprios objetivos, não funciona nem na economia, nem na religião, nem na psicologia nem em nenhuma outra situação. Portanto, a pergunta que a teoria ator-rede coloca é: quais são os outros seres ativos no momento em que alguém age? A antropologia e a sociologia que tento desenvolver se ocupa da pesquisa desses seres. Eu posso colocar a questão de um modo inverso: como, apesar das evidências de todos os numerosos seres que participam de uma ação, continua-se a pensar como se o único ator fosse o humano dotado de uma psicologia, ciente de si mesmo, calculador, autônomo, responsável?

O corpo virtual se materializa em design digital, no qual usuários se lançam a processos de composição virtual de seus dados, suas características físicas etc. Os sujeitos agem com as máquinas, e a produção de um espaço virtual provoca uma desterritorialização do corpo físico como estrutura. Nesse ponto, essa perspectiva se afasta dos simbolismos de gênero e do espaço, tal como presentes em teorias de uma construção social do espaço e do gênero (LÖW, 2001, 2006), em que o gênero está em relação com o espaço como um significado acoplado ao segundo, onde, por mais que se afirme uma interação mútua entre espaço e gênero como construtos sociais, insiste-se na ideia de um isolamento das categorias espaço e gênero apenas em seus componentes de interação e não nas suas relações internas. O máximo que se atinge com essas teorias é uma proposta de interação ou intersecção das categorias como princípios estruturais que atravessam a estrutura espacial:

Estruturas espaciais são como estruturas temporais, que juntamente formam a estrutura social. Ação e estrutura são atravessados por princípios estruturais como gênero e classe (LÖW, 2001, p. 272, tradução minha).¹

¹ Räumliche Strukturen sind wie zeitliche Strukturen, die gemeinsam die gesellschaftliche Struktur bilden. Handeln und Strukturen sind von den Strukturprinzipien Geschlecht und Klasse durchgezogen (LÖW, 2001, p. 272).

Nesse tipo de pesquisa, o gênero, o sexo e o espaço operam como estruturas que se atravessam. Mas, quando se lida com uma perspectiva de simetria entre atores humanos e não humanos, essas formas puras baseadas em uma epistemologia da representação não aparecem mais tão claras. Seria necessário pensar como os processos de virtualização, na verdade, engendram deformações do corpo e do gênero, desmontando-os como princípios estruturais, dentro de uma perspectiva de performatividade.

Quando Butler (1990) define o performativo como um efeito de superfície, há uma mudança nítida no paradigma ontológico. É importante salientar ainda que Butler define heteronormatividade não como uma estrutura, mas como modulação de relações de poder que incitam uma heterossexualidade compulsória a partir da bipartição dos sexos em masculino e feminino. O gênero é efeito de uma ação. Qual seria, então, a relação das formas do gênero com processos tecnológicos e a composição virtual de corpos-imagem? Seriam esses corpos digitais pós-humanos? Em *Gender Trouble*, Butler (1990) lança sua tese fundamental do caráter performativo do gênero como efeito de atos reiterativos que atualizam as normas. Em *Bodies that matter* (BUTLER, 1993), a autora rebate as críticas de uma redução ao construtivismo discursivo de suas formulações. Contudo, nesses dois livros, ainda não haveria um toque em um tema fundamental que está por trás de um antropocentrismo epistemológico nas teorias que fundamentam o gênero apenas como discurso: o tema do humanismo. Em *Undoing Gender* (BUTLER, 2004), Butler recupera um certo purismo de correntes feministas que se opõem à tecnologia a partir da crítica de ativistas intersex, e argumenta por um “desfazer o gênero”:

Se a tecnologia é imposta ou escolhida é relevante para as ativistas intersex. Se pessoas trans argumentam que seu maior senso de personalidade depende de ter acesso à tecnologia para assegurar certas mudanças corporais, algumas feministas argumentam que a tecnologia ameaça sobre o negócio de fazer pessoas, correndo o risco de que o humano venha a se tornar nada outro que não um efeito tecnológico (BUTLER, 2004, p. 11, tradução minha).²

Nessa linha de argumentação, evidencia-se claramente como a tecnologia age com atores humanos na produção de novas imagens corporais e como o performativo se conecta com o tecnológico. O próprio sentido do humano se apresenta como uma tecno-bio-engrenagem performativa (PRECIADO, 2008). O gênero tem, assim, uma materialidade tecnológica, a qual é reclamada por correntes de ativistas intersex mencionadas por Butler, seja real ou virtual, da qual não se pode separar.

Nos ambientes *offline*, há uma dinâmica das imagens corporais que têm o corpo físico como vetor da performatividade e uma relação de sobrecodificação mimética com os espaços. Por exemplo, não vou a uma aula na universidade com roupa de praia, assim como também, até por questões de sobrevivência, não sairia de calção de banho na rua num inverno abaixo de 0°C. Tais ações poderiam até ser possíveis, mas um entrelaçamento de normas sociais com a própria conformação dos ambientes limita tal empreitada. Nesse ponto, o espaço é um componente da dinâmica performativa, isso quer dizer que o espaço não é o cenário, o tablado sobre o qual a performance acontece, mas, em uma perspectiva de performatividade, espaço e tempo estão como componentes materiais do performativo. Tempo e espaço não estão para além do performativo como estrutura, mas são *intraperformativos* (são performativos não pessoais, até certo ponto dessubjetivados).

O corpo digital não é apenas um corpo onde atuam elementos diferenciais interativos ou interseccionais (categoria já introduzida pelo debate feminista). Ao falar de diferenças

² Whether technology is imposed or elected is salient for intersex activists. If some trans people argue that their very sense of personhood depends upon having access to technology to secure certain bodily changes, some feminists argue that technology threatens to take over the business of making persons, running the risk that the human will become nothing other than a technological effect (BUTLER, 2004, p. 11).



interativas/interseccionais, refiro-me às categorias marcadoras de diferenças como raça, classe, idade, etnia etc. Quando um usuário põe no seu perfil que busca por “passivo, idade máxima 40 anos, altura entre 1,70m - 1,95m, peso não mais que 70kg”, nota-se uma combinação de variáveis interseccionais que limitam dentro da plataforma a quantidade de usuários. Esses marcadores delimitam a busca e trazem como resultado uma lista de usuários conectados. Quando marco minha etnia ou idade no meu perfil, também jogo com esses elementos interseccionais do performativo. Porém, esse esquadramento de dados é um efeito de duplicação, já que, no domínio do meu corpo, da minha materialidade, essas categorias não estão separadas, existe uma *Gestalt*, da qual o trabalho de marcação diferencial em gênero, raça, idade, etnia etc. é um efeito posterior, de produzir diferenças isoladas em um corpo que se afirma como totalidade.

Essa proliferação de diferenciais identitários compõe apenas uma parte dos corpos digitais. Os corpos digitais como efeito de práticas de design trazem ainda outros elementos de produção do performativo relacionados com o espaço, a partir do momento em que o corpo digital se engendra em processos de hibridação do corpo com o espaço, do real com o virtual. O corpo-imagem virtual do perfil molda, assim, um duplo, e há, pelo menos, duas maneiras de abordar esse duplo, as quais eu gostaria de comentar a seguir.

O primeiro modo de apreensão baseia-se em uma epistemologia da representação. Há duas matérias diferentes em sua forma e seus modos de composição: de um lado, sujeitos humanos; do outro, uma página virtual. Os componentes internos dessas duas matérias são irrelevantes porque o que os enlaça é a representação: gênero, idade, classe, raça etc. Entre dois domínios materiais diferentes, o que se afirma é o homem como centro, já que, como argumentarão os mais humanistas, a tecnologia é fruto do trabalho humano. As diferenças de registros são assim conciliadas pela linguagem. Células e algoritmos são apenas duas linguagens que fazem a mediação do significado do humano. Essa lógica da representação, como bem apontou Foucault (2007), só é possível a partir de uma modernidade na qual não há mais continuidade entre as palavras e as coisas. O problema da representação é um problema moderno que diz respeito ao conhecimento a partir da figura do homem, sujeito pensante. Quando o homem se vê limitado por sua existência biológica, pelo trabalho e pela linguagem, uma analítica da finitude produz o homem como figura virtual no domínio da experiência. A partir desse ponto, uma forma de conhecimento se faz possível: reencontra-se o homem *virtualizado* onde ele não estava. Foucault (2007, p. 536) anuncia no fim de *As palavras e as coisas* que o homem é uma invenção recente no pensamento ocidental. Há nesse trabalho de Foucault um anúncio das epistemologias vindouras, pós-estruturalistas, perspectivistas, simétricas e ainda uma premonição do filósofo francês a processos que fariam da figura do homem um terreno de fragilidade epistemológica e política para um conjunto de práticas que se observa em nossa contemporaneidade, como a biotecnologia ou a cibernética, por exemplo. A lógica da representação afirma um modo de conhecimento que se fundamenta na eterna busca do mesmo (entendido aqui como o humano) no campo das diferenças:

O originário no homem é aquilo que, desde o início, o articula com outra coisa que não ele próprio; é aquilo que introduz na sua experiência conteúdos e formas mais antigas do que ele que ele não domina; é aquilo que, ligando-o a cronologias múltiplas, entrecruzadas, frequentemente irreduzíveis umas às outras, o dispersa através do tempo e o expõe em meio à duração das coisas. Paradoxalmente, o originário no homem não anuncia o tempo de seu nascimento, nem o núcleo mais antigo de sua experiência: liga-o ao que não tem o mesmo tempo que ele; e nele libera tudo que não lhe é contemporâneo; indica, sem cessar e numa proliferação sempre renovada, que as coisas começaram bem antes dele e que, por essa mesma razão, ninguém lhe poderia assinalar uma origem, a ela cuja experiência é inteiramente constituída e limitada por essas coisas [...] O que se anuncia no imediato do originário é, pois, que o homem

está separado da origem que o tornaria contemporâneo de sua própria existência: em meio a todas as coisas que nascem no tempo e nele sem dúvida morrem, ele, separado de toda origem, já está aí. De sorte que é nele que as coisas (aquelas mesmas que o excedem) encontram seu começo: mais que cicatriz marcada num instante qualquer da duração, ele é a abertura a partir da qual o tempo em geral pode reconstituir-se, a duração escoar, e as coisas, no momento que lhes é próprio, fazer seu aparecimento (FOUCAULT, 2007, p. 457-458).

O conceito de intra-ação (BARAD, 2003) que introduzo para pensar a produção de corpos-imagem baseia-se em uma teoria não-representacional. Foucault (2007) abriu um caminho para um conjunto de empreitadas teóricas críticas da epistemologia da representação a partir de sua arqueologia das ciências humanas que descentra o homem no conjunto de dispositivos de saber e poder históricos que produzem os objetos do conhecimento. Há um problema referente à epistemologia da representação quando se observa corpos-imagem *online*. Ao trabalhar corpos-imagem como um discurso ou prática discursiva pelo fato desses corpos-imagens serem configurações da sexualidade e do gênero virtualizados, necessita-se deixar claro que há uma diferença entre prática discursiva e representacionalismo em se tratando de performatividade:

Um entendimento *performativo* das práticas discursivas desafia a crença representacionista no poder das palavras para representar coisas pré-existentes. Performatividade, devidamente interpretada, não é um convite para transformar tudo (inclusive corpos materiais) em palavras; pelo contrário, performatividade é precisamente uma contestação do poder excessivo concedido à linguagem para determinar o que é real. Assim, num contraste irônico com o equívoco que equivaleria performatividade com uma forma de monismo linguístico que leva a linguagem a ser o substrato da realidade, performatividade é, na verdade, uma contestação dos hábitos não examinados da mente que concedem à linguagem e outras formas de representação mais poder em determinar nossas ontologias do que elas merecem (BARAD, 2003, p. 802, tradução minha).³

Assim, na relação entre agência e espaço, a tarefa que se coloca não é aquela de converter corpos e espaços em signos linguísticos, mas pensar sobre quais registros materiais discursivos formas do corpo se deformam em espaço e formas do espaço se deformam em sexo⁴. Esse tipo de relação só pode ser compreendido como um agenciamento singular entre corpo e espaço. Nessa perspectiva, Barad (2003), avançando com o conceito de performatividade, propõe que não está a performatividade erguida sobre relações apriorísticas entre práticas discursivas e fenômenos materiais, assim como tampouco esses dois elementos são indiferenciados como linguagem. Quando se fala em intra-ação (*intra-action*), o que se leva em conta é que “matéria e significado estão mutuamente articulados” (BARAD, 2003, p. 822, tradução minha). O material e o discursivo se relacionam intra-ativamente, o que faz com que, por exemplo, um contato

³ A *performative* understanding of discursive practices challenges the representationalist belief in the power of words to represent preexisting things. Performativity, properly construed, is not an invitation to turn everything (including material bodies) into words; on the contrary, performativity is precisely a contestation of the excessive power granted to language to determine what is real. Hence, in ironic contrast to the misconception that would equate performativity with a form of linguistic monism that takes language to be the stuff of reality, performativity is actually a contestation of the unexamined habits of mind that grant language and other forms of representation more power in determining our ontologies than they deserve (BARAD, 2003, p. 802).

⁴ No campo da arte, essas metamorfoses da forma se encontram num estágio mais avançado de trabalho a partir de algumas intervenções contemporâneas. Um desses trabalhos que se pode citar é a obra do artista cubano radicado nos Estados Unidos, Félix Gonzalez-Torres, que foi objeto de estudo da teórica queer alemã Renate Lorenz (2009, p. 146) em “Körper ohne Körper. Queeres Begehren als Methode”. Em suas instalações, o artista reconstitui o corpo a partir de elementos não corporais, preenchendo espaços com objetos descartáveis como papéis de bombons. Essa produção de um “corpo sem corpo”, tal argumenta Lorenz, é possibilitada pela composição de uma espacialidade queer da obra.

sexual *online* se diferencie de um contato sexual *offline*, como bem aponta Dekker (2012) em sua pesquisa sobre sexo *online* nas relações que corpo, espaço e tempo assumem na forma de um acontecimento singular.

Durante o trabalho de campo, encontrei no contato com meus interlocutores relatos de intensificação da vida sexual que adveio com o uso do website, e essa intensificação da vida sexual, que se refletia na rapidez e na quantidade de contatos que se passa a ter, relaciona-se com uma intensificação visual da disposição dos corpos e das formas de busca. Intensificação também que diz ainda do tempo que se pode despender buscando por um parceiro para um encontro. Uma parte dessa busca depende da interação entre sujeitos dos dois lados da tela. Mas uma outra parte depende dos elementos constitutivos e intra-ativos do próprio website nas suas configurações temporais e espaciais.

Ao discutir o sexo *online*, Dekker (2012), na sua pesquisa, evidencia duas relações com espaço que ele passa a definir da seguinte forma: uma utópica e outra heterotópica. No modo utópico, observa-se o universo *online* como um mundo imaginado, o conceito mais apropriado e mais claro de explicar é dado pela expressão *Kopfkino*, que o autor utiliza. A noção de *Kopfkino*, que traduzo como um cinema mental, diz respeito ao conjunto de experiências e sensações que se passa na mente do indivíduo ao interagir *online* e a um modo de vivenciar o sexo em sua virtualidade mais além dos constrangimentos que a realidade pode trazer. Há, no modo utópico de funcionar, um desligamento mental do mundo *offline*, o que aparece quando pessoas que experimentam o sexo *online* relatam perder a noção de tempo quando estão interagindo *online*. Já no segundo modo, o heterotópico, o espaço real e o espaço virtual se encadeiam nas formas de interação, e isso é dado pelas próprias ferramentas interativas. No modelo heterotópico estão, por exemplo, as formas de sexo virtual em que os parceiros se veem através de câmeras. O espaço da tela se estende, dessa forma, sobre o espaço real no qual os sujeitos estão imersos fisicamente e não se passa apenas no domínio virtual como espaço mental. O que leva a uma reordenação do espaço físico onde a interação sexual ocorrerá e, até mesmo, do lugar onde a câmera e o computador estarão expostos. Nesse tipo de práticas, principalmente naquelas em que o anonimato está previsto, é comum esconder do campo de visualização das câmeras elementos do ambiente físico que podem levar a uma identificação do usuário, por exemplo, num quarto, fotos, mobília, entre outras coisas, são signos de identificação *offline*.

Durante o trabalho de campo, passei a explorar, nas relações entre agência e espaço, a complexidade desses dois modos a partir de dados do campo. Primeiro, considero uma ficção virtual em um elemento material observado na página *GayRomeo*, em que elementos utópicos e heterotópicos, tal como apontado por Dekker (2012, p. 151-152), imiscuem-se complexamente. A plataforma *GayRomeo* possui uma mamãe, chamada em alemão de *Mutti*. A mamãe é um ícone usado dentro da página para o envio de mensagens de aniversário ou quando a página está em manutenção. A mamãe é uma forma de personificação da página através de uma imagem, uma transfiguração de uma máquina a partir da representação na forma de uma figura humana.

A mamãe é um corpo-imagem idealizado pelos programadores da página para conferir um aspecto mais humano à comunidade *online*. Nesse jogo de performar o humano, o ícone da mamãe evoca a figura feminina de uma senhora bastante respeitosa em seu estilo de se vestir e no seu penteado. A mamãe é uma mulher branca e de meia-idade. Tal imagem lança mão da paródia da figura tradicional da mamãe dentro de uma página de encontros com um imenso arquivo sexual. Essa mamãe se apresenta tolerante e, finalmente, como imagem virtual de um corpo-máquina, ela personifica o corpo total da plataforma, na qual todos os perfis estão arquivados. A mamãe é a anatomia e a fisiologia eletrônica de *GayRomeo* que optou por essa figura feminina como sua forma. O ícone da mamãe possui uma materialidade *offline* quando, dentro da página, aparece um informativo “Tudo sobre a mamãe”. Nesse informativo, está a descrição material da mamãe como mascote alter-ego do conjunto de mais de 100 servidores



que fazem a página *GayRomeo* funcionar. A mamãe possui, assim, uma materialidade maquínica que é múltipla. Contudo, sua existência não se pode afirmar a não ser através do discurso daqueles que a operam, evidenciando uma mutação da materialidade tecnológica em corpo-imagem humano, o que articula o utópico da imaginação com o heterotópico da relação de representação que se estabelece entre a imagem virtual e a central de servidores. Além de tudo isso, a mamãe é uma ficção corporal em sua performatividade não apenas por ser máquina, mas porque as formas do corpo às quais sua imagem apela estão próximas de um modelo de correlação entre corpos e objetos na produção do virtual, tal como argumenta a feminista e teórica do virtual Elizabeth Grosz (2001, p. 182, tradução minha):

A coisa e o corpo são correlatos: ambos são artificiais ou convencionais, concepções pragmáticas, cortes, desconexões que criam uma unidade, continuidade, e coesão for a da plethora de interconexões que constituem o mundo. Eles refletem um ao outro: a estabilidade e a existência contínua ou viabilidade do outro, o corpo. A coisa é “fabricada” para o corpo, fabricada como manipulável para as necessidades do corpo. E o corpo é concebido como modelo da coisa, igualmente cognoscível e manipulável por outro corpo. A cadeia de conexões é mutuamente comprovante. A coisa é a vida do corpo, e o corpo é aquilo que ocorre inesperadamente para as coisas. A tecnologia é aquilo que assegura e aprimora as contínuas negociações entre corpos e coisas, o investimento dependente de um, o corpo, no outro, a coisa.⁵

A mamãe como banco de dados incorpora os espaços virtuais nos quais todos os corpos-imagem virtuais dos usuários estão armazenados: uma hiper-tecno-gestação digna das análises de Haraway. Como central de servidores, a mamãe é um autômato no qual o espaço virtual ganha sua forma *cyber* e se conecta com a virtualidade de usuários reais que se conectam a *GayRomeo*. Na sua materialidade, mamãe faz visível o conjunto da engrenagem de computadores que gera o domínio virtual *GayRomeo*. O virtual tem uma materialidade. As dicotomias do tecnológico como virtual e do humano como real se desfazem. O humano pode ser tanto real como virtual, assim como os objetos técnicos podem ser, ao mesmo tempo, sob diferentes formas, reais e virtuais. O resultado dessas observações leva a questionar por que, em perspectivas da representação do espaço e do corpo, todos os corpos materiais são convertidos em linguagem, quando, por outro lado, com o conceito de performatividade de gênero em sua dimensão tecnológica, há uma crítica do estruturalismo e dos construtivismos discursivos. O agenciamento entre corpo, gênero e espaço não pode ser pensado, dentro de uma perspectiva de performatividade, como reduzido apenas aos seus elementos simbólicos. Há uma performatividade do corpóreo, do espacial e do sexual em suas formas que se expandem ou não se reduzem ao domínio do representacional. Como argumenta ainda Grosz (2001, p. 94), os dispositivos de virtualização do espaço podem ser ativados por formas simples que observamos na nossa arquitetura:

A virtualidade não está limitada à arena da inovação tecnológica. Talvez, a mais convencional das formas e presunções arquitetônicas melhor ilustra o que eu entendo como o impacto, a ressonância, e a riqueza que o virtual traz para o real: a parede. A capacidade das paredes, boxes, janelas e

⁵ The thing and the body are correlates: both are artificial or conventional, pragmatic conceptions, cuttings, disconnections, that create a unity, continuity, and cohesion out of the plethora of interconnections that constitute the world. They mirror each other: the stability and ongoing existence or viability of the other, the body. The thing is “made” for the body, made as manipulable for the body’s needs. And the body is conceived on the model of the thing, equally knowable and manipulable by another body. This chain of connections is mutually confirming. The thing is the life of the body, and the body is that which unexpectedly occurs to things. Technology is that which ensures and continually refines the ongoing negotiations between bodies and things, the depending investment of the one, the body, in the other, the thing.

cantos de funcionar em mais de uma maneira, para servir não somente às funções presentes assim como outras, já faz parte do engenho e da inovação do virtual no real. Transformações temporárias gradativas, o uso dos espaços além de suas funções convencionais, a possibilidade de ser de outro modo – ou seja, de tornar-se – deve ser prontamente concedida ao ambiente construído assim como está a cair na futuridade.⁶

A proliferação de elementos humanos, de perfis, de fotos, de filmes eróticos (não mais disponibilizados, mas que estiveram presentes durante o trabalho de campo) conferem à página sua atratividade para o público gay. Tal atratividade se expande à maneira como os perfis são apresentados e como se pode interagir *online*. Nesse segundo aspecto, argumento por uma conexão do corpo-imagem com o sexo-espaço. Com isso, refiro-me a como o “sexo” está virtualizado não somente na forma de imagens e discursos sobre o corpo, mas também de que maneira uma incitação ao discurso e à conexão sexual se otimiza dentro da plataforma.

Em uma página de encontro gay que objetiva ser atrativa e efetiva para os seus usuários que procuram por parceiros, a dinamização tecnológica da plataforma é a garantia de que mais usuários estarão interessados em ter perfis dentro da página, da mesma forma que, para a plataforma, no seu modo de funcionamento, oferecer a maior possibilidade de conexões possíveis é fundamental. Uma das primeiras coisas que saltam à vista de alguém não familiarizado com o universo das páginas de encontro gay é como, num curto espaço de tempo, se pode ter à mão uma diversidade de opções de interação, inclusive de caráter sexual. Essa dinamização se articula com a virtualização do corpo quando se encara o espaço virtual com um vetor de intensificação dessas interações e, conseqüentemente, um provocador de estímulos ao contato.

Dentro das funções de interação *online*, uma das mais básicas consiste na troca de mensagens entre usuários dentro da página. Com a troca de mensagens, é possível estar em contato com vários outros usuários, ao mesmo tempo. Esse nível de interação se diferencia bastante das formas de paquera *offline*, na qual não é possível estar em interação com vários parceiros concomitantemente na mesma intensidade de paquera. Em um bar ou em uma boate, por exemplo, pode-se estar conversando com um e olhando outro, mas como se dispõe apenas do corpo para interagir (voz, olhar, gestos), a pessoa apenas domina um repertório bastante restrito em comparação com o que uma página de encontros proporciona. Quando dois usuários trocam mensagens dentro da página, não se sabe ao certo com quantos mais outros usuários se está interagindo e “caçando” o próximo encontro.

A ferramenta projeta os usuários em um outro campo perceptivo e sensorial. Primeiro, posso entrar em interação com vários usuários ao mesmo tempo. Segundo, o perfil me oferece uma gama de informações, para as quais eu não preciso fazer perguntas. Isso facilita bastante a interação sexual, já que o elemento da surpresa pode ser frustrante para algumas pessoas quando assegurado pelos campos de preenchimento do perfil. Claro que pode haver uma não correspondência dos dados, mas, ainda assim, desfaz-se a necessidade de perguntas sobre corpo, preferência sexual, entre outras coisas, que são satisfeitas pelo perfil. Há uma materialidade de um corpo virtual sensível e diversificado nos cruzamentos *online* numa rede de usuários: “Mas mais do que a materialidade carne-e-osso do corpo físico, corpos online são antes uma máquina de textos transgressivos com uma infinidade de conexões corporais e implicação material”⁷ (SUNDEN, 2003, p. 183, tradução minha).

⁶ Virtuality is not limited to the arena of technological innovation. Perhaps the most conventional of architectural forms and presumptions best illustrate what I understand as the impact, resonance, and richness that virtual brings to the real: the wall. The capacity of walls, boxes, windows and corners to function in more than one way, to serve not only present functions but others as well, is already part of the ingenuity and innovation of the virtual in the real. Makeshift, piecemeal transformations, the usage of spaces outside their conventional functions, the possibility of being otherwise – that is, of becoming – must be as readily accorded to the built environment as it is to fall futurity.

⁷ “But rather than the flesh-and-bone materiality of the physical body, *online* bodies are rather transgressive machine texts with a multitude of corporeal connections and material implication”



Embora discordando de Sundén (2003) quanto a uma total transgressividade desse corpo, pelo motivo de esses elementos estarem incorporados ao cotidiano do uso da página, uma proliferação dos modos de excitação visual, textual e interativa torna-se predominante dentro da plataforma. A carne é feita texto, o texto provoca a imaginação e a imaginação fomenta imagens que podem estar dispostas na página ou apenas funcionar como um *Kopfkino* (fantasia, cinema mental), tal argumenta Dekker (2012).

O espaço interior do desejo e da fantasia se conecta com o espaço virtual exterior da tela. O atual e o virtual se tocam aqui no sentido deleuziano desses dois termos. Formas do tempo que se ligam à história pessoal se conectam com formas do espaço *online*. A página resulta atraente não somente pelo corpos-imagens que estão dentro dela. Um sexo-espaço se instala, um espaço que se faz sexo na medida em que o espaço virtual, como essa topologia de outros contatos, se liga com uma ideia de sedução, atração. Quando cada usuário se conecta à página, uma galeria de fotos com o título “Novos Romeos em sua localidade” é apresentada em forma horizontal bem abaixo do espaço publicitário, indicando quais são os mais novos usuários do sítio na sua cidade. O que acontece nesse momento é a confrontação do seu olhar com um outro que lhe demanda atenção. Usando a mesma lógica da publicidade que captura o olhar ao se conectar à página de *GayRomeo*, perfis “saltam” aos olhos. O sentido do navegar para entender os movimentos *online* em sua relação com as práticas de encontro pode apontar para novas geografias da sexualidade no mundo contemporâneo que introduzo agora.

Navegações, pegações, *cruising*: o boy do lado e as novas geografias eróticas

Durante muito tempo e ainda hoje, numa cultura marcadamente heteronormativa, as sexualidades dissidentes tiveram que engendrar outras formas de apropriação do espaço para poderem atuar. É dentro dessa configuração que o termo *cruising* ganha significado, principalmente na cultura gay, referindo-se à busca por parceiros para aventuras sexuais (CHAUNCEY, 1994). O *cruising* consiste em uma prática espacial erotizada e erotizante de praças, parques, locais desertos da cidade que se tornam pontos para encontros fortuitos, busca de parceiros e amores entre sujeitos, do sexo masculino (já que falamos de uma época, final do século XIX, na qual, para as mulheres, ainda era um tabu transitar desacompanhada nos espaços públicos). O *cruising* aparece marcadamente masculinizado. As práticas de *cruising* constituíram, assim, uma tática de movimento e mapeio da cidade a partir da sexualidade, desenvolvendo formas de comunicação e deslocamento entre sujeitos gays:

Os homens gays utilizaram tais códigos das subculturas para fazer contato e comunicar com outros através da cidade, mas eles também fizeram decisões táticas sobre os lugares mais seguros para se encontrar. À semelhança de outros grupos marginalizados buscando uma presença pública, os homens gays tiveram que aprimorar os seus sentidos das dinâmicas sociais que regiam vários bairros e das possibilidades apresentadas. Ao construir um mapa gay da cidade, eles tiveram que considerar os mapas elaborados por outros grupos, às vezes hostis, de modo que uma lógica tática governou a localização das áreas de *cruising* (CHAUNCEY, 1994, p. 189, tradução minha).⁸

⁸ Gay men used such subcultural codes to make contact and communicate with one another throughout the city, but they also made tactical decisions about the safest places to meet. Like other marginalized groups seeking a public presence, gay men had to hone their sense of the social dynamics governing various neighborhood and the possibilities each presented. In constructing a gay map of the city, they had to consider the maps devised by other, sometimes hostile, groups, so a tactical logic governed the location of gay cruising areas.



As práticas de *cruising* ganharam ainda outros nomes e outras relações a partir das diferenças culturais em que os encontros furtivos entre homens em busca de aventuras sexuais invocam outras variáveis. No Brasil, uma das categorias nativas mais utilizadas para denominar esse tipo de prática é o termo “pegação”. O pegar, que significa tocar ou agarrar com a mão, guarda uma íntima relação com a performance do *cruising*, na qual há pouco uso da comunicação verbal e um maior uso do repertório corporal para demonstrar o interesse, como, por exemplo, nas práticas de *cruising* em banheiros públicos, onde a maneira de olhar e o tocar do pênis podem ser interpretados como sinais. Na sua pesquisa sobre a prostituição masculina em São Paulo, na década de 1980, Perlongher (2008) especifica as práticas de “pegação” entre homens no espaço urbano paulistano com outros elementos que não necessariamente se correlacionavam com a cultura gay.

Partindo da sugestão de Benjamin poder-se-ia, aliás, esboçar alguma analogia entre o *flaneur* da boémia e a *deriva* das homossexualidades. Explorar as possibilidades sensuais do fluxo das massas urbanas não é, por sinal, exclusivo de prostitutas e “entendidos”. Pelo contrário, a “pegação” homossexual (Guimarães, 1984) constitui uma versão particular de uma prática muito mais institucionalizada e conhecida: o *trottoir* da prostituição feminina, cuja difusão em São Paulo, a partir do fechamento dos bordéis e do fim da zona confinada, vimos anteriormente (PERLONGHER, 2008, p. 166).

Seguindo tais perspectivas acerca do *cruising* ou “pegação”, percebe-se o aspecto subversivo de tais práticas que remete a alianças com subculturas eróticas nos espaços públicos. Tais práticas criam outras cartografias do sexual no seio dos dispositivos de normalização do tempo e do espaço. Como também aponta Miskolci (2009), isso ainda levaria a um redimensionamento da lógica do armário no universo virtual, levando-nos a questionar até que ponto estar *online* se relaciona com estar dentro ou fora do armário. A clivagem das fronteiras entre público e privado e o jogo que se estabelece no trânsito *online* introduzem aí um diferencial na epistemologia do armário que necessitaria ser revisitada. Os atores se envolvem dentro dessas práticas em atos performativos que fazem a ponte do corpo ao espaço. Ao investigar uma zona de *cruising* no litoral italiano, Mooshammer (2005, p. 94, tradução minha) acentua seu aspecto performativo:

O aspecto performativo do *cruising* marca essas paisagens como lugar da sua atuação em primeiro e segundo plano ao mesmo tempo. Particularmente em uma inscrita aproximação no campo de tensão entre o poder de atração de uma beleza sublime de paisagens desconhecidas e o fascínio com o imediatismo dos encontros sexuais anônimos nesses espaços abertos.

O que passa a mudar, então, quando gays migram dos espaços públicos *offline* para aventuras sexuais *online*? Efetivamente, mudam-se as estratégias e as formas de apresentar-se. Quando, durante a minha pesquisa, analisou-se de que maneira as masculinidades estavam performadas *online*, percebeu-se o jogo entre os modos *offline* e *online* de performar um “corpo masculino” para ser atraente a um outro. No espaço virtual de *GayRomeo*, emerge um outro cenário de *cruising*, o *cruising* virtual ou digital para usar a definição de Mowlabocus (2010, p. 188, tradução minha):

O *cruising* digital pode, então, ser concebido como uma constelação de atos comunicativos que tomam lugar entre homens por via qualquer de um número de interfaces móveis, à medida que eles movem através dos espaços físicos de suas vidas cotidianas. Ao fazê-lo, o *cruising* digital ecoa a alegação feita por Bilandzic et al. (2009: 1517) de que usuários



de tecnologias móveis podem formar 'seu próprio conjunto de práticas sociais distintas em torno das tecnologias de informação e comunicação da telefonia móvel' e que tais práticas podem ter pouco a ver com a utilidade pretendida da tecnologia.⁹

Prefiro recuperar o termo virtual ao invés de digital, já que, como argumentei com Deleuze e Grosz, os processos de virtualização envolvem um agenciamento entre formas do corpo, do espaço, do tempo e do sexo que atravessam tanto as dimensões do humano como do não humano. O que pretendo realizar com a ênfase no conceito de virtual, desde a filosofia que o elabora a partir de uma problematização do tempo e do espaço e das formas do presente, é reencontrar a agência dos media na confecção de outras performatividades do gênero e da sexualidade em que se realizam híbridos. O *cruising* virtual é, ao meu ver, um efeito desses processos de hibridização em uma perspectiva simétrica (LATOUR, 1993) de abordagem do papel da Internet nas dinâmicas de performance da sexualidade e do gênero *online*. Tais processos englobam ainda uma dimensão mais ampla da vida social, na qual o *techno* e o humano, como figuras anteriormente estanques de epistemologias puras, entram em constelações mistas de um porvir pós-identitário/representacional:

Esta distinção dissipada entre o orgânico e o tecnológico não diz respeito somente ao humano diante da interface do computador tendo sexo com alguém meio mundo distante mas também se dirige a todos os modos que a tecnologia impacta o corpo: marca-passos e próteses, medicamentos e vacinas, engenharia alimentícia e náutica, manipulação cosmética e de aumento. Todos eles demonstram a diluição da fronteira entre o orgânico e o tecno-social (CAMPBELL, 2004, p. 146, tradução minha).¹⁰

Nos modelos identitários e representacionais de abordagem das relações entre gênero e espaço, a produção de afetos corporais dentro de formas híbridas é ignorada, na medida em que os afetos, como formas do não representacional, não podem ser reduzidos à linguagem. Algo se passa entre as palavras e as coisas, e a tarefa investigativa de tais processos deve abrir a problematização do empírico para outros modelos epistemológicos. A antropologia simétrica de Latour (1993) intervém, sob este aspecto, como uma alternativa, na realização de uma pesquisa, ao construtivismo das teorias sociais do espaço e do gênero. Creio que é importante frisar aqui que não uso a teoria de Latour como um modelo metodológico, mas como ferramenta de campo que me permite pensar, a partir da prática de pesquisa, a relação entre atores humanos (homens gays) e ferramentas tecnológicas. A assimetria defendida entre homens e máquinas só pode ser sustentada dentro de um modelo epistemológico em que a natureza é excluída do domínio da cultura e o mundo da cultura, por contrapartida, é gerado como um artefato, mas um artefato diferenciado do mundo dos objetos. Neste contraponto crítico, Latour (1993, p. 106, tradução minha) explora assim universos híbridos de natureza-cultura:

A solução aparece juntamente com a dissolução do artefacto de culturas. Todas as natureza-culturas são semelhantes na medida em que, simultaneamente, constroem seres humanos, divindades e não-humanos.

⁹ Digital cruising can thus be conceived of as a constellation of communicative acts that take place between men via any one of a number of mobile interfaces, as they move through the physical spaces of their everyday life. In doing so digital cruising echoes the claim made by Bilandzic et al. (2009: 1517), that users of mobile technologies may form 'their own set of distinct social practices around the ICT of mobile telephony' and that such practices may have little to do with the intended utility of the technology.

¹⁰ This dissolving distinction between organic and technological not only concerns the human at the computer interface having sex with someone half a world away but also addresses all ways technology impacts the body: pacemakers and prosthetic limbs, pharmaceuticals and vaccinations, engineered nutrition and Nautilus machines, cosmetic manipulation and augmentation. All of those demonstrate the blurring of the distinction between the organic and the techno-social.



Nenhuma delas habita um mundo de signos ou símbolos arbitrariamente impostos a uma natureza externa conhecida somente por nós. Nenhuma delas - e especialmente não a nossa - vive em um mundo de coisas. Todas elas organizam o que vai carregar signos e o que não vai. Se há uma coisa que todos nós fazemos, é certamente que construímos tanto os coletivos humanos como os não-humanos que os cercam. Em constituindo seus coletivos, alguns mobilizam antepassados, leões, estrelas fixas, e o sangue coagulado de sacrifício; na construção de nossas, mobilizamos a genética, a zoologia, a cosmologia e a hematologia. "Mas esses são ciências! 'Os modernos irão explicar, horrorizados com essa confusão. 'Eles têm que escapar às representações da sociedade, na medida do possível!'" No entanto, a presença das ciências não é suficiente para quebrar a simetria; tal é a descoberta de antropologia comparativa. Do relativismo cultural que avançamos para o relativismo "natural". O primeiro levou a absurdos; o segundo vai permitir-nos para voltar a cair no senso comum.¹¹

O primeiro passo desse tipo de empreitada, tal como defendido pela física e teórica feminista Karen Barad (2003), implica abordar a própria dimensão performativa dos instrumentos produtores de objetividade. Dessa maneira, atinge-se o ponto de co-extensão de quasi-objetos (LATOURET, 1993, p. 95-98), ponto a partir do qual tanto natureza como cultura devem ser explicados. O trabalho de purificação que põe de um lado o mundo dos sujeitos da sociedade e do outro a realidade exterior dos objetos só consegue lidar com as práticas espaciais a partir de um conceito de cultura clivado por um trabalho de redução do humano ao domínio do representacional. Todo o enclive do construtivismo que gira em torno do conceito de performatividade se abate nesse ponto, pois não se dissolve a assimetria que separa transcendentemente o mundo exterior do sujeito.

O que busco afirmar aqui é que há uma continuidade performativa entre corpo e espaço. Tal continuidade só pode ser apreendida a partir do momento em que se entende as formas híbridas de atores humanos com não humanos na dinâmica erótica dos espaços de interação sexual. Em que extensão um espaço pode ser atraente ou sedutor para um sujeito gay na busca por parceiros? A resposta a esta pergunta não se resume apenas à dimensão corporal, quer dizer, à ocupação do espaço por corpos que desejam outros corpos, mas em que montagens do corpo com o espaço diferentes corpos entram em conexão. Investigações recentes sobre as práticas de *cruising*, por exemplo, Brown (2008), já operaram esse giro em pensar, a partir de modelos como os da teoria não representacional (*non-representational theory*), as conexões simétricas entre corpo e espaço na montagem de um agenciamento do sexo nas suas diferentes materialidades. Ao pesquisar três espaços de *cruising* na Londres contemporânea, o geógrafo da sexualidade aponta:

Por estar neste espaço, neste momento, cada homem estabelece um conjunto diversificado de relações com os objetos que o cercam - e não apenas o corpo do outro homem, mas as cerâmicas manchadas dos mictórios e os ladrilhos do piso, o brilho descolorido do invólucro de metal dos secadores de mão, as peles quebradas, o ar (pesado com cheiro de urina velha, suor fresco e nitrato de amilo). Em ambas as posições, o jogo

¹¹ The solution appears along with the dissolution of the artifact of cultures. All nature-cultures are similar in that they simultaneously construct humans, divinities and nonhumans. None of them inhabits a world of signs or symbols arbitrarily imposed on an external Nature known to us alone. None of them – and especially not our own – lives in a world of things. All of them sort out what will bear signs and what will not. If there is one thing we all do, it is surely that we construct both our human collectives and the nonhumans that surround them. In constituting their collectives, some mobilize ancestors, lions, fixed stars, and the coagulated blood of sacrifice; in constructing ours, we mobilize genetics, zoology, cosmology and hematology. 'But those are sciences!' the moderns will explain, horrified at this confusion. 'They have to escape the representations of society to the greatest possible extent!' Yet the presence of the sciences does not suffice to break the symmetry; such is the discovery of comparative anthropology. From cultural relativism we move on 'natural' relativism. The first led to absurdities; the second will allow us to fall back on common sense.

sexual teve lugar atrás da parede na altura do tórax que separa a fila traseira de mictórios da entrada para o banheiro. Os homens no centro de ambos os eventos utilizaram a estrutura do espaço, e os corpos dos outros homens presentes para proteger e abrigá-los, por alguns momentos cruciais, pelo menos, da vista de eventuais não-participantes em sua chegada (BROWN, 2008, p. 926).¹²

No universo virtual de *GayRomeo*, o *cruising* é mais do que um cruzar espaços, habitar edifícios, praças, florestas. A prática espacial e corporal que gera o *cruising* como híbrido de espaço-corpo sexual na sua versão *online* se acopla a modos de catalogar, ver, excitar-se do outro lado da tela sem que o seu parceiro chegue a ter conhecimento disso. Usuários que pagam uma assinatura mensal podem inclusive apagar seu nome quando visitam algum perfil, ou seja, ver, mas sem ser visto. Há um suporte material que possibilita o acesso à página, seja por computadores, *tablets* e *smartphones*, o que permite aos usuários moverem-se por outros espaços que não se constituem em espaços *offline* de *cruising*. Posso estar no metrô com meu *smartphone* conectado a *GayRomeo*, realizando um *cruising* virtual, trocando mensagens, vendo perfis e combinando o próximo encontro, mas o espaço do metrô, supostamente, não mudaria com a minha imersão na tela em um espaço sexualizado. A virtualidade me aprofunda na tela, como uma conexão de imersão do sujeito *offline* no espaço *online*. Nesse momento, o atual toca o virtual e a menor excitação do meu corpo em interação *online* pode transbordar do virtual ao real e pôr em dúvida até que ponto o espaço heterotópico do metrô não estaria mesmo sexualizado.

Em uma área de *cruising offline* comum, como um banheiro público ou uma vegetação, reminiscências do sexual atualizam o espaço como área de “pegação” gay: preservativos usados, cheiro de urina, esperma, pegadas etc. Há uma materialidade do espaço e do corpo que me remete ao tempo de que algo passou naquele determinado lugar. O *cruising* virtual não deixa essas reminiscências concretas no espaço *offline* ao qual meu corpo está conectado no momento em que comecei a buscar por um parceiro *online*. Mesmo se o *cruising* começa na busca *online* e termina num café, num bar, na casa de um dos parceiros, se o contato se passa do virtual para o real, ainda assim, há um elemento que escapa à ideia de ir a um lugar determinado e buscar por alguém. O *cruising* virtual introduz o elemento da duração no performativo espaço-corpo. Ao tornar a página mais acessível através da mobilidade de computadores, *smartphones* e *tablets*, o *cruising* integra uma mobilidade entre-espaços.

Com a implementação de aplicativos para *smartphones* das páginas de encontro como *GayRomeo*, inaugura-se uma nova geografia erótica que não tem mais apenas a ver com a localização em saber onde está um usuário. Com a implementação de dispositivos de localização combinados com a mobilidade física dos usuários, é possível saber qual o usuário mais próximo do ponto em que você está. O boy da porta ao lado (versão masculina da *girl next door*) é um sujeito móvel. Ele pode ser desde alguém que esteja, por exemplo, no mesmo metrô até o seu vizinho. A mobilidade rompe as barreiras do público e do privado da sexualidade que é virtualizada em perfil. O boy do lado, mais do que um sujeito fixo, é uma informação em velocidade óptica, um código, uma modulação da subjetividade: corpos-imagem de rostos, peitorais, músculos, genitálias etc. O virtual envolve, decisivamente, o atual como presente e o real como situação, localidade. Importante frisar que foi necessário para *GayRomeo* aderir

¹² By being in this space at this time, each man establishes a diverse set of relationships with the objects that surround him – not just the other men’s body, but the stained ceramics of the urinals and the floor tiles, the faded shine of the metal casing of the hand-dryers, the broken skins, the air (heavy with smells of stale urine, fresh sweat and amyl nitrate). In both stances, the sex-play took place behind the chest-height wall that separates the back row of urinals from the entrance to the toilet. The men at the centre of both events used the fabric of the space, and the bodies of the other men present to protect and shield them, for a few crucial moments at least, from the view of any potential non-participants on their arrival.



à tendência dos aplicativos para *smartphones*, já que estava perdendo espaço para essas novas tecnologias de *dating* como *Grindr* e *Scruff*. O *Grindr*¹³ foi um desses primeiros aplicativos que apontou para uma reorientação das próprias páginas de *gay dating*, como *GayRomeo* e *Manhunt*, que tiveram que introduzir aplicativos (*apps*) para não perder em espaço e mercado para as novas tecnologias de localização imediata. Uma intensificação na rapidez dos contatos sexuais se realiza a partir de um reordenamento da cartografia sexual, que deixa de depender, numa margem bastante relativa, ainda que não totalmente, dos espaços físicos *offline*, seja dos clubes, das áreas de *cruising* ou dos recintos domésticos.

O design virtual permite alocar vários perfis, lado a lado, em ordem crescente, do mais próximo ao mais distante (indicando de metros a quilômetros a distância). O que está em jogo aqui não é a representação virtual de um mapa, mas uma cartografia que se gera a partir de dispositivos de navegação digital. Mais uma vez, uma lógica que não se resume a da representação persiste entre dois usos das formas de localização no espaço. Um primeiro uso toma a localização virtual de forma mimética, ou seja, uma correspondência do espaço físico com o indicado *online* (tal fato não se confirma, já que, nos aplicativos de *gay dating*, o corpo-imagem que gera um espaço virtual não está em uma correspondência totalmente mimética com o corpo físico, por exemplo, o aplicativo sempre indica que estou a cem metros de distância de mim mesmo), um segundo uso que seria navegacional, tal como definido por Latour, Camacho-Hübner e November (2009, p. 595), gerado no movimento, na imaginação e na produção estética que é a construção do espaço como materialidade e duração (em um mínimo de tempo possível em que as localidades se estabilizam nas formas da distância, que não deixam de ser temporalidades, ainda que assumamos o atual do mapa como estático).

O que observo, então, com o uso desses aplicativos, na produção de materialidades virtuais, é o exercício de um *technosexo*, de um sexo encarnado na hibridação de atores humanos e não humanos, marcados diferencialmente. O performativo como ação de ficção incorporada, já argumentado por Butler em sua obra, ainda é um conceito relevante para se pensar o sujeito como efeito de dispositivos de saber e poder. O que creio ser pertinente na renovação do conceito de performatividade, que introduz Barad com o pensamento de um novo materialismo, reside no fato de pensarmos as complexidades dos dispositivos de saber e poder contemporâneos que produzem o sexo e o gênero. Embora não próxima de Barad (2003), mas na linha de pensar esses dispositivos contemporâneos, encontra-se também, entre outros, os pensamentos de Beatriz Preciado (2008) e seu conceito de farmacopornografia; Rosi Braidotti (2011) e a definição de sujeitos nômades; e, mais recentemente, as pesquisas de Judith Jack Halberstam sobre “zombie humanism” e também suas inserções no campo da arte e da cultura popular em trabalhos como em *The Queer Art of Failure* (2011), especialmente na sua consideração de um humanismo que transborda e se faz queer ao se apropriar de seres não humanos como galinhas, esponjas do mar, brinquedos (aqui a precisa análise sob uma perspectiva queer de desenhos de animação, como Bob Esponja).

Considerações finais

As práticas de buscar por parceiros *online*, por parte de homens gays, referem-se não apenas de emergentes performatividades do gênero e da sexualidade, mas de novas configurações do espaço social contemporâneo. Para isso, foi necessário pôr em questão perspectivas clássicas acerca do espaço e do gênero que ainda os tornam categorias representativas de um mundo

¹³ “0 feet away: Our mission for you. Grindr’s different because it’s uncomplicated and meant to help you meet guys while you’re on the go. It’s not your average dating site -- you know, the ones that make you sit in front of a faraway computer filling out complex, detailed profiles and answering invasive psychological questions. We’d rather you were zero feet away” (<http://grindr.com/learn-more>).



social antropocêntrico. Uma dificuldade em pensar geografias emergentes da sexualidade com os usos das novas tecnologias leva a fazer uso de concepções mais sofisticadas do que seria o virtual.

Somente na simetria entre atores humanos e artefatos tecnológicos compreende-se como as práticas de *cruising online* não são um reflexo ou transposição das práticas de “pegação” do *cruising* nos seus modelos fora da tela, como em saunas, parques, banheiros públicos. Aqui, as ferramentas tecnológicas como a Internet, os aplicativos de *smarphone*, como o *Grindr*, que fazem de qualquer lugar um ponto de partida para *cruising*, têm uma dimensão de agência na confecção dessas novas geografias eróticas, as quais passariam ignoradas por perspectivas que centram o espaço e o gênero como marcadores simbólicos e não compreendem os processos pelos quais espaço e gênero, como símbolos, se deformam em outras materialidades. Neste artigo, propus problematizar processos de deformação do corpo em espaço, do espaço em sexo, no que toca à relação entre atores humanos e não humanos que atuam nas formas *online* de busca por parceiros entre homens gay.

Mais do que presumir a fixidez das formas do espaço, do tempo, do gênero e da sexualidade, compreendi que dinâmicas de fluidez que hibridizam essas formas são o marco da nossa contemporaneidade. O que se aprende com as novas formas de *cruising online* é uma produção do espaço pelo movimento, em uma fluidez das materialidades reais e virtuais. Os corpos e os espaços se tornam porosos, na velocidade em que informações visuais, textuais, sonoras, ativam e desativam corpos e espaços para a interação sexual.

Referências

BARAD, K. Posthumanist Performativity: toward an understanding of how matter comes to matter. *Signs Journal of Women in Culture and Society*, v. 28, n. 3, p. 801-831, 2003.

BRAIDOTTI, R. *Nomadic Theory*. New York: Columbia University Press, 2011.

BRICKELL, C. Sexuality, Power and the Sociology of the Internet. *Current Sociology*, v. 60, n. 1, p. 28-64, 2012.

BROWN, G. Ceramic, clothing and other bodies: affective geographies of homoerotic cruising encounters. *Social & Cultural Geography*, v. 9, n. 8, p. 915-932, December, 2008.

BUTLER, J. *Undoing Gender*. New York: Routledge, 2004.

_____. *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of Sex*. New York: Routledge, 1993.

_____. *Gender Trouble*. New York: Routledge, 1990.

CAMPBELL, J. E. Virtual Citizens or Dream Consumers: looking for Civic Community on Gay.com. In: O'RIORDAN, K.; PHILLIPS, D. J. (Eds.) *Queer online: media technology and sexuality*. New York: Peter Lang, 2007. p. 197-216.

_____. *Getting it online. Cyberspace, Gay Male Sexuality and Embodied Identity*. New York: Harrington Park Press, 2004.

CHAUNCEY, G. *Gay New York: gender, urban culture, and the making of gay male world*. New York: Basic Books, 1994.



- DEKKER, Arne. *Online Sex Körperliche Subjektivierungsformen in virtuellen Räumen*. Bielefeld: transcript, 2012.
- DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. *O que é a Filosofia?* Rio de Janeiro: Ed. 34, 2004.
- _____; _____. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia (vol. 3)*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1999.
- _____; _____. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia (vol. 1)*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- DELEUZE; PARNET, C. *Dialogues II*. New York: Columbia University Press, 2007.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- _____. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GROSZ, E. *Architecture from the Outside: Essays on Virtual and Real Space*. Massachusetts: MIT, 2001.
- HALBERSTAM, J. J. *The Queer Art of Failure*. New York: Duke University Press, Durham and London, 2011.
- HARAWAY, D. *Simians, Cyborgs and Women: The reinvention of nature*. New York: Routledge, 1991.
- LATOURETTE, B. Entrevista. *Jornal Valor Econômico*, 07 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/cultura/2778026/para-antropologo-ideia-do-eu-precisa-dar-lugar-de-rede>>. Acesso em: 10 dez. 2013.
- _____. *Reassembling the social*. New York: Oxford University Press, 2005.
- _____. *We have never been modern*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1993.
- _____; CAMACHO-HÜBNER, E.; NOVEMBER, V. Entering a risk territory: space in the age of digital navigation. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 28, p. 581-599, 2010.
- LORENZ, R. Körper ohne Körper. Queeres Begehren als Methode/Bodies without bodies. Queer desire as method. In: PAUL, B.; SCHAFFER (Hg.) *Mehr(wert) queer/Queer added (value)*. Visuelle Kultur, Kunst und Gender-Politiken/Visual Culture, Art and Gender Politics. Bielefeld: transcript, 2009.
- LÖW, M. The social construction of space and gender. *European Journal of Women's Studies*, London, v. 13, n. 2, p. 119-133, 2006.
- _____. *Raumsoziologie*. Frankfurt: Suhrkamp, 2001.
- MISKOLCI, R. O armário ampliado – notas sobre sociabilidade homoerótica na era da Internet. *Niterói*, v. 9, n. 2, p. 171-190, 1. sem., 2009.
- MOOSHAMER, H. *Cruising: Architektur, Psychoanalyse und Queer Cultures*. Wien: Böhlau, 2005.



MOWLABOCUS, S. *Gaydar Culture: gay men, technology and embodiment in the digital age*. Burlington: Ashgate, 2010.

PERLONGHER, N. *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

PRECIADO, Paul B. *Testo Yonqui*. Madrid: Espasa, 2008.

SUNDÉN, J. *Material virtualities: approaching online textual embodiment*. New York: Peter Lang, 2003.

Recebido: 30 maio, 2015
Aceito: 06 jun., 2015

Jogos de inversão, jogos de poder: corpos subversivos em contexto sado-fetichista

Reversal of games and power games: subversive bodies in sado-fetishist context

Marcelle Jacinto da Silva^a

Resumo

Este texto traz como foco de análise recorte de um trabalho de dissertação que teve como objetivo apreender o universo simbólico de jogos eróticos de poder e conjunto de rituais específicos elencados sob a denominação de *feminização forçada*, parte do universo que nos referimos como sado-fetichismo. O viés que buscamos desenvolver neste texto, além de contextualizar as performances de gênero nesse universo de práticas eróticas, é de pensar as ambiguidades que são produzidas como produtoras de erotismo que mobilizam vocabulário êmico que evidencia uma circulação e possível transformação de conceitos que culminam no “espetáculo” da ambiguidade não apenas de gênero, mas de termos como *disciplina*, poder e *domesticidade* e também entrega.

Palavras-chave: gênero; sexualidade; sado-fetichismo; feminização masculina; ambiguidade.

Abstract

This text brings the focus of analysis a cut of the dissertation that aimed to grasp the symbolic universe of erotic games of power and specific set of rituals listed under the name forced feminization, part of the universe we refer to as sado-fetishism. In addition to contextualize the gender performances in this universe of erotic practices, we propose to think the ambiguities that are produced and producing eroticism and circulation and possible transformation of concepts that culminate in the “spectacle” of the ambiguity not only gender, but discipline, power and domesticity and also of love and loving surrender.

Keywords: genre; sexuality; sado-fetishism; male feminization; ambiguity.

^a Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará - UFC. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas sobre Sexualidade, Gênero e Subjetividade – NUSS, Fortaleza, CE, Brasil. Contato: marcelle.silva.cs@gmail.com



Introdução

Este texto traz como foco de análise um recorte do trabalho de dissertação intitulado “Jogos de Inversão, Jogos de Poder: uma etnografia online sobre práticas de feminização masculina em contexto sado-fetichista”¹, que teve como objetivo apreender o universo de jogos eróticos de poder e conjunto de rituais específicos elencados sob a denominação de *feminização forçada*², parte do universo do BDSM, ou como nos referimos, sado-fetichismo³. De acordo com Facchini e Machado (2013, p. 196), a relação entre erotismo e os termos sadomasoquismo e BDSM têm se feito presente no Brasil desde a década de 1980, baseadas fundamentalmente em uma concepção despatologizante.

Considerando o material produzido na Internet na última década, o propósito dessa investigação foi acessar as práticas através de narrativas disponibilizadas em blogs pessoais e entrevistas realizadas no período de abril de 2013 a abril de 2014, a fim de compreender as travessias de gênero acionadas, as negociações de masculinidades e rituais de feminização que compõem esse universo (SILVA, 2015, p. 9), a partir de material baseado em falas, que muitas vezes são contraditórias, proveniente de espaços online e não tem pretensão de ser um relato verdadeiro, fixo e geral sobre o tema analisado.

As narrativas que aparecem nos blogs e as falas que surgem das entrevistas mobilizam estereótipos que são constituídos em torno das noções de masculino e feminino, tornando a noção de performance um instrumento importante para pensar os deslocamentos acionados pelos sujeitos. Sugiro pensar para além da noção de “identidade” e “identidade de gênero”, apreendida como delimitada e demitável (WELZER-LANG, 2004, p. 107-128), para pensar as performances observadas como atos descontínuos, ambíguos e fluidos⁴, a fim de atentar para os rituais e performances de gênero, que produzem dissolvências coreografadas, agenciamentos de atores e multiplicação de papéis sócio-sexuais que acionam, inclusive, potências femininas em contextos específicos.

De acordo com Scherchner (2006, p. 29) “Toda e qualquer das atividades da vida humana pode ser estudada enquanto performance. Cada ação, desde a mais secundária até a mais complicada é feita de comportamentos duas vezes vivenciados” e, lembra que Goffman afirma que “Uma performance pode ser definida como toda e qualquer atividade de um determinado participante em uma certa ocasião, e que serve para influenciar de qualquer maneira qualquer dos participantes”. No entanto, “uma performance acontece enquanto ação, interação, e relação. Deste modo, uma pintura ou um romance podem ser performativos ou serem analisados “enquanto” performances. A performance não está “em” nada, mas “entre”” (SCHERCHNER, 2006, p. 30). O que significa dizer que “Todos fazemos mais performances do que percebemos. Os hábitos, os rituais, e as rotinas da vida são comportamentos restaurados” (SCHERCHNER, 2006, p. 34). Dessa forma, “A força da performance está na relação muito específica entre

¹ SILVA, M. J. Jogos de inversão, jogos de poder: uma etnografia online sobre práticas de feminização masculina em contexto sado-fetichista. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2015.

² Prática na qual o submisso é teatralmente forçado a vestir-se e portar-se como uma mulher. Parte dessa teatralização deve haver uma resistência da parte do submisso em permanecer feminizado, o que identifica a prática como forçada.

³ É importante chamar atenção para a escolha do termo “sado-fetichismo”, que se justifica pelo fato de que fetichismo e práticas eróticas sadomasoquistas apareceram no contexto da pesquisa como fenômenos complementares, porém independentes, no sentido de que uma pessoa que se identifica com fantasias de submissão pode ser um fetichista, mas nem todo fetichista é necessariamente interessado em fantasias de submissão, por exemplo.

⁴ Os repertórios de práticas eróticas que analiso reforçam a noção de “gênero” como performativa desvinculada diretamente da noção de “sexo biológico”, como sendo “natural”. A abordagem que proponho é da interdependência entre as categorias corpo, gênero e sexualidade, considerando, todavia, que Judith Butler propõe que haja uma separação entre “teorias da sexualidade” e “teorias de gênero”, como precursora dos *queer studies*, meu trabalho, assim como o de Camilo Braz (2009, p. 80), propõe uma “(re) articulação entre gênero e sexualidade”.

os performers e aqueles-para-quem-a-performance-existe” (SCHECHNER, 2011, p. 215), e é importante que a cena seja convincente para o fluxo da performance e que “a transmissão do conhecimento performático” (SCHECHNER, 2011, p. 226) ensinado pela dominadora seja eficaz.

As práticas que envolvem submissão, dentre elas a própria feminização, apresentam configurações ritualísticas que associam humilhação⁵ erótica e feminização a partir da mobilização de um vocabulário êmico que evoca noções como “treinamento”, “ritual”⁶, “etiqueta”⁷, “adestramento”⁸, “preparação”, “disciplina”⁹, “domesticação”. O termo “feminização forçada” é, de fato, carregado de significados relacionados à degradação, humilhação, imposição e inferiorização, situações que são claramente humilhantes para o submisso e, teoricamente contra sua vontade. Há, portanto, ressignificações de termos.

Penetrando no jogo

Jorge Leite Júnior (2000, p. 8-9) em seu trabalho intitulado “A cultura S&M” observa que:

No final do século XIX, o mais renomado psiquiatra da época, estudioso das então recém-criadas “perversões” ou “perversidades” sexuais, o austríaco Richard Von Krafft-Ebing, lançou em seu colossal tratado “*Psycopathia Sexualis*” os termos “sadismo” e “masoquismo”. O primeiro designava o prazer em ferir ou humilhar o parceiro no ato sexual, e o segundo, o prazer em ser ferido ou humilhado, também durante o sexo. Derivado do nome do Marquês de Sade, nobre francês do século XVIII, o termo “sadismo” foi criado para designar a “associação entre a luxúria e a crueldade” [nas palavras de Krafft-Ebing]. (...) O mesmo destino triste teve o também escritor e romancista austríaco Leopold Von Sacher-Masoch. Contemporâneo de Krafft-Ebing, sua novela mais famosa “*A Vênus das Peles*” entrou para a história como um clássico da literatura erótica ao mesmo tempo em que seu nome foi utilizado para designar a “perversão oposta” ao sadismo.

As expressões “masoquismo”¹⁰ e “sadismo”¹¹ aparecem patologizadas na observação e reunião de práticas sexuais presentes nas obras dos dois autores: Sade costumava descrever cenas de sexo forçado e torturas sexuais e os personagens de Masoch vivenciavam situações de submissão e encontravam prazer na dor, por exemplo. De acordo com Freud (2006, p. 149) autores como Schrenck-Notzing “preferem a designação mais estrita de *algolagnia*, que destaca o prazer na dor enquanto os termos escolhidos por Krafft-Ebing colocam em primeiro plano o prazer em qualquer forma de humilhação ou sujeição”. Os referidos termos aparecem na obra de Freud (2006, p. 150) de maneira diferente do que aparece em Krafft-Ebing, por sua vez relacionando ambas como pulsões humanas, latentes: pulsão de morte e pulsão de vida, afirmando que sadismo e masoquismo “ocupam entre as perversões um lugar especial, já que o contraste entre atividade e passividade que jaz em sua base pertence às características universais da

⁵ Ato de provocar dor moral. Redução deliberada do ego para propósitos eróticos, variando de embaraço moderado a degradação.

⁶ Ritual ou cerimônia é um conjunto de formalidades e regras que devem ser observadas em qualquer cena, sessão ou até em cumprimentos e abordagens entre participantes.

⁷ Regras principais, como não poder tocar sem permissão, ou qualquer forma de abuso são completamente proibidos.

⁸ O termo, no contexto sado-fetichista, se refere à imposição regras e normas de comportamento, bem como padronizar algumas respostas para determinadas ordens ou estímulos.

⁹ Uso de regras e punições para controlar o comportamento.

¹⁰ É quando a pessoa busca prazer em sentir dor ou imaginar que a sente.

¹¹ Envolve atos (reais, não simulados) nos quais o indivíduo deriva excitação sexual do sofrimento psicológico ou físico (incluindo humilhação) do parceiro.



vida sexual". Gilles Deleuze (2008), por sua vez, argumenta que é injusta a complementaridade criada entre Sade e Sacher-Masoch, reforçada no termo sadomasoquismo, pois, segundo ele e também é dito por Jorge Leite Júnior (2000, p. 13), seus romances representam universos bem diferentes, e que não se misturam.

O BDSM é apenas uma sigla que se refere a uma grande diversidade de práticas culturais, sexuais e sociais, praticadas por grupos de sujeitos que partilham ou não as mesmas visões de mundo e de práticas. Jorge Leite Júnior (2000, p. 14) considera que "o que conhecemos hoje como S&M é muito mais uma somatória de grupos e principalmente de pessoas que se identificam pelas preferências sexuais e atitudes perante o mundo". Nesse sentido, um dos objetivos da sigla BDSM é englobar as práticas fazendo, então, referência às práticas mais comuns: *bondage*, que em inglês significa amarração ou imobilização com algemas, cordas ou similares; *dominação/disciplina*, *sadismo* e *masoquismo*, que envolvem jogos de submissão, dominação e trocas de poder, representando relações múltiplas de sexo, poder e intimidade, "um conjunto de práticas de conteúdo erótico" (FACCHINI, 2008), apesar de "que nem todos envolvidos incluem o causar ou o receber dor em suas práticas sexuais" (BRITTES, 2006, p. 9).

São várias as práticas e as comunidades/grupos/coletividades/sujeitos que se identificam como BDSM, e alguns exemplos são o *FemDom* e o *MaleDom*, que são, respectivamente, o universo das práticas inseridas no contexto da dominação feminina, no qual temos como personagens principais as *Rainhas*, *Dommes*, *Mistress*; e a dominação masculina, no qual as figuras centrais são os *Dom*, *Senhores*, *Lords*, para citar alguns. Estes representam as figuras dominantes e disciplinadoras. No entanto, as práticas existem antes mesmo da criação das nomenclaturas atualmente conhecidas. Antes do surgimento da Internet, já era muito comum (já que a difusão da internet data dos anos 1990) em festas e eram divulgadas por outros meios.

A apropriação com sentido erótico da categoria sadomasoquismo e/ou a adesão ao acrônimo BDSM têm se feito presentes no Brasil, por sua vez, desde pelo menos o início da década de 1990, formando um campo no qual há um "trânsito de categorias e classificações entre diferentes atores sociais" (FACCHINI e MACHADO, 2013, p. 198), termos e nomenclaturas que agregam em si uma carga erótica: dominação, submissão, disciplina, feminização. Num primeiro momento, essa presença no Brasil pode ser notada por meio da produção de literatura erótica, pela comunicação de praticantes em revistas e classificados eróticos. De acordo com Facchini e Machado (2013) o marco da difusão do sadomasoquismo erótico no Brasil está ligado às figuras de Wilma Azevedo e Glauco Mattoso, autores de livros em formato autobiográfico, de relatos reais e/ou ficcionais (no caso de Wilma Azevedo, há uma mescla de ambos) a partir da década de 1980.

Desde esse início no contexto brasileiro, notam-se esforços voltados a dar atenção a noções como a de consensualidade com a finalidade de classificar as práticas sado-fetichistas no plano do erótico, inserindo-as no circuito de relacionamentos possíveis, além de delinear uma (des) identificação com categorias patologizantes, como "anormais" e "perversos", frutos de categorização dos discursos médico-científicos, notadamente das ciências psi, psiquiatria, psicologia, psicanálise, e sexologia. Com o desenvolvimento da internet e de ferramentas de interação mediadas por computadores, têm se multiplicado sites, blogs, salas de bate papo, listas de discussão, comunidades em redes sociais e espaços de interação presencial, como grupos, festas ou clubes, revelando os contornos do que os adeptos chamam de meio, comunidade ou, eventualmente, de movimento (FACCHINI e MACHADO, 2013, p. 198-199).

As práticas elencadas sob a sigla BDSM são "práticas eróticas estigmatizadas e vividas em segredo", mas que são baseadas em um conjunto de argumentos, jogos, cenas¹² e personagens (ZILLI, 2008), passam por um movimento de "legitimidade ainda em construção" com base na

¹² O termo "cena" se refere à atividade/jogo específico dentro de uma sessão ou relacionamento. Uma cena de spanking, de sexo, de disciplinamento, etc.



necessidade de “gerir coletivamente os *riscos* num contexto marcado pela condição de *segredo* por meio do qual este universo erótico se insere na vida de seus praticantes” (FACCHINI e MACHADO, 2013, p. 213- 220). Há uma proliferação de material disponibilizado em sites e blogs em formato de relato autobiográfico que se dá como parte dessa tentativa de desvincular o estigma e legitimar as práticas como sadias, seguras e consensuais.

O caráter consensual que caracteriza o BDSM parte de “um ideal de consentimento, entendido como um exercício de vontade entre os parceiros em fazer parte dessas relações” (ZILLI, 2008, p. 2) e é nesse sentido que Gregori (2005) o classifica como “um jogo erótico de poder e confiança”. O consentimento é, portanto, central nesses jogos eróticos de poder, e seu significado e aplicação pode também ser negociado. Gregori (2005) afirma que “tudo parece estar sendo cuidadosamente montado para encenar uma situação que simula a violência, mas que, simultaneamente, a afasta ou neutraliza”, e afirma ainda que é um processo no qual há “neutralização, domesticação ou ressignificação dos traços e conteúdos violentos envolvidos” nas práticas (GREGORI, 2008), as quais são como se fossem paródias, no sentido de que são ambíguas e “performs social power as both contingent and constitutive”¹³ (MCCLINTOCK, s/d, p. 91).

Assim, no contexto sado-fetichista não é “anormal” que um homem seja passivo e submisso. “Indeed, male passivity is by far the most common phenomenon”¹⁴ (MCCLINTOCK, s/d p. 93), ponto comum nos relatos que constituem a referida pesquisa. Passividade e submissão masculinas estão diretamente relacionadas à humilhação erótica e à feminização dita *forçada*, o que reforça a ideia de que masculino e feminino, nesse contexto, podem ser consideradas como alegorias que induzem ao erotismo. O cenário, a “sessão”¹⁵, “cena” ou jogo, é um elemento fundamental por situar temporal e espacialmente as práticas.

Sado-fetichismo e mercado erótico

As práticas sado-fetichistas fazem parte do circuito de relacionamentos possíveis, fazem funcionar uma economia de trocas simbólicas e materiais e todo um mercado erótico que é muito amplo: existem lojas, sites, cinemas, clubes, que são voltados exclusivamente para o BDSM. Muitas lojas que fazem parte do mercado erótico vendem seus produtos oferecendo brinquedos para gente grande, para as pessoas realizarem fantasias, os quais podem ser encomendados de casa. As práticas sado-fetichistas são responsáveis por boa parte das vendas desses produtos por despertarem a curiosidade e mexerem com o imaginário das pessoas. A ideia de brincar com o perigo, com a dor, de testar os limites psíquicos e físicos é atraente quando se tem à disposição um aparato de sites, lojas virtuais ou físicas, lugares e pessoas que estão acessíveis, no modo on-line ou off-line, para assegurar a realização de fantasias eróticas do tipo.

Analisar o funcionamento do mercado erótico contemporâneo facilita a observação de dinâmicas “que revestem as relações entre corpos e pessoas e desafia pensar sobre os limites materiais do corpo como algo em separado daquilo que designa pessoas”, a partir das experiências de consumo do que Gregori (2011, p. 113) chama de *sex toys* e, por sua vez, essa dinâmicas remetem às práticas que “mobilizam todo um repertório de convenções de gênero e sexualidade”. As mídias têm importante contribuição e as maneiras como os adultos utilizam esses brinquedos eróticos em suas experiências sexuais são as mais variadas e configuram experimentações de corpos e zonas de prazer para além dos genitais. Gregori questiona: esses seriam bens eróticos ou agentes eróticos?

¹³ “performa o poder social, ambos como contingentes e constitutivos” (tradução minha).

¹⁴ “De fato, a passividade masculina é, de longe, o fenômeno mais comum” (tradução minha).

¹⁵ Uma “sessão” pode ser definida como um conjunto de cenas.

Por meio do dildo e de seu uso é possível antever a desestabilização das distinções entre o imitado e o autêntico, entre a referência e o referente, entre natureza e artifício e entre os órgãos sexuais e as práticas sexuais. Trata-se de pensar a relação entre corpos e objetos sexuais, lançando mão de uma noção indicada por Gayle Rubin (2003), de que os variados fetichismos são inteligíveis no momento em que situamos suas histórias, rotas espaciais e materiais. Antes de se constituírem como perversões marginais em relação às normatividades sexuais e de gênero, tais práticas estão imersas nos processos da produção moderna do corpo e de sua conexão com os objetos manufaturados... (GREGORI, 2011, p. 318).

O uso desses objetos apresenta duas faces: uma, “suplementa, expande ou amplia a natureza limitada da carne humana, e a outra, “implica remodelar o corpo”. Objetos como o dildo, por exemplo:

[...] expandem a capacidade de agência humana, mas a questão é, se a tecnologia é que faz isso — na ausência de outra agência humana, ou não — depende inteiramente da posição daquele que a usa e de sua localização na fantasia e nas cenas (GREGORI, 2011, p 321).

A associação dos bens eróticos que podem ser investidos de múltiplas faces, como brinquedos, sugere uma utilização lúdica, ao passo que opera investindo “o objeto de uma espécie de pessoalização, como nos casos em que há atribuição de nomes próprios aos dildos e as referências a momentos ou a cenas” (GREGORI, 2011, p. 325). Há uma clara tentativa de inserir na cena e nas performances coreografadas das práticas sado-fetichistas acessórios que sugerem e constroem uma virilidade e atividade que pertencem a dominadora, que é uma associação entre dildos e genital masculina.

Dessa forma, “parodiam aspectos que compõem as normas de gênero, de sexualidade e também as que implicam uma fronteira rígida entre sujeito e objeto ou pessoas e coisas” (GREGORI, 2011, p. 329). Dito isso, a pornografia como produto vai surgir na passagem do século XIX para o XX, um material novo cuja intenção é a de provocar o desejo e excitação sexual no público de consumidores (LEITE JÚNIOR, 2006, p. 4), que fez surgir um mercado que veio a se chamar de “entretenimento para adultos”. O referido mercado é segmentado, de acordo com gostos e fantasias eróticas, e ainda, colocando em cena gozos considerados ilegítimos, dentre elas: o bizarro e sadomasoquista ou fetichista. “São, cada qual a seu modo, expressão do desejo que triunfam sobre as proibições” (ABREU, 1996, p. 16).

Nesta linha, o foco principal é o corpo que escapa às convenções sociais do “sadio”, “normal” ou “natural”. Desta maneira, desde físicos com formas estranhas aos padrões dominantes de beleza como pessoas muito gordas/ velhas, grávidas, peludas ou anões; sexo envolvendo a erotização e adoração de partes do corpo, roupas ou objetos; práticas sexuais que envolvem humilhação e/ou dor física entre os parceiros entre tantas outras variedades da imaginação sexual espetacularizada tornam-se o foco principal destas produções (LEITE JÚNIOR, 2006, p, 1-2).

Gozos ilegítimos porque a partir da segunda metade do século XIX “os gozos sexuais foram fragmentados e classificados em ‘saudáveis’ ou ‘doentes’, delimitando o campo do prazer útil e organizando os então considerados desvios e transgressões nas chamadas ‘perversões’ e ‘perversidades’” (LEITE JÚNIOR, 2006, p.1), muito embora as fronteiras entre gozos legítimos e ilegítimos sejam, desde esse início, bem difusas (e confusas). “O erótico e o pornográfico são percebidos como uma espécie de revelação de alguma coisa que não deve ser exposta”, um jogo no qual o imaginário e a fantasia são tão importantes (ABREU, 1996, p. 16 - 20) quanto os usos de outros bens eróticos.

Ambiguidades produzidas e produtoras de ambiguidades

Para situar as experiências sado-fetichistas estudadas aqui, é preciso levar em consideração que os corpos que são produzidos nos contextos dessas práticas seguem roteiros¹⁶. Alguns desses roteiros eróticos envolvem o controle do gozo masculino com a finalidade de que se produza uma nova configuração e “aprendizagem do orgasmo” (GAGNON, 2006, p. 132). Além disso, é importante chamar atenção para a divisão entre fetiche e sadomasoquismo. Em algumas falas de interlocutores da pesquisa foi possível perceber que há uma relação ambígua, mais de complementaridade, eis um dos motivos da minha escolha de considerar o termo “sado-fetichista” como válido para nomear esse universo mais amplo de práticas que é uma combinação de ambos. Vale considerar que a palavra fetiche tem mesmo uma ambiguidade que é constatada inclusive por Vencato (2013, p. 174) em sua pesquisa sobre *crossdressing*. A autora diz:

A ideia de fetiche aparece nos discursos das interlocutoras dessa pesquisa de forma ambígua. Em alguns momentos, ela é acionada como algo que lhe distancia da ideia de *transexualidade*, entendida dentro deste discurso como o desejo de se tornar uma *mulher de verdade*. Em outros, é o que marca certa distancia (mas não sem levar em conta outros aspectos como inserção social e profissional) das *travestis* que se prostituem, uma vez que a noção de fetiche poderia indicar certa transitoriedade que as *crossdressers* não percebem as travestis. Ainda, a noção de fetiche também é acionada para deixar algumas formas de praticar *crossdressing* mais ou menos legítimas que outras e, nesse sentido, funciona como uma categoria de acusação... Um *crossdressing* fetichista pode ser entendido aqui como aquele que acompanha o desejo por *se montar* de uma maneira específica (usando um acessório apenas, por exemplo, uma sandália ou uma calcinha) ou com o fim exclusivo de excitar-se sexualmente.

Sendo assim, fala-se que a inversão pode ser exercida como uma forma de dominação psicológica¹⁷, e também um dos passos no processo de feminização e/ou humilhação eróticas por ser uma troca que tem como objetivo a humilhação, mas também “a quebra da resistência psicológica do escravo¹⁸, visto que o homem foi ensinado durante toda a sua formação que a ele cabe o papel de dominador¹⁹, simplesmente por possuir entre as pernas aquilo que é o símbolo do poder: o pênis²⁰. Nesse contexto, não é muito comum que o homem *submisso* use seu órgão genital para penetrar a *dominadora*. O *submisso* é alguém, nesse sentido, tratado geralmente como um *ser inferior* às mulheres, às quais devem prestar reverências, ser disciplinado e entregar-se às vontades da *figura feminina dominante*²¹.

¹⁶ A ideia de “roteiros sexuais” é inspirada na noção trabalhada por John Gagnon (2006, p. 114-115), aproximando-a das noções de plano e projeto, “na medida em que constitui uma unidade suficientemente ampla para abarcar elementos simbólicos e não-verbais numa sequência de condutas organizada e delimitada no tempo, por meio da qual as pessoas contemplan o comportamento futuro e verificam a qualidade do comportamento em andamento”, mas que não necessariamente devem seguir uma ordem pré-estabelecida e fixa, visto que os roteiros podem ser flexíveis e servem como guias para as ações dos sujeitos.

¹⁷ Prática que consiste em jogos de humilhação e subjugação verbal e psicológico, muitas vezes mediante disciplinamento rígido.

¹⁸ Refere-se a uma pessoa que cedeu sua propriedade pessoal e suas liberdades e tornou-se propriedade de seu *Dono/Domme*.

¹⁹ Pessoa que tem o papel dominante pela duração de uma cena ou é o parceiro dominante dentro de uma relação de troca de poder.

²⁰ Disponível em <http://fsexuando.blogspot.com.br/2011/02/inversao-depapeis.html>. Acesso em: 8 de maio de 2013.

²¹ Disponível em: http://submissoreal.blogspot.com.br/2009/10/apresentacao_28.html. Acesso em: 12 de agosto de 2014.



O FemDom, que significa Female Domination ou Fêmea Dominante, que é como é definido o universo de práticas de dominação feminina, designa tendências de dominação da mulher sobre um submisso e/ou escravo é contexto central para entender as ambiguidades e performances de gênero que pretendemos analisar. Na Internet existem muitos sites que identificam as práticas que constituem esse universo e que foram fontes para a pesquisa. Como figuras que encarnam o poder, as dominadoras detém a permissão para impor rituais de domesticidade, tortura, disciplina e induzir práticas de servidão, moldando corpo e personalidade do submisso enquanto agentes da mudança da figura masculina. Como fora dito, existe diferenciação de papéis nas cenas e enredos, no sentido de que são adotados títulos relacionados às tendências e personalidades dominadoras e/ou sádicas das praticantes, afim de que se diferencie das submissas e/ou masoquistas.

A divisão de papéis e o uso de 'fantasias' se ligam à ideia da atividade como uma 'cena' interpretada por 'atores', onde o objetivo ideal é causar prazer através da aplicação intensa de gatilhos sensoriais que causarão/elevarão a excitação sexual dos participantes (ZILLI, 2009, p. 5).

Títulos como Dominadora/Domme, Mistress, Sádica, Rainha, são nomenclaturas que remetem e identificam as preferências e as práticas associadas, geralmente ligadas às relações D/s²² (Dominação/submissão), jogos de controle, físicos e/ou emocionais; práticas que envolvem o sadismo, que causam dor, sofrimentos (consentidos, portanto, desejados) físico e psicológico no dominado.

No *Femdom*, a *inversão de papéis*²³ e a *feminização* são tipos de *humilhação*, nos quais a dominadora ocupa o papel supostamente (e socialmente) designado ao homem, enquanto este ocupa o lugar reservado a mulher, de passividade e submissão. “Então existe as feminizadoras mulheres que amam transformar um ser biologicamente masculino em uma mulher” (Maíra Crosdresser em entrevista via Facebook em março de 2014).

A grande maioria de feminizados são também submissos, e a maioria passa pela *despersonalização*, também usada como forma de humilhação; além disso, nem sempre a inversão implica em *crossdressing*²⁴ e vice-versa e a prática de feminização pode ou não envolver a inversão (VENCATO, 2013, p. 182- 183), o obriga a desmontar toda a construção cultural de gênero, ao modo como ele culturalmente aprendeu a se ver com o homem e obrigá-lo a, apesar do pênis, ser uma mulher”. “No caso da despersonalização e, em particular, da feminização *forçada*, cabe à Dominadora o processo de desmontagem”²⁵, e também da montagem²⁶. “Por feminização forçada vamos entender, como manifestação mínima, a obrigação que a Dominadora impõe a seu submisso de se vestir como mulher, completamente ou apenas algumas peças íntimas femininas”²⁷. Geralmente, o sujeito que se identifica com o papel de submisso e/ou escravo passa por uma situação de dominação notadamente psicológica; a *dominadora abusa do escravo/submisso*. A ideia é *domesticar* a masculinidade do homem, discipliná-lo, de várias formas.

²² Usualmente utilizada para designar uma relação de Dominação e submissão.

²³ Prática na qual a dominadora assume o papel de penetradora e ativa, enquanto o submisso assume o papel de passivo. Também pode estar relacionado a feminização, mas não necessariamente faz parte dessa fantasia.

²⁴ Ato de se vestir um homem de mulher ou mulher de homem. Toda pessoa que, independente da sua opção sexual, gosta de vestir-se com roupas do sexo oposto.

²⁵ Disponível em: <http://www.ifetich.com.br/v1/index.php/artigos/79-fetiches/76-feminizacaoforcada>. Acesso em: 8 de maio de 2013.

²⁶ “[montar é] um verbo constantemente usado no vocabulário dos drag queens, que significa o ato de montar a personagem, criando todos os aspectos que irão compô-la, desde seu codinome, sua indumentária, maquiagem, comportamento, modo de falar, etc. Ao se montar, o drag transforma-se em sua personagem” (JATENE, Izabela da Silva. Tribos urbanas em Belém: Drag queens – rainhas ou dragões? Belém, 1996, mimeo, p. 9, *apud* VENCATO, 2005, p. 232).

²⁷ Disponível em: <http://www.ifetich.com.br/v1/index.php/artigos/79-fetiches/76-feminizacaoforcada>. Acesso em: 8 de maio de 2013.



[...] não somente porque se sente prazer e satisfação com a situação, mas principalmente por saber o que se está causando de desconstrução na mente desse escravo, isso permite é claro a remodelagem de conceitos e atitudes perante sua dominadora, mais do que isso o seu comportamento passa a ser exemplar e dócil num contexto geral²⁸.

No caso da *feminização forçada*, “o prazer não vem [apenas] de estar vestido de mulher, mas da humilhação que isso significa diante de sua Dona e diante de si mesmo”²⁹, mas também pode ser um conjunto de fatores no qual estar vestido de mulher e sentir-se humilhado movem a cena. Interessa para nossa discussão lembrar que nem todo submisso passa pelo processo de *feminização*, até porque há inúmeras de maneiras de humilhá-lo, o submisso pode possuir o fetiche³⁰ de ser feminizado por uma mulher e/ou ter fetiche por vestimenta feminina. Nesse caso, ele aproveita o próprio desejo pela caracterização feminina para servir à dominadora. “Igualmente pode repetir-se aqui a rejeição da Dominadora à pretensa masculinidade do seu submisso, impondo-lhe a feminização para que possa ficar ao seu lado”³¹.

A *inversão de papéis* é, em muitos casos, considerada um dos passos para a *feminização*, ou apenas como forma de *humilhação*. Como o *submisso* geralmente não penetra a *dominadora* é reservado a ele outras práticas, como *inversão de papéis*. Assim sendo, a única relação sexual disponível para o submisso é o sexo anal ou ainda a estimulação prostática e, alguns desses roteiros eróticos envolvem o controle do gozo masculino através do uso do cinto de castidade, um dispositivo que regula e controla o gozo, portanto uma nova configuração de orgasmo, de uma nova “competência orgástica” e “desempenho orgástico” (GAGNON, 2006, p. 131). Sendo assim podemos arriscar falar que a inversão pode ser exercida como uma forma de dominação psicológica, e também um dos passos no processo de feminização.

Sissy maid³² ou empregada doméstica sissy “é o traje de fantasia mais comum da submissão masculina e está associada à servidão pessoal”. Essa fantasia se tornou um dos símbolos representativos da servidão masculina no BDSM”³³. Mas não é apenas um *traje*, e não apenas um fetiche: em algumas situações, pode se tornar um *estilo de vida*.

A esses roteiros “são combinados com a tortura do pênis e das bolas, bem como o uso de *dispositivos de castidade masculino*”³⁴, sendo o estímulo anal um dos mais frequentes. Diz-se que a sissy deve viver uma vida de abstinência, que pode ser alcançada com o adestramento mais conhecido como *castidade masculina* ou ainda *castração*, um tipo de pedagogia que promete deixar o submisso *manso* e *obediente*.

A especificidade da feminização forçada é a obrigatoriedade de que o feminizado tenha uma Dona. “Uma sissy sem dona não existe; para existir uma sissy tem que ter Dona, tem

²⁸ Disponível em: <http://kirtychandra.blogspot.com.br/2011/01/feminilizacao-do-masculino.html?zx=f1215f2bb635fa85>. Acesso em: 8 de maio de 2013.

²⁹ Ver *Feminização forçada, Travestismo e Disforia de Gênero*, disponível em: <http://www.ifetich.com.br/v1/index.php/artigos/79-fetiches/76-feminizacaoforcada>. Acesso em 8 de maio de 2013.

³⁰ Desvio do interesse sexual para algumas partes do corpo do parceiro, para alguma função fisiológica ou para peças de vestuário, adorno etc.

³¹ Disponível em: <http://www.ifetich.com.br/v1/index.php/artigos/79-fetiches/76-feminizacaoforcada>. Acesso em 8 de maio de 2013.

³² “Sissy” traduzindo literalmente é bichinha. É uma forma pejorativa de tratar e nomear as crossdressers submissas. Homens que são totalmente feminizados e usados então como escravas prática associada a feminização masculina e domesticação do submisso e/ou escravo. É quando o escravo passa pelo processo de sissificação, tornando-se empregado da dominadora, devendo obedecê-la incondicionalmente, em uma relação 24/7 ou em sessões esporádicas.

³³ Disponível em: <http://submissoreal.blogspot.com.br/2010/11/sissy-e-feminizacao-forcada.html>. Acesso em 12 de agosto de 2014.

³⁴ Disponível em: <http://submissoreal.blogspot.com.br/2010/11/sissy-e-feminizacaoforcada.html>. Acesso em 12 de agosto de 2014.



que entregar-se de corpo e alma sem limites³⁵ à sua Dona”³⁶, o que significa dizer que a transformação engendrada pela prática não é uma autotransformação.

É enfatizado o discurso da prática da feminização como uma forma de liberação de si, uma forma de romper amarras como se remetesse a um estado de liminaridade que evidencia um momento de catarse, onde há resignificação e representação. Não seria, portanto, um vestir-se de mulher por vestir-se, mas uma forma de libertar-se de alguma coisa que oprime, de preconceitos, um atalho para experiências nunca vivenciadas, um “momento de liberdade constante e contínuo”³⁷, como se os homens fossem “prisioneiros do estereótipo da virilidade” e o peso da expressão da masculinidade fosse consequência da presença do pênis, evocando para si impulsos de violência (BADINTER, 2005, p. 95-129), e quando passam pelo processo de feminização estariam vivenciando um momento de liberação desse peso. É possível que se fale nesse sentido, visto que alguns praticantes relatam que quando estão feminizados sentem-se livres.

Evidentemente, quanto mais chateado e aborrecido ficar o submisso por ter que se vestir e comportar como mulher, mais interessante o jogo fica. Há um prazer todo especial em “vencer” a natureza isso é, domesticar o animal para que ele aja em oposição ao seu instinto. Nesse sentido, a Dominadora manipula as próprias representações culturais dos gêneros para se impor ao próprio sexo orgânico que o corpo do submisso apresenta. Por esse motivo, há quem veja a feminização como o termo final de todo o processo de submissão³⁸.

Prissy Maid, uma interlocutora fundamental durante o processo da pesquisa, possuía um blog no qual relatava suas experiências anteriores e posteriores ao seu encontro com a sua atual Dona. Identificando-se como uma mulher trans, *Prissy* ressalta que a prática da feminização forçada é um estilo de vida, que existe a diferença entre a prática e o fetichismo quando afirma:

Não sou fetichista apenas sou escrava. Hoje culminou com ela me colocando o meu cinto de castidade, cinto que nunca mais tirarei na vida e depois veio o banho dourado, comigo literalmente engolindo tudo. Para muitos fetichistas seria o máximo, mas lembrem não tenho estes fetiches não gosto, é a vida real... Quando engoli a urina da minha Rainha percebi que aquela era daqui para frente a forma dela me beijar³⁹.

Submisso Feminizado, autor de um blog sobre *feminização forçada* fala que “não me visto de mulher por me vestir, e sim para me liberar, ser a escrava de minha linda Dona, uma escrava submissa e masoquista”. A feminização é apresentada como um lento processo, “um momento de liberdade constante e contínuo”, o que a diferencia das outras práticas (spanking, dogplay, bondage, por exemplo)⁴⁰. Antes do início do processo, ele era apenas escravo. Da submissão, da

³⁵ As fronteiras das atividades no BDSM acordadas e conversadas entre dominador e submissa, definindo o que e até onde uma prática ou uma cena ou um relacionamento podem ir. Limites devem ser obrigatoriamente respeitados. O limite se aplica às regras, cenas, práticas, níveis de dominação e submissão, duração das cenas.

³⁶ Disponível em: <http://priscilasissy.blogspot.com.br/2012/12/sissy-uma-imagem-vale-mais-que-1000.html>. Acesso em 12 de agosto de 2014.

³⁷ Disponível em: <http://feminizacaonobdsm.blogspot.com.br/2009/03/bdsm-x-mundo-real.html>. Acesso em 14 de junho de 2013.

³⁸ Disponível em: <http://www.ifetich.com.br/v1/index.php/artigos/79-fetiches/76-feminizacaoforcada>. Acesso em: 8 de maio de 2013.

³⁹ Disponível em: <http://priscilasissy.blogspot.com.br/2013/08/entrega-total-cinto-de-castidadebanho.html>. Acesso em 12 de agosto de 2014.

⁴⁰ Spanking é utilizado dentro da comunidade BDSM para o ato de bater, notadamente na região das nádegas, enquanto petplay é um jogo no qual a pessoa finge ser um animal, andando de quatro e/ou utilizando acessórios como coleiras ou máscaras que remetem aos animais performados; na dogplay, o animal performado é o cachorro.



servidão, evoluiu para a feminização. A passagem da submissão masculina para a feminização tendo como analogia um processo de “evolução” foi algo mencionado em entrevista por uma dominadora, única entrevistada presencialmente, e reaparece na fala deste submisso:

Eu tinha mais ou menos um ano, um ano e meio de servidão como um “simples” escravo antes de começar o processo de feminização... Este processo teve várias etapas, não me lembro da ordem certinha, mas teve etapas de autoconhecimento, conhecimento da minha Dona, luta pelos medos, conquista da confiança da minha Dona, assim como confiança em mim mesmo. Esse sim foi difícil rs... Tinha certeza que o que acontecia era parte de minha preparação para servi-la como devo servi-la. Porém quando o processo de feminização iniciou e me vi uma CD, durante as sessões tudo ficou claro. Eu sou a cadela de minha Dona, e para servir de forma adequada, tenho que virar a puta que minha dona deseja...

Este interlocutor fala sobre como foi os primeiros contatos com a feminização, como foi essa novidade para “um rapaz de 20 e poucos anos, no auge da virilidade”. Sua relação com uma dominadora já havia iniciado. No entanto, a sensação de estranhamento era acompanhada pela curiosidade, o “tesão” e a ansiedade para que tudo acontecesse novamente, “uma experiência 100% controlada por minha dona, inclusive eu mesma, 100% controlada”. *Submisso Feminizado* relembra que depois do estranhamento de ver-se vestido de mulher, o momento agora esperado no qual ele podia “curtir um momento mulher-mulher”, de aprendizados: não apenas “andar de salto, vestir, maquiagem”, mas se “portar, me sentir uma verdadeira mulher quando estou com ela”, de fato, os movimentos dos quadris femininos são entendidos como desejáveis, portanto, admiráveis e um modelo a ser seguido.

O processo de feminização é interpretado pelo praticante como uma forma de acessar, familiarizar-se e entender o que é ser mulher. O “lado feminino” é muitas vezes acionado no comportamento, em relação ao porte, vestimenta, mas também em relação aos sentimentos, assim, “‘Preliminares’, ‘duração’, ‘sentimentos’, é o tríptico tradicional que define a sexualidade feminina. ‘Penetração’, ‘consumação’ e ‘dominação’ é o da sexualidade masculina” (BADINTER, 2005, p. 126). Mas também há uma associação entre feminilidade e sentimentalidade, sugerindo que é também parte da transformação a aproximação e aprendizados de sentimentos.

O viés psicológico dessas experiências está delineado nesse sentido, e um dos pontos fundamentais é a afirmação de um “espírito feminino”, o que remete à ideia de uma essência feminina, “estereótipos sociais, como a meiguice e passividade da mulher” (BADINTER, 2005, p. 81). Sabemos que noções de feminino e masculino são construções sociais, ficções, fazem parte de paródias de gênero. Aqui, os “mundos” femininos e masculinos são colocados em lados opostos, sendo o feminino subjugado ao masculino. O masoquismo e a feminização são diretamente relacionados ao fator do “psicológico feminino”: a feminização é uma humilhação, mesmo consentida. Do lado oposto da submissão, a posição de dominadora é fundamental na construção da fantasia, posto que uma não exista sem a outra como complemento. A “beleza da feminização” encontra aí sua razão de ser: o desejo da dominadora pelo submisso feminizado. A ambiguidade é moeda de troca: vestir-se de mulher, sentir-se feminino e ser passivo não faz do submisso um homossexual, assim como uma mulher sentir desejo por um homem vestido de mulher não faz dela lésbica ou bi. Não necessariamente. Mas além de o desejo pelo outro ser fundamental para a relação, outra coisa é apontada como importante para toda relação sado-fetichista.

Viver outro gênero é um aprendizado constante. O “lado feminino do homem” é liberado com a ajuda de uma mulher, como se houvesse um “interior feminino velado” (MCCLINTOCK, 2010, p. 46) que pode ser acessado, estimulado e liberado. “Aprendi a andar de salto, me vestir, me maquiagem, me portar, me sentir uma verdadeira mulher quando estou com ela”



(fala de Submisso Feminizado). A feminização não seria apenas uma prática sexual, ou apenas visto como humilhação. A ideia da proximidade do “espírito feminino” é o objetivo, a “libertação de sentimentos realmente femininos, ou seja, a sensação de uma mulher completa”. *Prissy Maid* assinala que o fato de o pênis não responder a determinados estímulos parece estar relacionado à ausência de masculinidade, portanto, elemento chave na feminização.

A minha relação com a minha Dona só tem erotismo, só tem tesão, mas eu como o objeto para dar prazer a ela... Sou passiva se ela desejar, mas não toco no que tenho entre as pernas. Uso um cinto de castidade na alma. A minha entrega é o meu cinto de castidade.

O “lado masculino” é também mencionado (por Submisso Feminizado) como “meu irmãozinho”. A sissy aparece para sua Dona, em *festas do meio*, em encontros entre amigos do meio, nas páginas virtuais, sempre “montada”. Como sissy, há um entendimento de que existe um “instinto masculino” e um “espírito feminino”, que se juntam. Parece que a feminização é um rito de passagem que dissocia os mundos, feminino e masculino. Para *ela*, “Ser mulher é ir além de colocar uma roupa feminina, é ter postura, charme, educação e ser desejada”. Um homem não entenderia as “sutilezas do mundo feminino”, que estão bem distantes do masculino. As práticas promovem uma conexão entre Rainha e escravo.

Considerações finais

Vencato (2005) lembra que as *drag queens* passam por um processo de *female impersonation*, e constroem sua corporalidade a partir de determinados modelos de *crossdressing*. A autora discute como se dá esse aprendizado do ato de se montar, bem como a construção da personagem feminina que nasce dessa transformação. É importante a própria descrição desse processo para entender essas duas situações – o montar-se e a personificação. Esses dois processos mobilizam outros femininos que diferencia drag, transformista, trans, sissy, cd, o tipo de performance, de vestimenta, de maquiagem, os acessórios, o comportamento visado e performatizado. Por sua vez, faz parte do *ethos* submisso passar pelas práticas de submissão mencionadas nos discursos e contos colhidos em campo, a partir do momento em que o submisso sente prazer em feminizar-se e inicia o processo de feminização que tem várias vertentes, por exemplo, pode ser apenas um fetiche no qual o homem não leva adiante o desejo de feminizar-se, não passa de uma dentre outras práticas eróticas que fazem parte de seu repertório erótico, enquanto outros sentem satisfação na feminização, e a partir dessa, entram as outras práticas, ou integralmente como um estilo de vida.

As experiências que apresento são tipos de sexualidades não hegemônicas e consideradas transgressoras que partem das experimentações do corpo para falarem de gênero, além de engendrem criativas “experiências subjetivas do orgasmo” (GAGNON, 2006, p. 134). As experiências elevam classificações de masculino e feminino que são hegemônicas: renúncia, pudor, masoquismo, submissão, são características femininas, enquanto virilidade, atividade, dominação, masculinas. A possibilidade de performatizar um gênero lança mão, portanto, da fixidez das “normas de gênero”, mas reitera também estereótipos que, por sua vez elencam todas as mulheres como se fossem meras cópias “de diferentes personificaciones de alguna arquetípica esencia de mujer, representaciones más o menos sofisticadas de una femineidad metafísicodiscursiva” ⁴¹ (LAURETIS, 1989, p. 8).

⁴¹ “de diferentes personificaciones de alguna esencia arquetípica de mujer, representaciones más o menos sofisticadas de una femineidad metafísico-discursiva” (tradução minha).

Em contrapartida, esse universo produz movimentos na noção de “feminino”, apontando estratégias de feminização, feminilidades, sendo o “feminino” um lugar almejado, uma posição ora inferior, ora superior. Essas performances parecem apontar para dissolvências de gênero, que borram, desconfiguram e reconfiguram masculinidades e feminilidades, mesmo que tenham como ponto de partida modelos hegemônicos de feminino e masculino. Os relatos compartilhados dissolvem a figura masculina que passa por metamorfoses coreografadas, que subvertem sistemas de moralidades. Essas dissolvências de gênero acionam em figuras masculinas potências femininas, induzem a uma multiplicidade de papéis. É disso que a referida dissertação teve pretensão de falar: de multiplicidades de papéis, mesmo que envoltas em um emaranhado de contradições.

Estar “montada” é acessar outro nível de realidade, realidade na qual se é “apenas quem realmente sou, uma escrava, submissa e masoquista”. É um momento de realização, de prazer mútuo. “Ser uma CD (Crossdresser) é igual a spanking, dog play, bondage, ou seja, para mim é mais uma prática BDSM, prática esta me ensinou a ver e sentir coisas que jamais esperei”. É também um processo de aceitação e confiança próprias, de autoconhecimento. É interessante mencionar que, no caso do crossdressing, nem todas as pessoas que praticam também praticam a inversão. Vencato (2013, p. 183) ressalta que:

[...] *dar ou ser penetrada* quando *montada* pode passar pela construção ou efetivação da construção de certa feminilidade. Nesse sentido, ser *passiva* numa relação sexual serviria como uma espécie de *reforço* do papel de mulher que se pretende desempenhar.

Há, ainda assim, a persistência de um modelo de heterossexualidade compulsória, que inverte o homem em mulher e a mulher em homem, e se o homem aceita ou é forçado a aceitar a penetração do ânus pela mulher, é na condição de “mulherzinha” ou puta, e não de “viadinho”, muito embora também sejam termos utilizados nessas relações com o intuito de humilhação erótica. Por sua vez, a mulher não se torna um homem, não se traveste de homem, mas personifica aquelas características convencionalmente masculinas: virilidade, agressividade e, mais importante, a atividade. Quem necessariamente deve mudar de gênero é o submisso. Há, portanto, repetidamente, a presença de normas e divisões de gênero e heterossexualidade obrigatória (RUBIN, s/d, p 13) em muitos momentos.

O corpo é cuidadosamente manipulado em situações que “simula a violência, mas que, simultaneamente a afasta ou neutraliza” (GREGORI, 2005). O que o BDSM tem de transgressivo, além da aproximação de atos abusivos e de violência, são suas violações rituais, que são mais reconstruções simbólicas “de memórias de violações do eu” (MCCLINTOCK, 2003) do que violações da carne. Mas como o BDSM envolve negociação⁴² de fronteiras perigosas, podemos considerar o corpo como uma dessas fronteiras. Até que ponto um sujeito tem consciência de que seu ato é um ato performático? (SCHECHNER, 2011, p. 213). É um ponto importante já que o sujeito precisa ter noção do que é encenado e do que é real, portanto, devendo estar consciente de que tudo aquilo que acontece em uma sessão é performático. A situação engendrada na sessão em que fazem parte uma dominadora e uma sissy maid é uma situação interessante para pensar o “aprendizado do corpo” (SCHECHNER, 2011, p. 228) e através do corpo. Não é apenas o fetiche de vestir uma peça de roupa, como calcinha, ou da textura da roupa, como de rendas, mas vão além, a ponto de aparecer em lugares públicos trajados de mulher, performances que existem entre a fronteira do prazer e da vergonha.

⁴² Muito importante para todos os envolvidos numa cena ou sessão, onde combinam códigos (safeword), regras, limites e atividades a serem praticadas, inclusive, quando Dominador/a e submissa/o estão em vias de fechar um acordo oral ou escrito, real ou virtual de troca de poder.



Referências

- ABREU, Nuno Cesar. **O olhar pornô: A representação do obsceno no cinema e no vídeo**/ Nuno Cesar Abreu. – Campinas, SP – Mercado de Letras, 1996.
- BADINTER, Elizabeth. **Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos**. Tradução de Vera Ribeiro. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- BRAZ, Camilo Albuquerque de. Vestido de antropólogo: nudez e corpo em clubes de sexo para homens. In: **Revista Bagoas**, n. 3, 2009.
- BRITTES, Rogério. **Bondage, Dominação e Sadomasoquismo: Esboço de uma teoria etnográfica da rede BDSM**. 2006. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2006.
- DELEUZE, Gilles. **Sacher-Masoch: o frio e o cruel**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- FACCHINI, R. **Entre umas e outras: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo**. 2008. Tese. Doutorado em Ciências Sociais, IFCH/Unicamp. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/>> Acesso em: 27 set. 2011.
- FACCHINI, R., MACHADO, S. “Praticamos SM, repudiamos agressão”: classificações, redes e organização comunitária em torno do BDSM no contexto brasileiro. In: **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latino – Americana**. Dossier n.2, n.14 – ago. 2013 – pp. 195 – 228.
- FREUD, Sigmund. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- GAGNON, John H. **Uma interpretação do desejo**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2006.
- GREGORI, Maria Filomena. Prazer e perigo: notas sobre feminismo, sex-shops e S/M. In: **Cadernos Pagu**, São Paulo, v. 1, p. 81-91, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 29 dez. 2010.
- _____. Limites da sexualidade: violência, gênero e erotismo. In: **Rev. Antropol.** v.51 n.2. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/>>. Acesso em: 29 dez. 2010.
- _____. Uso de sex toys: a circulação erótica entre objetos e pessoas. In: **MANA** 17(2): 313-336, 2011.
- LAURETIS, Teresa de. La tecnologia del género. Tradução de Ana María Bach y Margarita Roulet. In: **Technologies of Gender**. Essays on Theory, Film and Fiction, London, Macmillan Press, 1989.
- LEITE JÚNIOR, Jorge. **A cultura S&M**. 2000. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – PUC, São Paulo.
- _____. “O melhor dos dois mundos”- Sexualidade, entretenimento e pornografia com travestis. In: **Fazendo Gênero 7 – Gênero e Preconceitos**, agosto de 2006. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/>>. Acesso em 15 de junho de 2013.



MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial/tradução; Plínio Dentzien. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

_____. **Maid to Order**: commercial fetishism and gender power. s/d. Disponível em: <http://www.english.wisc.edu/>. Acesso em: 30/11/2014.

RUBIN, Gayle. **Pensando o sexo**: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade, s/d. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br>. Acesso em: 29 de maio de 2013.

SCHECHNER, Richard. Pontos de contato entre o pensamento antropológico e o teatral. In: **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 20, p. 213-236, 2011.

_____. O que é performance? In: **Performance studies**: an introduction, second edition. New York & London: Routledge, p. 28-51, 2006. Tradução de R. L. Almeida, publicada sob licença Creative Commons, Classe 3, Abril de 2011.

SILVA, M. J. **Jogos de inversão, jogos de poder**: uma etnografia online sobre práticas de feminização masculina em contexto sado-fetichista. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2015.

VENCATO, Anna Paula. Fora do armário, dentro do closet: o camarim como espaço de transformação. In: **Cadernos Pagu** (24), janeiro-junho de 2005, pp. 227-247.

_____. **Sapos e princesas**: prazer e segredo entre praticantes de *crossdressing* no Brasil. – São Paulo: Annablume, 2013. (Coleção QUEER).

WELZER-LANG, Daniel. Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. In: **Masculinidades**. Organização Mônica Raisa Schpun. – São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2004.

ZILLI, Bruno D. As representações de consentimento e discurso de legitimação do BDSM: atividade sexual, risco e o uso de ideais românticos. In: 32º **Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu (MG), 27 a 31 de outubro de 2008. Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2686&Itemid=230. Acesso em 14 de junho de 2013.

_____. BDSM e consentimento na Internet. In: **VIII Reunión de Antropología del Mercosur (RAM)**, Buenos Aires, Argentina, 2009. Acesso em: 9/03/2012.

Recebido: 05 maio, 2015
Aceito: 27 maio, 2015

Entre o feminino imemorial e a recusa ao feminismo: debatendo pornografia feminista com “mulheres modernas”

Between the immemorial feminine and the refusal to feminism: debating feminist pornography with “modern women”

Carolina Ribeiro^a

Resumo

Este artigo, fruto da dissertação de mestrado, vai debater algumas categorias como homossexualidade, feminismo e corporalidades a partir da pornografia feminista da diretora, produtora e escritora Erika Lust, utilizando da visão de quatro mulheres curitibanas que participaram do grupo focal realizado no ano de 2013, no qual foram exibidos dois filmes de Lust em duas diferentes sessões e depois conduzido um debate aberto. Essa discussão traz à tona uma interessante mirada sobre a percepção dessas “mulheres modernas” sobre o que é o feminismo para elas. As questões que norteiam a análise aqui desenvolvida são: quais as principais mensagens da pornografia feminista de Lust? Como essas mensagens foram compreendidas pelas mulheres do grupo focal? O que esses dados podem nos dizer sobre sexualidade, corporalidade e subjetividades?

Palavras-chave: pornografia feminista; grupo focal; feminismos; sexualidades; corporalidades.

Abstract

This article, result of the master's degree dissertation, will discuss some categories such as homosexuality, feminism and corporalities from the feminist porn of the director, producer and writer Erika Lust, using the view of four women from Curitiba who participated in the focus group conducted in 2013 in which they were shown two Lust films in two different sessions and then conducted through an open debate. The questions that guide the analysis developed here are: what are the main messages of Lust's feminist pornography? How were these messages understood by the women of the focus group? What can these data tell us about sexuality, corporality and subjectivity?

Keywords: feminist pornography; focus group; feminisms; sexualities; corporalities.

^a Doutoranda e Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, PR, Brasil.
Contato: carola.ribp@gmail.com



Introdução

Este artigo é fruto da dissertação de mestrado, defendida em março de 2014. Aqui será debatida a pornografia feminista da diretora Erika Lust a partir de um recorte específico, com uma metodologia mista criada particularmente para a análise desse objeto. Dentro da amplitude da dissertação, selecionei uma parte inédita e pouco trabalhada na pesquisa: o grupo focal. Procuo compreender, a partir desse, como as mulheres que participaram do grupo entendem certas categorias relacionadas a pornografia feminista, como feminismo, corpos e sexualidades. Antes de começar a desenvolver e debater propriamente a respeito da diretora e do grupo focal, busco estabelecer uma base para se pensar sobre o que falamos quando nos referimos a pornografia feminista.

A pornografia feminista é uma forma de expressão política, cultural, estética e social de retratação do sexo que tem como objetivo quebrar com os padrões mais conhecidos e comercializados de pornografia, mostrando outras formas de corpos, sexualidades, desejos e/ou sexos. Para isso, parte de novos formatos de filmagem, roteiros e narrativas, visando ampliar as retratações de sexo e das sexualidades, especialmente dos corpos de mulheres e de corpos “*queer*”. Assim, as diretoras, produtoras e propagadoras de pornografias feministas buscam formas alternativas de retratar as subjetividades e corporalidades. Enfim, acreditando que, dessa forma, os sujeitos que estão à margem dos discursos de poder se apropriarão de suas sexualidades e desejos, quebrando com o papel visto na pornografia *mainstream*² e atuando em novas formas de representações.

Eu não acredito e nem tenho a intenção de que todos os tipos de pornografias feministas se enquadrem na descrição acima, mas para chegar até essa definição eu analisei, especialmente, o *Feminist Porn Awards*, que é o prêmio de pornô feminista que tem pautado uma série de propostas e de reconhecimento no campo, assim tendo limites práticos a definição relatada está pautada pelo recorte desta pesquisa.

Partindo desses apontamentos iniciais, questiono: quais as principais mensagens da pornografia feminista de Lust? Como essas mensagens foram compreendidas pelas mulheres do grupo focal? O que esses dados podem nos dizer sobre sexualidade, corporalidade e subjetividades?

Mergulhando na luxúria: contextualizando Erika Lust

Neste tópico aprofundo-me na apresentação de Erika Lust, sujeito que foi foco de minha pesquisa. Lust é produtora, diretora e escritora de pornografia feminista, com várias produções renomadas e premiadas em eventos como Feminist Porn Awards, Barcelona Erotic Film Festival e CineKink Festival. Nascida na Suécia, atualmente mora em Barcelona, onde tem sua própria produtora de filmes eróticos.

Na primeira página de seu site oficial descreve-se³ como: “diretora de filmes eróticos premiados, autora, mãe e blogueira morando em Barcelona” (tradução livre). Produziu, até abril de 2015, dez filmes, entre longas e curtas metragens, escreveu cinco livros, entre romances,

¹ Ao referir a corpos “queer” intento levantar nxs leitorxs uma imagem de um corpo fora das normas do biológico, definido a partir da dissonância entre a quadra sexo-gênero-desejo-prática. Não quero, contudo, criar um corpo do qual não se fala, mas sim desejo colocar aqueles sujeitos cujas performances não se enquadram na ordem quadruplica normativamente pensada. Assim, não intento que queer vire categoria classificatória, mas pensando a partir de Judith Butler (2010), quais corpos são viáveis e quais desses corpos viáveis são representados ao pensarmos numa pornografia *mainstream*? Os corpos “queer” então fogem dessa formulação dos corpos representáveis, são novas corporalidade e subjetividades apresentadas em alguns dos filmes pornôs feministas.

² Pornografias *mainstream* são aquelas mais comercializadas e mais convencionais, que seguem um roteiro muitas vezes similar com sexo oral, sexo vaginal, sexo anal e ejaculação facial, tais atos podem variar, mas tem esses 4 elementos como clássicos. São massivamente conhecidas e produzidas.

³ O site oficial da diretora é <erikalust.com>. Acesso em 27 abr. 2015.

biografia e guias, possui uma loja virtual de produtos eróticos e um site no qual se pode acessar um grande número de filmes pornográficos alternativos.

Além desse currículo, a diretora dá muitas entrevistas sobre sua produção em vários tipos de mídias, não só com foco em pornografia, mas em programas de TV estilo “talk shows”, blogs e revistas, especialmente aquelas voltadas para o público feminino, como Marie Claire, Nova, entre outras. Ressalto que dentro de todo esse material uma fala se destaca e mostra de forma clara como o pensamento da diretora se constitui e porque acha importante produzir filmes e textos na categoria da pornografia feminista:

Mas eu penso que nós mulheres precisamos de uma nova estética de filmes adultos, um tipo que abarque tudo, desde as roupas usadas pelos performers homens e mulheres, até o design da caixa do DVD. Desde um tempo imemorial o feminino tem sido normalmente mais estiloso e melhor desenhado do que o masculino, então por que isso não deveria ser também verdade em relação ao pornô? O nosso será simplesmente mais bonito. (LUST, 2010, p. 34, tradução livre).

Para compreender melhor esse pensamento e como isso impactava em outras pessoas, construí um grupo focal, no qual transmiti dois filmes da diretora: *Five Hot Stories For Her* (primeiro longa-metragem da diretora) e *Cabaret Desire* (último longa-metragem dentro do recorte temporal da pesquisa). Para trabalhar os dois filmes na dissertação me baseei em quatro técnicas de análise: Análise de olhar (John Berger, 1999 e Teresa De Lauretis, 1984; 1993); Transladação (Diane Rose, 2002); Etnografia de tela (Carmen Rial, 2003) e o Grupo Focal. A ideia de utilizar o grupo focal como parte da análise surgiu da demanda, antes elucidada, de entender como outras mulheres se sentiam ao assistir esses filmes, ou seja, se a diretora conseguia passar o que pretendia. Ampliei o foco do estudo para além da pesquisadora estudando as imagens, mas para o que outras mulheres compreendiam das mesmas, pensando ser necessário trabalhar a ideia de recepção dessas obras.

Quando comecei a programar o grupo focal me deparei com um desafio: como formar esse grupo? Que mulheres eu iria convidar? Qual o perfil? Consegui sanar essa questão ao estudar mais sobre Erika Lust. Defini, a partir de análise de seus textos e entrevistas, quais eram os grupos de mulheres a quem Lust se referia tão frequentemente em seus relatos, para quem ela dirigia seus filmes; demarquei, dessa forma, alguns pontos do que classifico como “mulher moderna”, termo retirado dos escritos da própria diretora.

Algumas características da mulher moderna, segundo Erika Lust são: tem autonomia sexual; a maternidade como escolha da mulher; uma sexualidade heterossexual, mas um desejo flexível, por exemplo, por outras mulheres e por homens gays, desejos esses que circulam como fantasia e fetiche. A mulher moderna também é autônoma no seu trabalho, tem o dito “bom gosto” para moda e artigos de luxos, embora não viva uma vida luxuosa e, o mais importante, ela se distancia totalmente do estereótipo de mulher “vadia”. Tais características ficaram mais claras conforme o encaminhamento do artigo e com as falas da diretora.

No Quadro 1 podem ser vistos os tipos de mulheres que Lust coloca em oposição às mulheres que existem retratadas na pornografia *mainstream*.

Pensando um pouco nessas características e nos tipos físicos das personagens de Lust comecei a montar o grupo focal.

Tomemos, então, o grupo focal como um procedimento de coleta de dados no qual o pesquisador tem a possibilidade de ouvir vários sujeitos ao mesmo tempo, além de observar as interações características do processo grupal. Tem como objetivo obter uma variedade de informações, sentimentos, experiências, representações de pequenos grupos acerca de um tema determinado. (KIND, 2004, p. 126).



Quadro 1. Os diferentes tipos de mulheres.

Tipos de mulheres que existem no pornô	Tipos que mulheres querem ver no pornô
Prostitutas	Dona de restaurante
Babás	Executiva de negócios inteligente
Adolescentes excitadas	Mulher Presidente
Colegiais com maria Chiquinha, mini saias e pirulitos	Mãe solteira
Ninfas	Mãe casada
Líderes de torcida que chupam todos os caras do time	Designer gráfica
Garçonetes com orgasmos múltiplos	Uma atendente em uma loja de brinquedos sexuais

Garotas Baywatch⁴

Fonte: LUST (2010). *Nota: dados organizados pela autora do artigo.

No grupo focal decidi por não incorporar pessoas de meu círculo pessoal, as quais eu não considerava portadoras das características definidas pela diretora. Através de amigas da universidade e da cidade de Curitiba comecei a montar o grupo focal, que se provou como um momento bastante desafiador. Convidei, via e-mail, Facebook ou mensagens de celular, 18 meninas, das quais oito me responderam positivamente e uma delas negativamente. As demais sequer responderam ao convite.

Posteriormente às respostas, o segundo problema enfrentado foi encontrar um dia e horário que todas pudessem comparecer. Mandeí a elas algumas sugestões e cinco delas tiveram respostas semelhantes a respeito das datas e horários possíveis. Decidi então marcar o grupo com essas cinco, no entanto, no dia, uma delas teve um imprevisto e não compareceu o que fez com que eu realizasse o encontro com quatro mulheres.

Abaixo apresento um perfil básico de cada uma delas. Ressalto que os nomes são fantasia e foram escolhidos por elas:

Gabriela tinha 23 anos, branca, cabelo preto, magra, usava brincos de pérola. No momento do grupo estava namorando, cursando faculdade de Direito; colocou-se como heterossexual, mas já ficou com mulheres por curiosidade, sem relações sexuais. Escolheu o nome Gabriela, pois era a segunda opção de nome que a mãe tinha para ela quando nasceu. No questionário preliminar disse que assiste filmes pornôs sempre que tem vontade, em algumas épocas várias vezes ao mês, em outras fica o mês todo sem assistir.

Raquel tinha 24, branca, cabelos ruivos, longos, lisos, magra, *piercing* no nariz e tatuagem de borboleta no ombro. Quando o grupo aconteceu estava noiva; é publicitária, heterossexual e nunca se relacionou com pessoas do mesmo sexo. No questionário preliminar respondeu que assiste a filmes pornôs sozinha, pois o noivo não gosta, menos de uma vez por mês. O nome Raquel foi escolhido pela participante, pois ela sempre achou que se tratava de um nome que representava melhor sua fisionomia.

Bruna – tinha 28 anos, cabelo castanho com mechas loiras, pele bronzeada, com tatuagem na nuca. Estava solteira no momento do grupo, mas se referiu algumas vezes a um parceiro fixo. Trabalhava como agente administrativa e é formada em Arquitetura e Urbanismo. Heterossexual e já se relacionou com mulheres, mas não quis comentar mais sobre o fato. Escolheu o nome Bruna, pois numa brincadeira, ao fim do grupo focal, a observadora do grupo disse que a achava

⁴ Baywatch, no Brasil traduzido como SOS Malibu, foi uma série televisiva estadunidense sucesso de audiência, da década de 80 e 90, que retratava o dia a dia de salva vidas pelas praias. As garotas Baywatch usavam maios vermelhos e ficaram conhecidas por seus seios grandes que balançavam em câmera lenta enquanto corriam pela praia. A garota Baywatch mais famosa é Pamela Anderson. Informações retiradas do site oficial da série: <www.baywatch.com>. Acesso em: 02 fev. 2015.



parecida com a Bruna Surfistinha, ela gostou da ideia e resolveu aderir ao nome fantasia de Bruna. Assinalou que assiste filmes pornôns semanalmente.

Mel – a mais jovem do grupo, com 20 anos, cabelo castanho escuro, encaracolado e bem comprido, *piercing* na orelha e um sorriso simpático. Estava solteira quando o grupo aconteceu. Apresentou-se como bissexual, estava cursando Direito e Psicologia ao mesmo tempo. Disse que assiste filmes pornôns cerca de uma vez a cada dois meses.

Bianca⁵ – observadora e colaboradora, socióloga. Com 25 anos na época, loira, magra, heterossexual e casada, não falou, mas fez muitas anotações que usei no texto.

Nós assistimos aos dois filmes da pesquisa, primeiramente o *Cabaret Desire*, posteriormente o *Five Hot Stories For Her*, em dois sábados pela manhã na sala de um grupo de pesquisa da Universidade. Passei os filmes em um projetor, a sala era escura com uma mesa redonda e cadeiras confortáveis, todas sentaram em volta da mesa, eu me posicionei numa cadeira atrás delas no canto da sala de onde podia observar todo o espaço.

É interessante notar que no primeiro dia em que nos reunimos elas ficaram, boa parte do filme, de braços cruzados, olhando fixamente para a tela, o desconforto era sentido até por mim, como um misto de vergonha e apreensão por ver cenas de sexo com pessoas desconhecidas, ou seja, era o privado sendo levado a um lugar público. Eu levei alguns sucos, chás e pacotes de bolacha os quais, quase no fim do filme, Bruna teve coragem de abrir de forma que foi vagorosamente seguida pelas outras mulheres. O sentimento de tensão e vergonha na sala foi sendo dissolvido quando elas começaram a comer, ficaram mais tranquilas e mais descontraídas. A técnica de colocar algo neutro como interação, para além do filme funcionou bem. A tensão vista na hora de assistir ao filme não foi encontrada na hora de falar, conforme eu introduzia os tópicos elas se engajavam em mil questões, com exceção de Mel, que eu, por diversas vezes, precisei chamar para participar da conversa. O grupo focal resultou num total de mais de quatro horas de conversa.

O que mais me interessa trazer neste artigo não são análises que elas fizeram sobre os filmes, mas o que elas entendiam dos termos e ideias que apresentadas pela pornografia de Lust, como a ideia do feminismo, o que pensam sobre homossexualidade, sobre mulheres e homens e o que elas pensaram sobre o trabalho da diretora. Como apontei anteriormente, na pesquisa de dissertação usei o grupo focal como parte da metodologia de análise dos filmes, aqui separei alguns pontos de análise para além dos filmes, com base nas ideias propostas pela diretora em suas entrevistas, livros e em seu site.

Feminismos, sexualidade e estereótipos

Este tópico aprofunda-se no foco temático deste artigo, debatendo aqui como as mulheres do grupo focal entendiam uma série de pontos de diálogo entre a pornografia feminista e o público consumidor, neste caso representado pelas quatro mulheres descritas anteriormente.

Como temas transversais, o feminismo e a homossexualidade masculina apareceram como os pontos mais polêmicos no grupo. Com exceção de Mel que não expressou muito objeção aos debates em torno desses tópicos, as outras três participantes foram duras em suas críticas. Elas eram mulheres de opiniões fortes e não pouparam nem a diretora, nem a sexualidade, nem os movimentos sociais.

Começando pelo feminismo, parto da ressalva de que esse movimento social não representa uma homogeneidade de ideias. Os feminismos são os mais plurais e dinâmicos possíveis.

⁵ Bianca não foi mediadora. Ela não fez intervenções no grupo, mas colaborou com as anotações, descrevendo como as meninas estavam vestidas e seus comportamentos corporais no grupo, sem ter participação direta no mesmo.



Podem ser divididos didaticamente em três ondas ou gerações, que segundo Narvaz e Koller (2006) podem ser descritas da seguinte forma:

As três gerações do feminismo, quer em seus aspectos políticos quer nos teórico-epistemológicos, não podem ser entendidas desde uma perspectiva histórica linear. As diferentes propostas características de cada uma das fases do feminismo sempre coexistiram, e ainda coexistem, na contemporaneidade. A fase surgida mais recentemente, a terceira geração do feminismo, tem grande influência sobre os estudos de gênero contemporâneos (Louro, 1999). As questões introduzidas pela terceira geração do feminismo revisaram algumas categorias de análise que, apesar de instáveis, são consideradas fundamentais (Harding, 1993; Louro, 1995; Scott, 1986) para os estudos de gênero. Estas categorias estão articuladas entre si, e são: o conceito de gênero; a política identitária das mulheres; o conceito de patriarcado e as formas da produção do conhecimento científico. (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 649-650).

Como pode ser visto na citação anterior, os feminismos se mantem, até hoje, com características particulares. Feministas pró escolha, feministas antipornografia, feminismos negros, transfeminismo, feminismo liberal, são algumas das categorias classificatórias, que servem mais como guia para compreendermos as multiplicidades desse movimento do que para definir fronteiras.

O atual feminismo brasileiro nasce, nos anos 70, no panorama internacional que instituía o Ano Internacional da Mulher (1975), favorável, portanto, à discussão da condição feminina e, ao mesmo tempo, no amargo contexto das ditaduras latino-americanas, que calavam, implacáveis, as vozes discordantes. (SARTI, 2001, p. 32).

Esse contexto não foi dado as participantes do grupo focal, elas vieram com suas próprias noções e para todas elas a palavra “feminismo” aparecia com portadora de uma carga negativa. Bruna demonstra bem essa negatividade ao dizer: “pornô feminista me deu outra ideia, a sociedade tem a ideia do feminismo como a mulher no controle, eu achei um pornô feminino, um negócio mais suave”. Tal suavidade e delicadeza para três delas não estavam vinculadas ao feminismo, mas sim ao feminino e davam a entender que essas esferas eram quase excludentes.

Como muito bem contextualiza Soihet ao falar das perversas zombarias do jornal O Pasquim:

Contra essas mulheres, as temidas “feministas”, lançavam seus dardos inúmeros articulistas de O Pasquim. Antigos estereótipos são restaurados, entre outros, a feiura, a menor inteligência ou, inversamente, o perigo da presença desse atributo, a inconseqüência, a tendência à transgressão, a masculinidade com vista a identificar negativamente aquelas que postulavam papéis considerados privativos dos homens. (SOHEIT, 2005, p. 595).

Ao falar do jornal O Pasquim, Soihet nos atenta para uma importante reprodução de discursos que se alonga até os dias de hoje, usando do humor como arma para enunciados normativos serem perpetuados através de estereótipos. “No humor vale tudo” ou “liberdade de imprensa” são falas que justificariam qualquer tipo de piada, ideia ou perpetuação de discursos, legitimando violências. Assim, relembrar as questões pautadas por Soihet nos demonstra que, embora o artigo seja datado, ainda pode servir como exemplo de reprodução de discursos normativos, que são perpetuados em outros contextos, como no grupo focal realizado, que apresentam o feminismo carregado de negatividade. Quase como uma visão única, as meninas do grupo focal reproduziram esses discursos, optando pelo termo “feminilidade”, como se ambos fossem campos excludentes.

Em outro momento Bruna aponta: “quando joga a palavra feminista na maioria da população que não sabe das coisas, sempre vai achar que... O que que é feminismo, né? É queimar sutiã, assim... Aquelas atitudes mais extremistas, né? E no filme não teve isso, você vê que as mulheres são mulheres normais”, ou seja, com as características vistas no filme: “femininas”, que “gostam de se produzir”, que “se depilam”, que são “mães”, entre outros ideais do que seria uma mulher real. Tentando explicar que aquela não era a visão dela, mas sim das massas, Bruna acaba por reforçar alguns estereótipos do que é ser mulher feminista, como aquela que queima seu sutiã, novamente a mulher que nega sua feminilidade e sua docilidade.

O filme, contudo, serviu para que ela compreendesse que as mulheres feministas podiam ser “mulheres normais”, termo usado pelas próprias participantes. Esse foi um dos pontos de tensão, mas ao mesmo tempo de compreensão, ao perceberem em *Lust* um feminismo que elas reconheciam como possibilitador de uma brecha para falar sobre suas visões de feminismo.

Mel tentou em sua fala desvincular o feminismo do machismo e concluiu que o feminismo não é violento nem agressivo. Destoando em alguns pontos do que foi afirmado pelas outras participantes, ela nomeou-se feminista e feminina: “o feminismo hoje que todo mundo tanto luta para mostrar que não é... que é bem isso, é mostrar a mulher delicada, lutando pelos direitos, mas nunca perdendo esse lado feminino de ser.” As impressões de Mel eram próximas do feminismo apresentado por *Lust*, ou seja, da mulher que vai à luta, mas não deixa a sua feminilidade de lado, saindo do papel de objeto e sendo elevada ao papel de protagonista de sua vida e sexualidade.

O mito da beleza ou a tirania dos ideais de beleza na sujeição das mulheres foi explorado por muitas feministas nos anos 70. A novidade é a maneira pela qual a luta das mulheres para melhorar sua aparência passou a ser legitimada. A preocupação com a aparência e o uso das tecnologias de embelezamento têm sido, atualmente, reinterpretadas como uma vitória do feminismo. O novo discurso sobre a beleza considera que as mulheres modernas rejeitam o papel tradicional fundado no sacrifício e no sofrimento, substituindo-o por um egoísmo sadio e pelo prazer do cuidado de si, e passam, então, a ter orgulho de exibir em público seus corpos objeto de desejos. Portanto, longe de serem vítimas passivas de pressões culturais intoleráveis, provam uma capacidade admirável de remodelar sua vida e controlar seus destinos. (DEBERT, 2008, s. p.).

Completando sua ideia anterior, Bruna prossegue: “(...) O ser humano, o masculino tem muita ligação com o visual e a mulher já não”. Segundo ela, o “homem comum” não iria admitir que gosta desse tipo de filme. Já segundo Raquel: “o homem latino *caliente* vai dizer ‘ah que bosta de filme nhe nhe nhe’”. Elas expressam que a maior parte dos homens acredita que tem de se excitar com o pornô *mainstream*. “Eu imagino a piada de 16 anos, indo na locadora e pegando esse filme; eles iam ficar frustrados”, aponta Raquel. Isso mostra que o feminismo proposto pelos filmes de *Lust*, para elas, não alcançava os homens enquanto espectadores interessados, ou seja, não contemplaria um desejo masculino.

Raquel pensava que o pornô feminista estaria vinculado à mulher feminista que, segundo ela, é aquela que procura igualdade entre os sexos, que quer ser aceita como ela é. A primeira coisa que ela afirmou ter pensado quando ouviu o termo “feminista” na proposta do filme é que ele não teria preocupação com o corpo e com a estética corporal. Durante o bate papo, Raquel afirmou que acreditava que o filme se vinculava totalmente a apresentar essa outra concepção de corpo. Muito embora, como veremos mais adiante, há certa preocupação de *Lust* com uma questão estética, no entanto, diferente da pornografia *mainstream*. O feminismo da diretora reforçava uma bela estética para os filmes, mas uma preocupação menor, segundo as participantes, com a estética corporal.

O feminismo veio também vinculado a outro imaginário apresentado por Gabriela quando mencionou o próprio namorado. Segundo ela, contou a ele que participaria de um grupo sobre pornografia feminista e ambos procuraram na internet o que seria este assunto. Ela afirmou que encontrou, na busca, coisas “bem nojentas”, “mulheres muito peludas e menstruadas fazendo sexo”. Seguida por uma risada coletiva, Gabriela relatava se sentir feliz por perceber que o feminismo de Lust era diferente.

Quando perguntadas diretamente sobre o que elas acreditavam ser feminismo Raquel respondeu “ah, vai desde pequenas coisas como família, questões de amamentação, do homem participar de criação dos filhos, questões do trabalho, até as questões mais delicadas, eu diria, do corpo, como o corpo é meu eu faço o que eu quiser”.

Gabriela já acredita que o filme é feminista pelo fato de Lust transmitir aquilo que a mulher gosta, preocupando-se com as preliminares e não somente com foco em corpos bonitos e sexo. “Por ela (Erika Lust) se preocupar com o que a mulher gosta de ver e o prazer da mulher, eu concordo que seja feminista”. Contudo, o imaginário das mulheres menstruadas e peludas parecia continuar ali, pois havia certa relutância em aceitar a categoria feminista em que os filmes da diretora se encaixavam.

Bruna, por fim, contraria as outras participantes, dizendo: “eu não gosto do conceito de feminismo e machismo porque me remete a uma coisa agressiva, eu gosto de feminino e masculino, então (os filmes) não se encaixam no meu conceito de feminismo, com certeza, se encaixa num conceito de feminino”.

Durante a análise dos filmes e da proposta de Lust e pela própria separação entre mulheres modernas e mulheres vadias, percebo que o “feminino” acenado por Bruna, é um feminino tradicional, remetendo também a ideia de Mel da delicadeza, da valorização dos atributos “naturais” em corpos de mulheres, sem partir para uma “vulgaridade”. O que podemos chamar de medo do estereótipo do corpo das mulheres no pornô é justamente um corpo feminino abusado, vulgar e objetificado, que não ressalta a “feminilidade”.

Partindo agora para falar desses corpos tão debatidos e explorados, tanto por Lust, quanto pelas participantes, notei que o que mais gostaram foi de ver celulites, peitos caídos e de se sentirem representadas, uma vez que não acreditavam que a pornografia *mainstream* trazia algo parecido, descrevendo as pessoas dessa categoria de filmes como robóticas e as mulheres sempre com corpos sem marcas. Já os homens dos dois filmes decepcionaram minhas interlocutoras. Elas odiaram todos que lembravam, de alguma forma, o estereótipo do pornô. Segundo elas, somente um deles se sobressaiu, como mostro na imagem a seguir. Mas falaram muito pouco sobre excitação com o corpo dos homens, mas sobre o corpo das mulheres promoveram amplos e contínuos escrutínios.

As figuras 1, 2 e 3 mostram as principais características físicas que as meninas do grupo gostaram nas atrizes e atores.

Todas as pessoas que pareciam “ator pornô demais” foram descartadas. Esse foi um dos motivos que elas apontaram não ter gostado tanto do *Five Hot Stories for Her* como gostaram de *Cabaret Desire*, ou seja, quase todos os excertos caíram na categoria criada por elas de “ator pornô demais”. Esse “ator pornô demais” era aquele que fazia muitas caras e bocas, que gemia demais, ou que tinha um corpo muito musculoso ou bronzeado ou até mesmo aquele que elas acharam não estar curtindo o sexo. Ou seja, aqueles que passavam qualquer tipo de artificialidade na atuação ou corpo.

As mulheres como Nadia, da figura 4, que se afastavam do ideal da “mulher real” eram logo descartadas das possibilidades de excitação ou preferência. Em um dos excertos uma das atrizes usa acessórios em forma de cristais, colados na pélvis, que foram notados por Raquel e logo questionados: “que mulher usa aquilo?”. Reforçaram que acharam as mulheres menos

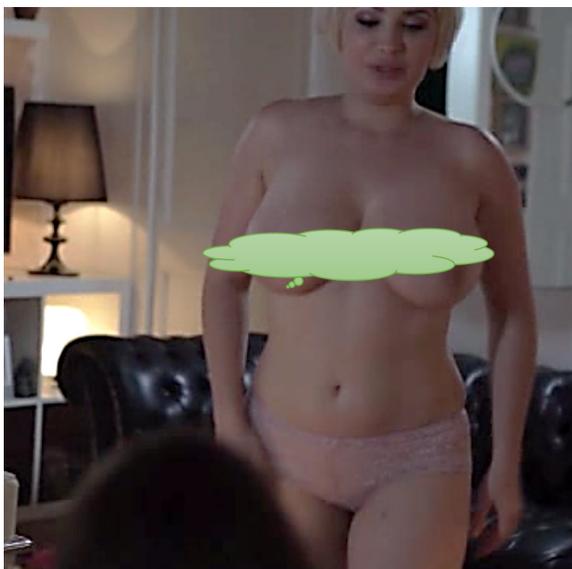


Figura 1. Sofia, gordinha e de seios caídos. Fonte: Filme Cabaret Desire (2012).



Figura 2. Alex, com manchas roxas na perna. Fonte: Filme Cabaret Desire (2012).



Figura 3. Homem eleito como o mais próximo da realidade. Fonte: Filme Cabaret Desire (2012).



Figura 4. Nadia, considerada fora da realidade, ou “pornô demais”. Fonte: Five Hot Stories For Her (2007).

depiladas que os homens, contudo quando analisados os filmes, percebi que a ausência de pelos corporais foi marcante em todos os excertos, tanto entre os homens como entre as mulheres.

Ainda sobre os corpos das mulheres, Bruna destaca, apesar do fato de as atrizes de Lust serem magras: “não acho que a mulher precisa ter gordurinhas ou ter algum defeito, assim, para o filme parecer natural”. Contudo, durante suas falas, as “naturalidades” apareceram ligadas a gorduras e seios caídos. Esses traços, vale ressaltar, foram considerados por Bruna como “defeitos”.

Durante a análise dos filmes evidencio que os corpos estão bastante vinculados a um padrão de normatividade. Antes da ressalva de Bruna, a proposta dos filmes de Lust, que seria de fugir do padrão, ainda mantém corpos magros, muito similares entre si, com quase nenhum pelo corporal e também corpos massivamente brancos.

Raquel expressa seu descontentamento com a pornografia *mainstream* que coloca homens, gordos, carecas com dentes podres e tortos para fazer sexo com “aquela mulher toda produzida”. Lust inclusive, em seu excerto *The Good Girl*, faz uma analogia a essa reclamação de Raquel e coloca quatro tipos de homens que as mulheres não querem: “o gordo tarado”, “o jovem maconheiro” e “o jovem agfeminado”.

Os homens quando associados a qualquer atividade pensada como “feminina” foram vistos com rechaço por três das participantes. Da mesma forma agiu Lusta, ao definir a proximidade do feminino como não desejado pelas mulheres, ao mostrar os três tipos de homens que elas não querem. No primeiro filme passado no grupo focal, *Cabaret Desire*, que começa com um *pole dance* masculino e o último excerto do segundo filme que retrata um sexo entre dois homens, *Five Hot Stories for Her* foi visto por elas com certo receio. Raquel em um dado momento disse: “quando começou o sexo gay eu pensei ‘ai, não quero ver isso”.

Somente Mel considerou o sexo entre os dois homens como interessante e realista; as outras o colocaram como “muito estranho”. Segundo Gabriela, no excerto com sexo gay, os dois homens “meio ogros” sendo penetrados foi uma cena que não a agradou. Bruna diz: “dá a impressão de que o homem que estava sendo penetrado era a mulher da relação, ele tinha expressões, assim, que... que a gente vê na mulher, parece. Ele tinha postura, assim, de quem está sendo comida mesmo”.

Esse espanto, estranheza e afastamento que três das participantes relataram não foi encontrado quando o sexo foi entre duas mulheres. Para Bruna, as pessoas estão acostumadas a ver sexo entre duas mulheres. Apontando esse fato como “normal”, Raquel ainda vincula a ideia da maternidade, citando que suas amigas lésbicas querem ter filhos, o que seria uma justificativa para esta maior aceitação do sexo lésbico.



Entendo essas falas relativas ao sexo entre duas mulheres como “normal” vinculadas ao que aponta autora quer nos atentar para uma lógica perpetuada a partir da heterossexualidade colocada como “normal”, “legítima” ou “própria”:

Tal sexo é amplamente retratado na indústria *mainstream* heterossexual, visto, dessa forma, nessa mesma chave da heterossexualidade, mas colocado como fetiche, retomando a ideia de Judith Butler (2010) partindo da abjeção, pensando sobre a invisibilidade da homossexualidade feminina que está atrelada a uma invisibilidade social enquanto abjetas, atreladas a um extremo binarismo, mas também nos reforça a ideia de que o prazer das mulheres, de certa forma, está ligado a heterossexualidade ou aparece totalmente invisibilizado. O sexo entre mulheres foi aceito no grupo focal como fetiche ou como totalmente longe do prazer, pensando na maternidade e na sensibilidade das mulheres.

Já o sexo entre homens se mantem em outra esfera, feito para um público específico. Como vai nos dizer Osmundo Pinho, o sexo gay da indústria *mainstream*, embora com poder transgressor, ainda mantem os homens com características claras de virilidade, até mesmo homens heterossexuais, que fazem um sexo pago e ritualizado com outros homens. A virilidade foi apontada por elas ao acharem os homens meio “ogros”, contudo essa virilidade penetrada funcionou às avessas:

O sexo entre homens é, assim, tabu sagrado, apontado como anormalidade, doença, pecado ou desvio. Dessa forma, a homossexualidade afrontaria a ordem social em sua dimensão estrutural mais profunda. (PINHO, 2012, p.167).

Essas dinâmicas perpassaram a fala de três participantes com muito fervor. Aliando penetrador como ativo e, por consequência, masculino e o penetrado como passivo, por consequência, feminino. Gabriela até fala, quase em tom de denúncia: “e o cara ficava levantando a bunda e curvando as costas, aí credo!”. Contudo, ao analisar o filme, tal cena não apareceu, não havia as “bundas empinadas” dos homens e visualizadas por minha interlocutora.

Por fim, ressalto que, todas se sentiram mais representadas no filme *Cabaret Desire*, acreditando que o *Five Hot Stories For Her Lust* tentou se enquadrar mais na chamada indústria *mainstream*, com direito a ejaculações no rosto e sexos mais incansáveis. Uma delas relatou que se sentiu sonolenta durante o filme devido a uma maior mesmice do sexo.

Considerações finais

Ao fim do grupo focal, todas pediram cópias dos filmes, disseram que pretendiam passar para amigas e Raquel até mesmo pensava em convencer o noivo, que não assistia pornô convencional, a dar mais uma chance para Erika Lust.

Bruna então disse: “é isso aí, tchau tchau velho pornozão”, frase que deu o título a minha dissertação, com o acréscimo de um ponto de interrogação ao final, uma vez que minhas reflexões caminham no sentido de questionar tanto essas impressões, quanto as próprias propostas da diretora. É interessante perceber que elas se sentiram bem representadas nos filmes, mesmo com todos os “poréns” levantados brevemente neste texto. Surgiram também preconceitos velados a partir de uma ética heteronormativa, no entanto, sentiram uma possibilidade de afirmação de suas sexualidades. O que vai ao encontro do que a diretora propõe.

A tentativa de Lust de romper com tudo o que os homens produzem não parece ganhar plena forma nos seus filmes, mas um pequeno grupo de mulheres, que se enquadram no perfil proposto por Lust, vê na sua pornografia uma saída a mais para expressão de seus desejos.



Até mesmo pela possibilidade, como apontou brilhantemente a frase de Bruna, de não mais assistir pornografia *mainstream*.

As meninas do grupo focal fizeram-me, enquanto pesquisadora, olhar com mais atenção uma série de processos que até então haviam passado despercebidos por mim. E graças às conversas com elas percebi que havia um potencial subversivo, obviamente que para um pequeno grupo, pautado em outra forma de entendimento da sexualidade. Mesmo se constituindo enquanto um grupo específico de mulheres, elas se sentiram representadas e “normais”, ou seja, não hipergeneralizadas (DIAZ-BENITEZ, 2010).

As visões que elas tinham de feminismo, nem sempre calhando com os mais diversos tipos de feminismo existente, fizeram com que essas mulheres separassem o “feminino” do feminismo, especialmente por conta da preocupação estética, as colorações dos filmes e a preocupação em expor corpos diferentes do que vemos na pornografia *mainstream*. Apenas uma delas expôs que acreditava ser possível um “feminismo feminino” e que, nesse sentido, ela se sentia sim representada pelo feminismo. Uma delas recusou diretamente a terminologia e outras 2 não falaram diretamente se eram ou não feministas, mas apontaram críticas a partir da visão delas desse movimento. Vale ressaltar que esse afastamento do feminismo parece se dar, principalmente, em relação aquele considerado mais combativo e mais crítico às posturas dos homens. Merece maior análise, no entanto, arrisco dizer, que se trata de desejar um feminismo mais comportado, atento às questões estéticas, mas não totalmente subversivo e transformador.

Ao falar da homossexualidade masculina a recusa foi tamanha para 3 delas. Uma, a mesma que se disse feminista, tentou relativizar a posição das outras 3, mas foi pouco ouvida. Falar do sexo gay envolveu também um amplo escrutínio sobre corporalidades, entendendo os corpos e atuações dos dois homens como antagônicas: corpos de homem *versus* performance de mulheres. O desejo de fechar os olhos para este excerto, como me apontou uma delas, fala muito mais do que somente sobre desejo, fala sobre construções discursivas que invisibilizam ou tornam “menos desejáveis” alguns tipos de sexo em detrimento de outros, assim como alguns tipos de atuação performática em detrimento de outras.

Os tipos de corpos trouxeram mais para a superfície a ideia de que existem “corpos certos”, “corpos mais reais” em oposição a corpos “menos reais” ou equivocados. As interpretações que pudessem soar para elas como falsas, como gemidos demais, muitas expressões faciais ou gritos, fora logo jogadas para o lugar de “corpos menos reais”, mesmo que fossem só por causa das expressões. Assim como os enredos que pareceram mais “reais” também ajudaram a elevar os corpos dos atores à mesma categoria. Homens muito musculosos foram descartados da categoria da realidade, criada por elas, mulheres que pareciam siliconadas ou se aproximavam muito de estereótipos, como a “femme fatale”, também foram descartadas.

Por fim, sobre a afirmação feita por Bruna, se despedindo da pornografia *mainstream*, considero uma atitude mais esperançosa do que realista. Essa pornografia é um mercado bilionário, muito embora esteja em decadência, como aponta uma reportagem da SuperInteressante:

Com a pirataria online e os sites onde é possível ver tudo de graça, o faturamento dos filmes eróticos caiu 50% nos últimos 3 anos; e as revistas pornô estão em crise profunda. Tanto que, nos EUA, as principais empresas do setor se juntaram para pedir que o governo monte um pacote, de US\$ 5 bilhões, para socorrer a indústria pornô - como fez com as montadoras de automóveis e o setor financeiro. Como Obama ignorou o pedido, a indústria tenta se adaptar aos novos tempos. Os estúdios pornô americanos, que chegaram a fazer filmes de altíssimo orçamento (o maior foi Piratas 2, de 2007, que custou o equivalente a R\$ 15 milhões - 50% a mais que o blockbuster brasileiro Tropa de Elite), agora estão apostando em vídeos de no máximo 10 minutos, sem enredo e com o mínimo de produção. (BLANCO, 2009, s. p.).



Essa indústria que perde milhões tem tentado inovar e valorizar novas formas de filmar o sexo, especialmente apoiada em tecnologias. Se levamos em conta o que aponta Preciado (2008), a sociedade farmacopornográfica vai muito além de um mercado, ela já se aliou a contemporaneidade como modo de vida e de escolhas, muito mais do que uma venda de produtos, ela é formatadora de subjetividades e identidades.

A sociedade contemporânea é habitada por subjetividades toxicopornografica: subjetividades que se definem pela substancia (ou substancias) que domina seus metabolismos, pela cibernética por meio do qual se tornam agentes, pelos tipos de desejos farmacopornograficos que orientam suas ações. (PRECIADO, 2008, p. 33, tradução livre).

Contudo, isso não é um incentivo para que não apareçam novas formas de resistência, a mensagem não é “tudo está perdido”, pelo contrário, como o próprio Preciado aponta, é um incentivo para que se alarguem as fronteiras da resistência, indo além do previsto, do normativo, do prescrito.

Estamos em frente a um novo capitalismo quente, psicotrópico e punk. Essas transformações recentes apontam para a articulação de um conjunto de novos dispositivos microprostéticos de controle da subjetividade com novas plataformas técnicas biomoleculades e médicas. (PRECIADO, 2008, p. 31-32, tradução livre).

É interessante pensar também que, embora as participantes do grupo focal tivessem dificuldade de assumir que assistiam pornô, todas, em diversos momentos do grupo, falaram do contato com a pornografia *mainstream* diversas vezes, contudo, deixaram claro que não se sentiam representadas nos filmes. Elas acreditavam que os homens gostavam desse estilo, mas que, para elas, era algo artificial e exterior, e, em compensação, a pornografia feminista foi um *frisson* de representações, uma vez que mostrou “mulheres reais”, com celulites, estrias, barrigas salientes, o que foi, para minhas interlocutoras, um alívio.

Referências

BERGER, J. **Modos de ver**. Rocco: Rio de Janeiro, 1999.

BLANCO, G. A crise da indústria pornô - Pirataria acaba com o lucro dos filmes eróticos - e empresas pedem socorro ao governo dos EUA. IN: **Superinteressante**, 2009. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/cotidiano/crise-industria-porno-622453.shtml>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão da Identidade. 3ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CABARET Desire. Direção: Erika Lust. Intérpretes: Lourdes “Lady Diamond”, Mario Mentrup, Liandra Dahl, Matisse, Sofia Prada, Samia Duarte, Didac Duran, Saskia Condal, Toni Fontana, Mistress Basia, Luizo Veja, Cava Cabaret. Barcelona. LUST Films, 2011. 100 min, stereo 2.0, color.

CARDOSO, L. **Retrato do branco racista e anti-racista**. (2010). Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/viewFile/1279/1055>>. Acesso em 20 fev. 2014.

DE LAURETIS, T. **Alice doesn't**: feminism, semiotcs, cinema. Indiana University Press – Bloomington. 1984.



DE LAURETIS, T. Através do Espelho: mulher, cinema e linguagem. In: **Revista Estudos Feministas**. V.1, N.1. 1993.

DEBERT, G. G. Masculinidade, feminilidade e a reprodução das desigualdades. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 30, p. 409-414, Junho 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332008000100021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 abr. 2015.

DÍAS-BENÍTEZ, M. E. **Nas redes do sexo**: os bastidores do pornô brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

FIVE Hot Stories For Her. Direção: Erika Lust. Intérpretes: Sandra G, Lady Mai, Bobbie Eden, Sonia Baby, Rafa Garcia, Eduardo Romo, Ramón Nomar, Julia Taylor, Anthony Martinez, Daniel Royter, Claudia Claire e Lucas Foz. Barcelona. LUST Films, 2007. 120 min, son., color.

KIND, L. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. In: **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 124-136, jun. 2004.

LUST, E. **Good Porn**: a woman's guide. Seal Press: California. 2010.

NARVAZ, M. G; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: Articulando pesquisa, clínica e política. In: **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006.

PINHO, O. Race Fucker: representações raciais na pornografia gay. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 38, June 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332012000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 dez. 2013.

PRECIADO, B. **Testo Yonqui**. Madrid: Editora Espasa Calpe, 2008.

PRINS, BAUKJE; MEIJER, IRENE COSTERA. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, Jan. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 abr. 2015.

RIAL, C. Guerra de Imagens: o 11 de setembro na mídia. Florianópolis: **Antropologia em Primeira Mão** - UFSC, 2003.

RIBEIRO P., C. **Tchau Tchou Velho Pornozão?**: a pornografia feminista de Erika Lust como narrativa reflexiva da sexualidade. Curitiba. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná. 2014.

ROSE, D. Análise de imagens em movimento. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

SARTI, C. A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 16, p. 31-48, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 Apr. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332001000100003>.

SOIHET, R. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2005, vol.13, n.3. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n3/a08v13n3>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

Recebido: 02 maio, 2015
Aprovado: 07 maio, 2015

Medo de um planeta aleijado? – Notas para possíveis aleijamentos da sexualidade¹

Fear of a crippled planet? - Notes to possibles crimpings of sexuality

Marco Antônio Gavério^a

Resumo

A proposta deste artigo é trazer um dos debates existentes entre deficiência e sexualidade à guisa dos posicionamentos teórico sociais críticos dos *disability studies* e da teoria *queer* que se estabelecem teoricamente nos anos 2000. Assim, minha abordagem consistirá em mencionar brevemente alguns pontos históricos que tenderam a possibilitar essa relação e buscar tornar mais nítidas as recentes discussões da temática através do que se tem chamado, em algumas dessas literaturas, de teoria *crip*.

Palavras-chave: teoria queer; teoria crip; sexualidade; deficiência; corporalidades dissidentes.

Abstract

The purpose of this article is to bring one of the existing debates between disability and sexuality by way of critical social theoretical positions of disability studies and queer theory that is theoretically established in the 2000's. Thus, my approach will be to briefly mention a few historical sites that tended to enable this relationship and seek sharpen the recent theme of discussions through what has been called, in some of these literatures, of crip theory

Keywords: queer theory; crip theory; sexuality; disability; dissidents corporalities.

¹ Esse artigo pode ser considerado fruto de uma das partes de minha Monografia, em correção, chamada “Que Corpo Deficiente É Esse?”: Notas Sobre Corpo e Deficiência Nos Disability Studies, sob orientação do Prof. Dr. Jorge Leite Júnior e avaliada pela Mestra e Doutoranda em Antropologia (UFSC) Anahí Guedes de Mello.

^a Graduado em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar e mestrando pela mesma universidade no PPG-Sociologia. Contato: marcaosemacemento@gmail.com



Introdução

O teórico feminista-*queer* Paul Beatriz Preciado pontua que gênero e sexualidade possuem maior facilidade de serem reconhecidos sob a égide dos construtos socioculturais se comparados à deficiência². Segundo ele

[...] os processos de invenção e produção do sujeito sexual não são independentes do conjunto de processos que inventam e constroem o corpo como normal e patológico; como capacitado e deficiente [discapitado] (PRECIADO, 2013)³.

Talvez tenha sido subestimado o potencial de teóricos e teóricas *queer* em pensar a *queerness* além dos limites que circunscrevem a sexualidade como objeto específico de uma disciplina. A fala de Preciado é um alerta sofisticado às noções mais minorizantes, no sentido identitário, dos estudos e movimentos que, ao longo do século XX, se erigiram em torno da despatologização de certos corpos e da criação de identidades politicamente e historicamente localizáveis. O autor se refere comparativamente aos ganhos políticos dos movimentos feministas e gays\lésbicos, mais fortemente a partir da segunda metade do século XX, utilizando como exemplo os processos de retirada da feminilidade e da homossexualidade do universo dos desvios (taras) e o concomitante processo de emergência política de respectivas identidades sociais positivadas.

De maneira semelhante à proposição de Preciado - de que a sexualidade não se restringe só ao sexo, ou melhor, que o dispositivo histórico da sexualidade problematizado por Michel Foucault (2005)⁴ ramifica-se produtivamente em amplas áreas da vida - o pesquisador *queer* Michael Warner (1993, p. VII) provocativamente já perguntava no começo dos anos 1990:

O que realmente querem os\as *queers*? [...] A resposta não é apenas sexo. Os próprios desejos sexuais podem implicar outros desejos, ideais e condições. E *queers* vivem como *queers*, como lésbicas, como gays, como homossexuais, em outros contextos além do sexo. **De diferentes maneiras a política *queer* poderia, portanto, ter implicações para qualquer área da vida social**" [ênfase minha]⁵.

Preciado, por um lado, explicitamente aloca a deficiência, e as relações que dela emergem e a recriam, como uma invenção histórica, social e cultural, assim como podemos considerar as organizações sociais a partir do foco das relações de classe, raça, gênero e sexualidade. Por outro, Warner está tensionando as premissas mais sociológicas das teorias sobre sexualidade que as colocam como um apêndice, um epifenômeno não politizado de outras relações sociais, as quais destaca o autor - na onda crítica de Eve Kosofsky Sedgwick (1990, 1993), sobre a

² Me refiro à fala de Preciado proferida em Madrid sob o nome de ¿La muerte de la clínica? (2013), que pode ser acessada por completo no *youtube* (<https://www.youtube.com/watch?v=4aRrZZbFmBs>). Agradeço à jornalista Sabrina Duran por me indicar pontualmente a menção teórico-analítica tão explícita que Preciado faz da deficiência (discapacidad). Contudo, este filósofo não menciona a teoria sobre deficiência empreendida pelos *disability studies*. Veremos adiante algumas formulações dessa área de estudos e que é responsável pelos primeiros discursos críticos entre sexualidade e deficiência como categoria de análise social.

³ Todas as traduções feitas nesse artigo são minhas e livres.

⁴ Para esse filósofo, "A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder" (FOUCAULT, 2005 apud MISKOLCI, 2009, p. 154-5).

⁵ Agradeço ao Professor Richard Miskolci pelo acesso à biblioteca do núcleo de pesquisa Quereres, permitindo-me interagir com uma literatura historicamente importante da emergência dos estudos *queer* nos EUA, imprescindível para contextualizar os termos e ideias vagamente expostas por mim nessa peça.



heterossexualidade pressuposta da formação do que se convencionou chamar de pensamento cultural ocidental -, como heterossexualmente normatizada em sua epistemologia⁶.

Ambos autores estão, em pontos diferentes da teoria *queer*, argumentando que a sexualidade é mesmo um ponto estruturante das relações sociais, ao passo que emerge com novas configurações trazidas pelo capitalismo ao longo do século XIX. Miskolci (2014) aborda, em seu texto sobre reconfigurações recentes nas visibilidades homoeróticas, que as identidades gays e lésbicas são modernas na medida em que surgem como um contraponto político positivo ao emaranhado discursivo que deu corpo a um tipo específico sexual no século XIX, o homossexual. Ou seja, os aspectos que dominaram a política sexual, ao longo da primeira metade do século XX, visibilizaram um tipo de arranjo social baseado na heterossexualidade como normal e natural, ao passo que “anormalizou” relações eróticas entre homens ou entre mulheres como patologias, bem como seus corpos e práticas.

Um ponto específico da teoria *queer* que tais autores nos atentam, salientado também por Miskolci (2009), e o que busco deixar mais enfático, é que sua crítica, antes de mais nada, é voltada a processos normalizadores e subalternizadores que têm como base o que Warner especificamente chamou de discursos stigmatofóbicos (*stigmaphobe*)⁷ (MCRUER, 2006). Em poucas palavras, a crítica ‘esquisita’ [*queer*] se dirige de maneira ácida e jocosa às normalidades (JAGOSE, 1996), despindo-as de suas moralidades sócio-historicamente localizáveis em sua pretensa e pressuposta naturalidade.

Trago à tona esse pequeno ponto nos emaranhados discursivos *queer* para mencionar que a crítica à normalidade (*normalcy*), ou aos processos que criam os “anormais”, é um foco fundante nos estudos sobre deficiência, principalmente em sua expansão pós anos 1990 nas humanidades. Meu interesse é indicar tal crítica aos discursos normalizantes como um dos pontos de encontro entre leituras críticas da sexualidade (teoria *queer*) e leituras críticas da deficiência (*disability studies*).

A partir dessas preliminares amplamente colocadas, buscarei deslindar, de maneira incerta ainda, como os *disability studies* e a teoria *queer* têm se informado mutuamente em algumas problemáticas. Para isso, iniciarei tratando de como a deficiência passa a fazer mais sentido como uma categoria de análise social (FINE; ASCH, 1988; GARLAND-THOMSON, 2005; MELLO, 2009; MELLO; NUERNBERG, 2012) a partir das configurações teóricas dos *disability studies*. Em seguida, acessaremos alguns pontos teóricos e críticos sobre como posicionamentos *queer* e deficientes se interferem de maneira produtiva à tona de uma das mais mencionadas análises críticas da deficiência atualmente, a teoria *crip*. Ela nos permitirá, segundo seu proponente, Robert McRuer (2006), um acesso, uma acessibilidade entre posições críticas *queer* e deficientes [*queer-crips*].

O que me interessa nesse espaço é indicar e informar como o saber *queer* pode ser minimamente aleijado (*crippled*) por partes do saber crítico deficiente emergente nos últimos anos.

A normalidade como foco crítico

Como exemplo da característica ácida e jocosa da crítica *queer*, Michael Warner retoma, na sua introdução ao volume editado *Fear of a Queer Planet* (1993), um elemento fundamental para destacar a heterossexualidade compulsória e a heteronormatividade contida nas minúcias das

⁶ Segundo o sociólogo *queer* Richard Miskolci (2009, p.156), “A heteronormatividade expressa as expectativas, as demandas e as obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural e, portanto, fundamento da sociedade (CHAMBERS, 2003; COHEN, 2005, p.24) Muito mais do que o aperçu de que a heterossexualidade é compulsória, a heteronormatividade é um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto”.

⁷ Nas palavras de Warner (1999, 43): “O espaço da estigmatofilia (*stigmaphile*) é onde encontramos uma comunhão com aqueles que sofrem o estigma, e neste reino alternativo aprende-se a valorizar as coisas que o resto do mundo despreza - e não apenas porque o mundo despreza, mas porque a pseudomoralidade do mundo é uma fóbica e inautêntica maneira de vida. O mundo do estigmatofóbico (*stigmaphobe*) é a cultura dominante, onde a conformidade é assegurada através do medo do estigma”.



práticas culturais ocidentais com relação à sexualidade e que estão nas bases da produção teórica social canônica. Warner oferece uma ilustração de dois seres humanos, exemplares de nossa espécie, produzida pela NASA nos anos 1970 e colocada na sonda espacial *Pioneer 10*, pois considerada, por seus responsáveis, a representação fidedigna e universal da humanidade (WARNER, 1993, p. XXIII). A imagem, essa “tentativa de generalizar o tipo humano” (p. XXIII), tinha como objetivo comunicar as possíveis inteligências extraterrenas que entrassem em contato com a sonda como os seres do planeta terra eram. O autor *queer* a descreve da seguinte maneira (WARNER, 1993, p. XXIII):

[A imagem] retrata - se você compartilha as convenções de imagem da cultura norte-americana do pós-guerra - um homem e uma mulher. Eles não são apenas sexualmente diferentes; eles são a própria diferença sexual. Eles estão nus, mas não têm pelos no corpo; a mulher não tem órgãos genitais; suas cabeças estão bem penteadas de acordo com as normas de gênero de classe média jovem. O homem está em riste, enquanto a mulher inclina um lado de seus quadris ligeiramente para a frente. Para um nativo da cultura que o produziu, esta bizarra fantasia - a imagem é imediatamente reconhecível não apenas como dois indivíduos de gênero, mas como um casal heterossexual (monogâmico, supõe-se, dada a ausência de competição), um Adão e Eva tecnológicos, mas benignos. A imagem dá testemunho da profundidade garantida pela cultura (leia-se: insistência) que a humanidade e a heterossexualidade são sinônimos. Esse lembrete avança para os confins do universo, anunciando às estrelas de passagem que a terra não é, independentemente do que alguém diz, um planeta *queer*.

Gostaria de usar esse exemplo crítico da visão heteronormativa que Warner salienta passar naturalmente, ou aquilo que garantiria a suposta invisibilidade da heterossexualidade (MCRUER, 2006), para estendê-lo ao “problema da deficiência”. Com “problema da deficiência” quero começar a dizer que, se a humanidade é descrita em termos de sua reprodução (hétero)sexual como garantia de sua reprodução social normal/natural, corpos caracterizados como deficitários, incapazes, falhos garantem a própria reprodução e regulação das normas que têm dividido indivíduos como deficientes/incapazes/inaptos (*disabled*), ao passo que escamoteiam os indivíduos com corpos eficientes/capazes/aptos (*abled*)⁸ como se fossem também a “ordem natural das coisas” ou dos corpos (MCRUER, 2002a, 2002b, 2006). Ao aproveitarmos a referência crítica de Michael Warner podemos perceber que, segundo a representação fidedigna da humanidade que a imagem invocada propõe, além de representar a “própria diferenciação sexual”, não cede espaço para corpos que não sejam simétricos com relação à disposição dos seus membros e que não respondam aos níveis de capacidade físico-cognitivas-sensoriais consideradas estatisticamente normais. Não cede espaço a corpos que não se mantêm em pé sozinhos ou nos quais nem pés existam para se manterem. Se a “humanidade e a heterossexualidade são sinônimos”, é possível dizer que também é sinônimo de humanidade a normal disposição saudável das partes e funções do corpo humano.

Basicamente, um corpo deficiente, amplamente na lógica biomédica do século XIX, é um corpo anômalo. Um corpo em disfunção perante alguma norma. Modernamente, o corpo deficiente pode ser considerado um amálgama histórico das necessidades de uma expansão capitalista industrial, ávida por vigor físico e robustez (ABBERLEY, 1987; DAVIS, 1995; MCRUER, 2006) e das categorias biopolíticas de gestão populacionais emergentes

⁸ Mrcruer (2006, p.7) nos indica que “O OED define corpo capaz (*able-bodied*) redundante e negativamente como ‘ter um corpo capaz, ou seja, livre de deficiência física; capaz de esforços físicos que lhe forem solicitados; em saúde corporal; robusto’. Capacidade corporal (*able-bodiedness*), por sua vez, é definida vagamente como ‘sinal da saúde; habilidade para trabalhar; robustez’”.

com os estados nacionais (DAVIS, 1995; MCRUER, 2006; TREMAIN, 2010). Nesse sentido, a maximização e a potencialização da vida e dos corpos, individuais e coletivos está no cerne da preocupação capitalista para sua própria reprodução. Ou seja, a expansão da produção capitalista do século XIX está ligada a uma especificidade de trabalho físico-cognitivo-sensorial reconhecida como fundamental para sua lógica. O corpo produtivo que ganhará força, dessa forma, será o considerado apto, capaz, eficiente para o trabalho, ou melhor, aquele que pode ser livre para ser mercantilizado enquanto força produtiva nas trocas capitalistas (MCRUER, 2006). Ao mesmo tempo, a noção de normalidade (*normalcy*) passa a fazer parte, mais fortemente na segunda metade do século XIX, como fruto de uma função das interpretações estatísticas, profiláticas e naturalizadas dos conflitos sociais (DAVIS, 2006b). Miskolci (2005) salienta como esses conflitos, hoje facilmente reconhecíveis sob uma perspectiva analítica histórico-sociológica (como prostituição, sífilis, delinquência, alcoolismo), eram vistos como efeitos de causas naturais, vícios ou taras hereditárias, localizadas intrinsecamente, em última instância, no corpo individual. Alguns comportamentos, atitudes e estéticas colocados como patologicamente causados e desvinculados de seu contexto material. Assim, deficiência significa uma generalidade analítica biomédica para explicar determinados corpos a partir da quantificação e mensuração de suas capacidades físico-sensoriais-cognitivas.

O moderno movimento político deficiente, emergente como tal na segunda metade do século XX, ressignificará essa abrangente categorização e empreenderá esforços teórico-políticos para produzir percepções sócio-construcionistas da deficiência. Essa movimentação teórico-política colocada em foco pelos “saberes deficientes” deixa nítida a busca pela despatologização da deficiência e sua alocação como um fenômeno intrínseco de uma sociedade ‘deficientizante’ [*disabling society*].

Essas noções sócio-políticas caracterizaram, e ainda caracterizam, os *disability studies*. Desde sua nomeação como tal em meados dos anos 1980, os estudos sobre deficiência condensam toda uma analítica advindas de três grandes pontos: 1) da experiência coletiva oprimida\discriminada das pessoas consideradas deficientes; 2) de referenciais teóricos sociológicos; e 3) das críticas feministas de segunda onda - o que fez com que a expansão desse emergente campo de estudos nas humanidades, durante os anos 1990 e 2000, passasse a ser influenciado fortemente por referenciais menos disciplinados, em contraponto de suas primeiras bases teórico-sociológicas (SNYDER; BRUEGGEMANN; GARLAND-THOMSON, 2002; DAVIS, 2006a; DINIZ, 2003, 2007).

Não é possível refinar bibliograficamente neste artigo as trajetórias de antropofagia teórico-analítica que esses saberes produzem, mas é possível destacar que, principalmente a partir dos anos 1990, o “corpo deficiente” passa a ganhar uma proeminência teórico-analítica importante em tais estudos. Por exemplo e em confluência com o que quero abordar, está a colocação do teórico literário e da deficiência Lennard J. Davis, em 1995 (Kindle edition), propondo que

Para entender o corpo deficiente, é preciso retornar ao conceito de norma, o corpo normal. Tanta escrita sobre a deficiência centrou-se sobre a pessoa deficiente como objeto de estudo, assim como o estudo da raça se concentrou sobre a pessoa de cor. Mas, como em estudos recentes sobre raça, que voltaram sua atenção para a branquitude (*whiteness*), eu gostaria de focar não tanto sobre a construção da deficiência, mas na construção de normalidade. Eu faço isso porque o ‘problema’ não é a pessoa com deficiências; o problema é a maneira que a normalidade é construída para criar o ‘problema’ da pessoa deficiente.



Da deficiência como desvio para a deficiência como identidade

Durante a palestra supracitada, Preciado argumenta foucaultianamente que o termo deficiência (*discapacidad*) tem uma história, uma “invenção” datada entre 1830-50 e que passará a organizar uma divisão sobre o corpo e sua disciplinaridade (docilidade), nas configurações sociais modernas, entre capacidade (*capacidad*) e incapacidade (*discapacidad*). Uma origem exata e única do termo deficiência (*disability*) parece difícil de ser retomada. Novamente, segundo o teórico Lennard J. Davis (1995, Kindle edition).

‘Deficiência’ é de longe o termo mais antigo, que data do período das primeiras obras impressas. Como termo era amplamente usado para indicar qualquer falta de habilidade - física, mental, legal, e assim por diante. Podemos com este conhecimento marcar ‘desvantagem’ (*handicap*⁹) como um termo que surge no contexto de um estabelecimento especificamente normativo das capacidades humanas para conectar lesão\ comprometimento (*impairment*) corporal com a noção de concorrência desleal e incapacidade para competir, **um modelo que se encaixará bem com as noções capitalistas de funcionalidade do corpo humano [...]** (ênfase minha).

Nesse ponto, a fala de Preciado e Davis coadunam-se analiticamente no século XIX se repararmos que a noção de normalidade, segundo o histórico das práticas de normalização abordado pelo sociólogo Richard Miskolci (2005 p. 10), emerge durante o século XIX com o crescente avanço da

[...] medicina social, a qual passou a enquadrar as práticas sociais a partir de seus próprios conceitos. Progressivamente toda forma de comportamento que não se enquadrava no crescente padrão burguês de sociabilidade passou a ser vista como anomalia e desvio.

Seria, dessa forma, então, que o desvio - como um perigo à integração social – originar-se-ia em um momento histórico de constante vigilância sobre a vida humana, uma constante observação quantificável e normalizadora sob o poder do discurso médico social. Essa relação recíproca entre o desvio e a normalização que o produz só é possível a partir da consolidação do bio-poder no século XVIII¹⁰.

É sob esse panorama que as definições medicalizadas de deficiência tomarão forma entre o quarto final do século XIX e a primeira metade do XX. Tais definições condensarão na figura do\da Deficiente (*Disabled*) um corpo falho, deficitário, disfuncional em relação às crescentes quantificações normativas das capacidades e funcionalidades do corpo humano (ORTEGA, 2006).

Foi no contexto de busca por despatologização, por tornar ressignificados comportamentos e corporalidades dentro de um espectro político-identitário, que o movimento deficiente se erigiu fortemente embasado por noções de aquisição de direitos civis, desinstitucionalização e acesso

⁹ Durante muito tempo, o termo *handicap* (desvantagem) foi utilizado para nomear e explicar socialmente a desigualdade que sofriam indivíduos com corpos deficientes (particularidades físicas-sensoriais-cognitivas destoantes). Foi somente em 1981, com o estabelecimento mundial, pela ONU, do “Ano Internacional da Pessoa Deficiente (*disabled people*)”, que o termo *handicapped* caiu em desuso. Sobre essas mudanças de nomenclatura e como, para isso, foi fundamental o movimento político deficiente emergente nos anos 1960, consulte Diniz (2007).

¹⁰ Miskolci (2005. p.13) nos indica que bio-poder é “um conjunto de práticas e discursos que constituem a sociedade burguesa através do foco nos **corpos** e na **vida**” (ênfases minhas).



ao espaço público¹¹. Foi durante os anos 1960, a partir da influência dos “novos movimentos sociais” (ADELMAN, 2009), que o moderno movimento deficiente se voltou, principalmente nos EUA e na Inglaterra, para a deficiência como uma questão político-social. Esse é um ponto importante, pois passou-se a postular a discriminação, a opressão e a exclusão como as fontes do “problema da deficiência” e não mais o corpo individual (entendido em seus parâmetros orgânico-funcionais biológicos) como fonte das desigualdades.

O “modelo social da deficiência”, de maneira muito breve, geral e esquemática, distingue corpo e sociedade a partir de outra clivagem: lesão (*impairment*) e deficiência (*disability*). Lesão é o fato/dado orgânico-biológico corporal (não andar, não enxergar, não ouvir, não compreender) enquanto deficiência é o resultado identitário excludente/opressivo da organização social insensível à diversidade do corpo lesionado/lesado (o paraplégico, o cego, o surdo, o retardado)¹². É sempre digno de nota a citação de Jenny Morris, pesquisadora britânica da deficiência e feminista, que simplifica dizendo: “Uma incapacidade ao andar é uma lesão, enquanto uma incapacidade ao entrar em um edifício devido a entrada ser composta por escadas é uma deficiência” (MORRIS apud PALACIOS, 2008, p. 103). Assim, opera-se uma mudança estrutural na causalidade da deficiência, ou seja, o problema da deficiência seria causado na relação com um mundo social opressivo/discriminatório a determinados corpos.

Cri(p)ando acessos: o *freak*, o *queer*, e o *crip*

No texto *Transitar Para Onde?* (2012), Jorge Leite Junior argumenta que, apesar da despatologização do homossexualismo dos compêndios médicos em 1973, tornando-se politicamente homossexualidade, outras vivências e experiências que subjazem os amálgamas identitários, reconhecidos atualmente como trans ou intersexualidades, ainda permanecem na zona do abjeto, aquilo que podemos considerar, rasamente falando, como não desejáveis. Indesejáveis não somente no sentido erótico-afetivo, mas também como indesejáveis politicamente. Segundo o sociólogo, a figura clássica que tem ligado cientificamente a busca pelo verdadeiro ou falso sexo é a figura maravilhosa/prodigiosa/monstruosa do hermafrodita.

Jorge Leite Júnior destaca como as pessoas que transitavam e borravam as fronteiras entre o sexo e o gênero foram diferenciadas no saber científico a partir da consideração de que o corpo monstruoso do hermafrodita (efeito) poderia explicar essas mesmas diferenciações (causas). Segundo Leite Júnior, foi através das tentativas de resoluções das ambiguidades entre

¹¹ Para um histórico das movimentações políticas deficientes ao longo do século XX no contexto euro-americano, consulte SHAPIRO, Joseph P. **No Pity: People with Disabilities Forging a New Civil Rights Movement**. Broadway Books, 1994 e CHARLTON, James L. **Nothing About Us Without Us: Disability Oppression and Empowerment**. University of California Press; New Ed edition, 2000. Para uma retomada histórica da emergência do ativismo deficiente brasileiro, consultar LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Este livro está acessível no link <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/História%20do%20Movimento%20Político%20das%20Pessoas%20com%20Deficiência%20no%20Brasil.pdf>>.

¹² Me baseio, aqui, em uma extensa literatura dessa emergente área de saber crítico sobre deficiência e que é difícil de condensar em poucos parágrafos. Mencionarei algumas edições organizadas que visam ampliar as trocas bibliográficas e quais são os pontos de contato entre obras que as permitam ser reconhecidas sob o termo *disability studies*. São elas: ALBRECHT, Gary L.; SEELMAN, Katherine D.; BURY, Michael. (eds.). **Handbook of Disability Studies**. SAGE Publications, 2001; BARNES; OLIVER; BARTON (eds.). **Disability Studies Today**. Polity Press, 2002; SNYDER, Sharon L.; BRUEGGEMANN, Brenda J.; GARLAND-THOMSON, Rosemarie (eds.). **Disability Studies: Enabling the Humanities**. New York: The Modern Language Association of America, 2002; DAVIS, Lennard J. (ed.). **The Disability Studies Reader – Second Edition**. New York: Routledge, 2006; ALBRECHT, Gary L. (ed.). **Encyclopedia of Disability**. Sage Publications, 2006; DINIZ, Debora. **O Que É Deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007; PALACIOS, Agustina. **El modelo social de discapacidad: orígenes, caracterización y plasmación en la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad**. Madrid: Ediciones Cinca, 2008; MELLO, Anahí Guedes de. **Por uma abordagem Antropológica da Deficiência: Pessoa, Corpo e Subjetividade**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009; WATSON, Nick; ROULSTONE, Alan; THOMAS, Carol (eds.). **Routledge Handbook of Disability Studies**. Routledge Publications, 2012; HARLOS, Franco Ezequiel. **Sociologia da deficiência: vozes por significados e práticas (mais) inclusivas**. São Carlos: UFSCar/PPGES, 2012.

macho-fêmea, masculino-feminino, hétero-homo, contidas na figura clínica do pseudo-hermafrodita, e levadas a cabo pela crescente ciência sexual, que a busca científica por um “verdadeiro sexo ou verdadeiro gênero” se deu (LEITE JUNIOR, 2011). É ainda do pseudo-hermafrodita, como bode-expiatório da ciência sexual de fins do século XIX, que

[...] irão se originar todos os tais perversos e pervertidos sexuais e, principalmente, as identidades (para uns) e/ou patologias (para outros), criadas no século XX, de travestis, transexuais e intersexuais, ou seja, todas essas classificações já se originaram da concepção de certo tipo de monstro (LEITE JUNIOR, 2012, p. 565).

Uma leitura da deficiência como uma categoria resultante e ressignificada dessa racionalização/secularização das noções de monstros, como maravilhas/prodígios corporais, dentro dos discursos médico-científicos, é feita por Rosemarie Garland-Thomson, teórica feminista dos *disability studies*, na introdução da coletânea de artigos chamada “*Freakery: Cultural Spectacles of the Extraordinary Body*” (1996)¹³.

Através de uma genealogia do discurso *freak* (*genealogy of freak discourse*), a autora nos orienta a pensar o saber técnico-científico médico sobre deficiência como fruto de transformações morais advindas desde o século XVIII que operou, de maneira simplificada, uma racionalização, uma secularização do corpo monstruoso, tornando-o deficiente. O discurso *freak* problematizado por essa autora, na introdução da organização, é relativo aos efeitos de corporalização da prática de entretenimento (*amusement*) chamada *freak show*, principalmente nos Estados Unidos. Os *freak shows* norte-americanos se situam historicamente entre meados do século XIX e XX, são marcados pelo movimento de “cruzamento de espetáculos e da produção de saberes” dos “zoológicos humanos” europeus dos primeiros períodos do século XIX (RAGO, 2008) e se diferenciam por levar ao ápice lucrativo de fins do século XIX o corpo *freak* (GARLAND-THOMSON, 1996; LEITE JÚNIOR, 2007).

Nos anos 1920, já com o peso das tecnologias médicas de racionalização dos corpos humanos e com o declínio moral dos próprios *freak shows*, que eram cada vez mais tidos como de mal gosto (muito por não mostrarem mais maravilhas, prodígios, mas aberrações clínicas), a deficiência passa a surgir como fruto racionalizado das figuras *freaks* do gigante, do anão de Madagascar, do homem torso ou da mulher barbada¹⁴. A deficiência se produzirá cada vez mais desvinculada das figuras essencializadas da narrativa cultural eurocêntrica e racista de mundos e etnias fantásticas, e será cada vez mais lida como evento biológico, natural ou adquirido, de corpos agora considerados anômalos (SHILDRICK, 2002).

Nesse sentido, o tratado sobre monstros *Des Monstres et Prodiges*, do cirurgião francês Ambroise Paré, de 1575¹⁵, colocava o hermafrodita como um **mutilado**, algo que não está exatamente na categoria dos monstros, como maravilhas/prodígios da natureza, mas muito mais como erro ou algo fora dela (LEITE JUNIOR, 2011). As impressões de Paré sobre os mutilados são dignas de serem colocadas aqui de maneira mais extensa:

¹³ Nessa edição, os textos se debruçam, amplamente, em como as noções medicalizadas da deficiência - e outras configurações corporais patologizadas entre o final do século XIX e meados dos XX - são também efeitos do que Garland-Thomson chama de discurso *freak* (*freak discourse*).

¹⁴ Porém, é necessário explicitar que o termo *freak* não traduz exatamente aquilo que conhecemos hoje por deficiência enquanto característica falha do funcionamento do corpo humano. Assim como a construção social dos *freaks* passa por processos histórico-sociais e culturais específicos, não podemos entender a conceituação atual de deficiência como simples e puramente derivada da prática cultural dos *Freak Shows* (BOGDAN, 1996).

¹⁵ Segundo Leite Júnior (2011, p. 53), essa obra visava a “sistematização e [...] uma tentativa de ‘naturalização’” daqueles seres monstruosos que, assim como os hermafroditas, estavam na zona de tensão entre discursos autorizados sobre eles e de quem poderia dizer que ora são monstros ora prodígios, maravilhas da natureza”. O importante, salienta o sociólogo, é que esse livro será influência para futuras gerações médicas.

[...] os mutilados são os cegos, tortos, zanolhos, coxos ou que têm seis dedos na mão ou nos pés, ou menos de cinco, ou juntas, unidas, ou braços muito curtos, ou o nariz muito encravado como têm os achatados, ou os lábios grossos e salientes, ou fechamento da parte genital das donzelas por causa do hímen, ou carnes suplementares, ou que sejam hermafroditas, ou que tenham manchas, verrugas, tumores, ou outra coisa contrária à Natureza (PARÉ, Ambroise, *Monstruos y prodígios*, p. 21 apud LEITE JUNIOR, 2011 pp. 53-4).

O termo mutilar, segundo o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2004), significa:

[...] [Do lat. *mutilare*.] Privar de algum membro ou de alguma parte do corpo. Cortar (um membro do corpo). Desramar. Cortar ou destruir qualquer parte de; truncar. Depreciar o merecimento de; amesquinhar, diminuir, reduzir. Decepar algum membro ou alguma parte do próprio corpo.

Mutilar também pode ser sinônimo de Deformar: “[Do lat. *deformare*, ‘desfigurar’.] Alterar a forma de; tornar deforme. Deturpar, alterar, modificar. Perder a forma primitiva; alterar-se, modificar-se”. Também segundo Aurélio, Tanto mutilar quanto deformar podem se cristalizar em uma outra categoria, o aleijão “[lat. *laesione*, ‘lesão’]; Deformidade ou Defeito físico ou moral. Pessoa com grande deformidade física; monstro. Coisa malfeita, disforme, hedionda”.

Essa noção de aleijão (como podemos traduzir do termo *crip*) está no cerne analítico daquilo que o autor *queer* e dos *disability studies*, Robert McRuer, colocará como teoria *crip*. O autor, fiel a uma trajetória crítica da normalidade empregada na teoria *queer*, enfoca o debate da corporalidade na teoria crítica da deficiência para problematizar como a “corponormatividade¹⁶” [*able-bodiedness*], caracterizada em oposição ao que se circunscreve como *disabled* (no sentido que vimos anteriormente), tem permanecido como a ‘ordem natural das coisas’¹⁷.

Fazendo uma analogia ao uso ressignificado do termo pejorativo *queer*, a palavra *crip* é diminutivo de *cripple*, que pode ser traduzida como aleijado(a), defeituoso(a) e tem sido pensada de maneira geral e estratégica, por partes da comunidade deficiente ativista, como uma tentativa de romper com definições estanques e objetivas que categorizam e especificam, perante uma norma pré-estabelecida, corpos, deficiências e comportamentos (MCRUER, 2006, p. 34). Nesse sentido, a ideia geral da teoria *crip* é perceber, nas palavras de McRuer (2006, p. 33): “como corpos e deficiências foram concebidos e materializados em vários locais culturais, e como podem ser entendidos e imaginados como formas de resistência à homogeneização cultural”.

Robert Mcruer retorna aos preceitos críticos da heterossexualidade compulsória, analisados primeiramente por Adrienne Rich em “*Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence*” (1980), como uma forma dela se manter neutra, porém necessitou homossexualizar, corporificar um tipo específico de indivíduo como seu oposto, como aquele que demarca os limites de sua norma. Essa corporificação, na leitura de Robert McRuer, tornou deficientes (anormalizou patologicamente, conteve em instituições reabilitativas e lhe foram propostos tratamentos) as relações erótico-afetivas entre homens e entre mulheres, como sabemos. Por outro lado, segue o autor, ao longo do século XX, ao se distinguirem das ideias patológicas das identidades, os movimentos gay e

¹⁶ Mello e Nuernberg (2012, p. 636) parecem indicar o termo corponormatividade como uma possível tradução para a expressão *able-bodiedness*, referindo-se ao termo como indicativo de “[...] **padrões hegemônicos funcionais/corporais**”. Em texto mais recente e já explorando as mesmas intersecções que busco neste artigo, Anahí Guedes de Mello (2014, no prelo) continua: “Enquanto o principal axioma da teoria *queer* postula que a sociedade contemporânea é regida pela heteronormatividade, na teoria *crip* sua máxima se sustenta pelo postulado da corponormatividade de nossa estrutura social pouco sensível à diversidade corporal [...]”. Agradeço imensamente a esta antropóloga *crip* o acesso prévio ao resumo deste texto da onde tal excerto foi retirado.

¹⁷ Para um contato maior entre essas intersecções ver 1) número completo do periódico *GLQ* chamado *Desiring Disability: Queer Theory Meets Disability Studies* (Volume 9, Number 1-2, 2003), editado por Robert McRuer e Abby L. Wilkerson; 2) KAFER, Alison. *Feminist, Queer, Crip*. Bloomington: Indiana University Press, 2013.



lésbico positivaram-se - o autor foca nas movimentações norte-americanas - enquanto ficou intacta politicamente, em sua suposta neutralidade (normalidade-naturalidade), as considerações do que seriam corpos doentes/incapazes/inaptos/deficientes ao não seguir/enquadrar-se em determinadas normas. Em outras palavras, ao assegurar-se a homossexualidade como uma identidade política, outras experiências “sexuais-corporais” permaneceram, enquanto outras foram incluídas, como deficiências, distúrbios, transtornos¹⁸.

Nesse contexto, talvez a grande questão para o movimento gay liberal, com a emergência epidêmica da aids nos anos 1980, tenha sido a religação sociocultural, muito mais sofisticada, entre homossexualidade e doença. Concomitantemente, a doença emergiu culturalmente como pânico moral que alocava no estilo de vida “desviado” gay a responsabilidade pela transmissão de um tipo de “câncer” (PELÚCIO; MISKOLCI, 2009). O “câncer gay”, uma analogia aparentemente paradoxal entre os termos de duas condições não transmissíveis, o câncer e a homossexualidade - principalmente a homossexualidade masculina, que foi considerada uma condição inerentemente orgânica (nas visões mais naturalistas da sexualidade) -, se tornaram culturalmente transmissíveis a partir da aids. E, como esta, uma doença transmissível¹⁹, ou seja, tornou a própria homossexualidade e a identidade gay, principalmente, como infecções político-sociais, patológicas novamente ao virarem sinônimo de HIV positivo.

Nitidamente a aids, configurada então como câncer gay, criou uma estética corporal pautada na stigmatofobia de duas questões fundamentais: 1) A falta de imunidade trazida ao organismo pela aids; e 2) o estilo de vida considerado desregrado e perigoso dos gays. Tecnicamente, a aids é uma síndrome, pois causa uma deficiência na imunidade do organismo (síndrome da imunodeficiência), “enfraquecendo, vulnerabilizando, debilitando” o indivíduo visivelmente e socialmente o produzindo como aidético, soropositivo, pessoa com aids; especificamente aqueles que não se enquadravam, muitas vezes de propósito, nos estilos canônicos e (hétero) normativos de relacionamento erótico-afetivo, foram tidos novamente como perigosos, fontes/portadores da desintegração social.

A universalidade neutra e natural do corpo sem deficiências, sem problemas, sem doenças, segundo McRuer, se constrói exatamente na pergunta cultural stigmatofóbica da “corponormatividade compulsória” (*compulsory ablebodiedness*). Robert McRuer retoma a memória de Michael Bérubé de como este se sentia enquadrado a falar da inteligência de seu filho com síndrome de *down* perante a questão: “No final, não está desapontado por ter uma criança retardada? (BERUBE apud MCRUER, 2006, p. 8), para amplificar outras questões como: “No final, você não preferiria ouvir?” e ‘No final, você não preferiria não ser HIV positivo?’” (MCRUER, 2006, p. 8-9).

A base de todo o argumento de McRuer é que o que os novos movimentos sociais propiciaram, e que surtiu efeito ao longo do tempo, foi uma crise das identidades hegemônicas. Como McRuer lida com sexualidade e deficiência, seu exemplo é que o movimento político-identitário LGBT criou problemas para a naturalidade da heterossexualidade, deslocando-a do campo da natureza para o campo da construção sócioidentitária, e o movimento político-identitário deficiente criou problemas para a naturalidade e normalidade do corpo “não-deficiente” (*able body*). Esses problemas colocaram em crise o sujeito ocidental hegemônico [homem, heterossexual, casado, branco, cristão, capaz].

¹⁸ Para uma discussão de como o DSM-III, publicado em 1980, excluiu o termo homossexualismo ao passo que incluiu o termo Transtorno de Identidade de Gênero, ver: SEDGWICK, Eve Kosofsky. How to Bring Your Kids up Gay. In: WARNER, Michael (ed.). **Fear of a Queer Planet: queer politics and social theory**. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 1993. Para uma discussão de como a transexualidade também entrou no DSM-III e no CID (Classificação Internacional de Doenças) ver: BENTO, Berenice. **O que é transexualidade?** 2a. edição. São Paulo: Brasiliense - Coleção Primeiros Passos, 2012; BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Revista Estudos Feministas** (UFSC), v. 2, 2012. Com relação à patologização e à criação de corpos intersexuados pela medicina, ver: MACHADO, Paula Sandrine. O Sexo dos Anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. **Cadernos Pagu**, v. 24, janeiro-junho, 2005.

¹⁹ Lembrando que transmissível sexualmente como um efeito do próprio pânico moral sobre a aids, como analisam Pelúcio e Miskolci (2009)



Essa crise, fruto da segregação mais contundente até os anos 1950 entre “normais x anormais” - anos da emergência crítica e da liberação negra, gay\lésbica, feminina, deficiente - emergiu ao longo da segunda metade do século XX em um clima global de “flexibilidade” que fez com que as diferenças visibilizadas por esses movimentos se arrefecessem no “convívio respeitoso com a diversidade”. Tal convívio garantiu a visibilidade do sujeito ocidental como flexível em sua normalidade, capaz de absorver a crítica, lidar e até conviver com os anormais. Contudo, salienta McRuer (2006), o importante é que essas crises nas normalidades 1) se auto-deflagram e são visibilizadas a fim de se apoderarem ao máximo dos contra discursos que as originaram e, ao flexivelmente se abrirem a uma certa quantidade de desvio, 2) reiteram a corporificação do outro como completo desviante.

Por um mundo aleijado

Na mais recente coletânea sobre sexo e deficiência, *Sex and Disability* (2012), organizada a partir dos referenciais teóricos advindos dos *disability studies* e de estudos críticos sobre sexualidade, os editores Robert Mcruer e Anna Mollow chamam atenção, na introdução ao volume, para o fato de que a deficiência, ou aquilo que designa determinados corpos como ‘inferiores’ e ‘problemáticos’, com relação a suas funções orgânicas falhas, aparecem histórica e culturalmente como antítese da “sensualidade” (*sexiness*). Nesse sentido, questionam os autores na introdução à obra

Mas e se a deficiência fosse sensual? E se as pessoas deficientes fossem entendidas como sujeitos e objetos de uma multiplicidade de desejos e práticas eróticas? Além disso, o que se examinar as maneiras pelas quais esses desejos e práticas são habilitados, articulados e representados em vários contextos - históricos e contemporâneos, locais e globais, públicos e privados - tornou possível a reconceituação de ambas categorias, ‘sexo’ e ‘deficiência’? (MCRUER; MOLLOW, 2012).

Uma análise *crip* da deficiência, seguindo uma leitura *queer* das instituições e discursos normalizadores, se volta a uma problematização da objetividade do corpo deficiente (*disabled body*), como um dado a priori e principalmente como produto discursivo biomédico/reabilitativo, que se torna oposto constitutivo da noção de “corpo não-deficiente” (*able body*) - compulsória em sua “naturalidade” e “descorporalidade”.

Nesse sentido, a principal argumentação de McRuer consiste em pensar a compulsão social pelo ‘corpo não deficiente’ (*able body*) se dá pela contenção de existências deficientes, também consideradas “anormais” e “desviantes”, assim como a heterossexualidade é compulsória em sua lógica que se dissemina a partir da contenção da existência homossexual (bem como tantas outras sexualidades e corporalidades dissidentes) como uma ‘anormalidade’, um ‘desvio’. Em suma, evoca-se a homossexualidade como uma deficiência materializada a partir do binário hétero/homo, postulando outro binarismo: a heterossexualidade como normalidade corporal\comportamental (*able-bodied*) e a homossexualidade como anormalidade (*disability*) visível, especificada em um corpo incapaz (*disabled body*) de seguir a ordem heterossexual.

Em sentido mais amplo, uma análise *crip* das identidades patologizadas, de alguma maneira como deficientizadas\aleijadas - que não necessariamente se cura/se erradica, mas busca-se uma espécie de retorno a um “estado anterior presumidamente normal” (STIKER, 1999, p. 122 apud MCRUER, 2006, p. 111) - volta-se não só à criação de “problemas da capacidade” (*ability trouble*), mas também às tentativas coletivas de subverter as normativas de capacidade e funcionalidades corporais coerentes. Tal retorno a uma plena normalidade é impossível, uma vez que o normal é uma abstração efetivamente inatingível, inclusive pelos próprios “normais”,

que reiteram a todo momento, como paródia de si, seu medo pelo “anormal”, corporificando-o nessa categoria. Aqui, cabe lembrar que McRuer (2006, p. 29-31) se inspira nas análises da filósofa política, feminista e *queer* Judith Butler com relação à heterossexualidade como algo fixo e estável²⁰. O que Butler (1993) sustenta é que a própria heterossexualidade se reitera constantemente como normalidade devido à impossibilidade dela se completar concretamente e, assim, se mantém em uma constante posição “virtualmente *queer*”. Essa posição virtual *queer* inescapável, pois é aquilo que a própria heterossexualidade rechaça para se estabelecer, levaria a constante reiteração e regulação das próprias normas de gênero e sexualidade (MISKOLCI; PELÚCIO, 2007). Nesta perspectiva, certas normas corponormativas, como ver com os olhos, escutar com os ouvidos ou andar com as pernas, podem não ser mais entendidas como constantes naturais e universais de como um corpo deveria ser. Segundo Butler (2010, p. 87)

Uma morfologia em particular é moldada por uma negociação temporal e espacial específica. É uma negociação ao longo do tempo no sentido de que a morfologia do corpo não permanece a mesma; novamente, ele muda de forma, adquire e perde capacidades. E é uma negociação com o espaço no sentido de que não existe corpo sem um lugar; o corpo é a condição do local e cada corpo precisa de um espaço para viver.

Em um dos trechos do documentário *Examined Life* (2008, dir.: Astra Taylor), Judith Butler e Sunaura Taylor²¹ caminham pelas ruas enquanto discutem o acesso dos corpos nos espaços públicos e de uso coletivo. Butler volta-se para Taylor em sua cadeira de rodas e pergunta: “Você se sente livre para movimentar-se de todas as maneiras que deseja?”. Então Taylor responde:

Eu posso ir numa cafeteria e realmente pegar um copo com a minha boca e levá-lo até minha mesa. Mas isso se torna mais difícil devido aos padrões normalizados de nossos movimentos. E o desconforto que isso causa quando faço coisas com partes do corpo que não são necessariamente as que se supõe serem feitas para aquilo, parece que é ainda mais difícil para as pessoas lidarem²².

A fala de Sunaura Taylor pode ser pensada para extrapolar os “problemas da capacidade”, almejando-se construir espaços em que se questione os aspectos naturalizados não só da deficiência como metáfora para condições “deterioradas”, como das corporalidades sem deficiência, e, assim, amplamente colocadas como normais/neutras/íntegras/saudáveis, ou, em última instância, estáveis. Dessa maneira, a ansiedade que o corpo de Taylor e suas interações no espaço materializam, demonstram não só as “fragilidades” e “incoerências” de seu corpo deficiente (por não poder utilizar as mãos para segurar um copo), mas a própria fragilidade e incoerência das normas corporais e estéticas ao serem minimamente ameaçadas, desestabilizando o binarismo capaz\deficiente (*abled\disabled*). Talvez seja através dessas ameaças crí(p)ticas, aleijadas em suas esquisitices, monstruosidades, perversões e defeitos que conseguiremos pensar e criar cada vez mais espaços aleijados no mundo e que sejam mais um espectro (DAVIS, 1999; MCRUER, 2006) que ronde e assuste cada vez mais as nossas normalidades.

²⁰ Para maiores considerações críticas entre as teorias colocadas em prática pelos *disability studies* e algumas importantes análises *queer* sobre sexualidade, gênero e corpo de Judith Butler, ver: SAMUELS, Ellen Jean. *Critical Divides: Judith Butler's Body Theory and the Question of Disability*. *NWSA Journal*, v. 14, n. 3, Fall, 2002.

²¹ Sunaura Taylor é artista e ativista deficiente. Para maiores informações, acessar seu site <http://www.sunaurataylor.org>.

²² Agradeço à querida amiga Mila D'Oliveira pela parceria na tradução de todo o diálogo entre Butler e Taylor do qual esse trecho foi retirado.



Referências

ABBERLEY, Paul. The Concept of Oppression and the Development of a Social Theory of Disability. **Disability, Handicap & Society**, v. 2, n. 1, 1987.

ADELMAN, Miriam. **A Voz E A Escuta**: Encontros e Desencontros entre a Teoria Feminista e a Sociologia Contemporânea. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.

BOGDAN, Robert. The Social Construction of Freaks. In: _____ (ed.). **Freakery**: Cultural Spectacles of the Extraordinary Body. New York: New York University Press, 1996.

BUTLER, Judith. Critically Queer. **GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies** 1.1, 1993.

_____. **Marcos de guerra**: las vidas lloradas. Editorial Paidós Ibérica. 1ª ed. 2010.

CORDEIRO, Mariana Prioli. A história, as ações, e a “filosofia” do Movimento de Vida Independente. In: _____. **Nada Sobre Nós Sem Nós**. São Paulo: Annablume-FAPESP, 2011.

DAVIS, Lennard J. **Enforcing Normalcy**: Disability, Deafness, and the Body. Kindle Edition. New York: Verso, 1995.

_____. Crips Strike Back: The Rise of Disability Studies. **American Literary History**, v. 11, n. 3, Autumn, 1999.

_____. Introduction. In: DAVIS, Lennard J. (ed.). **The Disability Studies Reader** – Second Edition. New York: Routledge, 2006a.

_____. Constructing Normalcy: The Bell Curve, the Novel, and the Invention of the Disabled Body in the Nineteenth Century. In: _____. (ed.). **The Disability Studies Reader** – Second Edition. New York: Routledge, 2006b.

de LAURETIS, Teresa (ed.). Introduction to “Queer Theory: Lesbian and Gay Sexualities”. **differences: A Journal of Feminist Cultural Studies**, 3.2. Summer, 1991.

DINIZ, Debora. Modelo Social Da Deficiência: A Crítica Feminista. **SérieAnis**, Brasília, v. 28, Letras Livres, 1-8, julho, 2003.

_____. **O Que É Deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

EXAMINED Life. Direção: Astra Taylor. Produção: Sphinx Productions e The National Film Board of Canada. Canadá, 2008. DVD (88 min).

FINE, Michelle; ASCH, Adrienne (Eds.). **Women with Disabilities**: Essays in Psychology, Culture, and Politics. Philadelphia: Temple University Press, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. São Paulo: Graal, 2005.

GARLAND-THOMSON, Rosemarie. From Wonder to Error: A Genealogy of Freak Discourse in Modernity. In: _____. (ed.). **Freakery**: Cultural Spectacles of the Extraordinary Body. New York: New York University Press, 1996.



HARLOS, Franco Ezequiel. **Sociologia da deficiência:** vozes por significados e práticas (mais) inclusivas. São Carlos: UFSCar/PPGES, 2012.

JAGOSE, Annemarie. **Queer Theory** – an introduction. New York: New York University Press, 1996.

LEITE JÚNIOR, Jorge. **O que é um Monstro?** Portal da Secretaria da Educação do Estado do Paraná. 2007. Disponível em: <<http://www.filosofia.seed.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=32>>. Acesso em 15 mai. 2015.

_____. **Nossos corpos também mudam** - a invenção das categorias das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. 1a. ed. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2011.

_____. Transitar Para Onde? Monstruosidade, (Des)Patologização, (In)Segurança Social e Identidades Transgêneras. **Revista Estudos Feministas** (UFSC. Impresso), v. 20, p. 559-568, 2012.

MCRUER, Robert. Critical Investments: AIDS, Christopher Reeve, and Queer/Disability Studies. **Journal of Medical Humanities**, v. 23, nos. 3/4, Winter, 2002a.

_____. Compulsory Able-Bodiedness and Queer/Disabled Existence. In: SNYDER, Sharon L; BRUEGEMANN, Brenda Jo; GRALAND-THOMPSON, Rosemarie (eds.). **Disability Studies** - Enabling the Humanities. New York: Modern Language Association, 2002b.

_____. **Crip Theory:** Cultural Signs of Queerness and Disability. New York: New York University Press, 2006.

MCRUER, Robert; MOLLOW, Anna. Introduction. In: _____; _____. (eds.). **Sex and Disability**. Kindle edition. Durham, NC: Duke University, 2012.

MISKOLCI, Richard. Do Desvio às Diferenças. **Teoria & Pesquisa**, São Carlos, v. 47, n. 01, p. 9-42, 2005.

_____. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias (UFRGS)**, v. 21, p. 150-182, 2009.

_____. Negociando Visibilidades: segredo e desejo em relações homoeróticas masculinas criadas por mídias digitais. **Bagoas** - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 8, p. 51-78, 2014.

MELLO, Anahí Guedes de. **Por uma abordagem Antropológica da Deficiência:** Pessoa, Corpo e Subjetividade. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

_____. Dos pontos de vista antropológico, queer e crip: corpo, gênero e sexualidade na experiência da deficiência. In.: GROSSI, M. P.; FERNANDES, F. B. M. (orgs.). **A Força da “Situação” de Campo:** ensaios sobre Antropologia e Teoria Queer. Florianópolis: EdUFSC. No prelo 2014.

MELLO, Anahí Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e Deficiência: interseções e perspectivas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 635-655, set-dez/ 2012.

MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. Fora do Sujeito e Fora do Lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. **Gênero**, v. 07, p. 257-267, 2007.



NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Edição Eletrônica Positivo Informática, 2004. Disponível em: <<http://argos.mp.gov.br/aurelio/>> Acesso em: 22 mai. 2015.

OLIVER, Mike. **The Politics of Disablement**. Basingstoke: Macmillan, 1990.

ORTEGA, Francisco. O corpo Transparente: Visualização Médica e Cultura Popular no Século XX. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, v. 13 (suplemento), p. 89-107, outubro 2006.

_____. **O Corpo Incerto**: Corporeidade, Tecnologias Médicas e Cultura Contemporânea. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PALACIOS, Agustina. **El modelo social de discapacidad**: orígenes, caracterización y plasmación en la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Madrid: Ediciones Cinca, 2008.

PELÚCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. A Prevenção do Desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 125-157, 2009.

PRECIADO, Paul B. ¿La **muerte de la clínica?** Vídeo postado em 7 de abril de 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4aRrZZbFmBs>>. Acesso em: 05\05\2015

RAGO, Margareth. O corpo exótico, espetáculo da diferença. **Labrys**, estudos feministas, jan-jun, 2008. Disponível em: <<http://www.labrys.net.br/labrys13/perspectivas/marga.htm>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

RICH, Adrienne. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Experience. **Signs**, v. 5, n. 4, Women: Sex and Sexuality, Summer, 1980.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistemology of the Closet**. Berkeley: University of California Press, 1990.

_____. **Tendencies**. Durham, N.C.: Duke University Press, 1993.

SHILDRICK, Margrit. **Embodying the Monster** - Encounters with the Vulnerable Self. London: SAGE Publications Ltd., 2002.

SNYDER, Sharon L.; BRUEGGEMANN, Brenda J.; GARLAND-THOMSON, Rosemarie (eds.). **Disability Studies**: Enabling the Humanities. New York: The Modern Language Association of America, 2002.

TREMAIN, Shelley. Biopower, Styles of Reasoning, and What's Still Missing from the Stem Cell Debates. **Hypatia**, v. 25, n. 3, Summer, 2010.

WARNER, Michael. Introduction. In: _____. (ed.). **Fear of a Queer Planet**: queer politics and social theory. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 1993.

_____. **The Trouble with Normal**: Sex, Politics, and the Ethics of Queer Life. New York: Free Press, 1999.

Recebido: 30 maio, 2015
Aceito: 05 jun., 2015

Vitrine do desejo: masculinidades e visibilidade homoerótica nas mídias digitais de busca de parceiros online

Showcase of desire: masculinity and homoerotic visibility on digital media in search of online partners

Rodrigo Melhado^a

Resumo

Este artigo é a síntese de minha monografia em que estudei os perfis com fotos de usuários do sítio de encontro entre homens Manhunt.net nas cidades de Araraquara e São Carlos, situadas no interior de São Paulo. Busco desvendar quais os componentes de gênero, geração, classe social, concepções de masculinidades e construção do corpo são acionados nesse mercado amoroso. O objetivo é compreender os procedimentos envolvidos na construção dos perfis online, bem como seus valores e as convenções de gênero, sexualidade e outros marcadores sociais das diferenças acionados nele. Como referências estudos brasileiros sobre sexualidade, Teoria Queer e pesquisas recentes sobre o uso de mídias digitais.

Palavras-chave: homossexualidades; Teoria Queer; sexualidade; mídias digitais; heteronormatividade.

Abstract

This article is my monograph's synthesis of a studies user's profiles with pictures of the dating website Manhunt.net, in the cities of Araraquara and São Carlos, interior of state of São Paulo. The research seeks to identify and research which gender, generational, social class, masculinity conceptions and body building factors are present in this "lovemarket". This project's goal is to understand the procedures involved in the construction of the online profiles, as well as the values and gender conventions, the sexuality and other social markers of differences involved in this process. To support these arguments, this project makes use of Brazilian studies on sexuality, queer theory and recent researches about the use of digital medias.

Keywords: homosexualities; Queer Theory; sexuality; digital medias; heteronormativity.

^a Bacharel em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Membro do Quereres: Núcleo de Pesquisas em Diferenças, Gênero e Sexualidade, coordenado pelo Prof. Dr. Richard Miskolci, São Carlos, SP, Brasil. Contato: rodrigocmon@gmail.com



Introdução

Este artigo é o resultado de análises que se originaram em minha monografia¹ apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Esta investigação, especificamente, circunscreveu os perfis dos usuários do sítio Manhunt.net que se declaram residentes das cidades de Araraquara e São Carlos. A partir das descrições e fotos disponibilizadas pelos usuários fiz um levantamento de dados sobre diversas categorias autodeclaradas para entender quais as regulações de gênero, geração, classe, raça e etnia são acionadas e como eles as articulam através das mídias digitais.

Em diálogo com a socióloga marroquina Eva Illouz (2007) considero as plataformas de busca de parceiros *online* como um mercado sexual, na medida em que a busca organizada dos perfis incita os usuários a descreverem-se por técnicas mercadológicas visando ampliar seu destaque na rede. As dinâmicas de busca *online* atualizam as formas como a busca se dava antes do advento da internet. O amor romântico, antes delimitado a uma quantidade escassa de parceiros, é traduzido em abundância de possibilidades de parceiros dentro da rede. Nunca fizera parte da dinâmica da paquera saber as intenções ou preferências de seus pretendentes de forma tão objetiva como encontrada *online* (ILLOUZ,2011).

Por razões inclusive éticas², optei por acompanhar os perfis sem interagir com os usuários. A metodologia consistiu em catalogar os perfis com fotos dos usuários que declararam residir nas cidades de São Carlos e Araraquara. Ao todo foram 763 perfis registrados. Para tanto, desenvolvi um *software* que facilitou o controle sobre todas as informações (excetos fotos) contidas nos perfis. A partir disso foi possível criar e desdobrar estes dados que embasaram a investigação. Busquei métodos qualitativos e quantitativos para trazer dados numéricos sobre os perfis (utilizando as informações fornecidas pelos próprios usuários) com questionamentos que aprofundassem a superficialidade que estes números generalizadamente traduzem. Não me utilizei das fotos dos usuários e, quando específico integralmente suas descrições, oculto o caminho ao qual se chegariam até eles, preservando sua autonomia em desfazerem-se de seus dados e fotografias expostas na rede.

Desde o início da pesquisa ficou patente que uma análise focada nas questões geracionais apresentadas nos perfis dos usuários poderiam constituir uma fonte profícua de pesquisa. Diante disso, o problema proposto foi entender qual/quais masculinidade(s) eram exigidas ou requisitadas dentro da mídia. Que corpos o Manhunt valoriza? E os seus usuários? Ao final da pesquisa, tornou-se possível contrastar meus dados com os resultados apresentados em outras pesquisas sobre buscas de parceiros *online* no território brasileiro como, por exemplo, as de Iara Beleli (2012), Richard Miskolci (2013a, 2013b, 2014, 2015), Luiz Felipe Zago³ (2013) e Felipe Padilha (2015), mas também de outros/as pesquisadores/as estrangeiros/as como Sharif Mowlabocus (2010) e Eva Illouz (2011).

O diferencial desta pesquisa foi propor um deslocamento geográfico centrado nas grandes metrópoles lançando o olhar sobre como essas dinâmicas de busca acontecem por um sítio de

¹ A monografia "Vitrine do Desejo: um estudo sobre perfis de busca de parceiros do mesmo sexo no site Manhunt.net nas cidades de Araraquara e São Carlos" possui gráficos, tabelas e imagens detalhadas dos dados da pesquisa. Disponível em < <http://www.ufscar.br/cis/wp-content/uploads/MELHADO-Rodrigo-Vitrine-do-Desejo-Monografia.pdf>>. Acesso em 16/05/2015.

² Em acordo com meu orientador, por eu não ter completado 21 anos de idade à época, optamos por não interagir com os usuários para evitarmos quaisquer impossibilidades legais de realização da pesquisa sob alegação de tema ou situações consideradas demasiado "sensíveis". Porém no desenrolar do projeto descobrimos que, pela legislação brasileira, com 18 anos completos não enfrentaríamos quaisquer problemas legais referentes aos variados conteúdos pornográficos obtidos em campo.

³ Luiz Felipe Zago defendeu em 2010 sua tese de doutorado refletindo sobre como os corpos de homens gays constituem os usos dos usuários dentro do Manhunt. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e teve profunda relevância em meu trabalho por pesquisarmos a mesma mídia.



homens que buscam outros homens no interior paulista. O que se busca nessas mídias? Como os usuários se apresentam? Quais são as características desses usuários? Quais são os corpos valorizados e desvalorizados dentro da mídia? O que esses homens revelam sobre o interior paulista? Essas e outras questões serviram como o norte inicial para o desenvolvimento do projeto enviado a Fundação de Amparo a Pesquisa de São Paulo (FAPESP) o qual foi aprovado e deu origem a esta pesquisa até 2014.

A hipótese inicialmente aventada foi a de que estas mídias de busca de parceiros não se regulam através de uma ausência do corpo. Pelo contrário, exigem corpos que sejam devidamente trazidos e traduzidos da esfera de sociabilidade *offline* para a *online*. As descrições milimétricas de suas características junto às suas fotos servem para provar a veracidade do corpo anunciado.

Um segundo objetivo constituído foi o de entender como os regimes de visibilidade (MISKOLCI, 2014) operam dentro do sítio associados aos critérios de seleção de parceiros dos usuários. Descobrir as características valorizadas e desvalorizadas dentro da rede me responderam quais corpos são acionados e valorizados. Também evidenciaram técnicas de mostrar/sombrear determinadas características para melhorar os posicionamentos destes perfis dentro do sítio. A realidade brasileira é hostil às homossexualidades e muitas das relações que estes homens pretendem estabelecer com outros homens prezam o par segredo/sigilo. O sigilo, observado como um critério importante nos estudos de Miskolci (2015) em São Paulo, aparece como elemento central nas negociações nas pesquisas realizadas na região de São Carlos, por mim e por outros pesquisadores (PADILHA, 2015; KURASHIGE, 2014). Minha intenção era a de analisar como os usuários do sítio marcadamente desenvolvido para homens com um estilo de vida “gay metropolitano” se agenciam em Araraquara e São Carlos.

GLOSSÁRIO: internet, mídias digitais, metodologia e o Manhunt

O século XXI radicalizou os meios de comunicação de massa baseados em tecnologias eletrônicas (SIBILIA, 2008). Já nos finais do século XX, mais especificamente em 1997, a internet no Brasil surge comercialmente para todas/os aquelas/es que pudessem ter um computador pessoal (PC), uma rede telefônica e condições de pagar os planos vendidos. O fundamento para tal expansão é ampliação de mercado consumidor, mas este objetivo carrega intrinsecamente a popularização e inserção de todas as camadas sociais dentro da rede, desde que paguem pelos planos que caibam aos seus bolsos.

As mudanças sociais propiciadas pelas tecnologias eletrônicas estão sendo sentidas agora, afinal, com quase duas décadas de desenvolvimento, a internet de hoje é um parente hereditário distante da internet de seis ou mais anos atrás. Sua capacidade de mutação diária ou de explosões de conteúdo a remodelam cotidianamente. Isso porque a internet nunca foi algo isolado, um produto em específico. A conexão sempre dependeu de aparelhos, sejam os PC's, *smartphones*, *tablets*; ou infraestrutura como cabos telefônicos, redes móveis e redes via rádio. A partir do exposto, é possível notar que o crescimento da internet será acompanhado pelo crescimento de seus acessórios, a saber, as mídias digitais.

Em 2013, dos brasileiros que não possuíam internet em casa, 58% afirmaram que não podiam pagar pelo acesso⁴. Em 2012, nosso país foi 163º, entre 224 países, com índice que o aloca como uma das piores conexões do mundo⁵. A banda larga disponibilizada a preços altos (apenas 8% da classe D-E possuem acesso à rede), acrescido à qualidade duvidável do serviço prestado, apontam para as lacunas do desenvolvimento e expansão das mídias digitais.

⁴ Apresentação TIC Domicílios de 2013. Disponível em < http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_DOM_EMP_2013_livro_eletronico.pdf>. Acesso em 16/05/2015.

⁵ Disponível em <<http://www.pandonetworks.com//company/news/pando-networks-releases-global-internet-speed-study>>. Acesso em 16/05/2015.

E este é um dado relevante: no período em que realizei a pesquisa a internet ainda não era uma realidade para a maior parte dos/as brasileiros/as.

O TIC Domicílios 2013, pesquisa realizada anualmente desde 2005, procura mapear o acesso à infraestrutura das tecnologias de informação e comunicação. O mesmo estudo mostra, porém, que a proporção de usuários com internet (43%) foi maior que a de indivíduos que nunca a utilizaram (42%). Se explorados os dados regionalmente, o sudeste e sul possuem 51% dos domicílios com internet – maior disseminação da rede – seguido das regiões Centro-Oeste (44%), Nordeste (30%) e Norte (26%). Com isso, quero sugerir que ao pesquisar o uso das mídias digitais é fundamental considerar dados que nos permitam notar que a internet não é um espaço de todos, o que pode evidenciar quem está nela.

Por mídias digitais empresto a definição empregada por MISKOLCI que as define como um “conjunto articulado de tecnologias da informação e seus suportes, portanto englobando tanto a internet acessada por meio de computadores conectados à rede telefônica quanto *tablets* e *smartphones* conectados por meio da rede celular” (2014, p.14). Para desambiguação, a internet é o conglomerado de computadores interconectados que formam uma rede mundial e nos permitem acesso às informações e transferências de dados. Já o que especifico como mídias digitais são os próprios sítios, dispositivos, modos de redes e a aparelhagem utilizada para a conexão. As mídias digitais estão na internet e existem fora dela, não se realizando exclusivamente no *online* ou exclusivamente no *offline*. Funcionam no contínuo *on* e *off* (BELELI, 2012, p.5) que radicaliza nossa relação com o tempo e o espaço para um modo instantâneo.

O *online*, mesmo sendo um espaço simbólico e não físico, mantém vínculo com o espaço material *offline*, sendo a internet um espelho cultural que reproduz modelos de comportamento da sociedade. Por isso “é fundamental reconhecer que o campo é maior do que o *site*” (MISKOLCI, 2014, p.9). Ao pesquisar sobre o uso das novas mídias senti a necessidade de articular estudos históricos e sociológicos já feitos sobre o mesmo tema, de forma a perceber todo o caminho histórico e social percorrido para que a “investigação [alcançasse] resultados substantivos” (idem, p. 13).

O Manhunt foi fundado em 2001 e pertence a *Online Buddies Inc*, empresa sediada em *Cambridge* – cidade da universidade Harvard, a mais rica do país – no estado de *Massachusetts*, EUA. Uma advertência pertinente feita pelo sociólogo Manuel Castells (1999) é não esquecer que por mais que uma tecnologia seja mundialmente utilizada ela carrega consigo marcas e características culturais referentes à sua origem. Por isso, meu campo e as reflexões suscitadas a partir dele só podem ser entendidas levando em conta que estou pesquisando usuários brasileiros e do interior do estado de São Paulo que utilizam um sítio estadunidense como mediador de relações sexuais e/ou amorosas. Seu uso por brasileiros acontece a partir de outros referentes culturais mediados pela tecnologia e propaganda (MOWLABOCUS, 2010 apud PADILHA, 2015 p.43).

Escolhi Araraquara e São Carlos porque são duas cidades médias próximas em que o trânsito de pessoas entre elas é incentivado por outras razões que não apenas a busca de parceiros. A intenção era pesquisar a(s) dinâmica(s) da paquera *online* fora dos centros urbanos e das grandes metrópoles para fornecer um deslocamento geográfico do tema, explorando locais ainda não estudados.

Desde o início da pesquisa, o sítio mudou sua forma de apresentação inicial. Houve uma reformulação dos *slogans*, títulos, imagens e posição dos objetos no *layout*, de forma a deixar o *site* visualmente mais atrativo e moderno. “[A]s capas do Manhunt articulam imagem e texto em uma estratégia de *fishing*, que visa a ‘fisgar’ os indivíduos a participarem do site” funcionando “como a manchete e a fotografia de capa de um jornal ou de uma revista: a manchete de um jornal procura referir-se ao assunto mais produtivo do dia e sua fotografia tende a ser a mais impactante” (ZAGO, 2013, p. 104). Porém essa mudança deu apenas uma



nova roupagem no sistema de *login* (acesso autorizado apenas com nome de usuário e senha), pois a funcionalidade do sistema e outras áreas mantiveram-se intactas. Detalhes desse tipo corroboram com o argumento de que “o uso das mídias digitais é um fenômeno ainda em processo de disseminação no mundo e no Brasil” (MISKOLCI, 2013a, p. 3) e que por isso é acompanhado por mudanças rápidas que são capazes de alterar cotidianamente os dados com os quais trabalhamos.

O acesso ao site é garantido após um cadastro em que o usuário cria um apelido (nome de usuário com o qual futuramente entrará em seu perfil) e uma senha. É necessário ter um e-mail válido para confirmação do cadastro, informar sua idade, cidade, colocar uma foto e escrever sobre si em 650 caracteres – campo que denomino como “biografia”. Após este primeiro passo, o sítio começa a solicitar respostas sobre o corpo do usuário com opções para informar altura, peso, tipo físico, tamanho do pênis, cor dos olhos, cabelos e etnia. Por fim há uma vasta lista de opções (seção nomeada pelo Manhunt como “O que você gosta?”) referindo-se às atividades que os usuários pretendem travar a partir do uso da mídia com outro(s) parceiro(s), como: sexo anal, preferência por homens “maduros”, interesse em “namoro”, interesse em “amizade”, se gosta de “casados”, se quer “só sexo seguro”, se quer sexo “sem drogas”, entre outras opções. Assinaladas essas preferências tornam-se parte do perfil pessoal e servem como um guia de interesses para eliminar ou aproximar outros usuários. Caso o usuário decida pagar para a utilização, uma mensagem de boas-vindas é recebida na caixa de mensagens anunciando que agora o usuário já pode “iniciar a caça”, sendo este, então, um “caçador de homens” – essa é a tradução literal do sítio. O nome do sítio interpela o cliente a partir da posição de predador sexual, posição valorizada na esfera das masculinidades – sejam elas homossexuais ou não. Após esses três processos, pode-se explorar todo o conteúdo do sítio.

Os usuários possuem dois modos de acessar o Manhunt O primeiro é de maneira gratuita, porém restrita. No segundo, mediante pagamento, não há restrições na quantidade de perfis ou imagens visualizadas, além de poder trocar e receber mensagens de outros usuários sem limites. Em maio de 2015 os planos vendidos cotavam conforme tabela 1.

Antes de mediador, o sítio é um produto rentável cujo interesse é comercial e por isso sua dinâmica de busca é também moldada pelo mercado. “[A]s novas mídias são intrinsecamente comerciais” (MISKOLCI, 2014, p. 15) e o Manhunt funciona de acordo com uma gramática de “mercado sexual” (ILLOUZ, 2007, p.123). O “eu” escolhe e ao mesmo tempo torna-se “uma mercadoria em exibição pública” (idem) que compete a todo o momento sob a lei da oferta e da procura, fazendo com que os usuários se preocupem em definir quais critérios os tornariam mais ou menos desejáveis, pretendendo melhorar sua posição no sítio.

No *offline* o mercado de parceiros é pressuposto e latente, nunca é visualizado de forma organizada como ocorre no *online* em que os usuários efetivamente visualizam os parceiros em potencial. Por isso, na internet, os critérios de seleção utilizados para despertarem os interesses dos usuários são exacerbados e os usuários tendem a “não quer se contentar com alguém que lhes seja equiparável” (ILLOUZ, 2011, p. 125), o que acaba por conferir a sensação de que as mídias garantem autonomia e facilitam seu alcance aumentando as possibilidades de encontrar parceiros.

Além disso, o sítio possui diversas propagandas de produtos vinculados a marca Manhunt. Há o Manhunt Shop que vende acessórios sexuais como dildos, géis lubrificantes, testosterona, vibradores estimuladores de próstata e masturbadores em forma de ânus . Possui propagandas

Tabela 1. Preços dos Planos Ilimitados do Manhunt.

Plano	7 dias	30 dias	90 dias	180 dias	365 dias
Valor	R\$ 12,11	R\$ 22,61	R\$ 53,30	R\$ 90,44	R\$ 184,11

Fonte: Manhunt.net, acesso em 16/05/2015.



para estimular que os usuários baixem o aplicativo do Manhunt para Android e iOS e sempre enviam mensagens convidando os usuários para as “Festas Manhunt”. A última que recebi em minha caixa de mensagens foi uma festa que ocorreu sábado, 08 de fevereiro de 2014, em um clube de São Paulo. Se o usuário imprimisse o e-mail e fosse até o clube onde a festa seria realizada ganharia de brinde uma cerveja. A *sex-party* que fui convidado chamava “Macholokos” e a roupa exigida era “cueca ou peladão”. Sem o traje obrigatório a entrada seria barrada. Estas festas acontecem em todos os países em que o Manhunt é disponibilizado e quando acontecem paradas de orgulho LGBT a equipe Manhunt comparece encarregada de fazer a divulgação do *site* e do orgulho gay. Os modelos contratados para as festas sexuais utilizam uma espécie de tatuagem no peitoral ou nas costas, divulgando a marca Manhunt.

A “estratégia do consenso” criada por ZAGO (2013, p.68) funciona em seu estudo como método para realizar uma pesquisa eticamente viável a partir das ambiguidades da legislação vigente sobre o que seria, ou não, considerado ilegal e invasivo a privacidade dos usuários. Isso porque ele prescindiu a submissão de seu trabalho para um Conselho Ético de Pesquisa, mas procurou “negociar, a cada momento, a relação de pesquisa com os pesquisados” o que sinalizou para a

necessidade de promoção de um debate sobre ética e regulação nas pesquisas na internet sobre corpo, gênero e sexualidade [...] Essa relação ética com os pesquisados teria de ser uma dentro da qual eu ainda pudesse levar a cabo a pesquisa de um modo eticamente viável e que me permitisse implementar as entrevistas online com a segurança de que os participantes estivessem confortáveis e de acordo em responder às perguntas que eu dirigia a eles (idem, p.71).

Em meu caso estive como observador sem participar ativamente das dinâmicas ou jogos de sedução do *sítio*. Por isso, ao estudar mídias digitais, é imprescindível articular e evidenciar claramente nossos posicionamentos éticos.

Nesse sentido, aproximo-me muito mais da figura de um pesquisador-turista ou de um pesquisador-*flâneur*: como se eu fizesse uma incursão turística pelos perfis online do Manhunt “por ter estado *lá*, tendo que descrever *aqui* (na volta da viagem), com auxílio dos cartões-postais, de filmes, de fotografias, de objetos e roupas típicas, de gravações (...) a cultura, a ‘realidade’ *lá* observada” (SANTOS, 2005, p. 10, grifos do autor apud ZAGO, 2013, p.53-54).

Assumo assim a posição de pesquisador-turista, o qual difere-se do etnógrafo porque “o modo de experimentar do(a) turista é primariamente visual, e ter estado *lá* requer apenas ter estado presente ou ter coletado um *souvenir*” (idem, p. 54). Assim concordo que “é o olho o órgão mais importante do corpo para a dinâmica do *site* Manhunt, e não o pênis, nem o peito, nem o abdome” (ZAGO, 2013, p. 78). O ato de olhar atribui significado aos discursos, tanto dos próprios utilizadores em análise dos seus possíveis parceiros quanto do pesquisador em relação ao objeto e aos atores de pesquisa. As fotos e as poses acionadas nos perfis são apropriadas pelos usuários para interagirem entre si.

Precisei facilitar a organização da grande quantidade de perfis e, ao mesmo tempo, ser compatível às minhas condições éticas. A solução foi estocar apenas os dados textuais dos perfis em uma tabela do Excel. Posteriormente, em parceria com Diego Henrique Carvalho⁶ desenvolvemos um *software* próprio para que eu inserisse os dados dos perfis e eles

⁶ Diego Henrique Carvalho é técnico em informática pela Colégio Técnico Industrial da UNESP de Bauru e graduando em educação especial pela UFSCar.



automaticamente fossem colocados na planilha gerando os gráficos. Cada perfil possui uma linha na tabela e um código de acesso ao qual é prioritariamente a maneira como busco os perfis estocados nele, assim consegui escapar da fixidez dos *nicknames* criando mais um meio para preservar a privacidade de meus colaboradores. Só tive acesso às suas fotos quando estive dentro da plataforma do Manhunt.

Todos os dados preenchidos são automaticamente colocados na planilha do Excel e ela compõe o que chamo de “Portfólio dos Perfis” que me auxiliaram em todas as reflexões de campo deste trabalho. Graças ao programa, o trabalho pode ser otimizado se comparado ao trabalho de catalogar as informações manualmente.

Vitrine do desejo: dados do campo

Em outubro de 2013 eu já havia catalogado todos os perfis contidos em ambas as cidades. Apresento na tabela 2 a divisão etária absoluta e proporcional dos usuários dentro do sítio.

Dividi os usuários em faixas etárias no intervalo de nove anos, sendo 28 anos a média de idade dos usuários. Os dados da tabela 2 demonstram que o Manhunt em ambas as cidades é utilizado majoritariamente por usuários de 18 a 35 anos. Juntas essas faixas etárias são responsáveis por 84% dos perfis em Araraquara e 82,5% em São Carlos. A média de utilização é de 83% por usuários com até 35 anos. Este dado reforça a hipótese de que a ponta da disseminação de utilização das mídias é, ainda, usuários mais jovens. Isso acontece porque a internet comercial no Brasil tem pouco mais de 18 anos e gerações que nasceram pós 1970 puderam ter contato com elas quando ainda eram crianças, adolescentes ou jovens adultos. Para gerações pré 1970 a internet apareceu quando estes já eram adultos e já estavam inseridos em outras dinâmicas de socialização e paquera *offline*.

Pelas faixas etárias é possível perceber que, nas duas cidades, jovens entre 18 e 26 anos representam mais da metade dos perfis contidos no sítio. A cada faixa etária os números tendem a cair. Uma hipótese plausível de ser investigada seria a de que usuários mais velhos têm maior dificuldade em se adaptar à vida informacional por terem vivido dois momentos distintos no país: um sem as mídias e um com as mídias. Quem nasceu inserido no contexto informacional-eletrônico possuiria melhores condições em adaptar-se nas mídias.

Além disso, os corpos envelhecidos são gradualmente menos requisitados e valorizados dentro da mídia. Após os 40 anos, em média, as limitações de interação começam a aparecer. Isso pode ser percebido nesses exemplos: “Apesar de gostar de homens mais velhos, maiores de 40 também não rola”; “não curto caras + [mais] velhos q [que] eu tipo no max [máximo] 32 anos”; “QUEREMOS CONHECER PESSOAS DE 18 À 40 ANOS QUE SE CUIDEM E [sejam] DESCOMPLICADAS, NÃO QUEREMOS VELHOS, GORDOS”. O público para estas faixas etárias é reduzido, não sendo possível uma ampla busca entre pares.

Tabela 2. Disposição dos Perfis do Manhunt em Faixa Etária Geral e por Região.

Idade	ARARAQUARA		SÃO CARLOS		GERAL	
	fev/14		fev/14		fev/14	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
18-26	167	56,8%	267	56,9%	434	56,9%
27-35	79	26,9%	120	25,6%	199	26,1%
36-44	30	10,2%	55	11,7%	85	11,1%
45-53	15	5,1%	16	3,4%	31	4,1%
54-62	3	1,0%	9	1,9%	12	1,6%
63+	0	0%	2	0,4%	2	0,3%
Total	294	100%	469	100%	763	100,0%

Fonte: levantamento feito em 10/02/2014 a partir dos dados coletados por Rodrigo Melhado.



Os corpos jovens por vezes definem (explícita ou implicitamente) um limite etário de interação. Não é intenção desta pesquisa encontrar “exceções” que habitem o Manhunt e que não o “poderiam” fazê-lo por falta de atrativos. Mais vale entender que o território *online* do Manhunt não é regido por uma ausência do corpo. Não! O corpo importa e é requisitado nesse ambiente. Não só requisitado como esmiuçado diversas vezes em categorias numéricas, de cores, estilos de vidas e diversos outros quesitos. Isso não significa dizer que ninguém os quer ali. Por vezes, corpos massivamente indesejados formam “segmentos” para uma busca ainda mais específica.

As características valorizadas dos corpo-que-importam refletem a tradução da carne musculosa/atlética e saudável (MISKOLCI, 2015, p.69; ZAGO, 2013, p. 147). Porém este corpo por mais natural que possa parecer não o é, se baseia em uma forte disciplina para sua construção. Além disso, exige investimentos temporais, orgânicos e financeiros que por si já excluem diversas pessoas de conseguirem alcançá-lo, pois é necessário tempo para se exercitar na academia, dinheiro para pagá-la, possuir acompanhamento profissional e comprar suplementação alimentar. Os corpos atléticos necessitam seguir a risca a disciplina da auto-peritagem em que eles se autocontrolam, autogovernam e autovigiam (ZAGO, 2013, p. 156). É por isso que se configuram também – nos termos de Zago – como corpos-currículo, pois traduzem em sua carne as informações pertinentes e evidenciam a grade de saberes mais relevantes sobre si. O corpo-currículo tem função pedagógica, pois quer ensinar um saber materializado em seus corpos-que-importam.

O Manhunt disponibiliza nove categorias as quais define como “tipo físico” para que os usuários escolham a que melhor lhes identifica. Em ordem decrescente, aponto a proporção geral de tais corpos: normal (49%), atlético (19%), magro (16%), nadador (5%), urso (5%), ursinho (2%), musculoso (2%), *twink* (1%) e gordo (1%). Este é o campo de respostas menos omitido pelos usuários com apenas 22% de omissão, podendo ser pensado como o campo mais valorizado por eles. A maioria se denomina como “normal”. No campo percebi que ser “normal” intermedia corpos entre diversas categorias. Alguns se dizem “normais” a partir de sua postura de masculinidade: um homem não metrossesual que possui uma vaidade moderada e isso é altamente valorizado. Outros por não se considerarem musculosos, atléticos, nadadores ou magros, mas não se identificam como ursos ou gordos. No geral ser “normal” dentro do Manhunt significa estar num limiar entre músculos e gordura. A pornografia está latente também na categoria urso, pois, assim como *twink*, são categorias que possuem origem na cena gay dos Estados Unidos em que os brasileiros tiveram contato pela pornografia.

Hoje “urso” é um termo largamente adotado no Brasil. Ser urso refere-se muitas vezes a uma postura virilizada das masculinidades. Além de manterem a postura de conduta presumidamente heterossexual, conservam seus pelos no corpo e possuem estruturas corporais grandes. Os corpos-grandes fazem a ligação à imagem do animal urso, tanto em sua necessidade de acumulação de gordura quanto da posse de fisionomia “truculenta” para transbordar-lhes masculinidade. Representam o único contingente no sítio que sou capaz de assumir que possui articulação entre si ofertando-se como tal e procurando usuários de mesma identificação. Se autodefinir como “gordo” não evidencia os mesmos detalhes que se definir como urso. Ser gordo é menos valorizado que ser urso. Os usuários não procuram gordos, procuram outros perfis ursos. Manusear essa categoria de identificação valoriza a oferta do usuário.

Outra variável analisada foi a proporção étnica da amostra. A primeira dificuldade encontrada nessa análise é que o IBGE e o Manhunt utilizam critérios distintos para definir raça/etnia. No Brasil a disposição é feita a partir de critérios de Raça/Cor, enquanto o Manhunt (seguido por outros países do norte) utiliza o critério de Etnia.

Tomando os devidos cuidados⁷, parearei as classificações de etnia do Manhunt e raça do IBGE para afirmar que, além dos Brancos (70%), nenhuma etnia se assemelha aos dados de

⁷ Para uma explicação minuciosa a esse respeito ver a seção 3 da monografia (MELHADO, 2014, 34).



raça dispostos pelo IBGE. Isso sugere que pode não haver reconhecimento dos brasileiros a essas categorias étnicas que o Manhunt dispõe. Outra possibilidade também é que pessoas não-brancas não estejam fortemente no Manhunt. As categorias étnicas encontradas foram as de Latinos (12%), Negros (6%), Mestiços (5%), Outros (4%), Árabes (1%), Asiáticos (1%) e Índios (1%).

Os usuários do Manhunt visualizam os perfis no que chamo de *Vitrine do Desejo*, sendo esta o catálogo dos usuários para quem busca. Relaciono as buscas de parceiros no Manhunt como um mercado sexual em que os usuários expõem seus corpos como produtos para outros usuários os elegerem como seus escolhidos. É uma grande vitrine que informa as características mais relevantes sobre estes corpos que, caso interessem a alguém, podem ser acionados em uma conversa para obtenção de maiores detalhes. As biografias são as sinopses dos corpos, as fotos a comprovadora da verdade material sobre eles e os detalhamentos as “especificações técnicas” desses corpos. Limitei-me a catalogar apenas perfis que possuíam fotos por perceber ser uma demanda dos próprios usuários. Perfis sem fotos mostravam-se menos requisitados e alguns utilizadores baniam qualquer interação inicial caso fossem requisitados por alguém que não disponibilizasse suas fotos.

Do ponto de vista dos usuários, é possível inferir que a verdade dos corpos se concentra nas imagens e apesar de, em certa medida, a internet possuir aspectos descorporificadores, a demanda por beleza e pelo corpo são onipresentes nas mídias de buscas de parceiros.

[E]nquanto o perfil psicológico de maior sucesso exige que o indivíduo se destaque do bando homogêneo do “sou divertido e engraçado”, o perfil fotográfico exige, ao contrário, que ele se enquadre nos cânones estabelecidos da beleza e do preparo físico. Assim, as pessoas mais bem-sucedidas na internet são as que se distinguem por sua originalidade linguística e sua convencionalidade física (ILLOUZ, 2011, p. 119).

Nas pesquisas sobre o uso das mídias digitais para busca de parceiros entre homens, fica evidente que muitos usuários desejam parceiros que não tenham quaisquer trejeitos ou estilizações que deixem em dúvida a presumível heterossexualidade deles. Requisitos como “fora do meio gay” ou o desejo por homens que não vivam sua sexualidade abertamente são rotineiros e os alvos mais comuns de rejeição explícita são tudo e todos que intercambiem ou se definam por referenciais das esferas ditas femininas. Afeminados, travestis e transexuais são expulsos/os violentamente deste território (ZAGO, 2013, p.173; PADILHA, 2015, p77).

Ressalto, contudo, que em pesquisas como a de Miskolci (2013c) a discrição e sigilo em São Francisco nos Estados Unidos ressoam aos usuários como parte de um descrédito moral dos indivíduos. Para estes usuários, estar no armário e buscar parceiros casados ou com namoradas não é bem visto e exigido como aparecem nas pesquisas realizadas em São Paulo (Miskolci, 2015) e na região de São Carlos (PADILHA, 2015, p.62). O imperativo do sigilo na busca de parceiros também é percebido em meu campo.

“Assumir-se, por mais que pareça, não é uma decisão individual e autônoma, mas culturalmente disponível e esperada”, por isso os estadunidenses vivenciam suas sexualidades abertamente “porque vive[m] em uma sociedade que lhe[s] d[ão] condições” e “também o[s] incita[m] a isso” (MISKOLCI, 2014, p. 6). É perceptível

como cada contexto social e histórico cria seus próprios códigos morais e, no caso brasileiro, a permissividade predominou e ainda faz parte do senso comum pressupor que homens tendem a trair/podem trair e, no que toca às relações com outros homens, Peter Fry (1982) mostrou que “masculinos e ativos”, em diversas partes do Brasil, tinham suas relações relativamente toleradas sem ameaça ao reconhecimento de sua normalidade/heterossexualidade. (idem, p.12-13).



No Brasil, essas e outras formas de negociar a visibilidade nos padrões de “conduta heterossexual” em busca de segurança, dependem das habilidades dos sujeitos de “passarem por” héteros.

É importante sublinhar que o “passar por” não é uma opção, [é] antes uma estratégia de sobrevivência em um contexto social hostil, no caso, heterossexista. “Passar por” é uma performance contínua, reflexiva e que demanda um alto grau de autocontrole subjetivo e corporal dos sujeitos (p. 18).

O sítio é significado de maneiras distintas no Brasil. A relação dos usuários com um espaço onde “você pode simplesmente ser gay” pode ser resignificado para um espaço onde os desejos sombreados na vida pública possam ser revelados e praticados dentro de uma rede de parcerias em que outros usuários, que também necessitam de sigilo, possam criar laços de confiança para realizarem seus desejos. Por isso metade dos usuários não mostram seus rostos em seus perfis como forma de manter maior privacidade. Este dado, segmentado em faixas etárias, mostram que quanto maior a idade, menos se mostra o rosto nos perfis.

Mostrar ou esconder a face faz parte da estratégia do regime de visibilidade e é quase sinônimo de “assumido” e “não assumido”. Mostrar outras partes do corpo (com pênis exposto ou não) pressupõe o interesse do usuário em busca de sexo o que alguns usuários rejeitam por não estarem buscando “*fast foda*” (sexo rápido). Mostrar a face nessas mídias denota “seriedade” e comprometimento, como se o pressuposto do cadastro e uso da mídia fosse marcado pela busca de sexo e fosse necessário evidenciar a busca de relacionamento sério. O número de fotos de pênis explícitos é baixo (10%), mas isso pode derivar da intenção do Manhunt em “limpar” a mídia sem muitas fotos explícitas de pênis. No entanto fotos explícitas de pênis não são proibidas e o sítio disponibiliza o recurso de bloqueio de determinadas fotos pelos usuários, recurso adotado por mídias semelhantes. É necessário considerar que não é apenas o pênis que erotiza e dá ares de sexo sem compromisso ao sítio. Os troncos, bundas e fotos seminuas também o fazem. Este dado é importante para pontuar que explicitamente são poucos os pênis a mostra, mas nem por isso a mídia perdeu seu apelo sexualizador.

Por fim, as categorias utilizadas para que os usuários autodeclarem suas posições no sexo foram traduzidas em classificações correntes no linguajar brasileiro. O sítio é majoritariamente versátil (35%) assumindo a posição tanto de penetrador como de penetrado. Como já aponta Zago (2013) há uma disputa de legitimidade de existência dos homens de acordo com a posição. Os penetrados tendem a estarem mais próximo, no imaginário destes homens, ao mundo comumente tomado como de domínio do feminino em alusão a prática penetradora do pênis na vagina. Para o autor estes homens estão mais próximos da abjeção porque no território do Manhunt a exaltação da virilidade e das características de serem “machos” borram e desvalorizam a posição de passividade. Contudo, é “interessante pensar que um se faz necessário ao outro para afirmar-se e, no limite, para existir” (ZAGO, 2008, p.5). Ativos afirmam-se como tal por penetrarem outros homens que, se não existissem, o destituíam da “posse” desta identificação.

Nessa brecha explicativa, a versatilidade aparece como a negação da obrigatoriedade dos modos de ser gay apenas passivo ou apenas ativo, abrindo possibilidades de identificarem-se com ambas as práticas. O estigma da passividade ainda permeia meu campo e os usuários estrategicamente utilizam a classificação para eventualmente amenizar a identificação desvalorizada de passivo. O que percebo é que ser versátil/passivo é mais valorizado que apenas o segundo. A porcentagem de versáteis diz muito sobre a abertura de possibilidades da sexualidade e, inclusive, pode ser pensada como um processo que origina também novas práticas como os ativos que procuram ativos (MISKOLCI, 2015, p.83) ou os *goys* (homens que



se relacionam e que não recorrem de práticas penetrativas de forma alguma). Os *goys*, no Manhunt, estariam representados nas categorias “Só Punheta” (1%) ou “Só [sexo] Oral” (0%), sendo usuários que não querem penetrar nem serem penetrados.

Por enquanto é possível afirmar que o Manhunt é uma mídia dos versáteis em que a exclusividade em ser passivo é mais desvalorizada pelos usuários. As únicas rejeições de ativos em meu campo acontecem pelos próprios ativos. Diferentemente da pesquisa de Miskolci (2015, p.83), não encontrei perfis de ativos que procurassem ativos.

A tarefa de definir quais corpos tendem ao repúdio é falha, pois há detalhamentos tão grandes de requisitos desvalorizados que até mesmo hábitos tornam-se “anticorpos”, a exemplo da rejeição a corpos fumantes (sejam eles magros, gordos, musculoso ou velhos).

Para critério de análise vale a pena pontuar que algumas características compõem o Grande Não em que os usuários estruturam-se a partir da negação daquilo/daqueles (a) que(m) não querem para mostrarem (o) que/quem querem. O expoente de maior recusa dos usuários são todos e tudo que partilhem do mundo de significados comumente atribuídos a esfera “feminina”, a(s) Mulher(es) e ao gênero feminino. Afeminados, travestis/transexuais (2 perfis em São Carlos apenas) e mulheres são da ordem do insuportável e do inadmissível dentro do sítio, nada pode sequer parecer referenciá-los. A busca do “homem viril masculino/masculino ativo”, ao que parece, é o norte das buscas de parceiros pela maioria no Manhunt. Nesta dinâmica percebemos a necessidade dos usuários em não quebrarem com a matriz heterossexual, pois unir características que derivem do “feminino” tendem a ser consideradas questionadoras da heterossexualidade dos homens impossibilitando relações homoeróticas que prezam por base o par segredo/sigilo.

O Manhunt é um ambiente hostil a determinados corpos e os incita violentamente a parecerem com os modelos malhados ou quererem buscar os músculos. Os usuários, porém, podem fazer diferentes usos dessas imagens e palavras “de ordem” e isso também é necessário estar evidente. Tão importante quanto apontar a dominação do corpo musculoso como detentor exclusivo da beleza universal; é perceber como os usuários que não poderiam ser alocados como belos universais – 74% de autodeclarações de outros tipos físicos que não atlético/musculoso em meu campo – gerenciam, articulam, hierarquizam-se e transbordam a isto. Afinal, “onde há poder há resistência” (FOUCAULT, 2005, p.88) e os corpos impelidos a esconderem-se podem criar outros mecanismos para se mostrarem, articulando técnicas ou erotizando-se a partir de outros segmentos.

Além disso, analisando as estratégias de visibilidade, é possível afirmar que os usuários, em sua maioria, procuram manter suas buscas de parceiros em sigilo. A disponibilidade em querer estabelecer “relações discretas” é valorizada, mas também podemos enxergar que 50% dos perfis nas duas cidades mostram suas faces. A maior parte deles são jovens e, mesmo que o contexto social seja ainda hostil, também é possível inferir que passamos por uma anuência sexual maior em relação ao passado, como também que os jovens estão mais propensos a não projetarem suas vidas a partir da rigidez do clássico “armário”. Mesmo que de forma imperfeita e sob resistências, percebemos um cenário distinto do vivenciado por gerações anteriores que regulavam sua visibilidade com casamentos e família, por exemplo.

Referências

BELELI, Iara. 2012. *Amores online*. In: Larissa Pelúcio et alli (orgs.), *Gênero, sexualidade e mídia: olhares plurais para o cotidiano*. Marília: Cultura Acadêmica Editora. p. 56-73.

CASTELLS, Manuel. 1999. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.

FOUCAULT, Michel. 2005. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. São Paulo: Graal.



FRY, Peter. 1982. *Da hierarquia à igualdade*. In: Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores. pp. 87-115.

ILLOUZ, Eve. 2007. *Intimidades congeladas*. Buenos Aires, Katz Editores.

_____. 2011. *O amor nos tempos do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar.

KURASHIGE, K. D. Marcas do Desejo: um estudo sobre os critérios de seleção de parceiros em relações homoeróticas masculinas em São Carlos. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. 2014.

MELHADO, Rodrigo. Vitrine do Desejo: um estudo sobre perfis de busca de parceiros do mesmo sexo no site Manhunt.net nas cidades de Araraquara e São Carlos. Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. 2014.

MISKOLCI, Richard. *Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais*. Dossiê Cronos UFRN. 2013a.

_____. *Machos e Brothers: uma etnografia sobre o armário em relações homoeróticas masculinas criadas online*. Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso), v. 21, p. 301-324, 2013b.

_____. Networks of desire: The Specter of aids and the Use of Digital Media in the Quest for Secret Same-Sex Relations in São Paulo. in: Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology, v. 10, n. 1. January to June 2013. Brasília, ABA. 2013c. Acesso em 16/05/2015. Disponível em <<http://www.vibrant.org.br/issues/v10n1/richard-miskolci-networks-of-desire/>>.

_____. *Negociando visibilidades: segredo e desejo em relações homoeróticas masculinas criadas por mídias digitais*. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 8, p. 51-78, 2014.

_____. *Discreet and out of the gay scene - notes on contemporary sexual visibility*. Cadernos Pagu, v. 44, p. 61-90, 2015.

MOWLBOCUS, Sharif. *Gaydar Culture: gay men, technology and embodiment in the Digital Age*. Farnham, Surrey, England ; Ashgate,. MLA Citation. 2010.

PADILHA, Felipe. O Segredo é a Alma do Negócio: mídias digitais móveis e a gestão da visibilidade do desejo homoerótico entre homens na região de São Carlos. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. Mimeo. 2015.

SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos. *Sobre o etnógrafo-turista e seus modos de ver*. In: COSTA, Marisa Vorraber; BUJES, Maria Isabel Edelweiss. (Orgs). Caminhos Investigativos III – Riscos e Possibilidades de Pesquisar Na Fronteira. Rio de Janeiro: DP&A. p. 9-22. 2005.

SIBILIA, Paula. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova. Fronteira. 2008

ZAGO, Luiz Felipe. *Masculinidades Disponíveis.com: sobre como dizer-se homem gay no ciberespaço*. In: Fazendo Gênero 8, Anais. Florianópolis/SC. Simpósio Temático: Discursos, políticas e representações no masculino. 2008.

_____. *Os Meninos - Corpo, gênero e sexualidade em e através de um site de relacionamentos*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2013.

Recebido: 30 maio, 2015
Aprovado: 10 jun., 2015

Por uma pedagogia queer da amizade¹

Giancarlo Cornejo

Tradução de Juliana Frota da Justa Coelho²

Resumo

Esse híbrido ensaio/narrativa busca dar conta da sobrevivência de um sujeito “queer”, especificamente uma criança trans que viveu em Lima, no Peru, nas décadas de 1950 e 1960. Meu arcabouço teórico pode ser simples, mas a sobrevivência dessa criança trans certamente não o foi. Esse ensaio argumenta que, em sua sobrevivência, a amizade exerceu papel vital.

Palavras-chave: transgênero; queer; amizade; Peru.

Esse híbrido ensaio/narrativa possui objetivos teóricos modestos. Aqui, busco dar conta da sobrevivência de um sujeito queer, especificamente de uma criança “queer” que viveu em Lima, no Peru, nas décadas de 1950 e 1960. Ainda que minha fundamentação teórica possa parecer simples, a sobrevivência dessa criança trans certamente não o foi. Argumento que, em sua sobrevivência, a amizade exerceu um papel vital. Nesse sentido, interessa-me explorar a capacidade da amizade de “improvisar *qualquer coisa* que pareça inevitável” (FREEMAN, 2010, p. 173, grifos do autor).

O nome dela é Italo. Eu a encontrei no verão de 2007, em Lima. Essa narrativa foca em certos episódios da infância de Italo. Obviamente, sua vida é bem mais rica e complexa do que a minha curta narrativa. Apesar de permeada por muita dor, sua vida também tem sido preenchida com prazer, amor e rebeldia. Atualmente, Italo combina militância e ativismo LGBT, defendendo comunidades de pessoas vivendo com HIV/AIDS, com sua vida profissional como cabeleireira e, mais recentemente, como assistente de enfermagem em um hospital. Em mais de uma ocasião, normas e agentes heteronormativos tentaram matá-la, mas falharam absolutamente ao tentar fazê-lo. Desejo profundamente homenagear essa sobrevivente.

Inicialmente, me impressionava a “poligamia” identitária de Italo e sua resistência à expectativa normativa da coerência de gênero: Italo orgulhosamente proclama ser “gay com gays e travesti com travestis”. Ela também descreve a si mesma como um gay “andrógino” ou como uma trans “intermediária”. Ela diz que não é trans o bastante, pois não usa maquiagem ou vestido “como uma mulher”, e também não é suficientemente gay porque tem cabelo longo e generosos seios. Ela afirma ser como uma salamandra, que pode se camuflar e se habituar a qualquer contexto. Pelo menos uma vez, eu a ouvi caracterizar-se como uma mulher presa

¹ CORNEJO, Giancarlo. For a Queer Pedagogy of Friendship. **TSQ: Transgender Studies Quarterly**, v. 1, n. 3, p. 352-367. Copyright, 2014, Duke University Press. Todos os direitos reservados. Republicado com a permissão do detentor dos direitos autorais, Duke University Press. www.dukeupress.edu.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: julianafjusta@gmail.com Agradeço ao prof. Dr. Richard Miskolci (PPGS/UFSCar) pela leitura prévia dessa tradução.

em um corpo masculino. Italo tem agora cerca de sessenta anos. Ela vive com seus pais e três de seus irmãos em uma grande, porém, humilde, casa em um bairro operário em Lima.³

Esse híbrido ensaio/narrativa é baseado em duas entrevistas que conduzi com Italo durante 2007, ambas foram realizadas em sua casa e tiveram duração de mais de duas horas. Todas foram acompanhadas por muitas risadas, mas também lágrimas e silêncios (cuja maioria nunca era silenciosa), por minhas (às vezes impertinentes) questões e por suas (generosas) respostas. Minhas opções metodológicas tendem a me colocar na posição científica de etnógrafo, mas eu tenho buscado, assim como Italo, romper com algumas categorizações disciplinares. Esses rompimentos implicam em contradições que não posso negar. Por um lado, tenho evitado ultrateorizar essa narrativa. Eu fiz o melhor que pude para conter o impulso competitivo de fazer minhas teorias sempre prevalecerem às de Italo. Portanto, evitei citar Italo diretamente como uma forma de deixar visível minha intervenção em sua narrativa. Essa opção explícita que estou teorizando as experiências de Italo (ou algumas delas) contra meus desejos de não o fazer.

Nomear é uma questão política muito complexa e nomear através do gênero não é exceção. Nesse ensaio, eu utilizo o pronome feminino para me referir à Italo, e isto, para mim, é um tanto surpreendente, pois, em espanhol, eu refiro-me a ela usando pronomes masculinos e femininos indiferentemente – assim como ela e a maioria de seus amigos fazem. Esse ensaio tende a estabilizar suas próprias práticas de nomear, as quais são bem mais queer. Mas eu quis manter o “contraste” entre seu primeiro nome, sua materialidade corporal e sua posição generificada. Creio que minha opinião é especialmente problemática quando falo sobre a tenra infância de Italo, pois, nessa época, ela não usava pronomes femininos para referir a si mesma.

Mas eu, todavia, encontro valor nessa escolha; ela sublinha o transvio⁴ de Italo e minha crença de que não há passado que dure para sempre. Outra dificuldade relacionada a nomear é reconhecer que as tentativas de definir a identidade de Italo estão destinadas a falhar. Contudo, aqui emprego diversos nomes para me referir a ela: travesti, trans, homossexual, *maricón* e

³ Ao longo dos anos, Lima mudou bastante. Durante as décadas de 1950 e 1960, nas quais os eventos rememorados nessa narrativa ocorreram, o Peru e sua capital, Lima, experimentavam as consequências de algumas mudanças importantes. Em 1956, as mulheres (as mulheres falantes de espanhol não indígenas, para ser mais exato) votaram pela primeira vez. Essas décadas também testemunharam uma intensa migração, principalmente dos planaltos peruanos para Lima. Durante esses anos, tornou-se claro que o “rosto” de Lima e de seus habitantes estava passando por uma metamorfose. Essas dinâmicas refletiram, mas também possibilitaram, um importante trabalho político de descolonização racial e sexual. Mas esses movimentos também despertaram muitos pânicos raciais e sexuais. Esses pânicos foram parcialmente responsáveis pela exclusão de muitas pessoas no Peru. Foi em 1968 que essas reconfigurações políticas alcançaram o *Palacio del Gobierno* com o general esquerdista Juan Velasco chegando à presidência do Peru. É um paradoxo da história peruana que o presidente mais progressista do século XX foi um oficial militar que ascendeu ao poder através de um *coup d'État* [golpe de Estado]. Velasco, com o conselho de muitos militantes de esquerda e profissionais, implementou uma reforma agrária que constituía uma crítica direta à continuidade do colonialismo na república peruana e à expropriação dos mais elementares direitos dos índios e comunidades indígenas. Mas, claro, as mudanças não vêm em uma única direção. Em 1975, a oligarquia peruana apoiou um militar de direita, Francisco Morales Bermudez, para liderar uma contrarrevolução. A oligarquia peruana, desde então, tem criado muitas narrativas que constroem o governo de Velasco como uma ditadura monstruosa e como o maior inimigo da democracia. Estas elites lutaram com outras narrativas que reivindicavam ou reapropriavam os aspectos mais radicais daqueles anos. Na verdade, a direita peruana não só produziu narrativas para combater os mais progressistas, mas tentou, e tenta, erradicar e apagar até mesmo o fato de que essas promessas por um país mais justo e democrático existiram no Peru e ainda existem hoje. Eu acho que isso é semelhante à memória de muitas infâncias queer. É como se (algumas) convenções heteronormativas não apenas trabalhassem para reprimir qualquer estranheza [queerness] na infância, mas também agissem sistematicamente como se a estranheza [queerness] nunca tivesse existido. Os anos 1980 e 1990 foram marcados por uma guerra civil no Peru entre dois partidos políticos - *Sendero Luminoso* e *Movimiento Revolucionario Tupac Amaru* - e o Estado peruano. Essa guerra usou os corpos de camponeses indígenas como um campo de batalha. Em 2003, a *Comisión de la Verdad y Reconciliación* publicou suas conclusões. Estima-se que o número de mortes causado por esta guerra foi de 69.280. A maioria das vítimas era de camponeses indígenas do sexo masculino. Essa comissão recolheu a maioria de sua informação através de testemunhos orais. Alguns desses testemunhos foram selecionados por meio da TV. Devido a isso, questiono-me se a narrativa de Italo sobre sua infância queer, uma narrativa que ela compartilhou comigo em 2007, está relacionada com o relato de todas essas narrativas sobre violências anteriormente inenarráveis.

⁴ *NT: No texto original, há *transness*, conceito sem tradução consensual para o português. Geralmente, é utilizado na literatura anglófona para se referir às pessoas que não se encaixam nos padrões heteronormativos. Neste artigo, optei por traduzir por transvio, cujo verbo em português – transviar – significa desencaminhar, desviar do caminho reto. Portanto, acredito que transvio, compreendido como um descaminho em relação aos padrões binários de corpo, sexualidade, sexo e gênero socialmente esperados, contempla as diversas formas pelas quais Italo se autodefine (travesti, *maricón*, conchita, trans intermediária etc.) e, ao mesmo tempo, não se fecha em nenhuma delas.



queer. Enquanto os primeiros quatro rótulos são usados por Italo para falar de si mesma, o último não é. A escolha do termo *queer*, em si mesma problemática, foi minha e baseia-se na percepção de que o termo oferece uma promessa de imaginar diferentes tempos – passados, presentes, futuros – para nossas materialidades corporais e identidades, nos quais elas coexistam. Reconheço que este é um movimento arriscado porque poderia apagar diversas outras identidades das quais Italo faz uso, especialmente as identidades travesti e trans.

A própria Italo é familiarizada com as complexidades de nomear. Ela escolheu para si um nome que não é socialmente reconhecido como feminino. Isto é importante: Italo não procura necessariamente uma coerência de gênero rígida entre marcadores sociais, corporais e linguísticos. Assim, dizer que Italo escolheu seu nome não faz justiça ao fato de que seu nome alegoriza um espaço de encontro de diversos afetos e memórias. Em seu nascimento, seus pais atribuíram-na o nome de Gustavo. Porque Italo era muito magra quando criança, sua família extensa começou a chamá-la de *Tallo*.⁵ Quando começou a criar vínculos com comunidades gay e trans, aceitou o nome Italo por parte delas. Algumas pessoas queer às vezes a chamam de Itala, contudo, Italo parece preferir manter essa história de deslocamentos de seu próprio nome. Talvez Italo saiba que um nome nunca condena alguém a um destino inevitável, que nomes possuem histórias que podem ser bastante confusas, e que toda história pode ser reescrita. A história do nome de Italo guarda uma relação íntima com a história de seu corpo. É por esta razão, e porque Italo me autorizou para tal, que eu não uso um pseudônimo para me referir a ela. Antes de continuar, eu preciso admitir que a história de Italo me toca estranhamente⁶ e preciso pedir que você também se permita ser tocado estranhamente por essa (his)estória.⁷

Os primeiros anos da vida de Italo foram cheios de alegria. Carinhosamente, recorda que, quando tinha cerca de três anos, ela era um garoto que vivia com sua mãe e com um de seus irmãos na casa de seus padrinhos, um casal heterossexual com uma casa luxuosa em um bairro de classe alta de Lima. Os padrinhos tinham duas filhas da mesma idade de Italo, com quem ela brincava. Italo as adorava. Elas dançavam balé, nadavam e brincavam com lindas bonecas. Aos cinco anos, Italo lembra que desejou um homem pela primeira vez, um homem por volta de cinquenta anos, amigo íntimo da família de seus padrinhos, o qual ela viu nu em um dos banheiros da casa. *Mas nada dura para sempre, especialmente se você é queer*, e sua felicidade foi interrompida. Essa família mudou-se para Honduras e, após a partida, Italo foi forçada a retornar à casa de sua família biológica em um bairro operário de Lima. Essa transição foi bastante dolorosa e traumática não apenas porque ela perdeu pessoas que amava, mas também porque a forma como ela era vista e, conseqüentemente, as formas como ela via a si mesma, mudariam radicalmente. Enquanto seus irmãos falavam “palavrões”, Italo nunca os falava e era muito efeminada. Mas a maior diferença era o olhar das pessoas à sua volta. Sua “efeminação”, nesse novo contexto, ocupava uma centralidade para a qual ela não estava preparada. Quando falou comigo, rememorou a dor causada por sua família e vizinhos quando diziam, muitas vezes gritando: “Não se comporte assim!”, “Coloque suas mãos normalmente! Não desmunheque!”, “Você não é uma garota!”, “Ande como um homem!”.

⁵ *NT: Cabe destacar que Giancarlo Cornejo é peruano e sua escrita flutua entre o castelhano, sua língua nativa, assim como a de Italo, e o inglês, língua em que escreve. *Tallo* pode ser traduzido como haste ou talo e, assim como se passa com o português, deslinda a homofonia com o nome Italo.

⁶ *NT: No texto original, há *queerly*. Optei traduzir *queerly* pelo advérbio “estranhamente” para dar mais fluidez ao texto e pela dificuldade de traduzir algumas palavras nativas para o português. Apesar de o termo *queer* (que em inglês literalmente significa estranho, esquisito) ser bastante utilizado em textos brasileiros sem tradução, suas flexões não são comumente empregadas.

⁷ Carolyn Dinshaw (1999) conceitua encontros históricos como toques queer [queer touches]. Essa volta a um passado ou a uma história dolorosa ocupa um importante lugar nos estudos queer. Ver: Love (2007).

Italo fala de uma opulência afetiva e econômica da qual ela desfrutava através de seus laços com a família de classe alta via estabelecimento de relacionamentos de parentesco não biológicos. Apesar de Italo não dizer explicitamente, eu penso que talvez sua mãe fosse uma empregada doméstica nessa casa. Essa suposição poderia ser verdadeira com a mesma facilidade que poderia ser falsa. Ao interpretar sua história dessa forma, sugiro a existência de um vínculo que eu – assim como Italo – leio como excepcional em uma cidade como Lima, onde formas de relacionamentos coloniais e neocoloniais entre diferentes raças e classes persistem. Levando isto em consideração, talvez a excepcionalidade com que Italo experienciou esse período possa ser complexificada. Seus padrinhos eram amáveis, mas severos. Contudo, na narrativa de Italo, parece que a casa deles não possuía um marcado fardo heteronormativo. Pode ser que Italo estivesse livre de tal escravização heterossexista por conta de sua tenra idade. Ou talvez não fosse importante (para seus padrinhos) impor uma masculinidade hegemônica ao “filho” de uma empregada doméstica, algo que talvez não fosse o caso com (e para) um hipotético filho biológico e herdeiro. E há sempre a possibilidade – uma possibilidade que eu injustamente descartei muito cedo – de que realmente essa família burguesa valorizava, respeitava e reconhecia a feminilidade de Italo.⁸

A sobrevivência de Italo demandou muito de sua imaginação. Italo fez o melhor que podia para desidentificar a si mesma das normas prescritas sobre seu corpo. Por exemplo, Italo nunca jogou futebol ou brincou de carrinho; ao invés disso, ela amava secretamente brincar com as bonecas de suas irmãs. Italo adorava as filhas de seus padrinhos, pois com elas poderia explorar possibilidades outrora negadas por seu gênero e origem de classe. Mas as desidentificações de Italo tiveram sérias consequências para ela: em seu “novo” contexto, era constante e violentamente punida por acreditar que não era homem, que não era *chola* e que não era pobre.⁹

Na narrativa de Italo, ela move-se de um espaço de amor habitado por uma pequena comunidade que se importava com ela para um estado de solidão autoimposto. Em sua nova casa, a ela era negada a afeição familiar por parte de seu irmão, que era um “exemplo” de heterossexualidade masculina e que a tratava com hostilidade, e por suas irmãs, que eram autorizadas a fazerem coisas que Italo queria, mas não podia fazer sem punição.

Italo tinha, agora, oito anos de idade. Uma noite, após ter jogado com seus irmãos, atribuiu-se a ela a tarefa de retornar a bola com a qual acabaram de jogar a um de seus amigos, um garoto de sua idade a quem todos chamavam *maricón* (bicha). Italo lembra que, à época, ela não sabia o que essa palavra significava. Seu amigo morava no fim de uma rua longa e modesta. No caminho, Italo foi abordado por um homem de vinte e poucos anos, que disse a ela: “Eu quero conversar com você”. Italo reconheceu que ele estava bêbado. Recusou-se a falar-lhe porque sua família tinha proibido que falasse com pessoas bêbadas; além disso, sua persistência a assustava. Ela correu para a casa de seu amigo e lhe entregou a bola. Italo estava aterrorizada;

⁸ Seja qual for o caso, não podemos fazer uma generalização a-histórica sobre as classes altas de Lima a partir das experiências de Italo com essa família de classe alta em particular. Do mesmo modo, não podemos pensar as classes altas em Lima como intrinsecamente menos homofóbicas do que suas contrapartes de classe média e trabalhadora. Por exemplo, Patricia Ruiz Bravo (2001) argumenta que a homofobia desempenha um papel fundamental na constituição das masculinidades da classe alta contemporânea em Lima. Da mesma forma, e por razões semelhantes, não podemos fazer uma generalização sobre as classes trabalhadoras em Lima. Eu espero contribuir para desmistificar a percepção exótica que retrata as “classes trabalhadoras latino-americanas” como intrinsecamente mais permissivas ou mesmo mais tolerantes em relação aos dissidentes sexuais e de gênero, especialmente às pessoas trans. Esses tipos de declarações, infelizmente comuns até mesmo no ativismo LGBTQ peruano e na produção de conhecimento, tendem a negar as dificuldades estruturais e os desafios que os sujeitos peruanos queer da classe trabalhadora e, especialmente, as pessoas trans da classe trabalhadora, enfrentam diariamente.

⁹ Cholo (o substantivo masculino) e chola (o feminino) são marcadores raciais complexos no cenário político e cultural peruano. Eles tendem a enfatizar uma tensão ambivalente em relação a um desejo de miscigenação entre colonizadores brancos e as populações nativas indígenas. E, assim como “queer”, também é um nome intimamente associado à dor e à vergonha, e, do mesmo modo como se passou com o “queer”, foi reivindicado e reapropriado.



ela sabia que estava sendo observada por um homem, por isso, pediu ao amigo para que a levasse **até sua** casa. Ao longo do caminho, as duas crianças foram interceptadas por Jaime, que agora estava acompanhado de um grupo de rapazes. Sem outra alternativa, Italo empurrou seu amigo em direção aos seus perseguidores e tentou desesperadamente correr. Por um segundo, Italo acreditou que tinha escapado, mas Jaime e seus cúmplices pegaram-na. Eles torceram seu braço e a seguraram pelo pescoço. Italo gritou e chorou desesperadamente, mas ninguém respondeu. Embora os homens tentassem violentamente forçá-la a ficar em silêncio, antes que conseguissem carregá-la para um quarto escuro, outra criança da vizinhança a viu e Italo gritou com toda sua força: “Conte a meu irmão!”. A criança, então, perguntou aos homens: “O que vocês estão fazendo com esse garoto?”. Eles puxaram uma faca, ameaçaram-no, e o garoto, temendo por sua vida, fugiu. No quarto, como Italo resistia e gritava, os homens cortaram seu peito com uma faca, rasgaram suas roupas e a estupraram, um após o outro. Eles, portanto, tiveram sucesso em silenciá-la ao ameaçar matar seus pais e irmãos caso contasse a alguém.

Quando eu estava escutando Italo, tentava não chorar, mas, no limite, isto era impossível. Logo, Italo estava chorando e não demorou muito para que eu fizesse o mesmo. Lágrimas podem ser contagiosas! Ao mesmo tempo, o que veio à minha mente foi um ditado no Peru que diz algo como “o homem que é estuprado torna-se um *maricón*”. Essa afirmação do “senso comum” é heteronormativa. Mas também esconde potentes conteúdos perturbadores a fim de atender aos desejos heterossexuais hegemônicos. Parece que (não somente) alguém se torna *maricón* depois de ser estuprado, mas que este alguém é estuprado, em primeiro lugar, porque já é lido como *maricón*. E essa *mariconería* (viadagem) é associada com a falta de masculinidade. Por essa razão, essa crença heteronormativa afeta não apenas a vítima do estupro, mas, potencialmente, muitos outros sujeitos/objetos. Nós apenas precisamos lembrar que existem outras crianças nessa cena que também são violadas – ainda que de maneiras diferentes. Há o outro garoto que foi chamado de *maricón*, e podemos facilmente supor que, na maioria das vezes, isso foi feito de formas muito violentas. Assim que Jaime avizinha-se de Italo, ela sente a inevitável proximidade do perigo. Pergunta ao outro *mariconcito* se pode caminhar com ele e, então, aqueles homens os perseguem. Teria sido o outro *mariconcito* perseguido antes? Será que, intimamente, ele sabe e compartilha dos medos de Italo? Há ainda o outro garoto que foi ameaçado e que deve ter pensado estar a perigo de um destino semelhante ao de Italo. Sua questão (“o que vocês estão fazendo com esse garoto?”) é respondida com uma ameaça à faca. Talvez seu corpo e suas posições não fossem muito diferentes dos de Italo. Talvez Italo reconheça isso e é por essa razão que o fato de que o garoto não tentou ajudar machuca ainda mais.

Esse é um exercício sanguinário de heteronormatividade pelo qual a masculinidade heterossexual é construída como uma origem que produz corpos marcados sexualmente, alguns corpos sendo amaldiçoados como “outro” e legitimados a serem violados. Esses ofensores precisam criar um *maricón*, Italo, para erigir e legitimar suas afiliações identitárias com o masculino e para justificar seu desejo homosocial masculino (heterossexual). Eles precisam produzir sujeitos anormais para “dar à luz” ao sujeito masculino normal despoluído de qualquer mancha. De acordo com Mary Douglas (1966), os limites do corpo são frágeis, instáveis e ameaçados por variadas formas de poluição. Judith Butler (1990) relê os argumentos de Douglas para afirmar que os limites do corpo são os limites do socialmente hegemônico. Butler também argumenta, em torno do *Powers of Horror* de Julia Kristeva, que a fronteira entre o interno e o externo é ambígua, especialmente dentro e através de condutas excrementais. Para Kristeva, a merda representa (como abjeta) uma perigosa ameaça externa, a qual também é uma ameaça interna. As sucessivas penetrações anais em Italo naquele dia servem para estabilizar as fronteiras dos corpos de seus agressores. Nesse sentido, Italo é literalmente reduzido à merda.



Se o estupro de Italo tem o efeito de produzir um *maricón* é também porque produz homens hétero. Essa produção de homens hétero pode ser pensada como uma declaração de identidade. Essa declaração proclama “Eu sou um homem hétero” e por isso demanda um sacrifício de sangue. Nessa cena, apenas a criança é *maricón*, os agressores não o são, apesar de que os sujeitos desejantes em questão são esses homens de vinte e poucos anos que a violaram. Esses homens mostram um complexo e ansioso desejo por prazer corporal, pelos limites do corpo e por uma identidade fixada como “hétero”. Esse é um mecanismo de poder/saber que patologiza sexualidades e performances de gênero alternativas a uma heterossexualidade imaginária, mas, ao mesmo tempo, nega e tenta desocupar sua própria estranheza inalienável. Esses estupradores representam a si mesmos como um corpo masculino coletivo – um corpo feito da malha de muitos homens e de suas intimidades – que viola um corpo abjeto. Eles tiveram sucesso em estabelecer fronteiras assassinas entre heterossexualidade e o que é considerado abjeto para os padrões locais de gênero e sexualidade¹⁰, mas apenas momentaneamente. Fronteiras, especialmente se forem sexuais ou de gênero, sempre são precárias. E talvez por serem precárias, essas demandas por identidades puras e bem definidas geralmente terminam em violentos – paranoicos, homo-transfóbicos¹¹ e heteronormativos – rompantes.

Depois de ter sido violentada, esfaqueada e abandonada por esses homens, Italo chegou à sua casa e subiu pela janela para que ninguém a visse. Ela foi diretamente ao banheiro e, no espelho, viu seu corpo coberto de sangue. Soluçando e gemendo silenciosamente, ela tirou suas roupas rasgadas e ensanguentadas e as jogou fora. Naquela noite, tentou desesperadamente dormir, mas não conseguiu. Nas noites seguintes, teve sonhos angustiantes nos quais seus estupradores invadiam seu quarto, retornando para estuprá-la seguidamente. Ela nada disse a seus pais, e eles não agiram como se tivessem notado algo. Italo não podia contar a seus pais sobre a terrível agressão. As ameaças das quais era vítima não podiam ser contrariadas. No entanto, reduzir Italo à condição de subordinação radical, mesmo naquele momento de extrema violência, não faz justiça a ela. Depois de ter sido tão violentamente tratada como merda, ela precisava tirar suas roupas manchadas de sangue e se desfazer delas. O que pretendia Italo com isso? Rocío Silva Santisteban, ao escrever no contexto da violência política no Peru, nas décadas de 1980 e 1990, sobre os sucessivos estupros realizados por soldados contra Giorgina Gamboa, chama a nossa atenção ao fato de que a primeira coisa que Giorgina fez após a brutal ocupação de seu corpo foi deixar as roupas ensanguentadas para trás. Sobre isso, Silva Santisteban (2008, p. 35) diz: “O único caminho para sobreviver a essa ferida mortal é conceber a possibilidade de uma ressurreição simbólica, ser capaz de engajar-se à vida de forma ‘justa’ e ‘saúdável’”. Apesar do estupro de Italo ter sido uma ferida psíquica mortal, o ato de jogar fora suas roupas manchadas de sangue pode ser lido como um grito silencioso por ajuda, de não se permitir obliterar pela violência. Tirar suas roupas ensanguentadas é lutar pela vida mesmo quando alguém tem sido radicalmente expelido da noção de “vida humana”.

Algum tempo depois, Italo contou a dois de seus colegas o que aconteceu. Isso se mostrou um erro: eles espalharam a notícia pela escola e nunca mais falaram com ela. A violência cometida contra Italo não foi percebida como tal. Por fim, o que tinha acontecido não só fez sua suposta impureza mais visível, mas também ameaçou contaminar aqueles ao seu redor.

Mas também havia alguém que não tinha medo dela. Logo depois que o *mariconcito* que possuía a bola entrou em sua classe, Italo imediatamente percebeu que, apesar de ter a mesma idade biológica, seu amigo era muito mais maduro. Italo disse tudo a ele. Seu amigo a olhou

¹⁰ *NT: No original, *queerness*. A opção de traduzir por “o que é considerado abjeto para os padrões locais de gênero e sexualidade” parte da tentativa de contemplar as hierarquias hegemônicas de gênero e sexualidade nativas, assim como suas dissidências.

¹¹ Homo-transfobia é um termo que eu uso para referenciar o tipo de *queerphobia* que visa, principalmente, às pessoas trans. Eu o utilizo para salientar as continuidades que não excluem as tensões entre homofobia e transfobia e, conseqüentemente, entre identidades homossexuais e trans. Ver: Cornejo, 2013.



diretamente nos olhos e disse com convicção: “Não se preocupe porque se eles tocarem e agarrarem você novamente, apenas diga que eles te estupraram, que você falará com a polícia e que a polícia irá atrás deles para matá-los”. Italo memorizou essas palavras e as repetiu quando um de seus agressores a interceptou com a intenção de estuprá-la novamente. A estratégia deu certo; os estupradores nunca mais tentaram tocá-la. Seus agressores devem ter pensado que declarações de identidade e seu domínio sobre Italo durariam para sempre. *Mas nada dura para sempre, especialmente se você é um mariconcito.*

Italo aprendeu uma dura e poderosa lição: merda é pegajosa. Ela aprendeu isso de seu amigo queer. Ele já possuía um conhecimento vívido sobre violência homo-transfóbica, a partir de sua própria experiência, e sobre as formas de negociar e lidar com isso. Ensinou Italo parte desse conhecimento; isso abriria possibilidades antes inimagináveis para ela. E, importante salientar, Italo posteriormente ensinou algumas dessas lições a muitos outros sujeitos e comunidades. Outra importante lição que Italo aprendeu desse garoto queer foi o significado de *maricón*. De fato, Italo aprendeu e participou da criação coletiva de novos significados de *maricón*, como veremos.

Algumas lições são difíceis de aprender (e de ensinar), outras não são. Enquanto Italo era bastante aberta às lições de seu amigo queer, seus agressores não o eram. Apesar de não estuprarem Italo novamente, eles a ameaçavam. Esses jovens homens eram amigos de seu irmão mais velho e constantemente o alertavam de que Italo era um *maricón*. Como resultado, seu irmão tornou-se seu pior inimigo. Ele nunca perdia a oportunidade de batê-la e torturá-la. Ele infligia ainda mais violência a seu corpo cada vez que a encontrava com seu amigo queer. Toda vez que Italo reclamava a seus pais sobre o abuso diário, eles diziam: “Se eu tiver um filho *maricón*, eu vou matá-lo”. O que acontece com uma pessoa cuja morte é considerada uma necessidade para a harmonia social? A pior parte é que sua vida era ameaçada por pessoas que ela amava profundamente. Portanto, quando Italo caracteriza esse momento de sua vida como um verdadeiro inferno, não se trata de um exagero. Neste ponto de sua narrativa, era muito difícil fazer questionamentos, pois eu estava com muito medo de machucá-la ou, pior ainda, ser cúmplice, de alguma forma, de seus agressores. Recordo-me de pensar sobre a impossibilidade de perguntá-la se não suspeitava de que o sucesso das ameaças de seus pais, expresso na implícita aprovação de seu silêncio, era baseado em, pelo menos, um conhecimento parcial de seu transvio às convenções locais de gênero e sexualidade. Para mim, esse pensamento soava bastante perturbador porque implicava que as ameaças de morte lançadas por seus próprios pais não eram tão diferentes daquelas de seus estupradores.

Italo geralmente permanecia calada quando era agredida. *Mas nada dura para sempre, especialmente quando você é uma pequena travesti.* E, um dia, quando seu irmão a machucou, como de costume, por manter secretamente a amizade com seu amigo queer, Italo não aguentou mais e começou a atirar pratos nele com o intuito de machucá-lo. O som dos pratos quebrando no chão e contra as paredes era acompanhado por seus gritos enfurecidos. Seus gritos repetiam apenas uma sentença: “Sim, eu sou um *maricón*! Sim, eu sou um *maricón*! Sim, eu sou um *maricón*!”. Seu irmão a chamava de *maricón*, assim como seus vizinhos, seus colegas de classe, seus estupradores e seus pais. *Maricón*, para Italo (assim como para muitos sujeitos queer), soava como um coro, pois, como argumenta Butler (1990), esse insulto baseia seu poder em sua historicidade violenta. Quando alguém a interpelou como *maricón*, ele ou ela o fez por todas as pessoas que tinham gritado *maricón* para Italo antes e por todos aqueles que o fariam depois. Italo desesperadamente repetia a palavra *maricón*, aceitando esse rótulo: “Sim, eu sou um *maricón*!”. Suas repetições não apenas tentavam responder a cada uma e a todas as interpelações homo-transfóbicas que ela tinha recebido; elas também são uma invocação por outras realidades, possibilidades e futuros.



Embora Italo odiasse viver naquele bairro operário, mudou de ideia quando conheceu na rua um colorido grupo de crianças e adolescentes queer e trans. A maioria delas tinha entre dez e treze anos de idade. Elas chamavam a si mesmas de “*Las trece conchitas*”, que literalmente é traduzido por “As treze conchinhas”. “*Concha*” também se refere ao que é comumente entendido como genitália feminina. As *conchitas* utilizavam esse nome independente do fato de serem mais de treze. Italo lembra que costumavam ser perseguidas por homens em seus carros. Alguns dos homens provavelmente foram motivados por homo-transfobia, enquanto outros pela luxúria. E, em muitos casos, *las conchitas* também compartilhavam dessa luxúria. O que Italo mais gostava de sua amizade com *las conchitas* era a partilha diária de histórias e experiências. Essas amizades abriram possibilidades sociais, afetivas e sexuais anteriormente inacessíveis a ela. *Las conchitas* lhe deram o dom de suportar o inferno que sua vida havia se tornado após o estupro. Essas amizades queer eram a diferença entre morrer e se agarrar à vida.

Michel Foucault (1996) atribui às amizades queer uma criatividade radical que não as condena a uma simples repetição paródica das normas sociais. Para Foucault, as amizades queer podem criar novas formas de vida.¹² Quando eu penso em *Las trece conchitas*, não posso evitar de pensar sobre as conjunções de prazeres e corpos, às quais Foucault faz referência ao final do primeiro volume d’*A História da Sexualidade*. Embora não seja claro para mim se Italo teve relações sexuais com qualquer uma das *conchitas*, suas amizades produziram mudanças importantes em sua própria vida sexual. Após o estupro, por um momento, Italo chegou a pensar que sexo e miséria sempre caminhavam lado a lado. Com seus amigos queer, ela (re)descobriu que sexo, dor e violência não estavam sempre vinculados. Em sua narrativa, somente após conhecer *las conchitas* é que ela foi capaz de explorar o erotismo com homens de diferentes idades - alguns eram crianças como ela, outros eram adultos muitas décadas mais velhos. Aqui, a amizade tem um papel reparador: a amizade pode criar espaços afetivos que curam feridas infligidas por normas sociais. Se, para Italo, seu corpo era um local de abjeção social, após conhecer *las conchitas* este se tornou também um espaço que desafiava as fronteiras biológicas e a permitia sonhar, e começar a agir, sobre seus desejos de transformação corporal e de vida, ambos socialmente categorizados como irrealistas ou impossíveis. Foi na companhia das *conchitas* que ela aprendeu como enrolar suas camisetas e colocá-las em seu peito para simular seios. Na verdade, essas amizades queer criaram prazeres e corpos para os quais as normas heterossexuais não ofereciam roteiros ou, no mínimo, não ofereciam bons roteiros.

Enfatizar os efeitos reparadores da amizade não exclui a existência de disputas e querelas dentro dessas comunidades. Não era incomum para *las conchitas* brigar por um rapaz ou pelos graus de visibilidade de suas diferenças sexuais. Além disso, *las trece conchitas* podiam colocar Italo em apuros. Em uma de suas aulas de educação física, três *conchitas* aproximaram-se dela na frente de seu professor, chamando-a, em voz alta, de “Fanni!”. Italo tentou ignorá-las, mas seu professor compreendeu a situação e não conseguia parar de rir. Italo também começou a rir. A risada não a impediu de procurar particularmente essas *conchitas* naquela noite e bater nelas para que nunca mais a expusessem sem permissão. Italo havia se tornado uma das *conchitas* e, dessa forma, ganhou o direito de brigar com suas amigas.

Tampouco a amizade das *conchitas* parou a homo-transfobia que confrontava Italo diariamente em sua escola. O que a amizade fez foi colocar um fim à sua tolerância em relação à violência homofóbica. Quando Italo estava na sétima série, havia um menino que sempre gritava *maricón!* para ela e, uma vez, cravou uma caneta em seu braço. Em resposta, Italo levantou seu pulso e quebrou seu nariz. Como punição, foi enviada à sala da diretora. Na oitava série, outro garoto

¹² Não é um segredo que os *insights* de Foucault sobre as amizades são baseados principalmente em homens gays adultos no Ocidente. O que é surpreendente é que as leituras mais inteligentes e recentes desses pontos de vista foucaultianos ainda estão centradas nas subjetividades e comunidades dos gays masculinos, brancos e do primeiro mundo. Uma exceção notável é Jafari Allen (2011).



gritou *maricón!* para Italo e, quando ela o confrontou, ele estapeou seu rosto. Mais uma vez, Italo foi enviada à sala da diretora. Uma vez que Italo já tinha adquirido uma reputação de quebrar os narizes dos meninos hétero, no primeiro dia de escola do ano seguinte, a diretora advertiu: “Mais um nariz e eu vou expulsá-la da escola”. Poucos dias depois, durante um intervalo de aula, algumas *conchitas* foram visitá-la. Elas também vieram admirar os corpos dos mais bonitos e atléticos rapazes da classe de Italo, na esperança de vê-los jogar futebol. Um dos meninos notou a presença das *conchitas* e perguntou à Italo, “Você é um *maricón?*”. Italo orgulhosamente respondeu “Sim. Há algum problema?”. O menino disse “sim” e bateu em seu rosto. As amigas correram para contê-la, já que provavelmente queria quebrar outro nariz hétero. Relembrou-lhe que estava ameaçada de expulsão, mas esse fato levou Italo a parar de frequentar as aulas e a esconder o ocorrido de seus pais.

As amizades queer das *conchitas* significavam que Italo não mais experimentou a dor da solidão. Durante o período em que não frequentou a escola, ela conheceu uma policial que parecia muito gentil. Talvez a bondade dessa mulher resida no fato de que, diferentemente de outros adultos, ela realmente escutava Italo. Convencida por sua postura, Italo lhe disse tudo o que tinha acontecido. Naquele momento, sentiu que um enorme peso lhe foi retirado, mas, alguns dias depois, ela perceberia que tinha cometido um erro. A oficial de polícia disse tudo o que tinha escutado à diretora de sua escola. Italo pensava que suportaria a dor de seus segredos sozinha ou com o apoio de seus amigos queer. *Mas nada dura para sempre, especialmente se você é uma conchita.* Quando sua mãe ouviu o boato de que seu filho estava faltando às aulas, verificou os cadernos de Italo e descobriu que nada havia sido escrito neles nas últimas semanas. Na manhã do dia seguinte, foram juntas à escola: Italo para suas aulas, e sua mãe para a sala da diretora. Em poucos minutos, algumas meninas avisaram à Italo que sua mãe tinha desmaiado. Italo correu desesperadamente para a sala da diretora. Quando chegou, viu sua mãe chorando e todos os outros lhe encarando. Sua mãe, em seguida, olhou para ela e perguntou como tudo tinha acontecido. Naquele momento, Italo apenas queria fugir, mas a diretora não permitiria que isso acontecesse e chamou para a reunião todos os seus professores. Eles apoiaram-na e testemunharam sobre seu bom comportamento e desempenho acadêmico excepcional. E, embora Italo tenha pedido à diretora para que não o fizesse, ela expulsou o garoto que tinha conservado seu nariz intacto mesmo depois de tê-la intimidado.

Após isso, bastante assustada, Italo foi para sua casa e, para sua surpresa, não encontrou ninguém. Ela pegou uma mochila e colocou tudo o que podia nela, incluindo suas roupas e as de sua irmã, sua certidão de nascimento e algumas economias. Escondeu tudo no telhado. Planejava, na próxima vez que seus pais a batessem, “eu pego minhas coisas e vou embora”. Todos os narizes quebrados talvez pressentissem que algo aconteceria. Seu silêncio seria quebrado. No entanto, a revelação também (re)abriu algumas de suas feridas psíquicas e ameaçou seu corpo com o extermínio. A agressão sexual tinha confirmado sua posição subordinada em relação à família e não permitiu aos familiares (ou à Italo) violência ou hesitação. Seus pais assumiriam, ela pensou, seguindo o senso comum heteronormativo, que, depois de ser estuprada, ela era agora um *maricón*, alguém a ser desprezado por eles. Dessa forma, as constantes ameaças que sofreu quando criança tornar-se-iam realidade. Seu terror dessa situação era mais do que justificado, ainda assim, seu planejamento para escapar mostrou que ela continuou a se apegar à vida e que seu desejo persistente de viver tornou-se possível somente depois de conhecer sua pequena comunidade de crianças gays e trans. Italo podia se imaginar alçando voo de casa e da comunidade porque ela já havia sido abraçada por *las conchitas*. Elas a ensinaram outras possibilidades de vida.

Quando os pais de Italo retornaram naquela tarde, eles não lhe deram a surra que imaginara. Em vez disso, pediram a ela que os acompanhasse à delegacia de polícia. Lá, os policiais escutaram os pais denunciarem o estupro de seu filho. Mas esses oficiais estavam mais interessados



em olhar para o corpo de Italo do que ouvir seus pais. Ela queria morrer de vergonha. Alguns oficiais de polícia levaram-na sozinha para o fundo de um quarto supostamente para continuar o interrogatório. Mas o que eles fizeram, ao invés disso, foi mostrar seus órgãos genitais e, em seguida, se masturbar. Diziam coisas como: “Olhe para o meu pênis. Você gosta disso? Por que você não chupa?”. Depois de ejacular, levaram Italo de volta a seus pais, aconselhando-os a levá-la para exames médicos para comprovar o estupro. Ser examinada não fazia sentido, uma vez que seu estupro tinha sido há quatro anos e ela tinha tido relações sexuais com muitos outros homens desde então. Italo pediu (quase implorou) aos pais para que desistissem do assunto e voltassem para casa.

Esta cena na qual a jovem Italo é confrontada pela polícia alude à sua irreabilidade. Italo não era inteligível, sua vida não era concebível como uma possibilidade de ser. Os policiais levaram Italo para o interrogatório, mas, desde o início, eles não esperavam qualquer resposta dela exceto chupar seus paus. Compulsivamente repetiram a fantasia homofóbica que acredita que todos os *maricones* querem e merecem ser estuprados. Embora inevitavelmente Italo tivesse que viver esta (este estado de) violência sexual como uma reconstituição do estupro que tinha sofrido aos oito anos, e mesmo se o seu silêncio também fosse reatualizado, seus agressores eram incapazes de infligir o mesmo dano sobre ela. Esta é uma diferença importante: Italo agora tinha uma comunidade de amigos e, com eles, ela tinha mudado. Com *las conchitas*, ela criou um “agora” que era muito diferente do tempo de seu estupro.

Quando os três voltaram para casa, seu pai, entre lágrimas, disse à Italo algo que ela nunca teria imaginado. “Filho, eu queria que você fosse um homem, mas se decidiu ser o que quer ser, eu apoio você. Lamento muito que não tenha me dito o que aconteceu, mas, a partir de agora, não importa a situação, eu estarei ao seu lado. E nenhum dos seus irmãos ou qualquer filho da puta vai colocar um dedo em você”. Pela primeira vez em toda a sua vida, seu pai reconheceu a vida queer de seu filho como uma possibilidade e prometeu ajudá-la a viver essa possibilidade. Ele assim o fez, pelo menos dentro de casa. Também pela primeira vez, seu pai viu não apenas a partir das projeções fundadas em seus desejos heterossexistas. Embora essa afirmação parental de apoio e reconhecimento seja muito importante, também o é aquela da comunidade de crianças gays e trans de Italo. É muito comum ouvir (especialmente, mas não exclusivamente, nos setores mais reacionários) que as comunidades LGBTQI só podem copiar (previamente e sem problematização) modelos de parentesco heterossexuais. Meu interesse reside em mostrar que, se alguém copia ou imita nessa história, é o pai (presumivelmente) heterossexual de Italo. O pai de Italo aprendeu com *las trece conchitas* a imaginar a vida de seu filho de outras formas além daquelas prescritas pelas normas hegemônicas. Ele aprendeu, a partir delas, a beleza da amizade. Este homem hetero-identificado começou a valorizar a vida com formas, texturas, cores e sabores diferentes daqueles da dicotomia heteronormativa. *Las trece conchitas* ensinaram-lhe que precisava distanciar-se de uma cultura que estava tentando matar seu filho.

Após esse episódio, os pais de Italo tornaram-se mais próximos dela e de seus amigos gays e trans. Eles acolheram algumas das *conchitas*, deixando-as viver em sua casa depois que seus pais as jogaram na rua. Falavam com as famílias dessas crianças queer e as encorajavam a questionar sua própria homofobia. Italo não consegue conter seu orgulho ao revelar que, depois dessas conversas, vários de seus amigos queer foram recebidos de volta em suas próprias casas. Aqui podemos ver um ato de reciprocidade de Italo e seus pais para com essas crianças queer. Se Italo, em vários momentos, foi apoiada por elas, ela também ajudou a apoiá-las. Italo aprendeu com *las conchitas* que a amizade é testada precisamente nos momentos mais difíceis. Os pais de Italo tinham aprendido com *las conchitas* a serem amigos de seu filho queer. E agora eles queriam que outras famílias aprendessem a serem amigas de seus filhos



queer. A pedagogia queer da amizade construída aqui tem apenas uma certeza: *nada dura para sempre, especialmente se você ama queers*.

Italo me ensinou que a amizade é algo a ser aprendido. Aqui, eu gostaria de traduzir esta reflexão para o encontro etnográfico. Assim como as famílias dessas crianças queer têm aprendido o valor da amizade a partir delas, talvez os etnógrafos possam também aprender a mesma lição. Talvez, pensar sobre o encontro entre o etnógrafo e o informante em termos de amizade pode contrariar o impulso de fazer as teorias dos etnógrafos sempre prevalecerem sobre aquelas do informante - um impulso intimamente vinculado a um desejo não reconhecido do etnógrafo de fazer suas teorias parecerem bem mais inteligentes do que o(s) informante(s).¹³ Esse tipo de pensamento paranoico não é profícuo quando falamos de amizade.

Claro, pensar esse relacionamento como amizade carrega muitos riscos. Como afirma Don Kulick (2006), uma identificação não problematizada de um etnógrafo com os despossuídos pode invisibilizar seu investimento masoquista em desfrutar dos privilégios de estruturas de poder e pode apagar as subjetividades de muitas comunidades marginalizadas. Talvez devêssemos voltar a Foucault para pensarmos sobre a amizade como um projeto, um projeto inacabado que sempre requer esforço. Seguindo Foucault, devemos lembrar que a amizade não pode transcender as relações de poder. Uma das mais evidentes assimetrias no encontro etnográfico tem a ver com o poder de narrar. Nesse artigo, lemos a minha versão da infância de Italo, não a sua versão de sua infância ou a versão dela de minha infância.

Admito que gostaria de pensar em Italo como uma amiga, mas não posso fazer essa afirmação, principalmente porque ela é uma pessoa que não vejo com frequência e por causa dos muitos privilégios dos quais eu gozo e que nos separam. O que é certo é que Italo ofereceu-me aquilo que é básico em qualquer amizade: vulnerabilidade. Italo não me ofereceu sua vulnerabilidade como um espetáculo, mas como um convite de reciprocidade. Como Ruth Behar (1996) argumenta, etnografias são, muitas vezes, um negócio para fazer outras pessoas vulneráveis. Mas amizades queer requerem o reconhecimento da vulnerabilidade mútua. No meu caso, eu havia previamente tentado a tarefa impossível de retribuir à generosidade de Italo escrevendo sobre a minha própria vulnerabilidade, aquela da minha própria infância queer (CORNEJO, 2011). E esta é uma tarefa impossível, pois, como Kath Weston (1998, p. 201), devo reconhecer que “reflexividade não é, em si, um ato equalizador”. Recentemente, encontrei-me com Italo para compartilhar aquele ensaio autoetnográfico e também para lhe mostrar um esboço do ensaio que você está lendo agora. Ela generosamente teceu alguns comentários e sugestões. Compartilhou comigo a letra de uma canção (uma espécie de hino) que *las conchitas* cantavam para si:

Somos somos unas putas (Somos somos umas putas)
unas prostitutas del (umas prostitutas do)
mismo burdel burdel burdel. (Mesmo bordel bordel bordel).

Neste momento, não quero interpretar a letra dessa canção, eu só quero salientar que Italo sempre tem mais histórias para contar - mas também algumas queixas. Depois de ler o artigo, ela insistiu muito no fato de que não culpava seus pais por seu estupro ou pelo que posteriormente se desenrolou. De certa forma, penso que ela lê minha narrativa como um julgamento de seus pais de maneira injusta. E ela pode estar certa. Também ficou patente que estávamos agora em lugares diferentes daqueles que ocupávamos há alguns anos. Italo não me permitiu congelá-la

¹³ Viviane Namaste (2000) critica, com razão, as relações funcionais e hierárquicas entre teóricos queer e seus idealizados sujeitos/objetos trans. Ela também defende a importância de explorar as condições de sobrevivência e de apagamento das pessoas trans.



no papel de uma (ou da minha?) “heroína queer”. Embora não saiba se Italo pensa em mim como um amigo, ela me disse que ambos temos algo em comum: o desejo de resistir. Talvez Italo e eu ainda não sejamos amigos, mas sempre podemos nos tornar amigos.

Giancarlo Cornejo é doutorando no Departamento de Retórica da Universidade da Califórnia, em Berkeley. Seu principal interesse volta-se para a questão de sobrevivência queer, com o intuito explorar o que faz uma vida queer – ou vida trans-habitável. Costuma trabalhar com um estilo de escrita que investe na narrativa ou contação de histórias. Seus ensaios foram publicados em revistas internacionais como *Cadernos Pagu*, *Estudos Feministas*, *Iconos* e *Nomadas*.

Agradecimentos

Quero agradecer e dedicar este artigo à Italo. Nele, fiz o que pude para retribuir à sua generosidade da melhor maneira possível. A primeira versão desse texto foi exposta como um capítulo de minha monografia de bacharelado em Sociologia na Pontifícia Universidade Católica do Peru, em 2008. Desde então, Gonzalo Portocarrero tem sido um interlocutor brilhante. Durante aqueles dias, Patricia Ruiz Bravo e Juan Carlos Callirgos também fizeram contribuições inestimáveis a esse projeto. Mais recentemente e nos Estados Unidos, agradeço profundamente à Juana María Rodríguez, Salvador Vidal-Ortiz, Mark McHarry e Michelle Potts por suas leituras comprometidas e generosas.

Referências

ALLEN, Jafari. **¡Venceremos?** The Erotics of Black Self-Making. Cuba. Durham, NC: Duke University Press, 2011.

BEHAR, Ruth. **The Vulnerable Observer:** Anthropology That Breaks Your Heart. Boston: Beacon, 1996.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble:** Feminism and the Subversion of Identity. New York: Routledge, 1990.

CORNEJO, Giancarlo. La guerra declarada contra el niño afeminado: Una autoetnografía queer. **Iconos:** Revista de ciencias sociales, n. 39, p. 79–95, 2011.

_____. Fronteras que matan: Autoritarismos y homo-transfobias. In: PORTOCARRERO, Gonzalo (ed.). **Sombras coloniales y globalización en el Peru de hoy.** Lima: Red para el Desarrollo de las Ciencias Sociales en el Peru, 2013. p. 227–37

DINSHAW, Carolyn. **Getting Medieval:** Sexualities and Communities. Pre- and Postmodern. Durham, NC: Duke University Press, 1999.

DOUGLAS, Mary. **Purity and Danger:** An Analysis of Concepts of Pollution and Taboo. London: Routledge and Kegan Paul, 1966.

FOUCAULT, Michel. An Introduction. In: _____. Vol. 1 of **The History of Sexuality** V. 1. Translated by Robert Hurley. New York: Vintage, 1978.



FOUCAULT, Michel. Friendship as a Way of Life. In: _____. **Foucault Live: Collected interviews, 1961–1984**, ed. Sylvere Lotringer, 308–12. New York: Semiotext(e), 1996.

FREEMAN, Elizabeth. **Time Binds: Queer Temporalities, Queer Histories**. Durham, NC: Duke University Press, 2010.

KRISTEVA, Julia. **Powers of Horror: An Essay on Abjection**. New York: Columbia University Press, 1982.

KULICK, Don. Theory in Furs: Masochist Anthropology. **Current Anthropology**, v. 47, n. 6: 933–52, 2006.

LOVE, Heather. **Feeling Backward: Loss and the Politics of Queer History**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2007.

NAMASTE, Viviane. **Invisible Lives: The Erasure of Transsexual and Transgendered People**. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

RUIZ BRAVO, Patricia. **Sub-versiones masculinas: Imagenes del varon en la narrativa joven**. Lima: Centro de la Mujer Peruana Flora Tristan, 2011.

SILVA SANTISTEBAN, Rocio. **El factor asco: Basurizacion simbolica y discursos autoritarios en el Peru contemporaneo**. Lima: Red para el Desarrollo de las Ciencias Sociales en el Peru, 2008.

WESTON, Kath. **Long Slow Burn: Sexuality and Social Science**. New York: Routledge, 1988.

Recebido: 10 abr., 2015
Aceito: 25 abr., 2015

É o *queer* tem pra hoje?

Conversando sobre as potencialidades e apropriações da Teoria Queer ao Sul do Equador

Entrevista com Berenice Bento¹

Felipe Padilha^a; Lara Facioli^b

Berenice Bento pode ser apresentada como uma das primeiras vozes brasileiras a interpretar a experiência transexual a partir de uma perspectiva teórica crítica às abordagens patologizantes da época. Entrevistá-la, no conjunto deste dossiê composto por pesquisas que dialogam com a Teoria Queer, foi uma decisão tomada com intuito de promover um debate a respeito do modo como temos nos apropriado dessas reflexões em solo nacional. O desejo de buscar sua fala, acreditamos, surgiu da necessidade de ouvir a reflexão de alguém com uma presença marcante nas diversas formas de apropriação desse aparato teórico.

Ainda que não aceite sem críticas o rótulo de “teórica queer”, Berenice reconhece a forte associação que vincula o seu nome a essa vertente de estudos. Sua fala é atravessada pela experiência de ter visto, ao longo dos anos, o desenvolvimento dessa associação em uma arena de embate teórico e também político.

Tensionando as contribuições e os invariáveis limites de uma teoria forjada em um contexto situado, a saber, nos Estados Unidos da América, nossa conversa é um convite ao questionamento sobre as nossas marcas, as nossas diferenças e os nossos processos históricos. Afinal, quais são as especificidades em questão quando tratamos do contexto brasileiro marcado por processos como a escravidão e por dinâmicas de classe social, de gênero, de sexualidade, específicos e interseccionados? O que pode a nossa arte na nossa política? Questionamo-nos, também, acerca do alcance de nossa produção teórica, por vezes, pouco dialógica com os sujeitos envolvidos na prática militante, o que constitui a Teoria Queer como campo de saber permeado por diversas apropriações, conflitos, dissensos e, ao mesmo tempo, como solo fértil para a criatividade.

¹ Berenice Bento é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (1994), mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Brasília (1998) e doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Brasília/Universitat de Barcelona (2003). Pós-doutora pela City University of New York (CUNY/EUA). Atualmente, é professora na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É autora de **O que é transexualidade** (São Paulo: Brasiliense - Coleção Primeiros Passos, 2012, 2ª edição); **A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual** (Natal: EdUFRN, 2014, 2ª edição) e **Homem não tece a dor: queixas e perplexidades masculinas** (Natal: EdUFRN, 2013). Em 2011, foi agraciada com o Prêmio Nacional de Direitos Humanos, concedido pela Presidência da República. E-mail: berenice.bento1@gmail.com

^a Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, bolsista CNPq e membro do Quereres – Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Gênero e Sexualidade. Contato: felipeapa@yahoo.com.br

^b Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, bolsista CAPES e membro do Quereres – Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Gênero e Sexualidade. Contato: larafacioli@yahoo.com.br



Nesse sentido, nos perguntamos: o que o *queer* pode nos oferecer hoje?

Sempre acessível e munida de uma prosa agradável e mordaz, a professora Berenice Bento se dispôs a conversar conosco via *Skype* na noite do dia 13 de abril de 2015.

Sua tese de doutorado, que deu origem ao livro *Reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual* (BENTO, 2014a), foi a primeira tese a trabalhar não só com a despatologização das identidades trans, mas a partir de uma perspectiva queer. Em outras entrevistas (BENTO, 2014c), a senhora afirma que um de seus objetivos era instaurar uma disputa teórica de desconstrução de normal e patológico, algo inusitado nas reflexões feministas do Brasil. Que disputa é essa?

Disputa em torno da concepção de masculino e feminino. O que é gênero? Dependendo de como se responde a essa questão, você pode incluir, dentro do seu aparato explicativo, as pessoas trans ou não. Eu me lembro de uma passagem interessante, nas primeiras páginas de *O Segundo Sexo*, onde Simone de Beauvoir fala que, na verdade, o mundo é dividido em homens e mulheres. Ela faz uma pequena consideração dizendo que existem os hermafroditas, no entanto, que não se pode considerá-los muito no debate de gênero, pois não são homens nem mulheres¹. Ou seja, é uma pequena passagem, mas está ali a concepção que eu queria desconstruir e problematizar.

Esta disputa está instaurada, principalmente, depois dos movimentos sociais em torno dos gêneros dissidentes. Quando alguém diz “você não é mulher”, imediatamente se pergunta “o que é mulher para você?”. Seja nos dispositivos discursivos que localizarão a verdade dos gêneros nos hormônios, nos cromossomos, nas estruturas neurais ou nas instituições disciplinares, em processos históricos, culturais e políticos, enfim, para onde quer que nos viremos, uma verdade é posta em cena: não há nenhum consenso sobre o que faz o feminino-feminino e o masculino-masculino. Existe um fato irrelativizável: a concepção de gênero que hegemonizou historicamente o feminismo, que define as políticas públicas ou que atravessa as concepções médico-psi-biológicas, excluiu de suas fileiras as pessoas trans.

Hegemonicamente, quem tem a prerrogativa de pensar sobre, de falar sobre os gêneros ainda são as ciências *psis* (psicanálise, psiquiatria e psicologia) e a medicina. Por um lado, se faz uma disputa desnaturalizando, radicalizando a ideia do que é ser homem/mulher, a partir da performance, do tornar-se (e lembrando que se tornar não é um ato fundante, é, antes, processos inclusos e ontologicamente precários – adendo: precário ao lado de ontológico é para negar a ideia da ontologia do ser). É através das práticas generificadas que se produz reconhecimento ou negação. Por outro lado, a neurociência é o mais recente dispositivo discursivo que sustenta o dimorfismo sexual. Não são mais os cromossomos os responsáveis pela criação da diferença sexual, mas a crença agora está no valor heurístico dos hormônios e as estruturas neurais.

Ainda no âmbito desta luta, valeria perguntar: se a humanidade é dividida em homem-pênis e mulher-vagina, onde estão os homens-vagina e as mulheres-pênis? Então, essa disputa é rizomática, ela está em vários lugares, seja no âmbito da formação de médicos, de profissionais psi, do ativismo feminista e LGBTs, nas sentenças de juízes em torno das demandas das pessoas trans na mudança dos documentos.

Eu acabei de concluir uma pesquisa sobre a nova categoria diagnóstica “disforia de gênero” na edição do DSM-5 (Manual Diagnóstico de Transtorno Mental), que veio substituir a de “transtorno

¹ “[...] quanto ao hermafrodita, é um caso demasiado singular: não é homem e mulher ao mesmo tempo, mas antes nem homem nem mulher. Creio que para elucidar a situação da mulher são ainda certas mulheres as mais indicadas”. (BEAUVOIR, 1970, p. 21).

de identidade de gênero”. Esta mudança, de certa forma, foi comemorada porque supunha-se que significava uma despatologização do gênero. O gênero, uma categoria cultural, ainda é passível de ser aprisionado em uma categoria diagnóstica psiquiátrica. Quando eu mobilizo o termo cultura quero dizer que não é possível tomar nenhum *a priori* quando se discute gênero. O que necessariamente uma pesquisadora tem que fazer é tornar-se ignorante, é dizer “eu não sei” e abrir mão de quaisquer tentativas universalizantes. Ao falar desta condição de “analfabeto cultural” em relação à pesquisadora, é para atizar a escuta e todos os sentidos na relação que estabeleço com o Outro. O que se observa, no campo dos estudos de gênero, é a permanente busca por apontar “as igualdades” e daí se derivam interpretações universais. É neste contexto universalizante que o DSM-5 se encaixa, um texto que fala de uma compreensão local de gênero e de um contexto político marcado pelo neoliberalismo. O que significa dizer que toda a discussão de cidadania e direito à saúde, no contexto estadunidense, tem os empresários dos planos de saúde como ator central. O contexto brasileiro é completamente diferente. Se é na prática que o gênero se faz, eu preciso entender como se estruturam as práticas de outras sociedades ou mesmo em nossa cultura.

No âmbito acadêmico brasileiro, há um processo crescente de pesquisas sobre transexualidade, travestilidade, articuladas com direitos humanos (sugiro uma olhada nos três últimos Anais dos congressos da ABEH, da ABA, Desfazendo Gênero, Fazendo Gênero, Congressos de Sociologia). Mas, do outro lado do *front* (daqueles que defendem a determinação biológica das identidades sexuais e de gênero), há muita movimentação. Muitas pesquisas que, embora fracassem uma após outra, ainda insistem em repetir a crença de que somos o que nossos hormônios definem. Estas pesquisas visam, acima de tudo, encontrar as causas biológicas para as experiências trans. Sem mencionarmos o mais novo protagonista e aliado deste campo, que são os parlamentares de bancadas cristãs fundamentalistas que assumiram nos últimos tempos.

As disputas agora estão mais claras e acirradas. Veja o debate que está acontecendo em torno dos Plano Nacional, Estaduais e Municipais de Educação. Agora, a bancada cristã fundamentalista quer proibir o uso da expressão “gênero” e “identidade e diversidade de gênero”.

Em que medida a agenda acadêmica e política do feminismo brasileiro estava (ou está) incorporando este debate?

Gostaria de começar a responder esta questão com a história de um amigo. Por muitos anos, ele foi ativista de um coletivo lésbico-feminista, onde a questão do gênero estava colada ao feminino-mulher. Em determinado momento, ele reuniu as companheiras e disse: “Eu quero compartilhar com vocês minha decisão de iniciar o processo de transição de gênero. Gostaria de pedir que, a partir de hoje, vocês me chamem pelo meu nome masculino”. Isso produz fissuras nessa identidade coletiva fundada em um corpo de mulher-lésbica. A pessoa que, em um primeiro momento, tinha o respaldo deste movimento, que se constitui nesse coletivo, lutou por esse coletivo, de repente, fica sem lugar. Foi isso o que aconteceu com o meu amigo. Ele viu suas amigas de anos desaparecerem. Estas desestabilizações acontecem a todo momento. Em relação a certos setores do movimento feminista, esse debate vai desde uma escuta atenta e respeitosa até posturas violentas do tipo: “homem é homem e mulher é mulher. Você tem pênis, você é um homem disfarçado de mulher”. Esta disputa existe nos fóruns, nos textos, nas redes sociais. Mas vejo mudanças importantes. Eu acho, por exemplo, que a publicação do livro do João Nery (2011) – *A Viagem Solitária* – é um marco no contexto nacional. Sinto que a situação é mais tensa em relação ao movimento gay. As denúncias de atos transfóbicos entre ativistas gays são reiteradas.

Em relação aos feminismos, os relatos são de aproximações. Ao apontar estas aproximações, não estou reduzindo o campo de complexidade interno a este símbolo chamado “feminismo”.

Eu teria um pouco de dificuldade de responder em termos do “feminismo brasileiro”. Hoje nós temos as marcas geracionais na luta feminista, de classe, de raça, de sexualidade. Uma polifonia de vozes que se negam a subsumirem na categoria mulher. Geralmente, vemos mulher negra, mulher da floresta, mulher favelada, mulher lésbica e, mais recentemente, mulher trans. Temos até uma coisa (que eu não entendo bem) chamada “feminismo de Estado”. Portanto, não existe “feminismo brasileiro”. Talvez possamos pensar que exista uma agenda histórica que informe partes das lutas dos diversos movimentos feministas, a exemplo da luta pelos direitos sexuais e reprodutivos, participação política, fim da violência, entre outros pontos. Este núcleo duro da luta feminista está presente em todas as polifonias internas. Mas há uma gama de ramificações teórico-metodológica e de táticas (a exemplo da Marcha das Vadias).

Isso vai ao encontro da última pergunta que elaboramos. Falávamos justamente sobre as dificuldades de tratar destes temas no espaço da universidade. A sua fala, ao mesmo tempo, abre para refletirmos sobre como as coisas estão organizadas hoje em dia e de que maneira existem outros sujeitos, paradigmas, teorias e suposições que estão em jogo, e sobre como estes não eram elementos que estavam dados na sua tese.

Sem dúvida. São muitas as mudanças. Minha tese, por exemplo, trabalha com Pierre Bourdieu (1977), um teórico que faz uma reflexão interessante sobre a prática como modalidade explicativa. Mas, no caso da praxiologia bourdieusiana, há uma clara apropriação da categoria “prática” para explicar a reprodução da vida social (habitus social localizável em campos sociais). Portanto, o namoro (quase casamento) de Bourdieu com o estruturalismo não me ajudou a entender, fora dos marcos patologizantes, as práticas que produzem mudanças nas normas sociais, no caso, nas normas de gênero. A teoria da performance, nos termos propostos por Butler (1999) e outros eixos teóricos, como Austin (1990), Derrida (1991), me ajudaram a entender como funcionam as ações reiteradas na ordem de gênero produtoras de fissuras nesta mesma ordem.

Conferir à prática centralidade explicativa também estava presente na obra de Michel Foucault (1991, 1993). O autor afirma que não existe Justiça, mas práticas jurídicas e mesmo em sua concepção de poder. Ou seja, não é a teoria da performance, nos termos butlerianos, que confere à prática seu caráter interpretativo original. O que encontrei de novo no livro *Gender Trouble: feminism and the subversion of identity*, foi a possibilidade de entender as fissuras que se abrem pelas agências de pessoas que tentam reproduzir as normas, mas o resultado esperado não é o reconhecimento. Portanto, as noções de paródia e de performance foram centrais. Uma mulher trans pergunta: “por que as pessoas me tratam mal? O que tem de errado no meu jeito?”. Ela foi socializada como menino. Seu jeito de andar e de se vestir são os socialmente reconhecidos como de menino. Estas marcas, que eu chamo de “herança de gênero”, ficam no corpo. As pessoas que a olhavam se perguntam: “Homem ou mulher?”. É necessário o olhar do outro para conferir a minha existência. Concordo com a apropriação que Butler faz da teoria do reconhecimento de Hegel: ninguém faz seu gênero isoladamente, secretamente. Ou seja, não existe gênero em-si, absoluto. O gênero é sempre para-si. Você precisa do olhar do outro para se produzir no gênero. Isto é válido para todos nós. Daí a força regulatória do gênero. Neste sentido, a teoria da performance me pareceu interessante, pois me dava um suspiro, um oxigênio para conseguir entender que os processos de produção e reprodução têm fissuras e são nestes pequenos espaços que habitam a possibilidade de mudança da sociedade.

Este seria o panorama teórico geral de minha tese. Nos últimos anos, o que tenho observado é a continuidade na utilização do pensamento de Butler (principalmente dos livros *Gender Trouble: feminism and the subversion of identity* e *Undoing Gender*), a incorporação de textos de Preciado (2000, 2002), Jack Halberstam (1999), entre outras pensadoras do eixo Estados



Unidos-Europa. Na última década, vimos serem produzidas pesquisas brilhantes em diversas partes do Brasil. Apenas para citar alguns: Larissa Pelúcio (2009), Jorge Leite Junior (2006, 2011), Richard Miskolci (2012a, 2012b), Jaqueline de Jesus (2014), Guilherme de Almeida (2012), Flávia B. Teixeira (2013), Pedro Paulo Gomes Pereira (2014), Djalma Thurler (2010), Leandro Colling (2014). Estes/as são apenas alguns dos/as pesquisadores/as que são reiteradamente citados/as nos trabalhos sobre sexualidades e gênero dissidentes. Cada um/uma faz opções teóricas e metodológicas em boa parte informadas por suas áreas de formação. Isto é quase inevitável. Mas há alguns pontos em comum entre eles/elas. Primeiro: um esforço hercúleo de entender as singularidades de nossas lutas, articulando de forma sofisticada os marcadores da diferença social (etnia/raça, classe, religião, geração, entre outros). Segundo: são pesquisadores/as que articulam as pesquisas com a práxis. Eles/elas estão fazendo a disputa em torno da concepção do que é ciência, o que é verdade e como construir relações pautadas na ética com os colaboradores das pesquisas. E para elaborar a disputa, é necessário a organização de eventos locais, nacionais e internacionais, publicação de artigos, dossiês, produção de manifestos, de periódicos. Tenho uma coleção de história para contar sobre disputas internas que fazemos nas universidades para termos algum tipo de voz. Finalmente, eu noto uma recorrente citação de teóricos vinculados ao giro decolonial, a exemplo, Aníbal Quijano (1988, 2005), Walter Dignolo (2003), Ramón Grosfoguel (2012), Enrique Dussel (1994, 2002, 2008), Edgardo Lander (1998), nos trabalhos de alguns/algumas dos/as pesquisadores/as citados. O que significa uma original e instigante articulação entre estudos queer e o giro decolonial.

Este ano de 2015 é uma data importante para os estudos de gênero no Brasil, uma vez que teremos a primeira conferência de Judith Butler em solo nacional. Talvez seja uma data importante para realizar um balanço sobre este campo de estudos e sobre as contribuições e limitações da teoria queer no tocante à produção de pesquisa e à prática política. Gostaríamos de ouvi-la falar sobre como tem pensado este campo no Brasil. Como tem notado suas transformações e como percebe seus avanços?

Antes disso, eu gostaria de falar um pouco do meu encontro com a teoria queer. Eu li Butler, Foucault, Austin, Derrida, Preciado, e então eu me dei conta de que havia encontrado corpos teóricos, não somente advindos da teoria queer. Foi um conjunto teórico que articulei e que me dava possibilidade de construir interpretações, por exemplo, sobre o reiterado processo de desumanização das pessoas trans. Quando minha tese foi publicada, eu fui carimbada com o selo de teórica queer. Isso, para mim, foi uma surpresa, porque eu não me reivindicava assim, foi de fora para dentro. Nunca foi um lugar que me deixou muito confortável, tampouco tranquila. Primeiro, eu não gosto da palavra queer. O que é queer? Em uma ocasião de trabalho, eu perguntei a uma pessoa estadunidense, via e-mail, se ela era queer. Ela se sentiu ofendida e insultada. Nunca mais nos falamos. Já no Brasil, se você fala que é queer, a grande maioria nem sabe do que se trata. “Queer”, teórica queer, não me provoca conforto. Não tem nenhum sentido para nós. No contexto norte-americano, o objetivo foi dar um truque na injúria, transformando a palavra queer (bicha) em algo positivo, em um lugar de identificações. Qual a potência do queer na sociedade brasileira? Nenhuma. Se eu falo transviado, viado, sapatão, traveco, bicha, boiola, eu consigo fazer com que meu discurso tenha algum nível de inteligibilidade local. O próprio nome do campo já introduz algo de um pensamento colonizado que não me agrada de jeito nenhum.

Nos meus textos, eu começo falando de estudos/ativismo transviados, abro aspas e digo “tradução cultural (idiossincrática) para teoria queer” e sigo. Há outra questão que merece ser dita. Nos Estados Unidos têm um ativismo queer, seja nas artes, nos vários campos do conhecimento, no ativismo político. No texto de Glória Anzaldúa, *Borderlands/La frontera: the new mestiza*, de 1987 (1ª edição), a autora se define como uma escritora chicana/queer



já nas primeiras páginas. Nas universidades de Nova Iorque, por exemplo, Departamentos e grupos de pesquisa assumem o “queer” em suas identificações. No Brasil, o queer chega pelas universidades e não sai dali. Por quê? Acho que as dinâmicas dos movimentos sociais e a relação com o Estado aqui são completamente diferentes das estadunidenses. O Estado, entre nós, é um ator central na estruturação das agendas políticas do movimento social. Não estou limitando esta relação a um governo específico. Historicamente, a luta pela ampliação dos direitos humanos e cidadania tem passado pelo Estado. No ensaio que publiquei no dossiê da Revista Cult (BENTO, 2014b), faço um pequeno balanço. Conforme eu aponte, a aproximação com pensadores do giro decolonial parece ser nosso giro queer cucaracha.

Isso tem a ver com o que perguntávamos sobre a dificuldade de pensar essa teoria política do gênero. Quando pensamos nisso, o que estava de fundo é que foi produzido um *status* que tinha exatamente essas relações que o permeavam, ou seja, de ser uma teoria estadunidense e de como ela acaba tendo legitimidade.

Acho que estamos fazendo um esforço enorme para nos entendermos, as especificidades e singularidades dos nossos corpos, as relações de poder marcadas por uma história de 300 anos de escravidão, a relação entre Estado e movimentos sociais. Um dos achados de minha pesquisa sobre o DSM-5 é o seguinte: é completamente diferente a cena do debate da despatologização nos EUA e aqui. Lá você não tem um ator central, que nós temos, que é o Estado. Aqui a gente disputa com o Estado o processo transexualizador, discute Portaria, retira Portaria, pensa o nome social, políticas públicas para garantir a cirurgia de transgenitalização, e isso não existe nos EUA. O contexto neoliberal, de ausência do Estado, delimita o debate e a construção de agenda política, inclusive dos ativistas queer. Então, você tem um país que produz um texto, chamado DSM-5, que é feito pela Associação de Psiquiatras, que tem um poder enorme, além da fronteira. Um texto completamente colonizador. E por que ele é colonizador? Na medida em que ele toma o local como universal. E o que mais me surpreende é que os ativistas trans e queer, nos EUA, não denunciam isso, não falam disso, alguns, inclusive, lutaram para a inclusão e a permanência das experiências trans no DSM-5, pois, sem o diagnóstico, não há reembolso por parte dos planos de saúde para os psiquiatras. Eu também vejo que a relação com o corpo, as definições de belo e feio, mudam consideravelmente. Os Estados Unidos são um país hegemonicamente protestante, mesmo que não tenham este nome, a moralidade protestante está em todos os lugares, nas noções de excesso e falta, nas expressões das emoções, na centralidade do individualismo. Este exemplo do DSM-5 é apenas para corroborar a sua afirmação de que, de fato, é estranho usarmos nosso contexto para legitimar teorias que nascem a partir de quadros culturais, históricos e políticos tão distintos.

Gostaríamos de ouvir um pouco sobre a sua interpretação das apropriações nacionais da teoria queer e em que medida considera que ela nos ajuda a compreender nosso contexto e nossas marcas da diferença. A teoria queer tem mudado a forma como os estudos de gênero/feministas tem produzido conhecimento?

Eu acho que a primeira questão é dizer que há alguns pontos de acordo, ou fundamentos, de quem trabalha com o referencial de teóricos queer (ou transviados): 1) a negação de identidade como uma essência; 2) o combate ao suposto binarismo identitário; 3) a interpretação do corpo como um lugar de combate e disputas. Contar a história sobre os processos que fabricam corpos-homens/corpos-mulheres faz com que neguemos a existência de alguma coisa como “síntese dialética”. Na produção das identidades (seja de gênero e sexual), não ultrapassamos a fase da antítese, do conflito permanente. E a tese, a afirmação? Ela é sempre precária, devido



a nossa própria precariedade constitutiva, de seres que estamos na vida, precisando de outros para conferir/reconhecer nossas existências, aqui estou me inspirando em Emmanuel Levinas (2001). Um último “fundamento” seria a crítica ao Estado como lócus produtor de desejo, que faz coincidir as subjetividades dos marginalizados com o desejo do Estado. Mais uma vez, gostaria de citar minha pesquisa de doutorado. Eu via pessoas que se definiam travestis, outras vezes transexuais, que tiveram um passado heterossexual, mas que com a mudança do gênero se tornavam homossexuais. Eram tantos deslocamentos postos em cena por sujeitos concretos. Não é necessário, no entanto, fazer uma tese de doutorado para ver que as pessoas e seus corpos mudam. Seus desejos mudam. Homens casados, pais de filhos e que em algum momento rompem com a história do casamento por se apaixonar por outro homem. Diante deste deslocamento, geralmente se escuta: *ah, ele sempre foi gay. Fingia ser heterossexual*. Essa explicação não me convence, pois uma pessoa que fica casada por muitos anos, que teve filhos e conta que o casamento teve momentos felizes, não pode ser vista por meio dessa lente legitimadora da naturalização dos desejos e identidades. Este suposto simplismo analítico cumpre um papel central na estruturação e reprodução da heteronormatividade. Assim, nega-se a heterossexualidade para se afirmar um “desde sempre” de uma suposta natureza reprimida. Então, talvez, a maior contribuição das diversas pesquisas que trabalham com estes fundamentos é ter sistematizado esta realidade fora dos marcos patologizantes e naturalizantes. O perigo é achar que eu tenho uma teoria que dá conta dessa realidade. A teoria somente nos ajuda a sistematizar, a entender algumas coisas, a interpretar.

Pensar as relações de gênero e sexualidade nos termos de aportes teóricos que lidam com as instabilidades humanas certamente não foi uma novidade festejada por teóricas e ativistas feministas estruturalistas nacionais, onde as estruturas binárias e universalizantes são os construtos eleitos para se interpretar as relações sociais mais díspares. A disputa continua.

Uma das propostas teórico-metodológicas de Beatriz Preciado (2009, p. 15) para o pensamento queer é “hablar desde tu próprio ano”, uma tentativa de romper a distância científica entre pesquisador e sujeito pesquisado, inclusive articulando uma fala em primeira pessoa, capaz de pensar sobre si e sobre os fluxos de poder que formam a si mesmo. Os estudos de gênero e a universidade estão preparados para este exercício? Como a teoria queer pode nos ajudar no tocante a nossas metodologias de pesquisa e à forma como nos vemos e olhamos para x Outrx em campo?

Em *Testo Yonqui* (2008) ela faz uma reflexão sobre o autoprotocolo na administração da testosterona. Ora, as mulheres heterossexuais já descobriram a testosterona há muito tempo, principalmente, como um dispositivo para “salvar” seus casamentos. Mas diria que a forma como ela utiliza o próprio corpo como arma de combate ao binarismo, a meu ver, é uma citação de um contexto cultural marcado pelo individualismo. Não vejo a Preciado como um bom exemplo para pensar a relação com o Outro. Em todo seu texto, sinto o cheiro de uma certa aversão aos sujeitos coletivos e eu não concordo. Se há críticas ao feminismo, por exemplo, não posso deixar de reconhecer a importância que ele teve e tem para alterar estruturas opressoras de gênero, de participar de manifestações, assinar Manifestos. Aquilo que se supunha ser o mais revolucionário, a narrativa do eu, acaba por reiterar um dos pilares de sustentação das sociedades capitalistas: o indivíduo como ponto de partida e de chegada de toda a vida social. O nó, o problema, seria pensar em narrativas que visibilizem as diferenças, ao mesmo tempo em que se retome à força coletiva. Por exemplo, como pensar o feminismo onde haja pluralidades morfológicas (mulheres negras, homens negros, homens gays, homens brancos, homens heterossexuais, mulheres lésbicas, travestis, transexuais, transgêneros) e unidade política?



Sobre este debate, sugiro a leitura do último livro de Pedro Paulo Gomes Pereira (2014). O autor não critica a teoria queer, mas utiliza a própria promessa da teoria queer no sentido de que é preciso situar estes teóricos e suas teorias. Podemos usar Foucault, mas entender que quando ele escreveu sobre o Estado e do controle da população, o nascimento do racismo, como partes estruturantes desse processo na França, não se pode esquecer que a organização do estado francês está vinculada à sua política externa, ou seja, ao colonialismo. E Foucault silencia sobre esta relação. Ele escreveu em um momento de crise do projeto de colonização francês na África e em meio à luta de independência da Argélia. Nas minhas pesquisas, eu tentei encontrar algum texto do Foucault se posicionando a respeito do massacre que o estado francês implementou na Argélia. Um silêncio total. Eu também tentei encontrar nos escritos de Preciado referência à situação das mulheres trans que trabalham no Bois du Boulogne, das imigrantes. Silêncio total.

Há pesquisas que apontam alianças de certos discursos oriundos de movimentos LGBTs de países colonizadores como uma das bases de sustentação da política imperialista contemporânea. O mesmo acontece com críticas feministas. Cito como exemplo o texto do Lila Abu-Lughod (2012), no qual a autora não tem medo de apontar alianças de determinados feminismos (que ela nomeia de “feminismo colonizador”) com a política imperialista. Nos países com grande presença de imigrantes LGBTs, qual o alcance das políticas públicas para esta população? Quem elas atendem? Vou lhes contar uma experiência que eu tive em Paris. Quando eu viajo, o primeiro lugar que eu vou é nos Centros LGBTs para me oferecer como voluntária. Eu cheguei a Paris no momento em que se estava discutindo o casamento para todos. Fui visitar o Centro. Eu fiquei impressionada com a estrutura. Um prédio elegantíssimo, em um dos endereços mais nobres de Paris. Eu me propus a ajudar dizendo: “deve ter pessoas imigrantes que eu posso ajudar, pois falo português e espanhol. Meu francês não é muito bom, mas estou disposta a ajudar no que for preciso”. Me responderam: “mas se você não fala francês, não pode ajudar em nada”. O que essa pessoa tinha acabado de me dizer era que aquele Centro LGBT só atende aos franceses ou quem é fluente em francês. A grande maioria das imigrantes não domina o francês. Eu pensei, de maneira ingênua, que as mulheres trans iriam naquele Centro e que ali encontrariam um espaço de apoio. Voltei outras vezes para algumas atividades. Concluí que aquele espaço é destinado quase exclusivamente aos LGBTs franceses. Ou seja, o que aquele Centro representava é um braço a favor da biopolítica francesa e que tem eleito como o grande problema nacional os imigrantes. As trabalhadoras sexuais imigrantes (trans e não trans) a cada dia são mais perseguidas, com o apoio oficial de feminismos conservadores. As mulheres trans são deportadas e humilhadas. É neste contexto que Preciado está produzindo. Quando ela conchama todos a se unirem na luta contra os binarismos, eu me pergunto “quem são estes Outros”?

E como este debate nos auxilia a pensar metodologicamente nossas pesquisas e nossa forma de produção de conhecimento?

Acho que, mais do que a questão metodológica (as interseccionalidades, a negação radical de qualquer desejo de ciência neutra, a centralidade da análise dos discursos), há outro ponto que merece ser mais discutido: a relação ética com o colaborador da pesquisa (jamais objeto de pesquisa!!). (E, mais uma vez, me inspiro em Levinas para pensar a questão ética). Eu vou para campo, faço entrevistas e essa pessoa está no meu texto. Os textos são autorais, já sabemos. Sou eu quem seleciona uma parte da fala do sujeito, articular com o autor, pô-las em diálogo. Daí surge uma pequena questão: Se a pessoa está produzindo sentidos para sua vida, interpretando sua existência, por quais razões não a citar em minhas referências bibliográficas, conferindo-lhe uma legitimidade de produção de sentidos e interpretação do mundo da mesma



ordem que atribuo, por exemplo, à Butler? O Pedro Paulo me auxiliou a pensar nessas questões. Ele vai dizer que o texto do Foucault e da Preciado tem a mesma importância que os da Cida, uma travesti colaboradora de sua pesquisa.

Não existe um problema ético que é o de pressupor, quando fazemos pesquisa, que os interlocutores e as interlocutoras deveriam ser apagados/as? Dispomos de técnicas de apagamento das pessoas pesquisadas, por exemplo, trocando o nome.

Vamos pensar, por exemplo, na Cida² e em outras pessoas trans. Quando eu as entrevisto, percebo que elas têm tanto orgulho do nome. Ela quer que o nome dela esteja lá. Isso que estou falando (reconhecer os/as colaboradores/as como referência bibliográfica) desencadeia outros efeitos, entre eles desfazer aquela falácia do senso comum *versus* pensamento científico.

Existe uma contribuição do debate queer brasileiro no contexto internacional? Nós temos uma teoria queer capaz de falar de nossas questões, de nosso lugar de fala, bem como contribuir para o debate em outros espaços?

Nós temos feito tantos eventos no Brasil sobre essa discussão, temos produzido em um ritmo assustador. O que eu vejo nos textos é a própria materialização do intelectual militante, nos termos de Florestan Fernandes. Temos construído núcleos de pesquisa, nos engajado na luta das universidades pela inclusão do nome social. Acho que o Desfazendo Gênero se insere neste contexto. No primeiro Desfazendo Gênero, realizado na UFRN, a conferência de abertura foi de Marie-Hélène Bourcier. Todo o evento tinha como eixo questões vinculadas às vivências trans. Este primeiro evento teve quase 40 grupos de trabalho e agora nós vamos publicar três livros com os trabalhos selecionados. Agora, na segunda edição, teremos 79 grupos de trabalho. E são trabalhos que vão desde o cinema, a literatura, a relação com o Estado, com a intimidade. É interessante ver esse campo em disputa, que acredito ser uma disputa com outra forma de pensar gênero e sexualidade.

A dificuldade principal que nós temos para divulgar nosso trabalho fora da fronteira é uma geopolítica do conhecimento onde os centros (principalmente Estados Unidos, Inglaterra e França) falam para dentro, não estão interessados no que acontece por aqui. Vou citar um único exemplo: um colega colombiano que trabalha com masculinidades na perspectiva queer, autor de inúmeros artigos e livros, foi fazer uma conferência em um importante Centro de pesquisa LGBT em Nova Iorque. Quantas pessoas estavam lá para escutá-lo? Duas. Quantas vezes a Preciado já veio ao Brasil, embora os convites sejam reiterados? Nunca. Pode ser que tenhamos um texto aqui e outro lá traduzido, mas não há simetria. Talvez fosse o caso de pensarmos em mudar este jogo. Como? Voltando nosso interesse e interlocução privilegiada com os países latino americanos. Uma descolonização dos estudos de gênero e sexualidade que, conforme aponte acima, já está em curso.

A teoria queer no Brasil consegue estabelecer diálogo com a análise de outras diferenças, como, por exemplo, com o debate étnico-racial e com o racismo? Como é possível articular isso em nossas pesquisas e práticas militantes?

Acho que não tem como não fazer essas interseccionalidade. É difícil e desafiador. Eu já participei de diversos eventos que tinham a interseccionalidade como proposta metodológica, mas, ao final, o que predominou foram análises binárias (homem/mulheres; negros/brancos;

² Para acompanhar este debate, ver capítulo "Queer nos trópicos" do livro *De corpos e travessias: uma antropologia de corpos e afetos* (2014), do autor Pedro Paulo Pereira.



homossexuais/heterossexuais). E uma das coisas interessantes metodologicamente que nós temos é, justamente, partir da ideia de que não existe “a mulher” ou “o homem”. O que é mulher? Um corpo com útero? Vamos dizer que os problemas da mulher favelada são os mesmos da madame? A madame, há pouco tempo, estava lutando contra a PEC do trabalho doméstico. As disputas e hierarquias intergêneros são tremendas e são violentas. Então, para que possamos desconstruir e problematizar esse lugar essencializado da mulher e do homem foi preciso acionar outros marcadores da diferença social e fazer cruzamentos, seja da questão racial, religiosa, regionalidades e também geracional.

Talvez um dos pontos de embate da teoria queer, tanto com os movimentos feministas, quanto com os movimentos LGBT, seja uma inviabilidade de ação política que não seja pautada em identidades definidas, reconhecimento e direitos. É possível afirmar que a teoria queer seja uma teoria restrita aos muros da universidade? Como ela pode auxiliar a prática militante a pensar sobre si?

Essa pergunta seria interessante para o movimento social. Eu tenho algumas críticas aos movimentos que se aprisionam e se enredam na biopolítica ao estruturar suas agendas políticas em corpos biológicos estáveis. Quando falo do meu lugar de mulher, quando demando políticas para a mulher, eu estou reforçando uma identidade que cai como açúcar na ideia de biopolítica, uma vez que se reforça a suposta estabilidade identitária a partir de elementos biológicos. O homem trans tem útero. Onde estará este corpo na política da saúde? E a mulher trans que tem próstata? Em algumas formas de política, você cola a identidade a um corpo e, a partir desta aparente estabilidade corpórea, se espera uma unidade identitária política. Existe uma necessidade de problematizar e perceber que os sujeitos que compõem essa identidade coletiva são múltiplos. Como nós da universidade podemos pensar o ativismo neste espaço? Um exemplo prático é a implementação e respeito ao nome social. Parece pouco dizer que as pessoas devem ser respeitadas pelo gênero com o qual elas se identificam. Mas isso demanda um esforço argumentativo tremendo. Reuniões e mais reuniões de convencimento. Em várias universidades onde o normativo do nome social foi aprovado, não tinha (infelizmente) nenhum membro da comunidade universitária trans. Talvez este seja um dos efeitos mais tangíveis deste “boom” de pesquisas vinculadas às vivências trans. Conseguimos empurrar a instituição até a decisão normativa de permitir o uso do nome, que garanta aos sujeitos ter a identidade de gênero respeitada. Não faz sentido dizer que isso é queer. As pessoas não precisam ler Butler, não precisam ler inglês para entender que a promessa da Universidade precisa ser tensionada, assim como a Escola, o Sistema Único de Saúde etc. Nós, geralmente, reduzimos a ideia de ativismo aos sujeitos coletivos com estatuto, com um programa. Isso é uma forma de fazer política. Nós temos alguns grupos que usam o nome queer para fazer suas políticas ou para se identificar, mas, geralmente, são grupos de estudantes que se organizam dentro das universidades sem esta marca. Os grupos que fazem enfrentamento com o Estado se organizam em torno de um formato mais tradicional e não fazem este uso (“queer”). Até porque alguns teóricos deste conjunto de pensadores e pensadoras queer partem de uma problematização da noção clássica de sujeito coletivo ou identidade coletiva. Vou dar um exemplo: sobre ser feminista, eu pergunto, qual o sujeito do feminismo? Quem pode falar em nome do feminismo? Não acho que seja exclusivamente a mulher. A ideia de um sujeito que estabilize este coletivo, um corpo feminino passa a ser problematizado. Outras pessoas que não têm essas marcas corporais se colocam no mundo a partir desse lugar de identificação que diz “eu sou feminista”, “eu sou um homem, sou feminista”. Hoje talvez não nos soe muito estranho, mas até muito recentemente era quase uma heresia pensar em um homem feminista, ou em uma mulher trans feminista.



Algumas críticas à teoria queer dizem respeito ao alcance dela para além dos muros da Academia. No entanto, é possível ver bandas – Banda Uó, de Goiás, cuja vocalista, é transexual; Solange tô aberta, trio formado por rapazes gays que apresentam uma proposta chamada por eles de “feminista” e “não identitária” – grupos teatrais – Coletivo As Travestidas, do Ceará – entre outras expressões artísticas do presente e também do passado, como Dzi Croquettes, que, por meio de discursos e performances artísticas, questionam a abjeção dos corpos e existências que se pautam na heteronormatividade. Qual é a sua leitura sobre a relação da arte com a teoria queer? A arte pode ser um espaço mais subversivo e aberto aos trânsitos de identidades e identificações?

A arte é este espaço aberto, portanto, mais perigoso. Você vê uma performance do *Solange, tô aberta* onde o vocalista tira um terço do anus. São tantas leituras possíveis de serem feitas sobre esse ato performático. Ele está fazendo aquilo que a gente tenta discutir (os corpos colonizados, o cristianismo como uma máquina de opressão, a libertação/agência do sujeito que tira o terço do ânus). São tantas possibilidades de potência do corpo em cena. Ali tem uma teoria, uma vivência, uma densidade, sem as amarras que nós temos na academia. Nossos textos são domesticados, pois não nos colocamos no texto, estamos o tempo todo segurando as rédeas quando a imaginação quer fluir. A função do orientador muitas vezes é esta: estabelecer limites, perguntar sobre as referências e sobre com quem se está dialogando. O artista se arrisca. Nós estamos com bengalas, óculos, aparatos, proteções, notas de rodapé. Essa capacidade de produzir transgressão – que é diferente de revolução – e instabilidades pode não nos permitir pensar em grandes transformações sociais, de massa – e é importante também desconfiarmos dessas “massas” idealizadas da esquerda ortodoxa. Que nome damos a estas performances? Temos que perguntar para os sujeitos que as estão produzindo. O artista poderá te dizer: queer não, eu sou completamente antropofágico, herança dos índios tupinambá.

Referências

ABU-LUGHOD, Lila. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e os Outros. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2: 256, maio-agosto, 2012.

ALMEIDA, Guilherme de. ‘Homens trans’: novos matizes na aquarela das masculinidades? **Revista Estudos Feministas** (UFSC. Impresso), v. 20, p. 513-523, 2012.

ANZALDÚA, Gloria Evangelina. **Borderlands/La Frontera: The New Mestiza**. Aunt Lute Books, 1987.

AUSTIN, John Langshaw. **Quando Dizer é Fazer: palavras e ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Difusão Europeia, 1970.

BENTO, Berenice. **A (re) invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Natal: EdUFRN, 2014a.

_____. *Queer o quê? Ativismo e estudos transviados*. Dossiê Teoria Queer. **Revista Cult**: São Paulo, agosto/2014b.



_____. Brincar de gênero, uma conversa com Berenice Bento. **Revista Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, Jul/Dec, p. 475-497, 2014c. Entrevista concedida a Diego Madi Dias.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: feminism and the subversion of identity**. New York/London: Routledge, 1999.

_____. **Undoing Gender**. New York/London: Routledge, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Reprodução cultural e reprodução social. In: BIMBAUM, Pierre;

CHAZEL, François (Orgs.) **Teoria Sociológica**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1977.

COLLING, Leandro. Panteras e locas dissidentes: o ativismo queer em Portugal e Chile e suas tensões com o movimento LGBT. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 93, p. 233-266, set/dez, 2014.

DERRIDA, Jacques. **Limited Inc**. Campinas: Papyrus, 1991.

_____. **Márgenes de la filosofía**. Madrid: Cátedra, 1988.

DUSSEL, Enrique. **1492: El Encubrimiento del Otro**. La Paz: Plural Editores, 1994.

_____. **Hacia una filosofía política crítica**. Bilbao: Editorial Desclé de Brouwer, 2002.

_____. **Política de Liberación**. Volumen I. Madrid: Trotta, 2008.

FOUCAULT, Michel A verdade e as formas jurídicas. **Cadernos PUC**, Rio de Janeiro, 4ª ed., ano 6, n. 74, p. 05-82, 1991.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

GROSGOUEL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 337-362, jul-dez 2012.

HALBERSTAM, Jack. F2M: The Making of Female Masculinity. In: JANET, Price; SHILDRICK, Margrit (Orgs.). **Feminist Theory and the Body: a Reader**. Nova York: Routledge, 1999.

HALBERSTAM, Jack; VOLCANO, Del L. **The drag king book**. Londres: Serpent's Tail, 1999.

JESUS, Jaqueline G. et al. (Orgs.). **Transfeminismo: Teorias e Práticas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Matanoia Editora, 2014.

LANDER, Edgardo. Eurocentrismo y colonialismo en el pensamiento social latinoamericano. In: BRICEÑO-LEÓN, Roberto; SONNTAG, Heinz R. (Eds.). **Pueblo, época y desarrollo: la sociología de América Latina**. Caracas: Nueva Sociedad, 1998. p. 97-96.

LEITE Jr., Jorge. **Das Maravilhas e Prodígios Sexuais** – A Pornografia “Bizarra” como Entretenimento. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2006.

_____. **Nossos corpos também mudam** - a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2011.

LEVINAS, Emmanuel. **La Huella del Otro**. México: Ed. Taurus, 2001.



MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais / projetos globais:** colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte, UFMG, 2003.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação:** masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume Editora/FAPESP, 2012a.

_____. **Teoria Queer:** um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012b.

NERY, João W. **Viagem solitária:** memórias de um transexual 30 anos depois. São Paulo: Leya, 2011.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. **De corpos e travessias:** uma antropologia de corpos e afetos. São Paulo: Annablume, 2014.

PELUCIO, Larissa. **Abjeção e Desejo** – uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS. São Paulo, SP: Editora Annablume, 2009.

PRECIADO, Paul B. De la filosofía como modo superior de dedar por el culo. **Reverso**, Revista de Estudios Lesbianos, Gays, Bisexuales, Transexuales, Transgénero. Madrid: Higuera Arte S.L., n. 3, 2000.

_____. **Manifiesto contra-sexual:** prácticas subversivas de identidad sexual. Madrid: Pensamiento Opera Prima, 2002.

_____. Terror anal. In: HOCQUENGHEM, Guy. **El deseo homosexual**. Madri: Melusina, 2009.

_____. **Testo Yonqui**. Madrid, Editora Espasa Calpe, 2008

QUIJANO, Aníbal. **Modernidad, Identidad y Utopia en America Latina**. Lima: Sociedad & Política Ediciones, 1988.

_____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais - CLACSO, 2005.

TEIXEIRA, Flávia B. **Dispositivos de dor:** saberes poderes que (con)formam as transexualidades. 1ª ed. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2013.

THURLER, Djalma. **Retratos do Brasil Homossexual** - Fronteiras, Subjetividades e Desejos. 1ª ed. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial, 2010.

Masculinidades, desejos e travestilidades: reflexões sobre o curta-metragem “Ontem à Noite”

Masculinities, desires and “travestilidades”: reflections upon the short movie “Ontem à noite”

Rossana Maria Marinho Albuquerque^a

O ponto de partida

*Minha mãe me queria santo
Eu descobri que amava os vícios
Eu precisei andar com as bruxas
Eu aprendi com as flores
Meu pai me queria impávido
Eu precisei correr das brigas
Eu aceitei levar uns socos
Eu aprendi com as flores
Benditas flores sem vocês não sou ninguém
(Flores do Bem – Wado/Momo)*

O Estado de Alagoas tem vivenciado um contexto de produção cinematográfica bastante fértil, nos últimos anos. Apesar disso, as políticas públicas voltadas para este setor ainda não contemplam as demandas do campo cultural efetivamente, fazendo prevalecer um quadro majoritário de produção de cinema independente. Uma geração de jovens cineastas tem movimentado a cena cultural no estado, produzindo filmes que, por vezes, têm tocado em algumas das feridas profundas da realidade alagoana, um contexto de inúmeras contradições, que se manifestam em índices socioeconômicos e culturais.

“Ontem à Noite”, motivador deste texto, é um curta-metragem realizado no ano de 2013, por Henrique Oliveira e pela produtora Panan Filmes, com recursos obtidos no Prêmio Guilherme Rogato de incentivo à cultura – promovido pela prefeitura de Maceió. Em vinte e dois minutos, o filme nos tira da zona de conforto das aparências sociais, sobretudo as que normatizam as sexualidades, que naturalizam o modelo heterossexual, nos levando ao universo dos desejos reprimidos (ou satisfeitos clandestinamente) e das violências simbólicas e físicas, que se manifestam fortemente pelas manifestações de transfobia, tão presentes no Nordeste brasileiro.

Quando vi “Ontem à Noite” pela primeira vez, me senti tomada pela força discursiva do filme. Uma espécie de paixão pela narrativa e pela atuação dos personagens, capazes de expressar, em pouco mais de vinte minutos, a complexa teia das experiências de gênero e sexualidade vivenciadas pelos sujeitos. Percebia que a linguagem cinematográfica produzia o choque necessário: que ia desde a desconstrução dos lugares de gênero tradicionais, típicos em Alagoas, até o desconforto provocado pelo destino da personagem Vivian.

¹ O filme está disponível no endereço eletrônico <<https://www.youtube.com/watch?v=jnXmcGZEHE0>>.

^a Doutora em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, São Carlos, SP, Brasil. Contato: rossanamarinho@yahoo.com.br

Para tratar de desejos, o filme também fala de frustração, angústia, medo, violência e abjeção. Depois de revê-lo algumas vezes e perceber o quanto o filme me remetia às questões de gênero, caras a mim não só enquanto perspectiva teórica, mas também por fazerem parte do contexto sociocultural alagoano, procurei expressar as principais impressões na forma de texto. O presente ensaio é fruto deste intuito de relacionar as questões que o filme me suscitou a uma reflexão teórica sobre gênero, sexualidade e a necessidade de afirmação radical das diferenças.

Em Alagoas, um estado no qual a cultura machista ainda se impõe fortemente, ser travesti significa estar à margem de conquistas sociais e sujeita às mais diversas formas de violência. Em “Ontem à Noite”, somos levados a perceber ou lembrar que o custo social pago pelas travestis é a negação de sua humanidade, em todos os aspectos: a impossibilidade de ter um cotidiano tranquilo e desempenhar suas atividades como qualquer outro indivíduo; de poder amar e expressar livremente seus sentimentos; de se afirmar e se reconhecer no trabalho; de poder simplesmente circular nas ruas. A rua é espaço de identificação e vulnerabilidade, ao mesmo tempo. “Nas esquinas é que as travestis, muitas vezes, têm a sensação de pertencer a algum lugar. Um lugar que começa no corpo de uma outra travesti” (PELÚCIO, 2009, p. 70). É também um espaço onde prevalece a ausência dos direitos humanos básicos para uma parcela de pessoas que não se adequam aos padrões reguladores dos corpos e que perdem também no plano econômico, sendo destituídas de outras formas de realizações ou conquistas.

Cavalcanti (2011) vem desenvolvendo pesquisas sobre as travestis em Maceió e apontou em um de seus estudos que, naquele momento, apenas uma travesti tinha acesso ao ensino superior público na cidade e várias delas desistiam da formação escolar, por não suportar o estigma de estar em um espaço que significava o desrespeito constante à sua condição de humanidade e escolhas identitárias.

Aragão (2015, p. 6), em uma resenha na qual discute sobre literatura e transfobia, aponta alguns dados interessantes para pensarmos na condição cidadã destas pessoas: a expectativa de vida da população trans no Brasil representa uma média de vida de 30 anos, enquanto para o conjunto da população brasileira esta média é de 78 anos; a fonte de renda prevalecente das pessoas trans vem, em 90% dos casos, da prostituição. As barreiras para o acesso aos graus de educação formal, junto do estigma social ainda tão forte, não só no Nordeste brasileiro, mas em todo o Brasil, colaboram para a configuração desta realidade e para a naturalização da ideia de que a prostituição seria a única profissão a ser desempenhada pelas travestis. No limite da intolerância, as pessoas trans têm pagado com a própria vida pelo simples fato de não se encaixarem nas normas que qualificam o corpo dentro de uma dada inteligibilidade cultural, para usar os termos de Butler (2002, p. 19).

Um ano antes de “Ontem à Noite”, Henrique Oliveira produziu “Farpa”, um filme emblemático, baseado no livro “Maria Flor”, da escritora alagoana Arriete Vilela, que aborda gerações de mulheres violentadas em várias dimensões – psicológica, física e sexual -, em um universo de traços patriarcais muito expressivos. “Farpa” é um filme perturbador, ao abordar as experiências de mulheres, sobretudo de camadas mais pobres, de um contexto fortemente agrário e patriarcal. As gerações de mulheres de “Farpa” nos perturbam, nos lembrando do peso social experimentado, quando “ser mulher” significa na prática estar sujeita a diversas formas de violências e abusos.

“Ontem à Noite” apresenta outras modalidades de inquietação, embora também relacionadas às experiências de gênero e sexualidade no contexto alagoano. A trama, movimentada pelos desejos reprimidos à luz do dia das relações sociais, se dá no contexto da capital “Maceió que emerge após as luzes do seu sol tropical serem apagadas, onde finalmente os desejos podem emergir”². Dois personagens principais, a travesti e trabalhadora sexual Vivian e o advogado

² Trecho da sinopse do filme. Disponível em: <<http://www.mostradofilmelivre.com/14/info.php?c=7645>> Acesso em: 9. Maio. 2015.



Felipe³, vivenciam seus desejos longe das convenções sociais e, ao mesmo tempo, por meio de experiências marcadas por elas.

A partir de uma etnografia na qual acompanhou o cotidiano de travestis em São Paulo, Pelúcio (2009, p. 73) constata que

O “dia” é uma categoria temporal que encarna um tipo de sociabilidade com o qual as travestis não parecem à vontade em lidar. A suposta racionalidade diurna se coloca de maneira dramática nas narrativas colhidas ao longo deste trabalho. Assim, é mais difícil se proteger dos olhares e falas diurnas do que da violência e surpresas da noite. A gente sai e nunca sabe se vai voltar”. Sair de casa, ainda que não seja para o trabalho, para a “esquina”, se mostra um desafio para as travestis.

As simbologias construídas no filme retratam de uma maneira impressionante as experiências concretas vivenciadas pelas travestis, de modo que, ao ler os depoimentos e descrições do trabalho etnográfico de Pelúcio (2009), parecia ser possível visualizar a personagem Vivian naquelas falas, ou o contrário: ter a sensação de que a ficção construída em “Ontem à noite” era tão real quanto os relatos etnográficos.

O filme, ao tratar das contraditórias possibilidades sentimentais e sexuais, consegue abordar a complexidade das relações de gênero, na medida em que nos conduz ao contexto para além do encontro às escondidas, revelando as intersecções de gênero, raça e classe social no contexto da cidade de Maceió.

O lugar do desejo, no filme, nos remete à noção de estrutura da catexia, conforme elaborada por Connell (2007). A noção, elaborada a partir da ideia de catexia em Freud, considera os mecanismos sociais constituintes do conteúdo dos desejos, que podem ser canalizados para determinadas pessoas ou objetos, bem como podem criar determinadas repulsas ou hostilidades. O desejo, ao mesmo tempo em que reside e é elaborado no âmbito individual, se constitui de referenciais sociais. É desse modo que os objetos de desejo e repulsa são reiterados socialmente, definindo os limites do moralmente aceitável ou execrável.

No filme, os desejos residem na fronteira tensa entre a satisfação e a angústia. A corporalidade dos atores, ao longo das cenas, nos permite perceber como os indivíduos experimentam tais lugares de gênero e sexualidade, seja quando expressam a angústia da adequação às normas sociais, seja quando as transgridem, desestabilizando o conteúdo do desejo socialmente construído e reiterado.

Além das questões abordadas sobre gênero e sexualidade, vale destacar um elemento positivo para o contexto cultural onde o filme é produzido e serve de cenário para a trama: o fato da linguagem do cinema ser utilizada para tratar de tais questões e contribuir, direta ou indiretamente, para uma reflexão coletiva sobre a realidade alagoana e as formas de modificá-la.

O nosso grande desafio é recolocar o olhar dos alagoanos sobre a sua cidade-símbolo, Maceió. É nela que os conflitos advindos de todo o estado desaguardam. Pretendemos olhar para nossa cidade através da perspectiva da relação entre o marginal e o oligarca, longe do glamour da ‘Faixa de Gaza’ diurna e vespertina já tão conhecido, comentado e badalado do nosso ‘paraíso das águas’. Enfim, tentar levantar esse olhar menos estereotipado e mais social e político, mas não por isso menos poético, sobre a nossa cidade.⁴

³ No filme, não é possível deduzir a profissão de Felipe. Há uma cena em que a mãe de Vivian faz menção a ele como “seu namoradinho doutor”, o que me fez pensar que ele fosse médico. Em matéria publicada no jornal Gazeta de Alagoas, o diretor do filme conta como o roteiro foi elaborado e cita a profissão de advogado do personagem Felipe. A matéria está disponível no endereço: <<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=226788>> Acesso em: 9. Maio. 2015.

⁴ Depoimento do diretor do filme, Henrique Oliveira, em entrevista para o jornal Gazeta de Alagoas. Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=226788>> Acesso em: 28. Maio. 2015.

O cinema, neste sentido, pode ser um elemento de democratização sociocultural em Alagoas, um contexto ainda marcado pela hegemonia de elites descomprometidas com avanços sociais em vários níveis, que se reflete em índices socioeconômicos e culturais negativos que o estado apresenta.

Entre o desejo e a norma

No cenário noturno da capital alagoana Maceió, Felipe (representado por Roberto Rezende) e Vivian (representada por Silvio Leal) se encontram movidos pelos seus desejos. Cada personagem carrega os traços sociais das camadas às quais pertencem. Felipe, advogado, branco, casado, transita da sua rotina de figura masculina socialmente adequada, para a busca da satisfação dos desejos encobertos pela heteronormatividade, que o situam na posição de um esperado “pai de família”. Na noite, estimulado pelas substâncias químicas que utiliza, Felipe rompe a fronteira moral que o estabelece socialmente, indo ao encontro com Vivian.

Vivian, travesti, trabalhadora sexual, pertencente a uma camada pobre, tinha como um dos seus horizontes abrir seu próprio salão de beleza e colocar prótese de silicone. Em um dos diálogos com a mãe, Vivian projeta alguns dos seus sonhos, ambos impedidos pela condição financeira: “Eu monto meu salão e boto meus peitos”. Na sua penteadeira, vários produtos cosméticos vão compondo a performance feminina da personagem, situada entre sonhos e desejos. Vale destacar a sensibilidade da personagem, tão bem representada pelo ator Silvio Leal. A expressão sensível e idealista da personagem se contrasta com o imaginário de monstruosidade construído socialmente sobre as travestis. E talvez por isso o destino dela é perturbador, porque invoca a nossa consciência para a percepção da injustiça e desumanidade.

Para reconstruir a trajetória dos personagens de acordo com os elementos que o filme permite identificar, nos remetemos ao caráter multidimensional do gênero, conforme a perspectiva de Connell (2009). Para a socióloga, gênero é uma estrutura social com caráter multidimensional. Em função disso, gênero relaciona-se, ao mesmo tempo, com identidade, trabalho, poder, sexualidade, ainda que tal relação possa se estabelecer de maneira contraditória. No filme, os dois personagens principais expressam lugares de gênero e classe que, apesar de não inviabilizar completamente a satisfação dos desejos, criam distâncias e conformam diferentes destinos.

A noite chega e, com ela, a possibilidade do encontro. No ambiente do “coqueiral”, vem à tona os desejos e experiências sexuais dos corpos longe dos discursos que fixam significados para sexo e gênero, por meio da construção dicotômica homem/mulher. Na cena em que o casal libera suas vontades, há desejos difusos experimentados pelos corpos, rompendo as fronteiras normativas, ainda que na condição de um encontro às escondidas. Um encontro marcado pela contradição entre a liberdade do desejo e a limitação da norma, configurando o momento como um encontro com hora para acabar.

Mais do que a condição de sujeita desejante, a personagem Vivian nos remete também à sua humanidade. Na medida em que o filme nos faz transitar entre a sua casa e a rua, podemos acessar a condição humana e subjetiva da personagem, a partir de sua própria narrativa, e os estigmas e violências reservados socialmente às travestis, sobretudo nas ruas, *locus* de vulnerabilidade e manifestação da intolerância social. A transgressão da identidade de gênero, representada pela identidade travesti, lhe custa o peso do estigma e a negação da sua humanidade. Em Vivian, podemos vislumbrar as inúmeras situações vivenciadas pelas travestis, quando são destituídas de direitos ou, no extremo, quando se é retirado brutalmente o direito à vida, fundamental a qualquer ser humano.

Nas palavras de Butler (2000, p. 112), “a formação de um sujeito exige uma identificação com o fantasma normativo do ‘sexo’ e esta identificação se dá através de um repúdio que produz um campo de abjeção, um repúdio sem o qual o sujeito não pode emergir”. Esta passagem é



bastante elucidativa para pensarmos nos desdobramentos da personagem Vivian, tratados a partir da próxima seção.

Masculinidades, poder e desejos

Os lugares sociais vivenciados por Felipe e Vivian são distantes o suficiente para conferir para cada um diferentes destinos na trama. O contexto social, neste caso, delimita as experiências mais fortemente, seja porque separa os sujeitos quase que em “castas” sociais, seja porque a frágil consolidação da esfera pública cria impacto na condição cidadã, potencializando a vulnerabilidade do lado mais frágil da relação. É quando aparecem no filme as figuras dos personagens “playboys”, que traduzem o ideal de uma elite branca, agrária e patriarcal, constituída na base de uma violência estrutural.

É possível identificar diferentes construções de masculinidades, quando comparamos o personagem Felipe aos chamados “playboys”. Em Felipe, existe uma masculinidade instável, situada entre as fronteiras que o separam da sua condição masculina cotidiana (com todas as atribuições heteronormativas) e o levam para um ambiente de desejos socialmente proibidos. Nos “playboys”, encontramos a encarnação da norma e a reiteração dos discursos de uma masculinidade hegemônica, que constrói a figura masculina como sinônimo do “macho” violento, que se impõe enquanto gênero, raça e classe.

Vivian aparece como um exterior constitutivo - nos termos de Butler-, por significar aquilo que a norma tenta invisibilizar e que aparece como uma ameaça ao padrão, sendo por isso constantemente rechaçada. Do ponto de vista de uma cultura que naturaliza a condição de homem a um determinado modelo corporal e sexual, Vivian é a violação da norma que a sociedade não quer ver e pretende expurgar do seu universo. O momento do filme em que os “playboys” encenam, representa uma síntese de toda uma estrutura social, pois naquele momento, cada personagem carrega as marcas sociais que os situam na relação.

No retorno do encontro com Felipe, Vivian o espera na rua, enquanto este vai a um posto de conveniência. Surgem os personagens dos “playboys” e uma série de simbologias podem ser identificadas quando estes se dirigem a Vivian. O grupo de jovens estaciona o carro e começa a provocá-la com xingamentos. As seguintes citações reproduzem trechos das falas dos personagens na cena:

- “O que é que vocês querem?” (Vivian)
- “Sua buceta é que não é, né?” (Playboy)
- “Claro que não é! Você quer pica!” (Vivian)
- “Não tem rola suficiente pra todo mundo dentro desse carro não, hã? Não vai sobrar cu! Ah, vão se fuder!” (Vivian)

A chegada dos “playboys” é expressiva, porque ela traz à tona os elementos de uma cultura falocêntrica local, os situando numa condição de poder em relação à Vivian, rechaçada por não ser, ao mesmo tempo, nem homem, nem mulher, nos termos concebidos em questão. De acordo com Pelúcio (2009, p. 42):

As experiências que constituem a travestilidade têm na transformação do corpo e do gênero um fator que desestabiliza a ordem binária dos sexos e dos gêneros. O fato de estarem subvertendo uma ordem tida como natural e, por isso, tomada como “normal”, tende a tornar suas vidas inabitáveis. Assim, é pela força da exclusão que elas têm se constituído.

Ao utilizar o falo contra o falocentrismo, Vivian desperta a ira dos “playboys”, que descem do carro em sua direção. “Você sabe quem eu sou?”, “Você acha que você é quem?”, pergunta

um dos “playboys” para Vivian. Naquele momento, toda a conformação social vem à tona e cada um dos personagens é, ao mesmo tempo, indivíduo e também o lugar que ocupa naquele contexto. O “playboy” aciona sua autoridade de elite e de macho que se impõe socialmente. Sua autoridade se constitui na tentativa de destituir Vivian de qualquer humanidade: quem você acha que é? Ao enfatizar o “acha que é”, a inviabiliza enquanto ser e identidade de si. Independente de quem a pessoa pensa que é, há um significado prévio para sua existência e o “playboy” encarna a norma para delimitar, naquela situação, o que é humanamente concebível.

Para compreender este lugar de autoridade da fala do personagem, vale considerar que gênero é uma construção social e cultural, que estabelece diferenças e/ou hierarquias a partir delas. A posição de autoridade dos “playboys” faz com que eles se vejam no direito de importunar a pessoa de Vivian e, ao mesmo tempo, agir violentamente quando suas masculinidades são questionadas por ela.

Após as agressões verbais, a sequência de violências físicas que levam Vivian à morte.

*Repete! Viado do caralho!
Tá com pena? Estrangula esse filho da puta, meu irmão!
Estrangula essa porra!*
(Trechos das falas dos personagens “playboys”)

As afirmações de Butler contribuem para pensar na repulsa atribuída a Vivian pelos “playboys”:

Estas atribuições ou interpelações alimentam aquele campo de discurso e poder que orquestra, delimita e sustenta aquilo que pode legitimamente ser descrito como “humano”. Nós vemos isto mais claramente nos exemplos daqueles seres abjetos que não parecem apropriadamente generificados; é sua própria humanidade que se torna questionada. Na verdade, a construção do gênero atua através de meios excludentes, de forma que o humano é não apenas produzido sobre e contra o inumano, mas através de um conjunto de exclusões, de apagamentos radicais, os quais, estritamente falando, recusam a possibilidade de articulação cultural. Portanto, não é suficiente afirmar que os sujeitos humanos são construídos, pois a construção do humano é uma operação diferencial que produz o mais e o menos “humano”, o inumano, o humanamente impensável. Esses locais excluídos vêm a limitar o “humano” com seu exterior constitutivo, e a assombrar aquelas fronteiras com a persistente possibilidade de sua perturbação e rearticulação (BUTLER, 2000, p. 116-117).

Após assassinar Vivian, os “playboys” complementam o ritual de violência arrastando o corpo dela até a via pública, dando maior visibilidade à aniquilação completa dela como sujeita que transgride a normatividade dos corpos. Pelo fato de vivenciar seu corpo sem dotá-lo das marcas da masculinidade imposta socialmente, Vivian é considerada repulsiva. Sua existência exprime ameaça à norma, ainda que não fosse sua intenção explícita. A internalização da repulsa é tão intensa, que autoriza o grupo dos jovens “playboys” a praticar conscientemente o ato de expurgar o indivíduo considerado indesejável. Aqui, mais um contraste identificado no filme, se pensarmos que o encontro de Vivian com Felipe ocorre às escondidas, enquanto a prática violenta dos “playboys” é propositalmente tornada visível. Projetos de masculinidades que incitam a negação ou vergonha da sexualidade que viola a norma e enfatizam a figura do macho violento requerido como sujeito viável.

Antes que pudesse reencontrar Vivian após sair da conveniência, Felipe assiste às agressões de longe, angustiado e inerte. A contradição presente na cena revela que Felipe, em última instância, permanece em sua posição social e não “se arrisca” a tentar evitar a violência cometida contra Vivian, pois provavelmente seu lugar de sujeito seria igualmente destituído



ao defendê-la. Mesmo sendo advogado, podendo reagir do ponto de vista da afirmação de direitos naquela situação, prevalece a condição masculina de Felipe, que estaria rompendo a cumplicidade da norma machista, caso se expusesse ao tentar defender Vivian.

Quais corpos importam naquela situação? Qual diferença faz para a sociedade em ter uma travesti violentada até a morte e entrar para as notícias policiais no dia seguinte? Quem sairia da sua zona de conforto para tentar livrar Vivian da violação máxima da sua humanidade?

Mais uma vez, os questionamentos de Butler (2000, p. 124) se fazem pertinentes para refletirmos sobre a questão:

Como, pois, podemos pensar a matéria dos corpos como uma espécie de materialização governada por normas regulatórias — normas que têm a finalidade de assegurar o funcionamento da hegemonia heterossexual na formação daquilo que pode ser legitimamente considerado como um corpo viável? Como essa materialização da norma na formação corporal produz um domínio de corpos abjetos, um campo de deformação, o qual, ao deixar de ser considerado como plenamente humano, reforça aquelas normas regulatórias? Que questionamento esse domínio excluído e abjeto produz relativamente à hegemonia simbólica? Esse questionamento poderia forçar uma rearticulação radical daquilo que pode ser legitimamente considerado como corpos que pesam, como formas de viver que contam como “vida”, como vidas que vale a pena proteger, como vidas que vale a pena salvar, como vidas que vale a pena prantear?

Após presenciar Vivian sendo violentada, Felipe volta ao seu contexto normativo. Ao chegar em casa, faz uma espécie de “limpeza” dos resquícios da noite. Ao longo do banho, o personagem exprime várias sensações e pratica uma masturbação angustiada, com a mão direita, enquanto a mão esquerda carrega o símbolo do seu comprometimento com a heteronormatividade: a aliança de casamento.

Após a recomposição de figura masculina casada, Felipe vai para o quarto deitar-se. A esposa, que já estava deitada, deixa ver no movimento do seu corpo a barriga de gestante. O dia vai amanhecendo na cidade e, junto com ele, todas as convenções e moralidades sociais.

No contraste entre noite e dia, o curta-metragem nos remete a várias contradições da cidade de Maceió. O foco principal deste ensaio foi abordar as que se remetiam às questões de gênero e sexualidade. Mas, mesmo para conduzir o texto priorizando tais dimensões, foi preciso mencionar o contexto socioeconômico no qual se desenvolvem tais relações, para compreender os mecanismos de poder que se estabelecem e situam os sujeitos em lugares desiguais, ainda que relacionados.

O curta-metragem “Ontem à noite” consegue articular as várias dimensões de gênero e sexualidade, por meio da narrativa dos encontros entre Felipe e Vivian. Ao mostrar o que ocorre em volta deles, nos conduz às realidades de cada um e os contextos que criam modelos de masculinos e femininos segundo uma dada normatividade. Em um lugar onde prevalece um conservadorismo cultural, a reiteração das normas sociais requer um esforço para cada indivíduo, seja quando adere ou delas se afasta. No filme, desejos e repulsas convivem relacionalmente, constituindo-se, ainda que contraditoriamente.

O poder de repulsa à condição da travesti Vivian expressa a norma que alimenta o modelo de família heterossexual na qual Felipe vai se circunscrever, atendendo a desejos socialmente construídos, dentre eles a ideia de que todo “homem” ou toda “mulher” teria como destino se casar e constituir família. Para manter este modelo como hegemônico em um contexto tradicional, “ser homem” muitas vezes significa aprender, desde cedo, a reproduzir os códigos de uma cultura machista, que requer o tom autoritário representado pelos personagens “playboys”.



O fato de que a norma precisa ser reiterada significa, segundo Butler (2000), que a materialização do discurso nunca é completa. O personagem Felipe encontra-se na fronteira entre a reiteração da norma e suas instabilidades que dão vazão aos desejos sexuais não normativos.

O mundo em volta de Felipe e Vivian é permeado por estigmas e hierarquias. Vivian experimenta o lado mais perigoso e vulnerável da relação. O simples fato de existir é suficiente para ser considerada uma ameaça aos padrões. Na medida em que estes se impõem como norma fixa, tudo aquilo que lhe seja diferente é tido como indigno, abjeto, repulsivo. A mesma cultura que exalta valores relacionados a uma moral familiar, sustenta a violência simbólica e física praticada contra travestis, mas também contra pessoas trans em geral, além das lésbicas e homossexuais.

O filme “Ontem à noite” fala sobre a cidade de Maceió, mas também expressa a realidade brasileira, que se mostra tão conservadora nas questões de gênero e sexualidade, violando das mais diversas formas os direitos humanos da comunidade LGBTTT e negando a possibilidade de um convívio pacífico com as diferenças. Aqui vale citar uma passagem de Connell (2003, p. 309, *Tradução minha*), na qual se remete à ideia de igualdade complexa, aquela que busca a afirmação das diferenças e o questionamento das desigualdades:

Buscar justiça social nas relações de poder quer dizer questionar o predomínio dos homens no Estado, nas profissões e na direção; também inclui acabar a violência que os homens exercem contra as mulheres. Ademais, significa mudar as estruturas institucionais que tornaram possíveis tanto o poder da elite como a violência corpo a corpo. Buscar a justiça social na divisão do trabalho derivada do gênero significa terminar com os dividendos patriarcais na economia monetária, compartilhar o peso do trabalho doméstico e igualar o acesso à educação e à preparação (que segue sendo muito desigual no mundo). Buscar a justiça social na estrutura da catexia significa terminar com o estigma da diferença sexual e com a imposição da heterossexualidade obrigatória, além de reconstruir a heterossexualidade com base na reciprocidade e não nas hierarquias. Para conseguir isto, é necessário ultrapassar a ignorância produzida socialmente, que faz da sexualidade um lugar para o medo e um vetor de enfermidade.

No contraste entre noite e dia, do que se oculta e o que vem à tona, o curta-metragem suscita questões e é possível que consiga inquietar a todas as pessoas que se recusam a viver num mundo que fixa normas para os corpos, ditando-lhes modos de ser e sentir. Ao contrário das narrativas românticas, nas quais o amor tudo supera e redime, dissolvendo todas as contradições no final da história, a trama de “Ontem à noite” nos provoca com o destino trágico que nos chama para a realidade e para a necessidade de desejar um mundo de afirmação das individualidades em vários níveis. Neste sentido, de maneira bastante contraditória, a personagem Vivian contém o elemento da realidade trágica que a destitui enquanto humana, ao mesmo tempo em que carrega a possibilidade de um mundo que possa não apenas tolerar, mas valorizar as diferenças.

Termino me apropriando das palavras – e aqui recriando seu significado - do poeta alagoano Ledo Ivo, no poema “O Desejo”: “Prefiro um voo de pássaro a tudo o que é eterno. A tudo o que é durável prefiro o perecível: a sombra fugidia no dia luminoso dos narcisos e rosas; os instantes que regem, na noite indecorosa, o amor dos amantes, seus gritos e gemidos; a pétala fugaz ferida pelo outono.[...] Recuso-me a durar e a permanecer. Nasci para não ser e ser o que não é após tanto sonhar e após tanto viver”.



Referências

ARAGÃO, Carmélia. Literatura contra transfobia. In: *Capoeira: Revista de Humanidades e Letras*. Vol.1. Nº 2. Ano: 2015. Disponível em: <<http://www.capoeirahumanidadeseletras.com.br/ojs2.4.5/index.php/capoeira/article/download/16/24>>. Acesso em: 23. Maio. 2015.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'. In: LOURO, Guacira Lopes (org). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-172.

CAVALCANTI, Manuella Paiva de Holanda. *Gênero, Educação & Diversidade: sociabilidade das travestis nos ambientes educacionais na cidade de Maceió/Al*. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, 2011, Salvador. Anais Eletrônicos do XI CONLAB, 2011. v. 11.

CONNELL, Raewyn. *Gender*. Cambridge: Polity Press, 2009.

_____. *Gender and Power*. Stanford, California: Stanford University Press, 2007.

_____. *Masculinidades*. México, D. F.: Universidad Nacional Autónoma de México, 2003.

PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

Recebido: 30 maio, 2015
Aceito: 10 jun., 2015

A operacionalização da categoria *pedofilia* nas sentenças judiciais do Estado de São Paulo

The operationalization of the *pedophilia* category in São Paulo judicial decisions

Thamara Moretti Soria Jurado^a

Resumo

No presente relato apresento a trajetória inicial da pesquisa de doutoramento “A operacionalização da categoria *pedofilia* nas sentenças judiciais do Estado de São Paulo”, iniciada em 2013 e em andamento. Em linhas gerais, procuro identificar como a categoria *pedofilia* é operada no judiciário, especificamente nas sentenças judiciais proferidas no estado de São Paulo, de 2012 a 2014. Nesse percurso, apresento a dificuldade encontrada para acessar o campo do judiciário e a especificidade da linguagem jurídica. Nas considerações finais, procuro apresentar algumas questões e inquietações em relação ao modo como a questão da *pedofilia* vem sendo construída.

Palavras-chave: pedofilia; sexualidade; infância.

Abstract

This report is to present the trajectory of the doctoral research named “ The operationalization of the *pedophilia* category in São Paulo judicial decisions”. The work started in 2013 and is still in progress. In general, I try to identify how *pedophilia* category is operated in the judiciary, specifically in court decisions issued in the state of São Paulo from 2012 to 2014. Herein, I show the difficulties to access the juridical field, specifically in judicial decisions and the specific nature of the legal language . In the final considerations, I try to present some questions and concerns related the way issue *pedophilia* has been built.

Keywords: pedophilia; sexuality; childhood.

^a Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Mestra em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Contato: thamara.uab@gmail.com



Apresentação

No presente trabalho apresento a trajetória inicial da pesquisa de doutoramento “A operacionalização da categoria *pedofilia* nas sentenças judiciais do Estado de São Paulo”, iniciada em 2013 e em andamento. Em linhas gerais, nesse trabalho procuro identificar como a categoria *pedofilia* é operada no judiciário, especificamente nas sentenças judiciais proferidas no estado de São Paulo, de 2012 a 2014.

A palavra *pedofilia* é formada por dois vocábulos gregos, *paidó* que significa “menino ou criança” e *filia* “afinidade, amizade”. O termo foi apropriado pela psiquiatria para denotar uma parafilia caracterizada pela atração sexual de adultos por crianças¹, também chamada de pedossexualidade, e é considerada um transtorno mental (CID-10, F65.4) pelo Código Internacional de Doenças da Décima Conferência de Genebra.

Segundo o Catálogo internacional de doenças, parafilia é caracterizada por anseios, fantasias ou comportamentos sexuais recorrentes e intensos que envolvam objetos, atividades ou situações incomuns e causam sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social ou ocupacional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo. As características essenciais de uma parafilia consistem em fantasias, anseios sexuais ou comportamentos recorrentes, intensos e sexualmente excitantes, em geral envolvendo: 1) objetos não-humanos; 2) sofrimento ou humilhação, próprios do parceiro, ou 3) crianças ou outras pessoas sem o seu consentimento.

A apropriação psiquiátrica do termo é central para a legitimação dessa categoria em diferentes campos, uma vez que a sua utilização jurídica, política, midiática etc. partem deste entendimento. A utilização da palavra *pedofilia* passa a ser mobilizada com frequência por vários setores da sociedade brasileira (mídia, poderes legislativo, judiciário e executivo, igrejas, escolas etc.) a partir da década de 1990, paralelamente a criação de diretrizes nacionais e internacionais para o cuidado, proteção e pedagogização do sexo para crianças.

Não há um crime chamado *pedofilia*, esta palavra sequer é mencionada no Código Penal ou no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que são os principais instrumentos legais utilizados na atualidade. Na prática do campo jurídico, contudo, esse termo vem sendo empregado para designar atos que envolvam atração sexual de um adulto por crianças ou adolescentes, de modo que diferentes ações podem ser compreendidas como características de *pedofilia* e diferentes tipos de crime podem ser associados a esta prática.

A preocupação com a sexualidade infantil e a noção de abuso sexual são fenômenos recentes na história ocidental que tomam forma no século XX. Como demonstra Ariés (1981, p.129), as brincadeiras sexuais entre adultos incluíam as crianças até século XVII, tratando-se de uma prática familiar. Com a reforma moral cristã e depois a científica no final do século XVIII e início do XIX, especialmente na Inglaterra e França, a sociedade burguesa passa por um processo de dessexualização que traria à infância as características de inocência e pureza.

No Brasil colonial, quando emergiam denúncias de estupro, cabia à Igreja o julgamento e penalização das mesmas, no entanto, acusações dessa ordem eram, em geral, desprezadas. Ao analisar a documentação arquivada em Lisboa, Luiz Mott (1988) verifica que a prática sexual entre adultos e crianças não chegou a ser considerada crime pela Inquisição, mesmo quando envolvia violência. O fato que levaria a condenação de uma pessoa seria a ocorrência da sodomia perfeita, penetração e ejaculação, considerada um crime religioso por macular o sêmen que teria a função sagrada da procriação, fundamental para a religião cristã.

¹ Utilizo criança para designar a pessoa até 12 anos de idade e adolescente até 18 anos, conforme previsto no ECA (Lei nº 8.069/90): “considera-se criança, para todos os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”.



Com a extinção do Santo Ofício, em 1821, a sodomia deixa de ser crime religioso, em 1823 o Brasil proclama sua independência e, a partir do século XIX, o controle dos desvios sexuais passa a ser tarefa do Estado. Momento em que as denúncias de crimes sexuais deveriam ser dirigidas aos presidentes das províncias. Mott (1988, p.39) aponta para uma significativa mudança que começa a surgir nesse momento em que os casos de denúncia de estupros infantis saem da indiferença para a vigilância dos chefes de polícia em todo o território nacional. Demonstrando, de um lado, a repressora moralidade vitoriana operando pela dessexualização da infância e, de outro, o surgimento da preocupação com direitos humanos de crianças e jovens.

Já no início do século XX, a infância era encarada como um problema social demonstrando a preocupação com o futuro do país, era preciso gerenciá-la para que seguisse o caminho do trabalho e da ordem. Acreditava-se na maleabilidade infantil, tal como um corpo facilmente adaptável, a criança precisaria ser educada para livrar-se de possíveis vícios, especialmente atribuídos aos pequenos herdeiros da pobreza e da miséria, dentre os quais fazia-se a diferenciação entre o pobre digno e o vicioso, sendo que apenas o primeiro teria acesso a cidadania.

A permanência da criança com a sua família era imprescindível para torná-la um cidadão ou uma cidadã, era nesse meio que os parâmetros morais seriam devidamente absorvidos. As crianças abandonadas permaneciam sob a tutela do Estado que, com o aparato jurídico e assistencial, seria responsável por educá-las. Como demonstra Irene Rizzini (2011, p.89), as crianças eram “objeto de um minucioso escrutínio e ampla manipulação”, assim que diagnosticadas de acordo com o grau de abandono e de delinquência recebiam o tratamento devido. É nesse contexto que surge a categoria “menor”, utilizada para identificar e lidar com a criança pobre entendida como objeto de intervenção jurídica e estatal.

Estigmatizadas, crianças e adolescentes pobres eram compreendidos como potencialmente perigosos e delinquentes, faziam parte de um problema em torno da questão de defesa e eram alvos de políticas de segurança. O termo “menor” surge como um reflexo da maneira como a questão da criança e do adolescente era encarada no Brasil, como uma ameaça a ordem pública. Com a criação do Código de Menores², em 1927, essa situação aparece formalizada e amparada por políticas assistencialistas e repressivas que estipulavam que o “menor em situação irregular” é que estaria sob a tutela do Estado.

Com as discussões da Constituinte de 1988, durante o processo de redemocratização, as questões da infância e adolescência são rediscutidas entre teóricos, militantes, órgãos governamentais e não governamentais, chegando a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 (Alvarez, M., 2013).

Objetivos da pesquisa, metodologia e discussões preliminares

Nessa breve trajetória da constituição de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos especiais e, ao mesmo tempo, alvos de políticas de controle social, a regulação da sexualidade aparece pautada pela moralidade religiosa, pela racionalidade médica e pela criação de regras jurídicas. Regulamentações que não se apresentaram, exatamente, em uma sequência cronológica, mas que operaram e continuam operando de diferentes formas e contextos, e que estão pautadas no modelo de sexualidade heterossexual e reprodutiva, sobretudo a partir do século XIX com a *scientia sexualis*. Segundo Foucault (1988, p. 43), nesse processo em que as sexualidades dissidentes são associadas à doença mental, os desvios são catalogados e são estabelecidas normas para o desenvolvimento sexual saudável em todas as gerações.

² Decreto n.º 17.943A de 12 de outubro de 1927.

As estratégias discursivas e os dispositivos institucionais de controle, portanto, estiveram e estão presentes nos espaços ocupados por crianças e adolescentes permeando uma preocupação socialmente crescente com a manutenção da infância como um período em que as fragilidades, a inocência e pureza devem ser mantidas até a adolescência, quando já estarão preparadas para receber as instruções médicas que garantirão a vivência de uma sexualidade considerada saudável, dentro da normatividade.

Laura Lowerkron (2012, p.5), traz à tona a discussão de dois efeitos desse processo no qual são criadas tecnologias de controle social, sensibilidades e responsabilidades no enfrentamento da *pedofilia*, quais sejam: a construção da *pedofilia* como um problema social e a identificação do *pedófilo* como um *monstro contemporâneo*. *Monstros* representam alguém fora da ordem, do que é considerado natural e normal. Se até o século XVI a *monstruosidade* estava associada a deformidades físicas, a partir do XVIII desloca-se para a interioridade, identificada em comportamentos que desafiam normas de conduta, em especial as que se referem à sexualidade. É desse modo que a atenção se volta para as mentes deformadas, as psicopatias, perversões sexuais e parafilias.

Laura (2012) retoma a constituição dos “degenerados” do século XIX, que comentiam delitos aparentemente irracionais, mas não se encontravam em estado de delírio, na realidade eram considerados permanentemente doentes e possuidores de um mal que poderia ser transmitido às próximas gerações. Hoje o *pedófilo*, ao ser encarado como um degenerador, também carrega a possibilidade de degenerar outras gerações, no caso a das crianças que abusou. Tornou-se recorrente entre especialistas da área da psicologia a avaliação de que *pedófilos* teriam sido crianças vítimas de abuso. (Lowenkron, 2012, p.140)

Com o estabelecimento de um “ciclo do abuso”, as crianças que teriam tido a infelicidade de passar por algum tipo de situação de violência sexual, teriam uma grave tendência de repeti-la no futuro. Segundo Débora Dell’aglio e Samara Santos (2008, p.2), trata-se de um padrão aprendido na situação de violência vivida na infância e que é apropriado como algo “incontrolável, ou ainda, natural”. Diante desta constatação, crianças que tenham sido vítimas de violência sexual precisarão ser vigiadas por pais, professores, psicólogos e qualquer manifestação do desejo fora da ordem será, fatalmente, considerada parte do mal propagado.

Sendo as relações entre gerações alvo de preocupações e dispositivos legais, Gayle Rubin (2003, p. 43) chama a atenção para o fato de que a formalização da fronteira entre a pureza e inocência do período infantil e a sexualidade adulta, não reconhecem a sexualidade dos jovens e, portanto, não estabelecem uma diferenciação entre as questões relacionadas à violência sexual contra crianças e a normatividade estabelecida nas relações entre jovens e adultos.

Configurada como uma ampla categoria, a *pedofilia* vai abarcar diversos atos dentro da mesma problemática. Se faz necessário, portanto, discutir o caráter das regras, os critérios de avaliação, os padrões de sensibilidade e as estratégias de intervenção envolvidas nesse processo. Na forma como está construída, o que essa categoria nos mostra e o que esconde?

Como essa categoria opera no judiciário? Mais do que apontar os instrumentos legais utilizados nas sentenças, para absolver ou condenar, é preciso identificar quais são os aspectos extra legais utilizados para tipificar os sujeitos envolvidos e que intervém na decisão de juízes.

Os problemas enfrentados para acessar o universo do poder judiciário

A entrada no campo do judiciário foi um grande entrave que quase inviabilizou essa pesquisa e acabou trazendo a necessidade de repensar as estratégias de acesso ao campo. O projeto inicial era fazer a pesquisa de no município de Divinópolis- MG, com processos judiciais encerrados desta comarca que utilizassem a *pedofilia* como categoria de operacionalização para designar crimes relacionados à violência sexual contra crianças ou adolescentes.



Como os casos de violência sexual contra crianças são julgados em “segredo de justiça”, os processos somente podem ser acessados pelas autoridades competentes, o investigado e seu advogado. Apesar de saber que o meu acesso aos processos penais seria possível somente com autorização judicial, o fato de possuir contato com um promotor de justiça, mantido há quase um ano, estava explícito (ao menos para mim) que a entrada nesse campo “estaria garantida”.

No entanto, no momento de providenciar a autorização formal para que eu, finalmente, entrasse em contato com os processos na íntegra, o promotor de justiça informou que não poderia permitir o acesso aos documentos na íntegra, mas que selecionaria partes de alguns e disponibilizaria para minha leitura. Salientei a importância de acessá-los na íntegra para que a pesquisa apresentasse aquele universo tal como se apresenta e não com os recortes do promotor. Nesse momento, entendi que até aquele momento, o promotor estava trabalhando com a possibilidade do meu acesso apenas à excertos do que ele consideraria relevante para a discussão acerca da *pedofilia*.

Diante das minhas ressalvas em relação à metodologia de análise que me foi proposta, o promotor entrou em contato com os juízes que poderiam permitir o meu acesso. Enviei uma solicitação formal, depois uma comprovação de matrícula no programa de pós graduação, atendendo a tudo o que foi pedido mas nada foi suficiente. Em seguida, o promotor informou que parte da dificuldade para conseguir a autorização era pelo fato de não tratar-se de uma advogada pedindo acesso aos documentos oficiais em “segredo de justiça”. A resposta final, com autorização ou não, era sempre protelada com a promessa de fazer novos contatos.

Passei a entrar em contato com juízes responsáveis pelas varas da infância e juventude de outras duas comarcas que solicitaram a formalização do pedido e, em seguida, negaram o acesso. A justificativa de ambos foi afirmar que o arquivo dos processos encerrados está localizado em outra cidade, portanto, não caberia a eles permitirem o acesso, seria necessário procurar o responsável pelo próprio arquivo. No entanto, esse arquivo se constitui apenas como um instrumento do judiciário que é, inclusive, operado por uma empresa terceirizada. Ao entrar em contato esta empresa fui informada de que não há um juiz responsável. A retirada de um processo correspondente a uma determinada vara é responsabilidade do juiz desta mesma vara.

A lógica do segredo estava evidente e a entrada nesse campo sinuoso, em que informações se cruzam e se contradizem, seria facilitada caso eu tivesse duas condições básicas: se fosse advogada ou tivesse um contato pessoal (uma relação de confiança) com algum juiz da infância e juventude. O meu contato com o promotor e a relação de confiança estabelecida até aquele momento não tinham sido suficientes, a entrada no campo do segredo me parecia impossível. Laura Lowerkron (2012), ao apresentar a dificuldade para acessar a Polícia Federal e efetuar a pesquisa sobre pornografia infantil, salienta a importância do segredo na construção de laços naquele espaço e a construção da confiança como um valor moral determinante.

Nesse momento, passei a procurar o que todas as pessoas “comuns” poderiam consultar no sítio do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo³. Entre acórdãos e sentenças, fiz a opção por trabalhar com as sentenças judiciais. Apesar de trazerem o desfecho final do processo, apresentam como fundamentação da decisão: o desenrolar do caso, trechos de relatos das testemunhas, do réu e da vítima. Considerações necessárias para identificar os elementos utilizados na tipificação do réu e da vítima, fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao refazer o acesso ao campo, foi necessário repensar todo o projeto e rever o recorte espacial e temporal. A consulta realizada no tribunal de justiça com a palavra *pedofilia*, sem recorte de datas, disponibilizou 65 sentenças judiciais localizadas no estado de São Paulo e proferidas de 2012 a 2014. A consulta pública não apresentou sentenças de anos anteriores, refazendo a busca com datas anteriores não há resultados.

³ Disponível em: <http://esaj.tjsp.jus.br/cjpg/> acessado em 03/06/2014



Ao examinar cada sentença foi possível identificar que 24 apresentavam a palavra *pedofilia* ao longo do texto mas se referiam a diferentes tipos de crime que não tinham relação com o objetivo desta pesquisa. Desse modo, foram selecionadas 41 sentenças de julgamentos de casos relacionados à violência sexual contra crianças ou adolescentes e que, em algum momento da sentença, apresentam-se como práticas de *pedofilia*.

Na etapa seguinte, iniciei a leitura e catalogação do material levantado com o objetivo de identificar as práticas discursivas para construção de um regime de verdade jurídica que tipificaria réu e vítima durante os processos judiciais. Uma problematização que, necessariamente, conduz a uma busca por códigos e lógicas da linguagem do direito intrínsecos ao processo de averiguação de uma denúncia em que discursos são proferidos, mas podem ser considerados ou não.

As especificidades do campo jurídico

A utilização das sentenças judiciais na presente pesquisa implica em um trabalho de interpretação da palavra escrita com o objetivo de compreender os discursos que são construídos no judiciário, em torno da categoria *pedofilia*, identificando os embasamentos legais utilizados mas, especialmente, procurando apreender quais são os aspectos extra legais que intervêm na decisão de juízes.

Como salientam Fabiana Oliveira e Virginia Silva (2005), a pesquisa realizada com documentos oriundos do judiciário, que são históricos e oficiais, trazem o poder e a interpretação como duas implicações metodológicas intrínsecas a esse processo. Em relação ao poder, é preciso considerar que, em um documento oficial, o Estado seria considerado o verdadeiro locutor das sentenças, demonstrando que nenhum grupo social específico seria privilegiado durante o processo, nos depoimentos ou no pronunciamento do juiz responsável. A pesquisa documental com processos ou sentenças judiciais envolverá a interpretação e a questão da subjetividade neste universo em que valores, regras e condutas “entram em jogo na luta simbólica em que estão envolvidas as representações do mundo social”. (OLIVEIRA, F.; SILVA, V. 2005, p. 246)

Além da questão do poder, já explorada acima, há mais uma imbricação no caso das sentenças, a descrição do caso e a seleção dos depoimentos é costurada e filtrada pelo juiz. O exercício de controle do Estado a partir da produção de verdades nos casos apresentados ficam evidentes nesse material mas, ao mesmo tempo, é preciso considerar que juízes não são meros aplicadores dos instrumentos legais. O uso destes instrumentos não é neutro, os valores dos juízes influenciam suas decisões e estão presentes no discurso, segundo Fabiana Oliveira e Virginia Silva (2005, p. 250):

Ao narrar sua interpretação sobre um caso, parece evidente que o depoente estará usando determinadas associações, valores, preconceitos e estigmas e que isto, de algum modo, estará registrado no processo. E no caso do discurso dos juízes, é possível perceber, ainda por trás dos efeitos da retórica da autonomia, impessoalidade e universalidade, que suas falas expressam um grupo social que também opera uma série de representações próprias e que tem especificidades de acordo com a trajetória de carreira de cada um.

Durante os processos são proferidos diferentes discursos, por diferentes interlocutores, mas sempre ao redor do juiz, de sua figura centralizadora e aparentemente inabalável, que não apenas detém o direito a palavra naquele espaço mas que também controla a palavra do outro. As perguntas são direcionadas ao juiz e é ele quem as redireciona aos presentes, o registro dos depoimentos proferidos é feito pelo juiz, que “traduz” para a linguagem jurídica a fala da pessoa “comum”.



Toda essa cena evidencia as especificidades deste universo e, em particular, da própria linguagem jurídica que procura demonstrar um cientificismo que dificulta ou inviabiliza o entendimento de quem não tem formação na área. Ao longo das sentenças é possível identificar palavras em latim, termos técnicos, científicos, que para Bourdieu (1990) são apresentados como marcas da impessoalidade, da neutralidade e universalidade do poder judiciário.

Nesse jogo estão presentes a formalidade dos códigos, as práticas institucionais do sistema de justiça criminal, os poderes que se concentram naquele espaço, ao mesmo tempo em que se constroem trajetórias individuais a respeito da vida cotidiana das pessoas. Nesse sentido, nos casos em que a pedofilia emerge como justificativa ou motivo para as práticas colocadas sob julgamento, as estratégias discursivas utilizadas naquele espaço trazem à tona o jogo de posições em relação à sexualidade, é nesse momento que surgem estereótipos e associações recorrentes a uma sexualidade normatizada e regulada, não apenas em relação ao comportamento do réu, mas especialmente em relação ao comportamento da ou do denunciante.

Considerações finais

Discorrer a respeito da *pedofilia* é como colocar o dedo em uma ferida aberta, que causa reações de dor, nojo, medo e sarcasmo simultaneamente. Reações como estas, associadas à desqualificação de qualquer questionamento que possa ser colocado a respeito do tema, trazem à tona o medo de algum tipo de inversão da ordem social.

Mas é nessa ordem que a concentração da atenção no *monstro* a ser combativo esconde outras questões que precisariam emergir deslocando a questão da violência contra crianças e adolescentes para outro patamar. Uma das questões encobertas é a família, até agora considerada uma instituição canônica capaz de proteger e garantir o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes. No entanto, é no interior da família que a prática da violência sexual contra crianças e adolescentes encontra um lugar propício, em que as relações de poder estabelecidas estão resguardadas por sua sacralidade.

A discussão a respeito da *pedofilia* vem sendo fortemente associada, por exemplo, aos perigos da internet e a necessidade de vigilância neste universo aparece como um algo fundamental para a prevenção. Não defendo que crianças possam ou devam utilizar a internet sem qualquer critério ou acompanhamento, mas é preciso desmistificar que é por esse universo que a violência se efetivará. Sem dúvida, há casos que se desenrolaram a partir de um contato virtual, mas é no universo familiar que os casos mais acontecem.

O foco na prevenção e punição tem deslocado a questão para a necessidade de controle e criação de leis cada vez mais rígidas. Os dispositivos de controle da sexualidade infantil e adolescente, mantendo-os puros e inocentes, protegendo-os de possíveis *pedófilos* e, ao mesmo tempo, vigiando-os e instruindo-os quando apresentam uma sexualidade considerada imprópria para sua idade ou quando foram vítimas de violência sexual. A crença no “ciclo do abuso” e na contaminação da perversidade impõe um estigma cruel em crianças e adolescentes que tenham sido vítimas.

O senador Magno Malta, que presidiu a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito da *Pedofilia* no Brasil em 2008 e tornou-se um dos representantes no combate à *pedofilia*, chegando a escrever uma cartilha para divulgação do Abuso Sexual Infante Juvenil⁴, fez um pronunciamento no Senado Federal em 11 de novembro de 2008 no qual, segundo Laura Lowerkron (2012, p.127):

⁴ Disponível em: http://www.magnomalta.com/portal2/pdf/Cartilha_frente_verso.pdf

revela a preocupação com o perigo de contaminação perversa das crianças pelos “pedófilos”. Ao falar das “vítimas” que aparecem nas cenas de sexo nas imagens de “pornografia infantil”, ele exclama: meninas e meninos de 7 anos de idade, viciados no sexo. Mexeram na sua libido! Criaram verdadeiras taras e fizeram *monstros* de crianças de 8, 10 anos de idade.

Essa infância que não se configura mais na lógica da pureza, passa a ser entendida como uma *infância monstruosa*, que precisa da vigilância de pais, professores e familiares para que não contaminem seus pares e, ao mesmo tempo, necessita de tratamento e acompanhamento de especialistas para que sejam curadas, porque com o mal, a degeneração e o vício já foram contaminadas.

As estratégias de controle da vida devem, portanto, proteger dos perigos, patologias (transtornos mentais, doenças sexualmente transmissíveis, delinquência, inadaptação etc.) em um processo de instauração da norma que tornou determinados corpos excluídos e *abjetos*.

A construção e multiplicação desses saberes, estabelecidos nas relações de saber e poder que vão compor verdades que incidem sobre corpos e definem identidades, criam uma nova categoria para pessoas desviantes, anormais ou *abjetas*. No caminho de Butler e Foucault, a compreensão de que sexo é um ideal regulatório, uma categoria normativa que funciona ao mesmo tempo como uma prática reguladora que produz os corpos que governa ao mesmo tempo em que os demarca, os circunscreve e os diferencia.

Como a sociedade está fundada na matriz binária da sexualidade, para Butler (2003), a heterossexualidade compulsória é o sistema regulador da sexualidade e subjetividade. Por conseguinte, a sexualidade inteligível é a que faz a relação entre sexo, gênero, práticas sexuais e desejo. O processo de manutenção dessa ordem heterossexual compulsória se daria na repetição de normas constitutivas de identidades, em que o gênero também compõe uma identidade construída pela repetição incorporada de diversas maneiras, em gestos, movimentos e estilos.

As sexualidades que não apresentam essa relação binária nem sempre são aceitáveis nesse sistema normativo e são patologizadas, segundo Butler (2003, p.39), “certos tipos de identidade de gênero parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente porque não se conformam às normas de inteligibilidade cultural”. Embora tenha como uma tipologia a patologização psiquiátrica, a noção de *abjeto* está circunscrita em uma perspectiva mais ampla, na qual Butler (2003) inclui todas as vidas desconsideradas, cuja materialidade são entendidas como não importantes.

Ainda que, de um modo geral, *abjeto* venha sendo utilizado para designar sexualidades ininteligíveis, esta palavra pode ser utilizada para designar estas pessoas consideradas desviantes sexuais apenas como sinônimo de desprezíveis, repulsivas, vis, etc. Jorge Leite Júnior (2012, p.561) salienta, contudo, que estas pessoas não são ininteligíveis, tal como argumenta:

Talvez a maneira violenta e inferiorizante, com tonalidades de nojo, zombaria e medo com que essas pessoas são ainda cotidianamente tratadas, revele que essas pessoas não estão além ou fora das categorias conhecidas de inteligibilidade social. Talvez elas estejam em uma outra e específica categoria de inteligibilidade. Uma categoria organizada desde, pelo menos, a Antiguidade Clássica e que legitima a maneira com que elas são percebidas e tratadas socialmente: essas pessoas estão na categoria de “monstros”.

Segundo o autor, seria possível considerar uma nova categoria de pensamento capaz de englobar seres ou condutas ininteligíveis para um determinado período histórico, como



uma possibilidade de reconhecimento social, que seria dada pela categoria de *monstros*. (LEITE JÚNIOR, 2012)

Se a violência sexual constitui uma falha no desenvolvimento infantil, produzindo uma sexualidade ininteligível e imprópria para essa fase, estas crianças (vítimas de violência sexual) estariam circunscritas na categoria de *monstros*? Na trajetória da presente pesquisa, talvez o maior incômodo proporcionado pelo tema seja o fato de que a preocupação com as crianças vítimas de violência sexual, no modo como a questão da *pedofilia* vem sendo construída, passe pela vigilância e tratamento destas infâncias consideradas *monstruosas*.

Referências

ALVAREZ, Marcos. *Punição, Discurso e Poder: Textos Reunidos*. Tese (livre-docência): Departamento de Sociologia. USP, SP, 2013.

BOURDIEU, Pierre. A força do Direito: elementos para uma sociologia do campo jurídico. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo: Difel, 1990.

BUTLER, Judith. "Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'". In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DELL'AGLIO, Débora Dalbosco; SANTOS, Samara Silva dos. Compreendendo as mães de crianças vítimas de abuso sexual: ciclos de violência. In: Estudos de Psicologia, outubro-dezembro, Campinas, 2008

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

KRAFFT-EBING, Richard von. *Psychopathia Sexualis*. New York: Arcade Publishing, 2011.

LEITE JUNIOR, Jorge. Transitar para onde? Monstruosidade, (Des)patologização, (In)segurança social e identidades transgêneras. In: *Revista dos Estudos Feministas*, vol.20/2, maio-agosto, 2012.

LOWERKRON, Laura. *O Monstro Contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos*. Tese (doutorado): Departamento de Antropologia Social. UFRJ, RJ, 2012.

MEIJER, I. C. e PRINS, B. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. In: *Revista Estudos Feministas*, vol.10, no.1, Jan, 2002.

MISKOLCI, Richard. Dos desvios às diferenças. In: Teoria e Pesquisa, nº 47, Jul/Dez de 2005.

_____. Reflexões sobre normalidade e desvio social. In: *Estudos de Sociologia*, v.7, n. 13/14, 2003.

OLIVEIRA, Fabiana Luci; SILVA, Virgínia Ferreira da. Processos judiciais como fonte de dados: poder e interpretação. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, nº 13, jan/jun 2005, p. 244-259.

RODRIGUES, Herbert. *A pedofilia e suas narrativas: uma genealogia do processo de criminalização da pedofilia no Brasil*. Tese (doutorado): Departamento de Sociologia. USP, SP, 2014.



RUBIN, Gayle. “Pensando sobre Sexo: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade”.
In: *Cadernos Pagu*, nº. 21, 2003. pp. 01-88.

SINHORETTO, Jacqueline. *Corpos do poder: operadores jurídicos na periferia de São Paulo*.
In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, nº 13, jan/jun 2005, p. 136-161.

Recebido: 06 maio, 2015

Aceito: 28 maio, 2015

Política macroeconômica e mercados financeiros: o jogo de credibilidade e a dívida pública no contexto da eleição do governo Lula (2002-2003)

Macroeconomic policy and financial markets: the confidence game and public debt in the context of Lula's election (2002-2003)

Felipe Calabrez^a

Resumo

Este artigo busca fornecer algumas pistas analíticas que permitam clarificar o modo como o Estado brasileiro e suas finanças se articulam com o capital financeiro. Não se trata de buscar explicações gerais, mas, antes, de compreender o padrão de interação que foi sendo construído no Brasil a partir do regime militar e que foi se modificando ao longo do tempo, a culminar no padrão pós Plano Real. A maneira de captar a interação entre as finanças do Estado e as finanças privadas é analisar a política econômica estatal naquilo que se tornou essencial no período pós estabilização monetária: a política fiscal e a política monetária. A preocupação que orienta a análise é a de captar o sentido político da política econômica e o papel que a dívida pública exerceu nos períodos em questão. Uma longa reconstrução histórica é feita com o objetivo de iluminar os caminhos que levaram ao plano de estabilização monetária e, posteriormente, à eleição de Lula, buscando clarificar as dificuldades que este governo enfrentou para empreender uma ruptura no padrão de política econômica herdado.

Palavras-chave: política econômica; política fiscal; governo Lula; dívida pública no Brasil.

Abstract

This paper tries to provide some political hints which would let to clarify the way the Brazilian State and its finances associate with the financial capital. It is not about providing general answers, but to understand instead the interaction pattern that has been built in Brazil since the Military Government and that has been changed through the years, to end in the after Plano Real pattern. The way to grasp the interaction between the finances of the State and the private finances is to analyze the economic policy in those which have become essential in the after financial stabilizing period: the fiscal policy and monetary policy. The concern which guides the analysis is the one that grasps the political meaning of the economic policy and the role that the public debt has played in the periods already mentioned. A long historic reconstruction is done with the goal of shedding light on the ways that have led to the monetary stabilization plan and, after that, to Lula's election, trying to clarify the hardships which this government faced to set a rupture to the inherited economic policy pattern.

Keywords: economic policy; fiscal policy; Lula's election; public debt.

^a Doutorando em Sociologia, Universidade de São Paulo – USP, e em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas - EAESP-FGV, mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná. Contato: f.calabrez@hotmail.com



Introdução

É sabido que o presidente recém-eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, tomou conhecimento da seguinte crítica a seu governo:

Enquanto sinais de paralisia da atividade produtiva e declínio da inflação se tornam cada vez mais enfáticos, autoridades econômicas do governo Luiz Inácio Lula da Silva emitem sinais de que não cederão ao clamor pela redução das insuportáveis taxas de juros vigentes...pouco importa se o pulso da economia desvanece, se a demanda arrefece, se o desemprego apavora, se a dívida pública e a carga fiscal escalam e as empresas são asfixiadas. **O que orienta a lógica de alguns tecnocratas do BC são os modelos armazenados em seus computadores. São eles que parecem ditar os rumos da economia.** [...] Manter a economia nos trilhos atuais significa estagnação, desemprego e deterioração da renda, embora agrade àquela **fatia francamente minoritária que faz fortunas emprestando dinheiro ao Estado...**”(grifos meus)¹.

É notório que em menos de cinco meses desde a posse o governo Lula tenha recebido uma crítica tão contundente de um dos principais jornais do país. No entanto, o que chama atenção não é o tom crítico ao governo; é, antes, a natureza da crítica: A acusação de que a condução econômica estaria nas mãos de tecnocratas e a referência aos beneficiados pelo conteúdo da política (a fatia mais rica que vive de juros) são elementos usualmente encontrados em blogs e colunistas de esquerda; raramente em editoriais de grandes jornais. No entanto, é sabido que essa foi a marca de quase todo o primeiro governo Lula, a saber, a manutenção de altíssimas taxas de juros, a demonstração de compromisso com controle rígido dos gastos (exceto aqueles referentes à dívida pública) e a manutenção de superávits primários maiores do que aqueles exigidos pelo conservador FMI. Em suma, o aprofundamento dos princípios mais ortodoxos da política econômica herdada do governo anterior, ao qual fora ferrenho opositor.

A continuidade chama mais atenção se considerarmos as origens sindicais e de esquerda do Partido dos Trabalhadores. É claro que seria ingênuo supor que um governo eleito pudesse romper radicalmente com todo o regime de política econômica herdado e contrariar interesses societários estabelecidos. Entretanto, o grau de passividade chamou atenção de inúmeros analistas, que acusaram o governo de “beijar a cruz” (ARANTES, 2007), ou se de render ao mantra ortodoxo de que “não há alternativas”, o que na prática só favorece aqueles que fazem fortunas emprestando dinheiro ao Estado, os rentistas (PAULANI, 2008). O interesse desse artigo, no entanto, é mais analítico: Busca-se aqui desvendar quais seriam os principais elementos que explicariam o conturbado processo que culminou na eleição de Lula em 2002 no que diz respeito, fundamentalmente, a dois fatores – separados didaticamente, mas que na prática estão profundamente interligados – a saber: i) A questão da credibilidade necessária frente aos mercados financeiros (em contexto de liberalização financeira) e ii) O papel da dívida pública, seus beneficiários e sua relação com a política econômica.

O primeiro ponto é especialmente interessante por nos permitir abordar a dinâmica financeira e democrática em conjunto. Como afirma Santiso, “*In emerging markets, financial turbulence and politics are closely linked*” (SANTISO, 2003). Focando na conjuntura 2002-2003 Santiso demonstra como se dá a tensa interação entre finanças e política, concluindo que o “nervosismo” dos mercados financeiros aumenta muito em períodos de eleição, sobretudo em economias emergentes que liberalizaram o fluxo das finanças. Nesse contexto os mercados

¹ O trecho acima foi publicado no Editorial do Jornal Folha de São Paulo em 17/05/2003 e foi transcrito por Bernardo Kucinski em carta endereçada a Lula no mesmo dia. Kucinski, a pedido de Luiz Gushiken, exerceu durante o primeiro mandato a função de resumir as matérias veiculadas nos principais jornais do país e enviá-las ao então presidente Lula, que as recebia, impreterivelmente, todas as manhãs. Trecho disponível em KUCINSKI (2014, p. 108-109).



intensificam sobremaneira seu monitoramento sobre cada ato, fala ou aceno dos governos e dos candidatos a governo.

Anos de eleição são, do ponto de vista de investidores financeiros, “conjunturas críticas”; são momentos de volatilidade. Nesses momentos, os compradores de títulos públicos (bondholders) tendem a exigir maiores prêmios de risco para compensar as incertezas do período eleitoral. É fundamental, então, para entender a dinâmica das turbulências financeiras, focar nos ‘sentimentos do mercado’, na sua percepção. Entretanto, complementa Santiso:

It's important, however, to stress that during 2002, behind the election issue, economic fundamentals also worried investors. More precisely, and contrasting with previous crises in emerging markets, rather than concerns over the exchange rate, investors were focused on **debt dynamics**. Since 1999 Brazil has adopted a floating exchange rate regime, and the most recent round of financial market turbulence has concerned fiscal sustainability rather than the sustainability of a fixed exchange rate” (SANTISO, 2006, p. 277).

O que a passagem acima nos revela é que a insegurança dos investidores financeiros diz respeito, em grande medida, à sustentabilidade fiscal. Diante disso, a intenção nesse artigo será mostrar como há uma estreita relação entre política fiscal, dívida pública e comportamento do mercado financeiro. Entender essa complexa relação parece ser uma boa pista para posteriores análises políticas da conjuntura marcada pela eleição do governo Lula em 2002.

Cabe, diante disso, realizar um breve apanhado histórico da construção do mecanismo de endividamento público no Brasil, suas funções e sua relação com a política econômica em cada período. A abordagem da dependência de trajetória pode ser usada (de maneira não determinística) para ajudar a compreender o padrão de interação que foi sendo construído no Brasil a partir do regime militar e que foi se modificando ao longo do tempo, a culminar no padrão pós-plano de estabilização monetária (Plano Real). A preocupação que orienta a análise é a de captar o sentido político da política econômica e o papel que a dívida pública exerceu nos períodos em questão, de maneira a iluminar os caminhos que levaram à eleição de Lula, buscando clarificar as dificuldades que este governo enfrentou para empreender uma ruptura no padrão de política econômica herdado.

Processo de construção institucional do mecanismo da dívida pública e suas funções

Após o golpe militar de 1964 se inaugura no Brasil uma nova etapa política e econômica, marcada pela continuidade de um projeto geral de desenvolvimento, embora agora marcadamente autoritário e concentrador de renda. O desenvolvimentismo dos militares² acentuou o processo de industrialização, que, embora conduzido por meio de um pacto com o empresariado nacional e o capital externo, teve o Estado como seu principal agente econômico e financeiro. Assim, iniciou-se um processo político e de criação institucional no qual se buscava criar um conjunto de mecanismos institucionais que visava ampliar a capacidade³ financeira e de intervenção do Estado. Nesse sentido, a reforma tributária e

² Há três momentos distintos, do ponto de vista da condução econômica: O PAEG de Roberto Campos e Otávio G. de Bulhões (1964-1967); Fase do “milagre econômico” de Delfim (1968-1973); e anos do II PND, com Simonsen (Fazenda) e João Paulo dos Reis Veloso (Planejamento).

³ A ênfase aqui atribuída à política fiscal encontra respaldo na noção de capacidade estatal oferecida por Skocpol, para quem “A state's means of raising and deploying financial resources tell us more than could any other single factor about its existing (and immediately potential) capacities to create or strengthen state organizations, to employ personnel, to coopt political support, to subsidize economic enterprises, and to fund social programs” (SKOCPOL, 1985, p. 17).

o mecanismo de captação de poupança compulsória (FGTS e PIS-Pasep) foram medidas que visavam ampliar aquilo que Luciano Martins chamou de “capacidade extrativa” do Estado (MARTINS, 1985). Junto com essas medidas, outra forma de financiamento buscada pelo Estado foi o mecanismo de endividamento público. É sobre o desenvolvimento desse mecanismo que essa seção focará.

Um dos pontos presentes no Plano de Ação Econômica (PAEG) do governo Castelo Branco foi a criação de um mercado de títulos públicos, pois o mecanismo de dívida pública de que o Estado dispunha até então era muito incipiente. Nesse sentido, medidas que visavam reformar o sistema fiscal e financeiro foram fortemente marcadas pelo estímulo ao desenvolvimento de um mercado de capitais e de um eficiente mercado de títulos públicos, que deveria atender a dois objetivos: Atender à demanda de recursos financeiros para financiar déficits públicos (mercado da dívida pública) e viabilizar operações de política monetária. Data desse período o mecanismo de correção monetária, que protegia os investidores contra eventuais perdas advindas da inflação⁴.

A colocação das ORTN no mercado, que visava fundamentalmente ampliar os recursos à disposição do governo federal, foi amplamente aceita pelos investidores e ampliou sobremaneira o estoque de dívida pública, que passou de 0,2%/PIB em 1964 para 9,9%/PIB em 1973. Na medida em que o mercado de dívida pública ganhou volume suficiente, o Banco Central julgou necessária a criação de outro título mais apropriado às funções de política monetária. “Assim, foram editados o Decreto-Lei nº 1.079, de 29/01/1970, e a Resolução nº 150 do CMN, de 22/07/1970, que criava as Letras do Tesouro Nacional (LTN) para fins de política monetária” (PEDRAS, 2009, p. 61). A partir desse momento os títulos da dívida pública passaram definitivamente a servir ao duplo objetivo de instrumento de financiamento do governo e de instrumento de política monetária.

A colocação de títulos públicos com correção monetária a *posteriori* (ORTNs e LTNs) sustentou simultaneamente o financiamento do déficit de caixa do Tesouro Nacional e as operações no mercado monetário de controle de liquidez (LOPREATO, 2013, p. 96).

Cumprir salientar que nesse processo de construção e gestão de um “mercado da dívida pública” criaram-se uma série de mecanismos e normas que eliminaram os riscos do setor privado, transferindo eventuais custos para o Banco Central, a exemplo do mecanismo de recompra. De acordo com Lopreato,

A norma prática do gerenciamento da dívida estabelecia ainda o compromisso informal de que as instituições não teriam perdas com o carregamento da dívida pública, ou seja, o governo assegurava implicitamente que a rentabilidade dos títulos cobriria o custo de captação dos recursos no mercado, atrelado às taxas do overnight (LOPREATO, 2013, p. 96).

O ponto a enfatizar aqui é que o Banco Central, fiel ao compromisso assumido de garantidor do lucro dos agentes privados no carregamento da dívida, utilizava o mecanismo de recompra de títulos antigos e substituição por títulos novos, de remuneração superior, em casos de perda de rentabilidade dos primeiros. Com essa medida, evitava a desvalorização de suas carteiras e a eventual perda de interesse no carregamento de títulos públicos, o que poderia causar

⁴ “De fato, para atingir o objetivo de criar um mercado desenvolvido e líquido de títulos públicos, estes deveriam oferecer proteção contra a perda do poder aquisitivo da moeda, fazendo com que a escolha, pelo investidor, de um título indexado à inflação fosse a solução natural. Assim, o primeiro instrumento padronizado de dívida pública foi a Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN), instituída legalmente pela Lei nº 4.357/64 e pelo Decreto nº 54.252/64” (PEDRAS, 2009, p.59-60).

dificuldades de financiamento do setor público e, por consequente, do projeto econômico em questão. Em suma:

O modelo operacional do mercado da dívida pública praticamente eliminou o risco do sistema financeiro e consolidou **os interesses em torno da rolagem da dívida pública**. O governo garantiu o financiamento público, e as instituições financeiras, empresas e famílias puderam desfrutar de liquidez, baixo risco e juros reais positivos, permitindo, desde o primeiro ano de colocação das ORTN, **o crescimento da dívida pública e o apoio à política fiscal** – grifo meu – (Idem, p. 97).

Como ressaltado anteriormente, a política de endividamento público era um dos instrumentos de financiamento do Estado brasileiro, justificado na época como essencial para um modelo de desenvolvimento industrial que tinha o Estado como importante propulsor, mediador de crédito e mesmo produtor direto, a exemplo da proliferação de empresas estatais. A centralidade do Estado como mediador financeiro desse processo levou à criação de inúmeros procedimentos nada transparentes e que incluíam operações contábeis e de crédito entre órgãos estatais, como a chamada conta-movimento e o orçamento monetário. Este último consistia em um mecanismo por meio do qual o Banco Central, por meio da Lei Complementar nº12 (1971) podia manusear a dívida pública lançando títulos em nome do Tesouro sem precisar contabilizá-los no orçamento fiscal. Essa facilidade de acesso a recursos financeiros permitiu que agências como BNDE, CEF e BNH funcionassem como intermediários, repassando créditos fartos ao setor privado. Uma consequência dessa prática foi a completa desorganização contábil do Estado brasileiro, algo que não parecia grave até o momento de interrupção do financiamento externo que se deu em 1982⁵.

Nesse contexto, o sistema de incentivos fiscais foi desmantelado e o país passou a transferir recursos para o exterior a fim de honrar o serviço da monumental dívida externa. Os repasses internos foram interrompidos, comprometendo o financiamento de programas sociais e de infraestrutura⁶.

O legado negativo do desenvolvimentismo dos militares não foi apenas a dívida externa. A maneira centralizada e pouco transparente com que a política econômica foi gestada produziu uma desorganização financeira dos aparelhos econômicos do Estado que impedia o controle sobre sua estrutura de receitas e despesas. Tal desorganização se tornou especialmente evidente (e grave) no contexto de interrupção dos financiamentos externos e ameaça de *default*, momento no qual o país passou a sofrer fortíssimas pressões externas em favor de um ajustamento e saneamento das finanças⁷.

Dos inúmeros dilemas e dificuldades que o Estado brasileiro passou a enfrentar no conturbado período, importa-nos selecionar o seguinte aspecto: A interrupção do financiamento externo e a necessidade de enfrentar a crise *“levou a dívida pública interna a ocupar lugar privilegiado na gestão da política econômica, além de cumprir os papéis de garantia de valorização do capital*

⁵ O coroamento desse processo é bastante conhecido para que nos detenhamos em detalhes. O desenvolvimentismo dos militares logrou produzir taxas de crescimento da ordem de 10% do PIB ao ano com Delfim Neto no comando da economia e, em fins da década de 1970, seu modelo, por uma conjunção de fatores externos e internos, começou a se esgotar. Com a subida dos juros internacionais produzida pelo FED em 1979 agravou-se o endividamento externo, que havia sido contraído a taxas flutuantes e, finalmente, em 1982 interrompeu-se definitivamente o crédito externo, o que colapsou o mecanismo de financiamento do desenvolvimento brasileiro.

⁶ Uma leitura sociológica identifica aqui o colapso de um modelo de Estado e do pacto que lhe havia dado sustentação. Isto porque a estratégia escolhida pelo governo brasileiro para enfrentar o estrangulamento externo se deu em favor dos credores externos, o que desagradou os grupos de sustentação do governo, causando uma grave crise política interna. Ao transferir para estes grupos os custos do ajuste, *“as políticas de governo não só se dissociaram dos interesses imediatos da base de sustentação do Estado como passaram a ser consideradas ilegítimas, contrárias aos valores básicos da aliança desenvolvimentista”* (SALLUM JR., 2004, p. 50).

⁷ O momento crítico pode ser identificado na moratória brasileira do final de 1982 e a subsequente assinatura de um acordo com o FMI no qual o Brasil se comprometia, entre outros pontos, a implementar um projeto de ajustamento.



privado e de instrumento nuclear no financiamento do setor público [...]” (LOPREATO, 2006, p. 149). O que a passagem acima procura evidenciar é que o governo central, diante da interrupção de financiamento externo e da necessidade de manter os repasses às entidades subnacionais, recorreu fundamentalmente à emissão de dívida interna, que se tornou a única fonte líquida de recursos, de modo que a rolagem da dívida dependia de como os agentes financiadores avaliavam o risco de *default*. Diante dessas dificuldades, que levavam à necessidade de assegurar a atratividade dos títulos públicos em contexto de alta inflação, o governo passou a ofertar outros tipos de títulos, como por exemplo as chamadas Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), títulos pós-fixados atrelados à taxa de juros e que visavam cobrir déficit orçamentários. Dada a liberdade atribuída ao Banco Central para manipular as taxas de juros, tal mecanismo garantia o financiamento estatal e, ao mesmo tempo, a valorização da riqueza financeira sem riscos. De acordo com Lopreato, ao mesmo tempo em que se garantia os ganhos financeiros privados e o financiamento público, por conta das altas taxas de juros praticadas pelo BC, consolidava-se a imbricação das políticas monetária e fiscal, visto que a taxa básica de juros definida pelo Banco Central, que a princípio consistia-se em um instrumento de política monetária, passou a remunerar parte dos títulos da dívida pública. A passagem abaixo sintetiza a questão:

O manejo da moeda indexada permitiu a travessia do difícil momento sem o trauma da hiperinflação aberta. Porém, o ônus do processo recaiu sobre o setor público, a quem coube administrar a dívida pública em condições de juros, prazo e liquidez atreladas à vontade do mercado – e, na prática, anular os possíveis efeitos positivos sobre a política monetária decorrentes da unificação dos orçamentos e da separação das funções da Secretaria do Tesouro Nacional e do Banco Central. O giro diário dos títulos no *overnight* garantiu o financiamento público e institucionalizou o *modus operandi* do mercado de dívida pública, transferindo ao Estado o custo de valorização do capital privado (LOPREATO, 2006, p. 152).

O que se pretende ter deixado claro até aqui é o papel que a dívida pública desempenhou ao longo do período em questão. Se a partir de 1964 procurou-se desenvolver um mercado de dívida pública que cumprisse o duplo papel de auxiliar a política monetária e fornecer recursos para cobrir os déficits do tesouro e financiar parte de sua política fiscal expansionista, ao longo da década de 1980, com o colapso da estratégia anterior, a dívida pública adquiriu outro papel: Seu papel de financiadora do Tesouro aumentou, dada a interrupção do crédito externo; mas agora a dívida não cobria mais investimentos de uma política fiscal expansionista, mas sim, visava garantir repasses obrigatórios aos governos subnacionais e a programas específicos. No quadro de alta inflação, o governo ficou refém da dívida, na medida em que se viu obrigado a aceitar as exigências do mercado quanto à redução de prazos, condições de liquidez e indexação diária das aplicações, sem o que a capacidade de financiamento público estaria em xeque. A partir daqui, a dívida pública assumiria uma dinâmica diferente, e a política fiscal, um papel diferente. A mudança na dinâmica da dívida pública e no papel da política fiscal foi gradual e se deve fundamentalmente – do ponto de vista dos fatores externos – a transformações na economia internacional e à hegemonização de um discurso econômico de matriz monetarista e novo-clássico, o que produziu um novo arranjo institucional na década de 1990. É o que demonstraremos a seguir.

Inflexão de ideias e instituições

A desorganização dos aparelhos econômicos do Estado, que culminaram num total desarranjo das contas públicas e manipulações contábeis – cujo exemplo notável é a conhecida Conta Movimento – somada à monumental dívida externa contraída, foram os dois elementos que

bloquearam a capacidade política e de financiamento do Estado brasileiro, paralisando, por consequente, sua capacidade de planejar e de executar política econômica ou qualquer outra política pública de forma minimamente eficaz e eficiente⁸. Com uma inflação galopante, as prioridades assumidas ao longo da década de 1980 foram tentativas de renegociação da dívida externa e de reorganização administrativa interna, esforços que perpassaram os diversos planos de estabilização elaborados naquele conturbado período, que envolvia problemas políticos e institucionais de toda ordem. A crise da dívida externa e do modelo de desenvolvimento alicerçado no financiamento externo havia exposto o Estado a diversos problemas (crise fiscal, crise de legitimação, paralisia decisória etc).

De um ponto de vista geral, parece correto afirmar que o governo Sarney custou a perceber que o antigo pacto político que dava sustentação à ação estatal na economia estava esgotado. De todo modo, para os fins do argumento que se busca desenvolver neste artigo, cumpre frisar duas coisas: i) A crise fiscal e a estrutura da dívida pública do Estado brasileiro devem ser vistos como fatores de primeira importância, como uma chave para compreender as limitações de capacidade governativa. A crise, entretanto, é, ela mesma, fruto de alterações na dinâmica do capitalismo internacional e das respostas dadas pelos dirigentes estatais brasileiros àquelas alterações; em suma, fruto das respostas de agentes internos a mudanças no cenário externo. ii) O insucesso das tentativas do governo Sarney para controlar a altíssima inflação, isto é, a ineficácia da ação estatal, ajudou, de um modo ou de outro, a fortalecer um conjunto de proposições econômicas de cunho liberal e inspirado na economia monetarista e novo-clássica.

Sobre a emergência desse novo projeto afirma Bresser-Pereira:

Diante do fracasso do governo Sarney de retomar o projeto desenvolvimentista, as resistências à onda neoliberal que vinham do Norte, de Washington e de Nova York, perderam vigor e, a partir do governo Collor, assistimos a um giro de 180 graus em nossa estratégia de desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 228).

Eis aqui o período que ficou amplamente conhecido como “Consenso de Washington”. Muito já se escreveu sobre esse período da história brasileira para que nos detenhamos em detalhes. Cumpre apenas apontar aqui que o Brasil adotou parcialmente o pacote de medidas liberalizantes e, ao mesmo tempo, desenvolveu uma estratégia inovadora de combate à inflação, por detectar o caráter inercial daquela e lograr reestabelecer o equilíbrio relativo de preços por meio do genial mecanismo da URV, em 1993. Dentre as medidas adotadas, conjunto que ficou conhecido por “ajustes estruturais”, havia um amplo programa de privatizações, liberalização comercial e, o que nos interessa aqui, abertura financeira. Algumas delas eram justificadas como inevitáveis⁹.

Tomada no início da década de 1990, a decisão de abertura da conta capital, representada pela abertura das contas CC5, significou a abdicação, por parte do governo, de um controle efetivo dos imensos fluxos financeiros (que na década de 1990 estavam, mais do nunca, desregulados e ávidos por ganhos de curto prazo, à procura de ativos que incluíam os papéis públicos). A medida tomada pelo Estado brasileiro (mais especificamente, por Gustavo Franco quando à frente da diretoria da área externa do Banco Central), ao abrir o mercado brasileiro de capitais e retirar os entraves que impediam a livre saída de recursos do país, representou a inserção do Brasil no circuito de valorização financeira (PAULANI, 2008). A liberdade de

⁸ O trabalho de Gouvêa (1994) é importante porque situa historicamente o início de reformas institucionais que visavam promover um ajuste do setor público e um aumento de poder da elite estatal que controlava as finanças públicas, demonstrando as lutas por poder “dentro” do Estado.

⁹ As privatizações, por exemplo, foram justificadas não apenas em nome da pretensa superioridade da gestão privada, mas também porque deveriam ajudar no ajuste fiscal de um Estado que, dizia-se, estava falido. Assim, Pedro Malan, por exemplo, entendia que as privatizações eram necessárias para “matar grandes passivos com grandes ativos”.



entrada e saída de capitais (agora não mais discriminados entre “investimento produtivo” ou “capital especulativo”) é um elemento fundamental para compreendermos a nova dinâmica que se estabelece entre política macroeconômica (políticas monetária, cambial e fiscal) e a dívida pública¹⁰.

É, portanto, sob esse aspecto do problema que a política econômica brasileira será tratada a seguir. Isto é, a relação entre o Estado brasileiro e o sistema financeiro, ou, posto de outro modo, entre as finanças do Estado e o capital privado, em sua forma financeirizada, será a problemática que servirá de pano de fundo para a análise da política econômica brasileira. De modo mais preciso, buscar-se-á demonstrar a seguir dois pontos: i) No período pós liberalização financeira e pós Plano Real, a dinâmica da dívida pública aumenta seu grau de imbricação com as variáveis macroeconômicas (fundamentalmente câmbio e juros); e ii) No período pós-liberalização financeira, a política econômica e o comportamento da dívida pública adquirem extrema vulnerabilidade frente às “expectativas” dos gestores privados das finanças, de modo a influenciar diretamente na decisão dos governos e na dinâmica democrática. Como afirma Lourdes Sola, políticos eleitos e governos são confrontados com o desafio (sem precedente) de governar “*with one eye on the changing moods and expectations of the Market and the other on perceptions and demands of the electorate*”. (SOLA, 2006, p.237).

Plano real e finanças públicas

Enquanto o Estado for percebido como digno de crédito, o sistema de moeda-abstrata, não conversível, funciona exatamente como o sistema com moeda-mercadoria. [...] Todo este complexo sistema está baseado, em última instância, na **credibilidade do Tesouro para saldar seus débitos**. Quando há desconfiância na capacidade de transformar a promessa de pagar do Tesouro em títulos de débito com maior credibilidade, há um gradual desmoronamento do sistema.

André Lara Resende, 1995

É bastante conhecido o fato de que o Brasil passou por um processo de elevado endividamento externo e por um processo inflacionário descontroladamente elevado ao longo de toda a década de 1980. Diversos planos de estabilização foram elaborados, mas o fato é que o acesso ao financiamento externo e o controle da inflação só ocorreram na década de 1990, com o Plano Real.

Ao olharmos para o processo do Plano Real, chama atenção o fato de que, apesar de a questão do ajuste fiscal estar na raiz de sua elaboração, sendo considerada a sua “primeira fase” (BRESSER-PEREIRA, 1994; BELLUZZO e ALMEIDA, 2002) e tendo permanecido como um dos principais objetivos a serem alcançados – pelo menos de acordo com as alegações do governo – os resultados das contas públicas tenham demonstrado um fracasso retumbante no que diz respeito ao ajuste (interno) do setor público. Isto é, os déficits foram, ao longo do período FHC, crescentes, como também o foi a dívida interna. E isto mesmo considerando-se que um dos principais programas do governo, as privatizações, buscavam, de acordo com Pedro Malan, abater a dívida interna. Luiz Filgueiras explicita a questão em números:

¹⁰ Na visão crítica de Paulani, “Essas mudanças produziram a forma e a substância da inserção do Brasil nas finanças de mercado internacionalizadas. Os títulos da dívida brasileira lançados e cotados no exterior confirmaram o país no papel de emissor de capital fictício, que viabiliza a valorização financeira e garante a posteriori a transferência de parcelas da renda real e do capital real para a esfera financeira. A liberalização financeira vem garantir o livre trânsito dos capitais internacionais, que podem assim maximizar o aproveitamento das políticas monetárias restritivas e de juros reais elevados” (PAULANI, 2008, p. 42). Em linha semelhante vão as críticas de Chesnais (2005); Salama e Camara (2005); Bresser-Pereira (2010) entre outros. Todos apontam para a perda de autonomia na implementação de política econômica e para o fortalecimento do caráter rentista da economia.

[...] a dívida líquida total do setor público, que em 1994 situava-se em torno de R\$ 153 bilhões – correspondendo a 29,2% do PIB – alcançou, em dezembro de 1998, mais de R\$ 388 bilhões, o que representou 42,6% do PIB, apesar de a União ter arrecadado com as privatizações, nos quatro anos do governo Cardoso, mais de U\$ 46 bilhões (FILGUEIRAS, 2012, p. 175).

O motivo desse desajuste é conhecido e criticado por ampla literatura¹¹. Nos fundamentos do Plano Real estava a defesa da entrada de capital externo. Em semelhança a outros países latino-americanos, o plano de estabilização baseava-se na âncora cambial – o câmbio seria mantido artificialmente sobrevalorizado, o que facilitaria as importações, ajudando no controle da inflação, e exporia as empresas nacionais à concorrência externa – e os juros seriam mantidos em níveis elevados a fim de atrair esses capitais. A entrada desses capitais também era defendida como necessária para financiar os déficits em transações correntes.

O que importa ressaltar aqui é que a estratégia macroeconômica adotada no primeiro governo Cardoso produziu uma brutal elevação do endividamento público – dadas as altíssimas taxas de juros que visavam atrair capital externo para manter o câmbio artificialmente sobrevalorizado – produzindo, na expressão de Sallum Jr. (2004) “*verdadeiras bombas de sucção de recursos do Estado*”¹². Como é sabido, essa estratégia foi abandonada em 1999, tendo sido substituída pelo atual tripé composto por metas de inflação, superávit primário¹³ e câmbio flutuante.

O que chama atenção é que, apesar do governo Cardoso apresentar o ajuste fiscal como preocupação central, a mudança cambial produzida em 1999 acarretou fortes prejuízos ao Estado, deteriorando ainda mais suas finanças. Isto porque, diante das incertezas dos investidores (detentores de títulos do governo), os gestores da política monetária ofereceram-lhes, naquele momento, garantias contra prejuízos advindos de uma desvalorização (oferecendo papéis pós-fixados, cujo indexador era a taxa de câmbio), o que corresponde na prática a uma “estatização” da dívida externa e do risco cambial (BELLUZZO e ALMEIDA, 2002; BATISTA JR., 2000). Assim, o fato de a desvalorização cambial ter produzido uma brutal elevação da dívida pública nos revela a íntima conexão entre variações cambiais e trajetória da dívida pública, dado o indexador da dívida. Esta forte correlação é um problema admitido até mesmo por membros da área econômica do governo Cardoso:

Após a implantação do Plano Real, em junho de 1994, duas importantes mudanças caracterizaram a condução da política macroeconômica: a manutenção de taxas de juros reais bastante elevadas e a valorização cambial. Neste contexto, as políticas monetárias e cambial passaram a exercer forte impacto sobre as contas públicas (GUARDIA¹⁴, 2004, p. 109).

¹¹ É importante mencionar que um elemento responsável pelo aumento da dívida no período foi o reconhecimento de dívidas passadas (de entes sub-nacionais e bancos estaduais) pelo Tesouro. Entretanto, a maior parte dos autores concorda que as variáveis chave que explicam o aumento da dívida pública estão no campo da macroeconomia, embora não concordem quanto às soluções propostas.

¹² A metáfora utilizada por Sallum Jr. é perfeita para expressar o mecanismo pelo qual o Estado brasileiro aumenta seu endividamento por meio do pagamento de juros. Chico de Oliveira aponta para o mesmo processo, considerando-o como sinal da financeirização da economia, e assim o descreve: “Essa dependência financeira externa cria, também, uma dívida financeira interna igualmente espantosa, como a única política capaz de enxugar a liquidez interna produzida exatamente pelo ingresso de capitais especulativos” (OLIVEIRA, 2013, p. 135).

¹³ O Superávit Primário é a diferença entre as receitas e as despesas do Governo Central, Estados, Municípios e empresas estatais, excluindo-se as despesas de juros, e sua manutenção em patamares elevados visa justamente a reduzir a relação dívida pública/PIB.

¹⁴ Eduardo Refinetti Guardia ocupou as funções de Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional, Assessor Especial do Ministro da Fazenda, Secretário-Adjunto da Secretaria de Política Econômica e Assessor do Ministro do Planejamento, antes de ser nomeado Secretário do Tesouro Nacional, em abril de 2002. Fonte: http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/instituicao_tesouro/curriculum_secretarios.asp.



Outro elemento que este episódio nos revela é a forte vulnerabilidade do governo frente a pressões externas. Medidas desse tipo, isto é, emissão de títulos públicos atrelados ao câmbio, em um momento no qual muitos já apontavam para a insustentabilidade do câmbio sobrevalorizado, sugerem que a garantia de ganhos financeiros aparece para os gestores de política econômica como uma espécie de “obrigação primeira” da política estatal, que se dá às custas das finanças públicas. Essa vulnerabilidade do modelo de estabilização veio à tona ao longo de todo o primeiro mandato do governo Cardoso, persistindo mesmo após o abandono do modelo de âncora cambial.¹⁵ Mas o que importa ressaltar, para os fins do argumento aqui proposto, é que parecia necessário que o Estado brasileiro, dada essa situação de dependência do financiamento externo e incapacidade de gerar poupança interna, garantisse um ambiente favorável à valorização dos capitais financeiros desregulados e ávidos por ganhos em curto prazo. Se quisermos, podemos encontrar a mesma questão retraduzida em outro vocabulário: Fora do vocábulo dos economistas marxistas, enfatiza-se o mesmo ponto (embora se omitam os beneficiários pela política): A necessidade de “credibilidade” frente aos “investidores” exige que os governos tomem medidas “responsáveis”, que incluem política monetária austera (juros altos) e rígido controle fiscal.

Para o problema que aqui nos interessa (a dívida pública) passa a ser adotado, a partir de 1999, o mecanismo do superávit primário. Vejamos o raciocínio do ex-secretário do Tesouro:

[...] dada a dívida e as condições macroeconômicas, a sustentabilidade da política fiscal passa a estar intimamente relacionada com a capacidade de geração de resultados primários para manter a estabilidade da relação dívida/PIB. Quanto maior a dívida e seus custos de rolagem, definidos pela taxa de juros e percepção de risco associada ao governo, maior a necessidade de superávits primários (GUARDIA, 2004, p. 107).

Vale notar que, no raciocínio do autor, o que é importa para garantir que não aumente a “percepção de risco associada ao governo” não é tanto a relação nominal dívida/PIB olhada de maneira estática, mas sim o comportamento dessa relação ao longo do tempo. Assim, uma trajetória ascendente é sinal de alerta para os “investidores”. Se lembrarmos que o que explica o aumento da dívida pública pós-Plano Real é mais o comportamento da macroeconomia (câmbio e juros) do que um suposto excesso de gastos, e lembrarmos que o remédio proposto é de ordem fiscal (aumento do superávit primário e ajuste fiscal como medidas para reestabelecer a relação dívida/PIB), poderemos esclarecer qual o papel que a dívida pública assumiu a partir da década de 1990, qual sua relação com a política fiscal e, por fim, qual a relação dessas variáveis com a política.

Política fiscal como peça auxiliar

Como já dito, o Brasil se inseriu numa nova etapa da economia internacional na condição de dependente de financiamento externo, de tal modo que seus regimes cambiais ficam à mercê da confiança e percepção dos detentores de ativos financeiros mundializados. Elemento indissociável dessa estratégia passou a ser a elevadíssima taxa de juros, que visava evitar uma abrupta fuga de capitais, mas trouxe consigo a expressiva deterioração das contas públicas, já que incide sobre a parte da dívida atrelada à Selic. Nesse contexto, define-se um arranjo de política econômica cujo objetivo é declaradamente reestabelecer a “confiança dos investidores”,

¹⁵ A mencionada vulnerabilidade da moeda pôde ser notada ao longo de todo o governo. Assim, em 1997, com a crise na Ásia e a consequente elaboração do “Pacote 51”, em 1998 com a moratória na Rússia e a elaboração do “Plano de Ação 1999-2001”, e novamente em 2002 com o “risco Brasil” advindo da “ameaça” representada pela vitória de um governo de origem sindicalista.

de um modo que não apenas a política monetária mas também a política fiscal passa a eleger como prioridade a conquista de “credibilidade”. Assim, no contexto de liberalização financeira, a política fiscal assume uma importância central – embora passiva – já que passa a cumprir a tarefa de sinalizar aos “mercados” o comprometimento do governo em honrar o serviço da dívida pública, afastando o risco de *default*.

De acordo com o novo consenso hegemônico, a estabilidade macroeconômica passa a depender da adoção de um “regime de política econômica” que seja adotado inter-temporalmente de modo a conquistar credibilidade e criar um quadro estável que sirva de guia aos investidores (agentes econômicos racionais) na tomada de suas decisões. Assim, contrariamente às teses keynesianas que haviam sido hegemônicas em décadas passadas, a importância da política fiscal¹⁶ não estaria mais em seu potencial papel anticíclico – onde gastos com investimento teriam o papel de expandir a demanda agregada em momentos de recessão da atividade econômica – mas sim em seu papel de indicadora da “sustentabilidade da dívida” (LOPREATO, 2006).

Portanto, sob esse aspecto, não é conspiratório afirmar que o “comprometimento do governo em garantir os ganhos esperados dos investidores privados” (LOPREATO, 2006, p. 26) se tornou o objetivo primeiro da política macroeconômica, pois esse “comprometimento” está presente nos fundamentos da própria teoria econômica hegemônica, que entende que a função que compete ao Estado é a de garantidor de “previsibilidade” e “rentabilidade” na alocação de recursos privados.

O “regime de política econômica” adotado no Brasil após 1999 não foge à lógica exposta por Lopreato, pois “a condução da política fiscal é vista como responsável por influenciar a expectativa de rentabilidade dos títulos públicos”(idem), sinalizando o baixo risco das aplicações. Trata-se de um regime no qual a política fiscal perde seu poder de política discricionária e passa a exercer o preponderante papel de sinalizadora de confiança aos agentes econômicos do mercado financeiro. Não é por acaso que o cumprimento das metas de superávit primário (medida fiscal) ganha centralidade no Brasil a partir de 1999. Expliquemos: O controle da relação dívida pública/PIB passa a ser um indicador de primeira importância, já que é para essa variável que os mercados “olham” para avaliar o risco de seus investimentos. A geração de superávits primários passa a ser a política “meio” para controlar aquela relação, já que sua diminuição, isto é, diminuição da dívida pública em relação ao PIB, deve indicar ao “mercado” (detentores ou potenciais compradores de títulos públicos) a garantia de “solvência do setor público”, o que em tese reduziria a taxa de juros.

Entretanto, se olharmos para a condução dessa política ao longo do segundo governo Cardoso e do primeiro governo Lula, podemos perceber que aquele problema apontado por Sallum Jr. permanece, isto é, a “bomba de sucção de recursos do Estado” não foi desligada; apenas houve algumas modificações em seu mecanismo.

Dívida pública, os mercados e a política

De acordo com a literatura crítica (BRESSER-PEREIRA, 2007; COUTO e COUTO, 2010; GONÇALVES e POMAR, 2002, OLIVEIRA, 2013, PAULANI, 2008 entre outros) a explicação para o aumento do endividamento público está nas altíssimas taxas de juros adotadas pelo Banco

¹⁶ De acordo com a literatura econômica há um “novo consenso teórico” (ARESTIS e SAWYER, 2003 *apud* LOPREATO, 2006) que rompe com a concepção keynesiana de política fiscal, passando a atribuir a esta o papel de “balizadora das expectativas dos agentes”. É derivada dessa concepção, mais microeconômica do que macroeconômica, que se constrói a defesa de um “regime de política econômica”, que cristalize regras e ações implementadas inter-temporalmente, portanto, independentes da troca de governos. Não é à toa que na iminência da vitória eleitoral de Lula os “mercados” tenham feito tanta pressão, exigindo desde logo o nome dos futuros dirigentes da economia.

Central, isto é, a taxa Selic é o que tem produzido o aumento da dívida pública.¹⁷ De fato, ao observamos que boa parte da dívida pública encontra-se ainda atrelada à taxa de juros e ao câmbio, fica claro que o comportamento da dívida depende mais das variáveis macroeconômicas do que do alegado “excesso de gastos” do Estado. Isso fica claro ao olharmos para a conjuntura de 2002-2003, período próximo da eleição de Lula para a presidência da república.

O ano de 2002 foi marcado por incerteza e desconfiança do mercado em relação ao resultado das eleições presidenciais previstas para outubro daquele ano, o que resultou em um salto do chamado “risco Brasil”, no aumento dos juros internos e na desvalorização cambial. Como consequência, a dívida pública entrou em trajetória ascendente (dado que parte da dívida era indexada àquelas variáveis), o que, por sua vez, resultou em um aumento ainda maior da desconfiança do mercado. A desvalorização cambial também produz pressão inflacionária, o que eleva as expectativas dos agentes econômicos de que a alta da inflação prosseguirá. O remédio para conter a pressão inflacionária, por sua vez, é novo aumento de juros, o que deteriora ainda mais a relação dívida/PIB e produz um perverso processo que se retroalimenta.

Diante desse quadro o governo Cardoso opta por renovar um acordo com o FMI a fim de ganhar força frente aos especuladores e garantir o processo eleitoral. Aprovado no início de setembro, o acordo previa a liberação de 30 Bilhões de dólares, dos quais 6 bilhões seriam liberados ainda no governo Cardoso e o restante (24 bilhões) seriam liberados durante o próximo governo desde que cumpridas algumas condicionalidades.¹⁸ As condicionalidades eram: fechar o ano de 2002 produzindo um superávit primário de 3,88% do PIB; meta de superávit primário de 3,75% do PIB para 2003; estabilização da dívida líquida em 58,9% do PIB em 2002, devendo declinar até atingir 47,9% em 2004 (RESENDE *et al.*, 2003).

No entanto, mesmo diante do acordo acima descrito, as turbulências e incertezas do mercado financeiro permaneceram durante todo o período, provocando continuadas desvalorizações cambiais e, conseqüentemente, aumento da inflação. Novamente, as respostas do Banco Central se deram por meio da elevação da taxa básica de juros – o BC elevou a Selic de 18 para 21% em outubro, 22% em novembro, chegando a 25% em dezembro. “*Como reflexo da alta de juros e da desvalorização cambial, a dívida líquida do setor público atingiu (pico) 63,9% do PIB em setembro [...]*” (idem, p. 18). Diante disso, a relação das variáveis macroeconômicas sobre o comportamento da dívida pública fica novamente evidente.

A conjuntura acima descrita evidencia dois processos inter-relacionados: i) A dependência financeira do país, situação na qual a política macroeconômica fica refém da percepção do mercado em relação, entre outras variáveis, ao comportamento da dívida pública. Nessa situação, como já demonstrado, a política fiscal passa a exercer a função de balizadora das expectativas dos agentes econômicos. A palavra de ordem aqui é ajuste fiscal. E ii) Em contextos pré-eleitorais, as incertezas do mercado se acentuam, dada a possibilidade de que um novo governo seja eleito e rompa com o padrão vigente de relação das finanças públicas com as finanças privadas. Nesse contexto, as ameaças de fuga de capitais quase sempre precipitam crises financeiras

¹⁷ Privilegiei aqui o conceito de dívida pública mobiliária federal interna (DPMFi), já que esta é o principal componente do endividamento do governo federal e, sendo formada pelos títulos públicos emitidos pelo Tesouro Federal e Banco Central, possui estreita relação com a taxa Selic, que remunera tais títulos. A Selic é a taxa básica de juros definida pelo COPOM, no Banco Central. Um de seus principais objetivos é funcionar como instrumento de controle da inflação, na medida em que é se baseando nela que se formam todas as outras taxas de juros do país. Portanto, influenciando sobre o “custo do dinheiro”, tem o poder de encarecer os empréstimos e desestimular o investimento produtivo, retraindo a demanda agregada e evitando, sobretudo, uma inflação de demanda. No entanto, a Selic é também a taxa que remunera parte significativa dos títulos públicos, herança do período de alta inflação e que na prática atrela a política monetária ao mercado de títulos da dívida pública e lhe confere o poder de transferir fatia significativa da arrecadação do governo para os detentores desses títulos, contribuindo no processo de valorização do “capital fictício” e, portanto, beneficiando a classe que vive de juros, os rentistas, e todo o conjunto de gerentes, gestores e investidores institucionais que trabalham para esta classe.

¹⁸ Vale notar que a condicionalidades impostas pelo FMI foram apresentadas pelo governo Cardoso aos principais candidatos à presidência em reunião realizada no Palácio do Planalto no dia 19 de maio e, ao que consta, foram prontamente aceitas.

causadas mais pela subjetiva percepção dos gestores de finanças em relação ao risco do que por problemas macroeconômicos reais (WHITEHEAD, 2006; SANTISO, 2006).

Este é o contexto que precede os primeiros anos do governo Lula no Brasil. Demonstrações de compromisso com o receituário ortodoxo parecem ser fundamentais para garantia da “estabilidade” econômica e política do país, o que revelou a dinâmica da interação entre a campanha eleitoral e os mercados financeiros. O aceno do candidato Lula à ortodoxia comprova a necessidade do que alguns autores chamaram de “confidence game”, contexto que seria inerente aos países de democracia emergente inseridos no contexto de globalização financeira. Tal situação é caracterizada por Santiso como “*governments being obliged to sell their policies not only to voters but also to investors*” (SANTISO, 2003, p.142).

A estupefação que acometeu os analistas ao perceberem que o governo de um partido surgido nas lutas sindicais, e que fez ferrenha oposição à política econômica de seu antecessor, não apenas manteve os alicerces daquela política quando chegou ao poder mas aprofundou as medidas que vinham sendo tomadas, gerou, naquele momento, uma enorme descrença na possibilidade de mudança e, em geral, nas possibilidades da política. Inúmeras foram as interpretações¹⁹ sobre os motivos que teriam levado o novo governo a manter as linhas da política herdada, nomeando para presidir o Banco Central ninguém menos que um ex-diretor do Bank Boston e atingindo metas de superávit-primário maiores do que as exigidas pelo FMI.

Em que pesem as condicionalidades impostas pelo FMI em virtude da liberação de parcelas de empréstimo contraído pelo governo anterior (ou seja, opções políticas passadas) e em que pese o agravante do “padrão de acumulação com dominância financeira” (e a dependência financeira que daí decorre), ou mesmo a “*atrofia dos mecanismos de comando dos sistemas econômicos nacionais e a prevalência de estruturas de decisão transnacionais*”, fenômeno identificado por Celso Furtado duas décadas antes (FURTADO, 1982), a política econômica implementada pelo primeiro governo Lula é um problema político por definição. Isto é, não se trata por simples “determinantes estruturais” as medidas tomadas por governos; antes, deve-se olhar para a tecnoestrutura estatal, seus operadores, o “substrato técnico-científico” que os orienta (IANNI), ou aquilo que tem sido chamado pela literatura mais recente de “comunidades epistêmicas”, e que fornecem os quadros burocráticos para cargos estratégicos de decisão macroeconômica. Deve-se também tentar captar a lógica que orienta a ação dos principais atores em interação (governo ou candidato a governo, de um lado, e mercado financeiro, de outro) e para as coalizações de interesses que sustentam o modelo que tem feito do Estado um guichê pagador de juros.

Considerações finais

Procurou-se nesse artigo selecionar alguns elementos que parecem ter peso explicativo sobre a conjuntura eleitoral (2002-2003) e sobre a política macroeconômica do período e sua relação com a dívida pública. A estreita relação entre o comportamento da dívida pública e a política macroeconômica parece explicar o conteúdo desta última, à medida em que uma trajetória ascendente de endividamento público, em contexto de liberalização das finanças, pode causar graves crises e turbulências financeiras, desencadeando processos inflacionários, fuga de capitais e problemas de financiamento do governo.

O caminho escolhido aqui foi reconstruir o processo de construção institucional do mercado da dívida pública no Brasil a fim de mostrar o impacto da “dependência de trajetória” sobre a

¹⁹ Para Brasília Sallum Jr. o aprofundamento ortodoxo da política macroeconômica operado pelo governo Lula tratou-se de uma “opção política” (SALLUM JR, 2004, p. 267). Em linha semelhante, porém com carregada dose de pessimismo, Paulo Arantes lembra que “a gestão do capitalismo não precisa ser bisonhamente a favor da propriedade” e que, no que tange à discussão entre um comando ortodoxo ou heterodoxo da economia capitalista, o PT, “com medo da própria sombra, renunciou a disputar a hegemonia nessa arena” (ARANTES, 2007, p. 215).



conjuntura em questão. Outro elemento importante, que modifica o papel da dívida pública, é a abertura financeira, que reconfigura as possibilidades de implementação de política econômica em países de mercado emergente e forte dependência de financiamento externo. Esses elementos em conjunto são mobilizados para entendermos a complexidade que se colocava para o processo eleitoral ocorrido no Brasil após a década de 1990, momento no qual, mais do que nunca, a decisão de investimento dos operadores das finanças mundializadas impactou explicitamente na dinâmica democrática e no poder discricionário dos implementadores de política econômica. Por último, a demonstração do processo de construção do arranjo ou modelo de política econômica vigente permite-nos desnudar quem são os verdadeiros beneficiados do processo de “confidence game” e, pelo outro lado, demonstrar os sérios impactos fiscais que a conquista de credibilidade tem trazido para o Estado brasileiro.

Por fim, a demonstração da construção desse modelo pode servir como chave explicativa do “como” e “porque” o primeiro governo Lula manteve (e mesmo aprofundou) o mesmo regime de política econômica herdado do governo Cardoso, do qual era ferrenho opositor. Sabe-se que constrangimentos eram fortes na conjuntura de 2002-2003, quando o Estado brasileiro possuía um altíssimo nível de endividamento (dívida pública/PIB) e encontrava dificuldades de se financiar e rolar suas dívidas (títulos públicos) no mercado financeiro. Entretanto, cumpre esmiuçar melhor esse conjunto de fatores, privilegiando seu caráter político e sua institucionalidade, o que exige a adoção de novas categorias de análise, capazes de clarificar, por exemplo, como alguns elementos que “aparecem” como econômicos, a exemplo da dívida contraída pelo governo Cardoso com o FMI ou da “abertura financeira”, são na verdade constrangimentos de natureza política, já que são fruto de decisões políticas passadas, configurando-se como um caso de dependência da trajetória institucional legada pela agenda de estabilização e pelo conjunto institucional que operou a política macroeconômica e estabeleceu o padrão de relação das finanças estatais com as finanças privadas.

Referências

ARANTES, Paulo. Extinção. São Paulo: Boitempo, 2007

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Macroeconomia da estagnação, São Paulo: Editora 34, 2007.

_____. A Crise Financeira Global e Depois: Um Novo Capitalismo? Novos Estudos. Março, 2010

_____. Lucro, Acumulação e Crise. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. Desenvolvimento e Crise no Brasil. São Paulo: Editora 34, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique. Plano Fernando Henrique Cardoso. Exposição de motivos nº395, de 7 de dezembro de 1993. Revista de Economia Política, vol. 14, nº2 (54), abril-junho/1994

CHESNAIS, François. A fisionomia das crises no capitalismo mundializado. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n. 52, nov. 1998.

CHESNAIS, François. A Finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005

COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, José Luís, (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 351-378.



COUTINHO, Luciano. A construção de fundamentos para o crescimento sustentável da economia brasileira. In O BNDES em um Brasil em transição. ALÉM, A.C; GIAMBIAGI, F. Rio de Janeiro : BNDES, 2010.

COUTO, J.M. e COUTO, ANA C. Lima. O medo do crescimento: política econômica e dinâmica macroeconômica no primeiro governo Lula (2003-2006). Maringá: eduem, 2010.

FILGUEIRAS, Luiz. História do Plano Real. São Paulo: Boitempo, 2012.

FURTADO, Celso. Transnacionalização e Monetarismo. In. El Retorno de la Ortodoxia. Pensamiento Iberoamericano. Revista de Economía Política. nº1 Enero-Junio, 1982.

GONÇALVES, R e POMAR, V. A armadilha da dívida. Como a dívida pública interna impede o desenvolvimento econômico e aumenta a desigualdade social. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

GOUVÊA, Gilda F. Portugal. Burocracia e elites burocráticas no Brasil. São Paulo: Paulicéia, 1994.

GUARDIA, Eduardo Refinetti. "As Razões do Ajuste Fiscal". In GIAMBIAGI, Fábio, REIS, José Guilherme e URANI, André (orgs). Reformas no Brasil: Balanço e Agenda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

HIRSCH, Joachim. Teoria Materialista do Estado: Processos de transformação do sistema capitalista de Estado. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

IANNI, Octavio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996

KUCINSKI, Bernardo. Cartas a Lula: o jornal particular do presidente e sua influência no governo do Brasil. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014.

LOUREIRO, Maria Rita. Os economistas no governo: gestão econômica e democracia. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997

LOPREATO, Francisco Luiz C. Caminhos da Política Fiscal do Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

MARTINS, Luciano. Estado Capitalista e Burocracia no Brasil pós 64. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1985.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista : o ornintorrinco. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

PAULANI, Leda. Brasil Delivery. Servidão Financeira e Estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008

PAULANI, Leda. Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro. Estudos avançados 27(77), 2013

PEDRAS, Guilherme Binato Villela. História da dívida pública no Brasil: de 1964 até os dias atuais. In: Dívida Pública. A experiência brasileira. Anderson Caputo Silva, Lena Oliveira de Carvalho, Otávio Ladeira de Medeiros (organizadores). Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional: Banco Mundial, 2009.



RESENDE, A. Lara. O processo hiperinflacionário e as reformas modernizadoras. In *Economia e Política da crise Brasileira: O pensamento da equipe Fernando Henrique*. Rio de Janeiro: editora Rio Fundo, 1995

RESENDE, Fernando e CUNHA, Armando (coordenadores). *O orçamento público e a transição do poder*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SANTISO, Javier. Wall Street and emerging democracies: financial markets and the Brazilian presidential elections. In: WHITEHEAD, L, SOLA, L. *Statecrafting Monetary Authority. Democratization and Financial Order in Brazil*, Oxford: Center for Brazilian Studies, 2006.

SANTISO, Javier e MARTÍNEZ, Juan. Emerging Economies. In: *International Political Science Review* (2003), Vol 24, No. 3, 363–395

SALAMA, Pierre e CAMARA, Mamadou. A inserção diferenciada – com efeitos paradoxais – dos países em desenvolvimento na mundialização financeira. In: *A Finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005

SALLUM JR, Brasílio. *Labirintos. Dos Gerais à Nova República*. São Paulo: Ed Hucitec, 1996.

SALLUM JR, Brasílio. (org). *Brasil e Argentina hoje: política e economia*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

SKOCPOL, Theda. Bringing the State Back In: Strategies of Analysis in Current Research. In: EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich; e SKOCPOL, Theda. *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

WHITEHEAD, L, SOLA, L. *Statecrafting Monetary Authority. Democratization and Financial Order in Brazil*, Oxford: Center for Brazilian Studies, 2006. Recebido: 23 maio, 2015 Aprovado: 28 maio, 2015

Recebido: 23 maio, 2015
Aprovado: 28 maio, 2015

Olhares humanos: o exercício do olhar nos sistemas de videomonitoramento urbano

Human gaze: gaze exercise in urban videosurveillance systems

Diego Coletti Oliva^a

Resumo

O presente artigo, baseado na pesquisa desenvolvida para o mestrado em Sociologia, tem por objetivo discutir a construção e o exercício do olhar pelos operadores do sistema de videomonitoramento urbano da cidade de Curitiba-PR, problematizando a forma como são definidos os alvos da vigilância e como o poder do olhar é posto em prática por esses indivíduos, com efeitos perversos no controle e segregação social, e também trazendo à tona questões relativas à suposta posição de poder dos operadores e sua relação com um ambiente trabalho bastante específico e diferenciado.

Palavras-chaves: vigilância; videomonitoramento urbano; segregação; indesejáveis; espaços públicos.

Abstract

The presente article, based on the research developed for the master's degree in Sociology, has the objective of discussing the construction and exercise of the gaze by the operators of the urban videosurveillance system of the city of Curitiba-PR, questioning how the targets of surveillance are defined and the power of gaze is implemented by these individuals, with perverse effects in control and social segregation, and also bringing up issues relating to the alleged position of power of the operators and their relationship with a very specific and unique work environment.

Keywords: surveillance; urban videosurveillance; segregation; undesirables; public spaces.

^a Doutorando em Sociologia, Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, PR, Brasil. Contato: oliva.dc@gmail.com



Muito já foi dito sobre vigilância por diversos autores neste campo de estudos que pode ser considerado recente e crescente em vários aspectos, traçando um caminho que eu considero bastante completo e importante para que possamos discutir a questão de que este artigo pretende tratar: uma análise da atuação dos operadores de um sistema de vigilância eletrônica em espaços públicos; uma análise dos olhares humanos por trás das lentes das câmeras.

Em toda a literatura dos estudos de vigilância são muito poucos os trabalhos que se debruçam sobre esses objetos, são poucos os que reconhecem a importância desse elemento humano para a efetividade dos sistemas de videomonitoramento.

O que eu pretendo demonstrar nas próximas páginas deste artigo é exatamente a complexidade e a relatividade dos diversos processos e fatores que fazem parte da operação dos sistemas eletrônicos de vigilância, buscando compreender e problematizar a forma como aqueles que trabalham observando as câmeras interagem com as imagens capturadas, como eles interpretam e atribuem significado àquelas imagens e como eles reagem às mesmas, ou as ignoram. Somente por meio dessa análise é que as relações entre a cultura do medo e a forma como a vigilância é exercida poderão ser sinalizadas de forma mais clara.

Para sustentar as afirmações feitas aqui, esse artigo se baseia em alguns estudos empreendidos com objetos, ou melhor, sujeitos similares realizados em outros países e em diferentes contextos institucionais, mas que permitem que sejam observadas correlações paralelas às encontradas em meu próprio trabalho de campo. Trabalho de campo esse que foi realizado por meio de um longo período de observação participante, onde enquanto pesquisador me foi garantida a entrada na sala de controle do CIMEC¹, responsável pelo monitoramento de 56² das 175 câmeras de videomonitoramento urbano da cidade de Curitiba em funcionamento até o momento da pesquisa, permitindo assim que eu pudesse acompanhar o cotidiano do interior de uma sala de controle de vigilância eletrônica, observando as interações que tomavam lugar nessa situação social tão particular, tanto entre os operadores e as imagens das câmeras em seus monitores, quanto entre os próprios sujeitos dessa observação entre si, enquanto colegas de trabalho.

Assim, começo a discussão deste artigo apontando para a forma como o olhar dos operadores é construído, como a interpretação e a atribuição de sentido às imagens das câmeras guia a atuação dos mesmos, influenciada por sua subjetividade, seus preconceitos e estereótipos reforçados por diversos valores culturais, entre eles a questão da cultura do medo.

Em seguida descreverei como se dá o exercício prático desse olhar, partindo de uma aparente posição de poder dos operadores sobre os observados, apontando tanto para os procedimentos e rotinas cotidianas do interior da sala de controle, os sujeitos e as instituições envolvidas, e as principais ações empreendidas pelos operadores, como também para os principais alvos de sua observação, discutindo assim tanto quem são os vigias, como quem são os vigiados.

Finalmente, invertendo o quadro de análise usado anteriormente, passarei a uma discussão que ressalta o caráter opressivo do trabalho dos operadores, apontando para as dificuldades encontradas por esses indivíduos em um ambiente de trabalho monótono, repetitivo e estressante, com uma alta carga de cobrança e baixo reconhecimento e incentivo, buscando demonstrar também as principais estratégias postas em movimento para lidar com essas questões.

A construção do olhar

Para aqueles que promovem o videomonitoramento como uma panaceia para o crime e a desordem nas ruas de nossas cidades, assim como para aqueles que alertam para o espectro do estado distópico de vigilância, há

¹ Centro Integrado de Monitoramento Eletrônico de Curitiba

² No período em que foi realizada a observação participante o CIMEC era responsável por 49 câmeras de vigilância, e o sistema era composto por 116 câmeras no total. A pesquisa de mestrado foi realizada entre os anos de 2011 e 2013.

uma concepção em comum: de que o videomonitoramento realmente produz os efeitos que lhe são atribuídos... Neste sentido, ambos compartilham uma tendência a um determinismo tecnológico: uma crença inquestionável no poder da tecnologia, seja ele benigno ou maligno. (NORRIS; ARMSTRONG, 1999, p. 9, tradução nossa³).

Como Norris e Armstrong apontam na citação acima, a maior parte dos estudos sobre vigilância, e especialmente sobre vigilância visual e videomonitoramento, estão marcados por um determinismo tecnológico que limita a análise dos efeitos da presença das câmeras, assumindo de forma bastante ingênua que a sua operação se efetiva da maneira ideal para a qual foi planejada e ignorando o papel essencial do “elemento humano” por trás das lentes das câmeras.

Essa perspectiva de análise do videomonitoramento coloca os estudos de vigilância em uma posição normalmente teórica, quantitativa e estatística em suas observações e conclusões, e deixa de lado uma abordagem qualitativa da forma como os sistemas eletrônicos de vigilância são operados. A maioria dos autores parece se esquecer de que as câmeras não atuam de forma autônoma nem são autoconscientes e só são efetivas na medida em que são monitoradas pelos seus operadores, que nada mais são do que indivíduos em uma situação de trabalho, dotados de subjetividade e capazes de serem irracionais, disfuncionais e preconceituosos em seu olhar.

São esses operadores que irão observar, interpretar e responder às imagens geradas constantemente pelas câmeras de vigilância espalhadas pelas ruas e praças da cidade. De fato, podemos afirmar no limite, que sem esse triplo processo de observação, interpretação e resposta a videovigilância seria algo absolutamente fútil e não traria efeito algum, tanto negativo quanto positivo.

Devido a esse privilégio dado às abordagens quantitativas sobre o videomonitoramento, relacionando seus efeitos aos indicadores de violência e criminalidade urbanas, muito pouco foi produzido sobre o nível “microsociológico” dessas relações, e há uma relativa pobreza de dados empíricos sobre a real operação desses sistemas. Daí a importância deste trabalho: para somar ao campo de estudos da vigilância e para que através da comparação com os resultados que outros pesquisadores obtiveram em diferentes cidades e instituições seja possível generalizar alguns elementos e a partir daí construir teorizações capazes de analisar de forma menos determinista, e mais complexa, os impactos trazidos pelas câmeras de vigilância para o cotidiano.

Para que possamos quebrar esse determinismo tecnológico é útil compreendermos a forma como as imagens são interpretadas pelo operador, ou seja, compreender como o olhar humano dá significado tanto ao que está explícito nas imagens observadas através dos monitores quanto ao que está oculto nos gestos, comportamentos e atos dos sujeitos observados. Nesse sentido é inestimável a contribuição de alguns autores da sociologia da fotografia e da imagem como Boris Kossoy (2007, 2009) e Ana Maria Mauad (1996), que, apesar de discutirem a imagem fotográfica em sua obra, permitem que se construa uma perspectiva bastante interessante e útil de análise da interpretação das imagens de vigilância.

De acordo com Kossoy, para compreender completamente uma imagem dois níveis de análise são necessários: a análise iconográfica e a análise iconológica. A primeira foca-se no exterior da imagem, nos elementos constitutivos da mesma. Nessa análise a importância está naquilo que está explicitamente visível na imagem, nos elementos icônicos registrados, permitindo que se extraiam as informações sobre quem, o que, como, quando e onde as imagens foram geradas,

³ “For those who promote CCTV as the panacea to the crime and disorder on our city streets and for those who warn of the spectre of the dystopian surveillance state, there is a common assumption: CCTV actually produces the effects claimed for it ... In this way, both share a tendency towards technological determinism: an unquestioning belief in the power of technology, whether benign or malevolent”.



sobre o assunto que foi registrado e sobre a tecnologia que foi utilizada para tal. Já a análise iconológica será baseada exatamente no que não está explícito na imagem, no significado intrínseco de seu conteúdo, na decodificação dos sentidos atribuídos aquela imagem.

É a combinação dessas duas análises, reunindo uma variedade de elementos icônicos e de significados que serão social e culturalmente traduzidos e codificados, que dará sentido à representação da realidade presente na imagem observada. Nesse sentido, o autor não nega o caráter de índice que a imagem carrega, no entanto Kossoy reconhece que o significado da mesma só existe graças a um ato de criação por parte tanto daquele que registra a imagem quanto daquele que a observa e interpreta posteriormente, o que no caso do videomonitoramento, na maioria das vezes, se realiza simultaneamente na ação do operador, que ao mesmo tempo controla a câmera e analisa a imagem observada em tempo real⁴.

Trata-se assim de reconhecer que no limite, a imagem presta-se como evidência documental de algo que ocorreu na realidade concreta; porém, não significa tratar-se de um registro fidedigno da realidade ou uma verdade absoluta. Trata-se apenas de uma verdade iconográfica (KOSSOY, 2007).

A historiadora Ana Maria Mauad caminha no mesmo sentido que Kossoy ao questionar o caráter indicial da imagem. Para a autora a fotografia possui uma “ideia” de índice, no entanto, há muito mais a ser levado em consideração entre a elaboração e a observação da imagem (MAUAD, 1996). Longe de ser gerada automaticamente a imagem é uma elaboração do real, resultante de um ato de investimento de sentido realizado pelo autor daquele discurso visual mediante uma série de regras, inclusive de ordem técnica.

Por fim, há que se considerar a fotografia como uma determinada escolha realizada num conjunto de escolhas possíveis, guardando esta atitude uma relação estreita entre a visão de mundo daquele que aperta o botão e faz ‘clic’. (MAUAD, 1996, p.77).

Nesse sentido, apesar de ser considerada como índice e testemunho, a imagem, tanto a fotográfica quanto a gerada pelas câmeras de vigilância, encontra-se dentro de um espaço marcado por formas de representação e de imaginários culturais e por tensões que irão interferir nas condições de emissão e de recepção das imagens e contextualizar a sua elaboração e interpretação. A imagem deve ser concebida como texto, como uma mensagem organizada constituída por expressão (técnica, estética, enquadramento, etc.) e conteúdo (pessoas, objetos, lugares, etc.) e que só pode ser compreendida como um todo, integrando todos os seus sentidos e analisando tanto o texto visualmente codificado quanto o seu contexto social de origem e de recepção. “A imagem não fala por si só; é necessário que as perguntas sejam feitas” (MAUAD, 1996, p. 83).

Pode parecer que essa aproximação entre a análise fotográfica e a construção do olhar dos operadores esteja flexibilizando demais os conceitos desses autores, entretanto, vale lembrar que o que faço aqui é um esforço metodológico que, ao combinar esses diferentes elementos de análise, permita uma compreensão, em certa medida, inovadora da atuação dos operadores do sistema de videomonitoramento urbano de Curitiba. Assim, ao trazer essas questões sobre a elaboração e interpretação da fotografia enquanto objeto de análise nos aproximamos da atuação cotidiana do operador, que é ao mesmo tempo “fotógrafo” ao elaborar e construir o discurso visual, escolhendo qual câmera irá monitorar e controlando o alcance, o foco e a direção de seu escopo; e também de observador, ao analisar em tempo real as imagens e os

⁴ Salvo quando a imagem das câmeras de vigilância é utilizada posteriormente para exercer seu poder de viés-probatório, e mesmo nesses casos, é válido levar em consideração que a própria evidência fornecida pelo registro em vídeo das câmeras de vigilância é um discurso visual construído pelo observador, marcado por uma elaboração técnica, cultural e estética (portanto ideológica) do operador da câmera, que, de forma direta ou indireta, intencional ou não é capaz de interferir na imagem produzida.



discursos que ele próprio vai criando quase que inconscientemente, enquanto navega pelas câmeras de vigilância.

É aqui que a contribuição do interacionismo traz uma nova perspectiva de análise e colabora para uma compreensão mais profunda da prática da vigilância. Devemos lembrar que, ainda que mediada pelas câmeras de videomonitoramento, ocorre uma interação entre os operadores e os vigiados, uma interação assimétrica (GOFFMAN, 2010) onde os operadores tem um grau de controle das informações muito maior do que os vigiados, visto que eles não precisam se preocupar com a informação que estão transmitindo, graças à sua invisibilidade para os vigiados, enquanto estes não são capazes nem de receber informações sobre os operadores, nem de verificar as reações dos mesmos sobre a informação que estão enviando.

Vale lembrar que, como qualquer outra interação, ela se desenvolve na chave das expectativas dos envolvidos, assim, são basicamente as expectativas dos operadores do sistema que irão definir as regras dessa interação, reger as interpretações e as reações dos mesmos, definindo dessa maneira quem deve ser vigiado e de que maneira, quem constitui uma ameaça e quem é inofensivo, quem é e quem não é um *indesejável*.

Assim, a eficácia de um sistema de videovigilância, tanto em espaços públicos como os analisados nessa dissertação, mas também em espaços privados e diferentes contextos sociais, culturais e institucionais, parece depender de forma muito mais profunda e determinante da atuação dos operadores do que das tecnologias sobre as quais se apoia. É, sobretudo, por esse motivo que não podemos analisar e/ou avaliar um sistema de monitoramento baseado na efetividade ideal das câmeras, a função do operador é crucial na medida em que é ele que irá dotar de sentido os milhões de cenas gravadas pelas câmeras.

Ao fazer isso, o operador não age de forma maquínica e neutra, ao contrário, o operador colocará em sua interpretação das imagens monitoradas, mesmo que de forma inconsciente, toda a sua subjetividade. Sua leitura do que se passa diante dos olhos eletrônicos das câmeras de videomonitoramento refletirá os estereótipos reproduzidos por seu próprio contexto social, revelará seus preconceitos, e também seus medos. É o elemento humano que fará com o que o sistema de videomonitoramento reproduza os discursos que o legitimaram, tanto o discurso da segurança e da proteção contra o crime e a violência, quanto o discurso do medo da diferença, da exclusão e do desaparecimento dos indesejáveis.

É apenas estudando a chave observação-interpretação-reação dos operadores, bem como suas próprias subjetividades, que seremos capazes de compreender o complexo funcionamento da vigilância e do controle social postos em ação pelos sistemas de videomonitoramento urbano contemporâneos.

O exercício do olhar

Quando pensamos pela primeira vez na posição ocupada pelos operadores dos sistemas de videovigilância estes parecem ocupar um lugar de poder sobre o restante dos cidadãos, graças à observação unilateral e assimétrica que eles são capazes de exercer, e graças também à invisibilidade e inacessibilidade de sua posição. Como guardiões onipresentes do espaço público (e também privado, dependendo do contexto institucional) eles podem escolher quem deve ser vigiado, e como; eles podem seguir seus alvos, silenciosos e invisíveis, sem que sua presença seja verificada; e mesmo que os vigiados estejam cientes de seu olhar, por meio de placas e sinais de área monitorada, há muito pouco que possa ser feito para impedi-los. Na verdade, como Norris e Armstrong (1999) apontam, tentar fugir do escopo das câmeras serve apenas para justificar e atrair ainda mais a atenção dos operadores. Em última instância os operadores são livres para monitorar quem eles quiserem sem precisar justificar seus motivos para ninguém.

Em Curitiba não é diferente, e até mesmo os gestores do sistema de videomonitoramento urbano confirmam a autonomia dos operadores para tomar as decisões que julgarem necessárias



e agir sem a necessidade de confirmação de seus superiores. Tal autonomia é justificada pelos gestores como uma forma de agilizar e otimizar a própria atuação dos operadores e dos demais agentes mobilizados nas ruas, sejam da guarda municipal ou da polícia militar.

Mas será que os operadores do sistema de videomonitoramento urbano de Curitiba realmente possuem tamanha autonomia e poder quanto essa percepção inicial sugere? O que de fato acontece no interior de um Centro de Controle Operacional? E quando eu me questiono a esse respeito eu quero saber o que acontece em todos os detalhes: quem trabalha lá? Em que condições? Como são os turnos? Quais as instituições envolvidas? Como os operadores interagem entre si? Quem eles monitoram e por quê? Enfim, o que quero saber é como funciona o sistema de videomonitoramento em seu aspecto mais prático, em seu nível mais micro, quais as dinâmicas internas do exercício do poder do olhar sobre os espaços públicos do centro da cidade de Curitiba?

Para chegar às respostas dessas perguntas analisei o principal CCO da cidade de Curitiba, e o único que opera de forma diferenciada dos demais citados em minha dissertação de mestrado (OLIVA, 2013), a saber, o CIMEC – Centro Integrado de Monitoramento eletrônico de Curitiba.

O CIMEC está localizado na Praça General Osório, bem no centro da cidade de Curitiba, onde termina o famoso calçadão da Rua XV de Novembro. Neste pequeno edifício de aparência discreta e sem identificação fica o mais antigo CCO do sistema de videomonitoramento eletrônico, construído na expansão do sistema em 2008 o CIMEC era então responsável pelo monitoramento de todas as câmeras da capital paranaense, que na época somavam 36 câmeras espalhadas pela região central. Hoje os operadores do CIMEC monitoram num regime ininterrupto 56 câmeras, das quais 14 são de tecnologia analógica, tendo sido as primeiras instaladas no ano 2000, antes mesmo da criação do CIMEC, enquanto as demais são todas de tecnologia digital instaladas entre 2008 e 2012⁵.

Para isso o CIMEC conta com uma sala de controle equipada com oito computadores divididos em duas bancadas, de onde os operadores podem controlar quaisquer das 56 câmeras, além de quatro telões fixados em uma das paredes da sala, onde as imagens podem ser colocadas em tamanho maior para observar mais detalhes ou para que todos os operadores possam acompanhar uma abordagem simultaneamente, e dois rádios ligados diretamente às centrais de comunicação da Guarda Municipal e da Polícia Militar, além de um telefone fixo. Além desses equipamentos a sala conta com um armário onde os operadores guardam seus pertences pessoais enquanto estão em serviço e uma pequena sala estreita que acompanha a parede dos fundos onde se encontram todos os gabinetes dos computadores, fora do alcance direto dos próprios operadores e constantemente refrigerados por aparelhos de ar-condicionado para otimizar o funcionamento dos mesmos.

Além da própria sala de controle o CIMEC conta ainda com uma cozinha com fogão, geladeira e micro-ondas, banheiros, uma espécie de hall de entrada, onde fica o Supervisor do turno, e uma sala ao fundo, também refrigerada, onde fica o servidor principal e os HUBs e roteadores que permitem a comunicação dos computadores com todas as câmeras por meio de uma vasta rede de fibra ótica de alta velocidade.

No entanto, apesar de todo esse aparente avanço tecnológico, o CIMEC possui a mesma estrutura que tinha em 2008. Seus computadores não são mais avançados do que o que um usuário comum teria em sua própria casa para uso pessoal, exceto pelo software específico usado para operar as câmeras (Figura 1).

Diferente dos demais CCOs da cidade de Curitiba aqui não é apenas a guarda municipal que opera as câmeras, mas existe uma integração entre diferentes instituições, cada uma delas voltada para um objeto específico de monitoramento, e não necessariamente relacionadas à

⁵ Dados referentes à janeiro de 2013, quando a redação final da dissertação de mestrado em Sociologia foi concluída e os dados atualizados pela última vez, hoje o número de câmeras em operação sob o monitoramento do CIMEC pode ter aumentado com a expansão constante do sistema.



Figura 1. Interior do CIMEC. Fonte: Curitiba (2013). Foto: Maurilio Cheli/Secretaria Municipal de Comunicação Social (arquivo).

segurança pública. Estão presentes aqui a SETRAN (Secretaria de Trânsito) que mantém um agente monitorando o trânsito do centro da cidade durante o horário comercial de segunda a sexta feira; e a SMU (Secretaria Municipal de Urbanismo) que também mantém um agente que atua das 8h às 16h, também de segunda a sexta feira, monitorando casos de comércio ilegal, fachadas irregulares e outros assuntos relacionados ao urbanismo.

No campo da segurança pública estão presentes a Polícia Militar e a Guarda Municipal. A PM, que de 2000 a 2008 era a responsável pelo videomonitoramento urbano de Curitiba, hoje mantém apenas um operador no CIMEC, 24 horas por dia, sete dias por semana, alternando em turnos de 12/36 horas⁶, responsáveis principalmente pelo monitoramento de crimes contra a pessoa. A Guarda Municipal, que hoje atua como a gestora de todo o sistema de videomonitoramento, não apenas no CIMEC, mas em todos os CCOs da cidade de Curitiba, mantém três operadores constantemente no CIMEC, também atuando 24 horas por dia durante todos os dias da semana, porém em turnos de 6 horas de observação no CIMEC e mais 6 horas de atuação nas ruas. Os operadores da GM são os responsáveis pelo monitoramento de crimes contra o patrimônio, entretanto, eles atuam também como uma espécie de força auxiliar de segurança e frequentemente tomam a iniciativa no atendimento de outras abordagens, especialmente no caso de uso e tráfico de drogas, e também no que é chamado pelos operadores de atitude suspeita.

Além dos operadores a GM mantém também um Supervisor de turno, que segue a mesma rotina dos turnos de 6 horas da GM e é o responsável por supervisionar a atuação de todos os operadores, inclusive dos que não são subordinados à Guarda Municipal.

Estes são os operadores que trabalham rotineiramente no CIMEC, mas o acesso à operação das câmeras também é permitido a investigadores da Polícia Civil, membros da Polícia Federal e agentes da ABIN (Associação Brasileira de Inteligência).

A rotina da sala de controle

Graças ao período de observação participante que pude empreender nessa pesquisa, bem como as longas conversas que tive com os operadores, que acabaram tornando-se uma espécie de entrevistas semiestruturadas, sempre buscando explorar os temas que mais me interessavam para a construção da pesquisa, pude acompanhar de perto o dia-a-dia dos operadores do sistema de videomonitoramento em seu ambiente de trabalho, com especial atenção aos operadores da GM.

⁶ 12 horas em serviço seguidas de 36 horas de folga.



Como era esperado, e já apontado pelas referências bibliográficas, o cotidiano da sala de controle do CIMEC segue uma rotina bastante previsível, repetitiva e até monótona, de forma que em certo ponto a atuação dos operadores torna-se praticamente mecânica e automática.

Cada um dos operadores varia em alguns aspectos na forma como exerce suas atribuições, diferindo no número de câmeras monitoradas simultaneamente, na frequência com que alternam entre as câmeras e mesmo nas câmeras que observam mais frequentemente, mas em geral o que se vê nos monitores do CIMEC são operadores observando de 4 a 9 câmeras, todas abertas ao mesmo tempo nas telas dos computadores, a maioria delas percorrendo um *tour* automático pré-programado pelo software lançando seu escopo sobre toda sua área de alcance repetidamente, enquanto uma das câmeras é controlada diretamente pelo operador com o mouse, navegando pela imagem em busca de algum ato que mereça sua atenção.

De tempos em tempos o operador alterna as câmeras em sua tela, escolhendo entre as 56 possibilidades de escolha da região central e repetindo novamente a sua busca por alterações no fluxo de pessoas, desvios na rotina, enfim, qualquer coisa que possa parecer, a seus olhos, suspeita.

Vale ressaltar, que mesmo enquanto as câmeras não estão sendo monitoradas diretamente por nenhum operador elas seguem o seu *tour* automático e todas as imagens de todas as câmeras ficam armazenadas por um mês nos servidores da Secretaria Municipal de Defesa Social (SMDS).

Durante o dia as câmeras mais observadas são aquelas das ruas mais movimentadas e que possuem a maior concentração de comércio nos arredores da Rua XV de Novembro, e também algumas que já são referências dos operadores como pontos usados frequentemente por pequenos traficantes e/ou usuários de drogas. Já durante a noite as câmeras mais observadas são as que lançam seus olhares sobre espaços de sociabilidade como o Largo da Ordem com seus bares e restaurantes. As demais câmeras são observadas muito raramente pelos operadores e algumas são até mesmo ignoradas por estarem em locais onde “nunca” ocorrem flagrantes⁷.

Constantemente os rádios da GM e da PM ficam ligados e os operadores procuram acompanhar a atuação dos agentes na rua por meio das câmeras. Muitas vezes, inclusive, são esses agentes que entram em contato diretamente com o CIMEC para solicitar o acompanhamento de alguma ocorrência, informando características de suspeitos em fuga, tanto a pé quanto em veículos para que os operadores os encontrem com as câmeras e assim possam informar a localização e a direção dos mesmos para que os policiais ou guardas na rua possam prosseguir com a abordagem, direcionando motos e viaturas atrás dos suspeitos.

A maior parte do tempo consiste em uma rotina monótona e repetitiva de alternar entre as câmeras, passando às vezes horas sem que nenhuma ação prática seja tomada pelos operadores que apenas acompanham com os olhos a rotina do outro lado das lentes. O período noturno traz ainda outros fatores que limitam a atuação efetiva do sistema, graças à redução do efetivo de agentes da GM nas ruas durante a noite, o que acaba direcionando à maior parte das ocorrências para a PM, e graças também à redução do próprio potencial técnico das câmeras, cujas imagens ficam com a qualidade e o alcance muito comprometido pela iluminação noturna.

Enquanto durante o dia os operadores assumem uma posição mais proativa, procurando no fluxo dos cidadãos ações e comportamentos de indivíduos que levantassem alguma suspeita em suas intenções, ou que já fossem reconhecidos pelos operadores como traficantes e usuários de drogas. Durante a noite sua atuação era visivelmente mais reativa, observando principalmente determinados lugares como entradas de bares e praças frequentadas por usuários de drogas e prestando especial atenção às mensagens dos rádios.

⁷ Ou talvez nunca registrem flagrantes exatamente porque não são monitoradas adequadamente.



Contudo, quando uma ocorrência como tráfico de drogas, furto ou roubo toma lugar sob o olhar das câmeras a dinâmica da sala de controle se altera completamente. Nesses momentos de atuação intensa paira certo caos na sala, com todos os operadores falando ao mesmo tempo, as imagens das câmeras sendo constantemente direcionadas pelos mesmos e observadas atentamente nos telões, as câmeras sendo alternadas rapidamente para acompanhar toda atuação, enquanto os sons dos rádios da polícia militar e da guarda municipal também não se calam, gerando certa adrenalina no momento de ação que pareceu ser um dos pontos altos de excitação dos envolvidos quando finalmente uma prisão é feita e um indivíduo é levado em custódia para a delegacia.

Momentos depois da ocorrência concluída tudo volta ao normal, a mesma rotina repetitiva de antes, o Supervisor abre um protocolo que direciona a ocorrência para a central da GM ou da PM que irá gerar um relatório da ocorrência e os operadores voltam a alternar mecanicamente entre as câmeras, esperando que algo aconteça.

E muitas vezes algo acontece, durante minha observação pude observar algumas situações visíveis de tráfico e de uso de drogas que são simplesmente ignoradas pelos operadores pela incapacidade de atender a todas as ocorrências. Não foi raro ver os operadores solicitarem a abordagem dos agentes na rua e não serem atendidos seja por falta de efetivos disponíveis ou pela falta de agilidade dos agentes em atenderem a ocorrência a tempo. Assim, a maioria das ocorrências que o CIMEC de fato consegue atender são de uso ou porte de drogas.

Outro fator importante que por vezes atrapalha a atuação dos operadores refere-se à manutenção das câmeras. Como pude notar durante a observação das 47 câmeras que estavam instaladas no período em que estive em campo, 14 apresentavam algum tipo de defeito, algumas estavam travadas em uma posição fixa, outras não conseguiam utilizar o *zoom* e algumas simplesmente não funcionavam. De acordo com os relatos dos operadores algumas dessas câmeras estavam assim já há alguns meses, e quando retornei para a segunda parte de minha observação meses depois, as mesmas câmeras encontravam-se ainda na mesma situação. Quanto a isso os gestores do sistema afirmam que a manutenção dos equipamentos deveria ser realizada pelo ICI (Instituto Curitiba de Informática) e que exatamente por causa dessas falhas a SMDS estava prestes a abrir uma licitação para encontrar uma nova parceria capaz de garantir a manutenção das câmeras da maneira adequada⁸.

Apesar de não ter acompanhado nenhuma ação desse tipo, os operadores ressaltaram algumas vezes durante nossas conversas que não atuam apenas como uma força repressiva, mas que frequentemente efetuam ações de resgate social, enviando guardas municipais para ajudar moradores de rua que estejam muito machucados, sujos ou malcuidados e precisem de apoio, quando os visualizam pelas câmeras.

A construção dos indesejáveis

Agora, se puder por um momento observar o Gráfico 1, será possível apontar para outro fato importante da forma como o poder do olhar é exercido pelos operadores, sinalizando não apenas a influência de sua subjetividade e dos seus preconceitos na escolha dos alvos da vigilância, mas também, demonstrando como ela se alinha aos interesses postos em pauta pelo planejamento urbano na cidade de Curitiba, mantendo a imagem de cidade modelo.

Como podemos ver claramente o tipo de ocorrência que ocupa invariavelmente⁹ a segunda posição no gráfico em número de registros por ano refere-se a um tipo de ocorrência no mínimo ambíguo que envolve abordagem, averiguação e atitude suspeita. Em um primeiro momento

⁸ Até o momento em que escrevo esse artigo não tive qualquer notícia de que essa licitação tenha sido realizada, e o responsável pela manutenção das câmeras continua sendo o ICI.

⁹ Com exceção de 2011 que como já mencionei está com os dados atualizados apenas até o mês de setembro daquele ano.

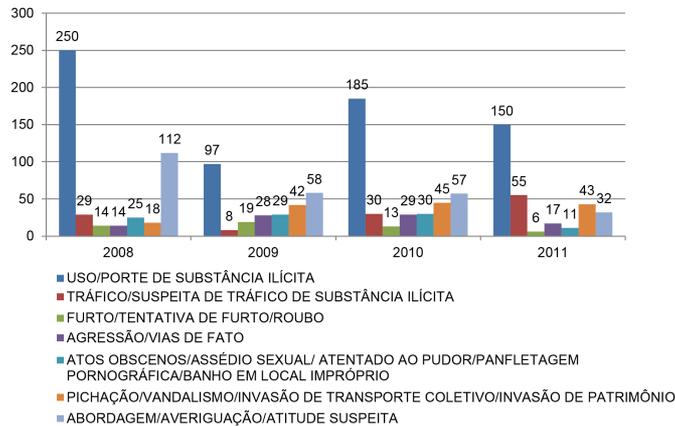


Gráfico 1. Principais ocorrências registradas pelo CIMEC. Fonte: Oliva (2013).

da pesquisa esses números me chamaram bastante a atenção, mas não era capaz de dar sentido a eles, tinha minhas suspeitas e alguma indicação, baseada na bibliografia, do que eles poderiam representar, mas não tinha como corroborar minhas afirmações. Foi somente com a extensiva observação participante no CIMEC que pude compreender esses números, acompanhando a forma como os operadores atuam, e prestando especial atenção em quem eles vigiam, e quando solicitam essas abordagens, e averiguações, e mais ainda, o que são essas atitudes suspeitas.

Existem alguns estudos empíricos que merecem destaque aqui, e que serviram como exemplos para a realização da minha pesquisa e como base de comparação para os resultados obtidos. Em primeiro lugar, os estudos de Norris e Armstrong realizados em 1997 e 1999 com sistemas de videomonitoramento em espaços públicos na Inglaterra demonstravam como, na maioria das situações observadas, era o preconceito dos operadores que determinava quem seriam os alvos das câmeras, mais do que qualquer tipo de comportamento suspeito.

Os autores afirmam que os indivíduos eram vigiados principalmente por pertencerem a subculturas e grupos particulares cuja percepção dos operadores era negativa, assim, a maior parte dos alvos da vigilância eram jovens do sexo masculino e especialmente negros, desproporcionalmente representados em comparação aos brancos. Além disso, também eram alvo frequente das câmeras os bêbados, moradores de rua e vendedores ambulantes, considerados “fora do lugar” nos espaços privilegiados para o consumo (NORRIS; ARMSTRONG, 1997).

O escopo das câmeras não cai igualmente sobre todos os usuários das vias públicas, mas sim sobre aqueles que são estereotipicamente predefinidos enquanto potencialmente desviantes, ou que pela aparência e comportamento, são apontados pelos operadores como irrespeitáveis. Dessa forma a juventude, particularmente aquela que já é social e economicamente marginalizada, pode ser sujeita a ainda maiores níveis de intervenção autoritária e estigmatização oficial, e, ao invés de contribuir para a justiça social através da redução da vitimização, CCTV (circuitos fechados de TV) tornam-se meramente uma ferramenta de injustiça por meio da amplificação de uma política diferenciada e discriminatória. (NORRIS; ARMSTRONG, 1997, p. 8, tradução nossa)¹⁰.

¹⁰ “The gaze of the cameras does not fall equally on all users of the street but on those who are stereotypically predefined as potentially deviant, or who through appearance and demeanour, are singled out by operators as unrespectable. In this way youth, particularly those already socially and economically marginal, may be subject to even greater levels of authoritative intervention and official stigmatization, and rather than contributing to social justice through the reduction of victimization, CCTV will merely become a tool of injustice through the amplification of differential and discriminatory policing”.



Outra pesquisa, realizada por McCahill, com sistemas de videomonitoramento de centros comerciais aponta também para a supervigilância exercida sobre indivíduos em grupo, especialmente jovens que eram observados pelo simples fato de estarem juntos, motivo pelo qual eram sumariamente considerados “causadores de problemas” e retirados do complexo comercial pela equipe de segurança (MCCA HILL, 2002).

Na cidade de Curitiba, os mesmos padrões de observação foram reconhecidos, especialmente no que diz respeito à vigilância exercida sobre moradores de rua, prostitutas, usuários de drogas e grupos de jovens, especialmente membros de subculturas “punk” ou “hip hop” circulando pelos espaços de consumo da Rua XV de Novembro e no Largo da Ordem no centro da cidade. O preconceito e a percepção negativa dos operadores em relação a esses grupos estavam claramente demarcados em suas falas e ações, e apesar do discurso oficial negar essa relação, a observação das práticas dos operadores tornou impossível ignorá-las.

Quando o operador toma o controle da câmera e passa a ativamente procurar por alvos potenciais da vigilância fica evidente a influência de seus preconceitos. As roupas e a aparência dos indivíduos que chamam a atenção das câmeras são um dos principais critérios que podem definir se uma pessoa é apenas mais um cidadão de bem caminhando pelas ruas ou se é um possível traficante de drogas. A movimentação da pessoa também era sempre levada em consideração, se ela parece perdida, andando de um lado para o outro, se fica muito tempo parada em um mesmo local, ou se muda bruscamente de direção, contrariando o fluxo dos consumidores ela também recebe uma especial atenção dos operadores.

Durante o dia moradores de rua nas ruas comerciais e durante a noite prostitutas e travestis eram alvos muito frequentes da vigilância, mas o que mais me chamou a atenção na forma como a vigilância é exercida em Curitiba é o excesso de vigilância que cai sobre os jovens da cidade.

Os operadores do CIMEC, a maioria brancos, na faixa dos 35 a 50 anos de idade e com o mesmo perfil econômico, além de compartilharem o treinamento e a visão da Guarda Municipal e da Polícia Militar, compartilhavam também uma percepção comum de que é a juventude em geral, e em especial os jovens do sexo masculino que são os responsáveis pela maioria dos crimes – as mulheres, como veremos adiante, são observados na maioria das vezes apenas com fins voyeuristas, pelos seus corpos, e não como suspeitas –, sendo assim, fazendo eco aos trabalhos de Norris e Armstrong (1997, 1999), na cidade de Curitiba também são esses os principais alvos da vigilância, especialmente se estiverem em grupos, parados em algum lugar sem fazer nada e atrapalhando o fluxo do consumo.

Assim, em todo o período em que realizei a observação, eram especialmente grupos de jovens que eram frequentemente observados, sentados em bancos, fumando e conversando, mesmo que fosse no Largo da Ordem ou nos bancos da Rua XV de Novembro. Esses grupos recebiam ainda mais atenção quando eram identificados como membros de grupos “punks” ou “hip hop”, ou ainda quando, pelas roupas e gestos, ou simplesmente por serem negros, eram identificados como membros das classes mais baixas.

São esses os indivíduos que ao serem abordados pela GM ou pela PM são registrados nas categorias de abordagem, averiguação e atitude suspeita, justificadas pelos operadores como possíveis usuários e/ou traficantes de drogas. Dessa forma, são aqueles que já são de alguma forma marginalizados, por sua falta de capital social, cultural e financeiro, que sofrem os mais altos níveis de controle e estigmatização por meio da vigilância. Como vários comentadores apontam, e com os quais devo concordar ao analisar o caso de Curitiba, o videomonitoramento parece ter um efeito muito mais direto sobre esse impulso exclusório e segregacionista, que visa limpar as áreas monitoradas da presença dos indesejáveis e criar, ou manter, a região central da cidade como um espaço de consumo, do que de fato sobre o combate ao crime e a violência urbana.



Fica clara, portanto, a atuação do sistema de videomonitoramento urbano como uma ferramenta de manutenção dessa ordem social preestabelecida e de exclusão das diferenças para fora dos espaços de consumo, invisibilizando os conflitos e inviabilizando o encontro com o *outro*.

Além do exercício do olhar

Vimos até aqui a posição de relativo poder ocupada pelos operadores do sistema de videomonitoramento urbano da cidade de Curitiba, que a partir da sala de controle do CIMEC são capazes de exercer certo controle disciplinar sobre os alvos da vigilância. Porém, antes de aceitarmos completamente esse ponto de vista, é importante buscar também o outro lado dessa situação, uma perspectiva frequentemente ignorada pela maior parte da literatura sobre o assunto, mas que merece destaque.

Além da posição de empoderamento os operadores sofrem também uma opressão e controle constante do próprio sistema. Como descrito anteriormente eles trabalham longos turnos em uma pequena sala de controle observando por até 12 horas consecutivas imagens sem som e repetitivas do movimento nas ruas do centro da cidade sob a cobrança de identificar e prevenir a ocorrência de potenciais crimes e com relativamente baixos salários e pouco reconhecimento. Por mais que haja momentos de excitação e até adrenalina, a maior parte do tempo o trabalho não passa de uma constante, inalterada e previsível rotina. Ainda assim, os operadores devem continuar monitorando as câmeras o tempo todo, no caso de que algum desvio ocorra. Em certo sentido os operadores são prisioneiros das mesmas ferramentas que lhes empoderam, sob o total controle do mesmo sistema por meio do qual eles próprios exercem controle sobre os demais cidadãos.

Um autor dos estudos de vigilância que traz enormes contribuições para este trabalho é Gavin Smith, que realizou sua pesquisa na sala de controle de videomonitoramento de uma instituição universitária e apontou para interessantes considerações em relação ao trabalho dos operadores e sua relação com os “vigilados” por intermédio das câmeras (SMITH, 2004). Uma das principais questões levantadas pelo autor é o que ele irá chamar de “fator tédio”¹¹ que nasce de uma rotina monótona e repetitiva de longas horas de trabalho observando imagens sem áudio que mostram essencialmente nada, no interior de uma sala fechada, sem atributos marcantes, numa situação de trabalho com falta de incentivo e excesso de cobrança por resultados positivos.

Por vezes o trabalho dos operadores é tomado como fácil e que não exige esforço, afinal, basta sentar-se confortavelmente em frente ao computador e ficar assistindo as câmeras, no entanto, esse ambiente de trabalho é bem mais cansativo do que pode parecer, e a experiência da observação participante me permitiu não apenas observar, mas também sentir os efeitos do fator tédio. Depois de poucas horas no interior da sala, mesmo a minha atenção, que não estava limitada às imagens das câmeras, acabava vagueando para outras questões que nada diziam respeito à observação. Assim eu pude perceber e entender a situação cotidiana dos operadores.

Apesar de haver uma percepção de que o monitoramento consiste em uma tarefa interessante pela oportunidade de observar e analisar o comportamento das pessoas no seu cotidiano sem ser visto, essa visão rapidamente se desfaz e o trabalho de monitoramento se torna monótono, repetitivo e extremamente cansativo, tornando difícil esperar que alguém seja capaz de exercer a vigilância de forma realmente efetiva nesse contexto. É fácil imaginar como manter 6 horas de atenção exclusiva às câmeras de vigilância nesse ambiente é praticamente impossível

¹¹ *Boredom factor* no original.



e para lidar com a rotina e o tédio do seu trabalho os operadores põem em prática diversas “estratégias” informais para “passar o tempo” que pude testemunhar durante minha observação.

Assim, eram comuns, por exemplo, as idas e vindas à sala de controle, enquanto os operadores frequentemente se retiravam de seus postos para fumar um cigarro, tomar um café, ou simplesmente “esticar as pernas”. Da mesma forma a atenção dos operadores frequentemente era direcionada para outros objetos que não as câmeras de vigilância, enquanto liam o jornal, acessavam a internet em seus notebooks, estudavam para concursos públicos e até assistiam filmes e jogavam jogos eletrônicos enquanto as câmeras eram deixadas em seu tour automático com pouco ou nenhuma atenção dedicada a elas.

Em algumas ocasiões até mesmo a forma como o monitoramento era posto em prática estava mais no sentido de “passar o tempo” do que de fato de exercer a vigilância, como quando os operadores olhavam preços nas vitrines das lojas, acompanhavam situações inusitadas e pessoas conhecidas que passavam sob o escopo das câmeras, direcionavam as mesmas para vigiar seus próprios carros, ou até “brincavam” com sistema, tentando abrir 20 câmeras simultaneamente no mesmo computador.

Algumas dessas “estratégias” também foram observadas por Smith em seu trabalho, e o autor argumenta que essas práticas podem ser interpretadas também como, além de uma simples forma de “passar o tempo”, uma espécie de resistência dos operadores ao seu ambiente de trabalho, marcado pelas longas horas de trabalho rotinizado, baixos salários, pouco ou nenhum incentivo e motivação, e grandes cobranças por um monitoramento eficiente que não deixe nada passar despercebido.

A maior parte desses argumentos é facilmente transportada para a realidade dos operadores do CIMEC, com exceção do último ponto. Como pude confirmar pelas conversas que tive com os operadores sobre o seu trabalho e sua relação com as instituições envolvidas, ficou claro que de fato são baixos os salários e quase inexistentes os incentivos e o reconhecimento para o trabalho realizado pelos operadores. Porém, os gestores do sistema estão cientes de que o número de operadores do CIMEC é muito baixo para o número de câmeras que devem ser monitoradas (nos horários com maior número de operadores são seis pessoas para monitorar 56 câmeras), além de o próprio sistema impor limitações ao trabalho dos operadores contando com várias câmeras que necessitam de manutenção, dessa forma, inexistente aqui o excesso de cobrança por resultados por parte dos superiores que Smith aponta em seu estudo, ainda que exista uma cobrança da própria sociedade.

Ainda assim, existe um ponto interessante que diferencia a forma como essa pressão da cobrança se impõe sobre os operadores do CIMEC. Apesar do reconhecimento dos gestores sobre a impossibilidade de uma atuação completamente efetiva aqui existe um elemento a mais de cobrança com a presença de duas câmeras de vigilância instaladas no interior da sala de controle e monitoradas pelos próprios gestores do sistema no Departamento de Planejamento e Defesa Comunitária da Secretaria Municipal de Defesa Social. Esse monitoramento dos operadores condiz com as principais observações de estudos anteriores (em especial os de Gavin Smith), apontando as dificuldades de se manter a atenção dos operadores durante todo o período de seus turnos.

Outro ponto interessante levantado por Norris e Armstrong, e que traz uma questão de gênero ao debate, é em relação à vigilância sobre as mulheres, que em seus estudos era normalmente exercida apenas por razões voyeurísticas para satisfazer os operadores. Vale destacar aqui, que nos casos que esses autores estudaram o ambiente da sala de controle dos sistemas de videomonitoramento era marcado pela exclusividade de operadores do sexo masculino.

A sala de controle do CIMEC, no entanto, não é tão homogênea nesse sentido, sendo que em um local onde trabalham seis operadores durante o horário comercial, normalmente dois



ou três desses indivíduos são mulheres. Apenas no período da noite, quando apenas quatro operadores estão de serviço, é que a presença masculina torna-se exclusiva.

Apesar dessa diferença, o olhar voyeurístico sobre as mulheres também se faz muito forte no caso curitibano e são comuns os zooms e comentários sobre os corpos femininos capturados pelas câmeras. Embora este não seja o foco dessa dissertação é importante problematizar a apropriação dos corpos das mulheres por esses homens, por mais invisíveis que estejam atrás das câmeras eles exercem uma vigilância e um abuso sobre estes. A objetificação do corpo feminino está imbricada em uma relação de poder que foi culturalmente interiorizada, mas se torna necessário questionar por que esses indivíduos consideram tão “natural” falar, focar e valorar um corpo de mulher sem a sua permissão, mas com total permissividade.

Para compreender tal relação de poder a pesquisadora Susan Amussen ressalta que nas sociedades ocidentais o homem cumpre um papel dentro de uma chave binária onde acredita que “os homens devem aprender a ser dominadores e ativos e as mulheres a serem submissas; se as mulheres devem ser castas, os homens devem conhecer os limites nos quais eles podem atentar contra esta castidade” (AMUSSEN, 1985). É dentro dessa chave binária de performances que os operadores se colocam como os “analísadores”, detentores do poder do olhar acima daquelas cidadãs, perpetuando nesse gesto uma sociedade que dá mais valor ao masculino do que ao feminino. Segundo Saffioti, a sociedade promove altos investimentos para naturalização desse projeto. Essa dominação, contudo, deve ser combatida, pois ela gera não só violências simbólicas como estas, mas é base de todas as violências de gênero (SAFFIOTI, 1987).

Ainda que essas estratégias para “passar o tempo” sejam uma forma de transgressão do sistema de vigilância eletrônica e dos controles impostos por esse sobre os observadores, e uma forma de resistência dos mesmos às condições frustrantes de seu ambiente de trabalho, não podemos afirmar que essa subversão de sua atuação formal subtraia o potencial de efetividade do sistema de videomonitoramento. Ao contrário, segundo Smith (2007), os operadores geralmente empregam essas táticas exatamente para prevenir uma sobrecarga informacional, garantir certo alívio de um trabalho extremamente exaustivo, tanto fisicamente como também psicologicamente e emocionalmente. Nesse sentido, essas estratégias ao invés de atrapalhar o exercício da vigilância podem até aumentar a produtividade e a efetividade do trabalho desses operadores.

Referências

AMUSSEN, S. D. Féminin/masculin: le genre dans l'Angleterre de l'époque moderne. *Annales ESC*, Paris, v. 40, n. 2, mar./apr., p. 269-287, 1985.

BENTHAM, J. *O panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

CURITIBA. Prefeitura. *Arquivo de imagens: prefeitura de João Pessoa vem a Curitiba conhecer Patrulha Maria da Penha*. Curitiba. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/imagens/arquivo/album-sequestro-de-crianca/24790>>.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2004.

GOFFMAN, E. *Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Petrópolis: Vozes, 2010.

MAUAD, A. M. Através do da imagem: fotografia e história interfaces. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.



MCCAHERN, M. *The surveillance web: the rise of visual surveillance in an english city*. Devon: Willan Press, 2002.

NORRIS, C.; ARMSTRONG, G. *The unforgiving eye: CCTV Surveillance in Public Space*. Hull: University of Hull, 1997.

NORRIS, C.; ARMSTRONG, G. *The Maximum Surveillance Society: the rise of CCTV*. Oxford: Berg, 1999.

NORRIS, C.; ARMSTRONG, G. *Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo*. 2. ed. São Paulo: Atêlie Editorial, 2007.

KOSSOY, B. *Realidade e ficções na trama fotográfica*. 4. ed. São Paulo: Atêlie Editorial, 2009a.

NORRIS, C.; ARMSTRONG, G. *Fotografia & história*. 3. ed. São Paulo: Atêlie Editorial, 2009b.

SAFFIOTI, H. I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SMITH, G. Behind the screens: examining constructions of deviance and informal practices among CCTV control room operators in the UK. *Surveillance & Society*, England, v. 2, n. 2-3, p. 376-395, 2004.

SMITH, G. Exploring relations between watchers and watched in control(led) systems: strategies and tactics. *Surveillance & Society*, England, v. 4, n. 4, p. 281-313, 2007.

Recebido: 01 maio, 2015
Aceito: 12 maio, 2015

Notas sobre a distinção entre usuários e traficantes na “cracolândia”: apontamentos para uma crítica da política de drogas¹

Notes on distinction between users and drug dealers at “cracolândia”: notes for a review of drug’s policy

Letícia Canonico de Souza^a

Resumo

O presente artigo propõe uma reflexão acerca da prática dos agentes de segurança na “cracolândia” - localizada na região central da cidade de São Paulo - em especial, no que tange à maneira como é, por estes, operacionalizada a diferenciação entre usuários e traficantes de drogas no âmbito do Programa Municipal de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas, intitulado “De Braços Abertos”, o qual prevê a intersetorialidade entre os trabalhos de Assistência Social, Saúde e Segurança Pública no “combate” ao crack. Problematizo meu objeto a partir dos discursos dos agentes de segurança, assistentes sociais, agentes de saúde e usuários de crack sobre a forma como se dará o policiamento na região, assim como sobre como este é realizado na prática. A partir dos dados de campo foi possível perceber a produção de uma seletividade penal na forma de operacionalizar a distinção entre usuários e traficantes, questão para a qual dou atenção.

Palavras-chave: segurança pública; crack; seletividade penal; “De Braços Abertos”.

Abstract

The present article proposes a reflection on practice of security officers at “Cracolândia” - located in the central region of São Paulo. The main purpose is to identify the differentiation between users and drug dealers by the officers. The empirical view focuses the Municipal Program to Combat Crack and Other Drugs, entitled “Open Arms”, which foresees the intersectorality between the work of Social Welfare, Health and Public Safety in the “fight” to crack. I discuss my object from the speeches of security officers, social workers, health workers and crack users on how policing will be in the region as well as on how it is performed in practice. Documental and field research was performed with different agents that act on the management and use of crack users in the region of “Cracolândia”. From the field data, it was possible to note the production of a criminal selectivity in how to operationalize the distinction between users and dealers, question to which I would like to give attention.

Keywords: public security; crack; selectivity criminal; “Open Arms”.

¹ Este artigo é parte da minha dissertação intitulada “Entre usuários e traficantes: Múltiplos discursos “sobre” e “da” atuação dos agentes de segurança na região da ‘cracolândia’”.

^a Graduada em Ciências Sociais. Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Mestre em Sociologia na mesma instituição, São Carlos, SP, Brasil. Contato: leticia.canonico@gmail.com



Introdução

O presente artigo apresenta parte do resultado da minha pesquisa de mestrado, na qual realizei uma discussão de aspectos da atuação dos agentes de segurança na região da “cracolândia” – no âmbito de implementação do Programa “De Braços Abertos” e a partir de discursos “sobre” e “da” prática destes agentes – especificamente acerca da maneira como é realizada por estes a distinção entre as figuras delitivas de usuários e traficantes.

Haja vista que a formação de espaços específicos que concentram o uso de crack, sobretudo o abusivo, chamados de “cracolândia”, expõe uma questão bastante explorada por setores como a mídia, a saúde, a segurança pública, entre outros², se tornou interessante atentar à produção de um problema social a ser resolvido e as formas previstas para isto. E ao saber que a preocupação no que se refere ao uso do crack, entendido como “problema social” ou enquanto uma “epidemia” a ser controlada, gerou a necessidade de respostas estatais, as quais podem ser percebidas pelas políticas públicas elaboradas para o controle da *droga* e que uma delas, sendo a mais atual o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas – “Crack, é Possível Vencer”, me atentei ao que está previsto neste Plano e procurei analisa-lo em sua implementação.

O referido Plano prevê a intersetorialidade na atuação de determinados agentes estatais e não estatais no “combate”³ ao uso do crack em eixos de articulação nomeados Autoridade, Cuidado e Prevenção. O eixo Autoridade é composto pelo trabalho do policiamento ostensivo – “comunitário” – em regiões de uso do crack, assim como pela atuação das Polícias Federal, Rodoviária Federal, Civil e Militar no combate ao tráfico e na repressão a traficantes, sendo central, para tal, o controle da entrada de drogas pelas fronteiras. O eixo do Cuidado conta com diversos *equipamentos*⁴, de forma a oferecer o atendimento aos usuários que ficam concentrados em regiões de uso, que vão desde os serviços de redução de danos até a oferta de internação em comunidades terapêuticas, estes representam diferentes modelos de intervenção nessa área. Já o da Prevenção tem grande amplitude quanto às suas atribuições, sendo voltado especialmente à formação de profissionais que irão atuar nas três áreas previstas no Plano. Os cursos são oferecidos em Centros Regionais de Referência, localizados em Universidades Públicas selecionadas por meio de edital, estas oferecem a formação gratuita, tanto presencial quanto via internet. Além disso, segundo o plano, a atuação da polícia de proximidade se articula nesse eixo.

Minha pesquisa foi empreendida desde abril de 2013 até fevereiro de 2015 e contou com uma gama variada de estratégias metodológicas, tais como análise documental dos Decretos para implementação do Plano “Crack, é Possível Vencer”, do Programa “De Braços Abertos”, análise das cartilhas dos mesmos, assim como observação e participação das reuniões da sociedade civil para discussão dos rumos a serem tomados pelo Plano Municipal, além das reuniões institucionais nas quais eram apresentados os desdobramentos das decisões dos diversos órgãos estatais que compunham a articulação do Plano, visitas de campo à região da “cracolândia”, entrevistas informais com agentes estatais, não estatais e usuários de crack. A partir da observação e participação das discussões foi possível apreender diversas formas de conflito sobre como lidar com a questão do uso e abuso de *drogas*.

² Uma ilustração atual do “problema” pode ser exemplificada por uma pesquisa apresentada na primeira semana de maio de 2013, pelo Instituto Datafolha, que afirma que 45% da população da cidade de São Paulo tem medo de que os jovens da família utilizem tóxicos, incidência maior do que os que afirmam ter medo da violência urbana.

³ O termo combate é utilizado pelo Plano, não pela pesquisadora, por isso se escolhe utilizá-lo entre aspas.

⁴ Maneira pela qual são chamados os serviços de atendimento de assistência, saúde, tais como CAPS, CREAS, Serviços se Acolhida.

Entretanto, mais especificamente, foi possível perceber o receio em relação à atuação da segurança pública em um dos eixos do programa, e isso se tornou um ponto de especial interesse à pesquisa. Assim, percebi a importância de, ao analisar um programa que se desenha de forma intersetorial, atentar aos discursos “sobre” e “da” atuação da segurança pública – mais especificamente sobre como é operada a distinção entre as categorias de usuário e traficante de drogas pelos agentes de segurança, já que é uma questão polêmica.

Os discursos “sobre” a prática dos agentes de segurança referem-se ao que é dito sobre como será a atuação dos agentes de segurança em ambientes de concentração de uso de *drogas*. Refiro-me, portanto, aos documentos que explicam isso, quais sejam: os decretos de criação do Plano “Crack, é possível vencer”, assim como do Programa “De Braços Abertos”, às cartilhas dos mesmos e notícias de jornal, nas quais os gestores argumentam sobre o modo de atuação prevista dos agentes de segurança. Também faço referência aos diversos discursos, de diferentes agentes, coletados durante as reuniões no período de formulação para a implementação do Programa na cidade de São Paulo, nas quais se discutiu a forma de ação dos agentes de segurança no âmbito do Programa, bem como durante as idas a campo.

Quanto aos discursos “da” prática, que dizem respeito aos relatos do momento da implementação do Programa, dou atenção ao que é dito após a ação “De Braços Abertos” em janeiro de 2014, e quais são os discursos elaborados por agentes de saúde, de assistência social, redutores de danos, agentes de segurança, entre outros, do como é realizado, a partir deste momento, o trabalho dos agentes de segurança na “cracolândia”. Considero dados das reuniões de avaliação do Programa, bem como discursos apresentados em notícias de jornal e de idas a campo.

Traço inicialmente um breve histórico das diversas ações ocorridas na região na “cracolândia”⁵ para melhor compreender o contexto que analiso, ou seja, os discursos que são realizados sobre como se deve agir e de como agem os agentes de segurança. O que é possível destacar, neste sentido, é o argumento que o modo de ação dos agentes de segurança neste contexto é mais preventivo do que punitivo, o controle, neste sentido, deveria ser centrado na oferta da droga. Bem como é central a noção do estabelecimento preciso de quem será o alvo do combate, que pode ser bem criterizado pelo recurso aos aparatos de vigilância que permitiriam identificar precisamente quem é o traficante, o que busco relacionar à discussão sobre as questões legais do controle das *drogas* e os seus efeitos.

Apresento, portanto, dados da minha pesquisa de campo, divididos em três momentos, quais sejam: 1) a construção do Programa (Abril de 2013 a Janeiro de 2014), 2) a implementação do Programa (Janeiro de 2014) e 3) o pós-implementação (Fim de Janeiro de 2014 a Janeiro de 2015). Sobre meus dados de campo, destaco que considero o período para o qual lanço olhar interessante por se constituir enquanto uma contraposição ao modo de ação ocorrida em 2012, chamada de “Operação Sufoco”⁶. Em contraposição a esta forma de ação, com a implementação do “De Braços Abertos” se sustenta a implementação do modelo de policiamento comunitário.

Afinal, é central, para a conclusão, deixar evidente que compreendo que a constituição de um espaço cunhado como “cracolândia” guarda relação com a constituição de um ideal securitário, assim como pauta projetos de intervenção urbanísticos, o que pode ser relacionado aos modelos de policiamento comunitário⁷.

Argumento que os discursos sobre o centro, como local da degradação, do uso de *drogas*, assim como da violência contribuem para a implementação de políticas públicas orientadas à

⁵ As ações de reforma urbana, bem como intervenções estatais diversas são as quais estou me referindo.

⁶ Nesta os agentes de segurança buscaram retirar os usuários da “cracolândia”, decorrendo em uma ação do Ministério Público estadual, que estabeleceu que os agentes de segurança não poderiam fazer que os usuários circulassem por meio de sua intervenção.

⁷ É possível fazer referência à teoria da janela quebrada para compreender esse argumento.

transformação da região, o que envolve recorrer à ação dos agentes de segurança. Relaciono estes dados ao contexto no qual se argumenta que o foco da ação da segurança pública orienta-se contra o tráfico de *drogas*, quando cresce exponencialmente a taxa de prisões no local. Procuo, portanto, relacionar a produção discursiva de uma territorialidade, associada à prática de atividades ilícitas, à produção de uma seletividade penal. Com isso quero dizer que a constituição de uma territorialidade é um pano de fundo para uma gestão diferenciada dos ilegalismos (Foucault, 1975), na qual o processo de criminalização (Misse, 2008) é facilitado pelo pressuposto da concentração territorial do vício, do crime e da violência. Busco, assim, trazer uma contribuição à discussão referente às políticas públicas e o controle das *drogas*.

Entre a área tombada e a área tombando

A “cracolândia” se localiza, desde o princípio dos anos 1990, na região central da cidade de São Paulo. A concentração dos locais de uso de drogas em regiões periféricas, onde os usuários eram considerados um problema tanto por agentes de segurança como por traficantes e no contexto de práticas de extermínio, foi deslocada para a região central. Essa, no entanto, passou por diversos deslocamentos relacionados à dinâmica institucional que tornava necessária a alteração do local de concentração⁸.

Para constituir um breve histórico das transformações ocorridas na região central da cidade de São Paulo retomo o argumento de Rolnik (2001) e Caldeira (2000). Rolnik (2001) afirma que em um primeiro momento da história da cidade de São Paulo o centro foi ocupado pela elite, existindo um planejamento urbano de habitação para esse grupo, em contraposição, os locais próximos às ferrovias e várzeas, não distantes dessa região, associados à localização de espaços de trabalho, eram ocupados de maneira irregular por classes de menor poder econômico, aspecto também destacado por Caldeira (2000).

As autoras apontam mudanças que a cidade de São Paulo passou, a partir de 1930, em decorrência da influência do pensamento urbano de Prestes Maia, que ampliou, nos anos 1940, a malha urbana por meio de vias, como as Marginais e a 23 de Maio, interligando o centro às periferias, ampliando e transformando, assim, a região considerada central.

Rolnik (2001) destaca ainda este momento como aquele em que o centro passa a ser uma área privilegiada para o comércio, em detrimento de uma região de moradia. Além disso, o local se torna de mais fácil acesso ao transporte público (e não aos carros), momento no qual a elite abandona a região. Neste contexto a cidade inicia um processo de expansão para os eixos periféricos, ampliado, nos anos 1970 e 80, com o aumento do número de carros, do número de vias, especialmente, a construção do Elevado Costa e Silva, apontada por Silva (2005) como um dos principais fatores para o processo de degradação da região central de São Paulo. No interior deste processo de expansão, o centro foi se consolidando com uma região degradada.

A partir desta breve apresentação do processo urbanístico de São Paulo é possível fazer referência a alguns projetos de reforma urbana que buscaram a revitalização da região central da cidade de São Paulo. Entre esses, destaco a associação “Viva o Centro” mantida por empresários, proprietários e entidades civis e que, desde 1991, realizava ações com objetivo de “recuperar” a região central (Frúgoli, 2008), a partir de aparelhos culturais, visando transformar a imagem do centro como uma região degradada. Já nos anos 2000 é lançado o Projeto Nova Luz, atualmente projeto de maior destaque, que objetiva “promover a requalificação e a recuperação da área da Nova Luz a partir de intervenções públicas que valorizem os espaços públicos da criação de um conjunto de estímulos à realização de novos investimentos privados” (São Paulo, 2005).

⁸ Essa característica fez com que estudiosos da região traçassem um paralelo ao estudo realizado por Nestor Perlongher sobre a territorialidade dos michês no centro da cidade de São Paulo, caracterizando-a pela sua itinerância.



Esse sofre diversas críticas de grupos que argumentam que tal projeto favoreceria o processo de gentrificação da região, com a expulsão de moradores pobres, visando a restituição do centro como uma área elitizada.

Ações estatais na “cracolândia”

Observando os apontamentos anteriores, dou continuidade à historicização de intervenções na “cracolândia” apresentando um breve histórico de ações estatais na mesma, as quais misturaram-se aos projetos de renovação urbana, previstos para a região central da cidade de São Paulo. Foi possível saber, a partir de notícias de jornais coletadas por Schmidt e Souza (2013) que em 2005, durante a gestão Serra (PSDB), ocorreu uma “triagem dos usuários de drogas e da população em situação de rua, foram realizadas também ações de revitalização, como pintura das sarjetas e intensificação da limpeza”. No mesmo ano foi lançado o Projeto Nova Luz.

Em 2009, no mês de março, o Governo Estadual (PSDB), juntamente à Prefeitura de São Paulo (DEM), iniciou a “Ação Integrada Centro Legal”. Essa unia a ação policial ao atendimento médico. Tal ação aparece como uma medida integrada tanto no que se refere à parceria entre os Governos Municipal e Estadual quanto ao que condiz às conjunções entre as políticas públicas de Saúde, Assistência Social e Segurança Urbana. Para o então secretário municipal de segurança urbana, esse trabalho era justificado como uma forma de identificar traficantes, monitorar o aumento da população em situação de rua, bem como traçar o perfil dos usuários de drogas. Em Janeiro de 2011, quando da gestão do prefeito Kassab (DEM) ocorre o processo de intensificação da abordagem realizada pela Polícia Militar diante dos usuários de drogas na região da “cracolândia”⁹.

Em 3 de janeiro de 2012, ocorreu a “Operação Sufoco”. Nela, autoridades policiais determinaram o combate ao tráfico de drogas e a expulsão de usuários de crack da região do bairro da Luz, no centro antigo de São Paulo. A justificativa para tal ação foi a de fazer, por meio da sensação de “Dor e Sofrimento”, com que os usuários buscassem tratamento de saúde e assistência social e deixassem aquela região. A operação, marcada pela repressão e abuso policial, resultou em diversas denúncias de violação de direitos humanos, além de suscitar críticas sobre a forma de lidar com os usuários de droga, já que a operação objetivou retirá-los de lá para que buscassem tratamento, porém sem oferecer local para isso. A repercussão desse caso chegou às entidades de defesa dos direitos humanos, culminando em uma investigação do Ministério Público estadual, por fim a decisão foi de que os policiais que atuam na região da “cracolândia” não poderiam intervir diretamente com os usuários. Esse efeito é importante para entender o modo como se transforma o discurso sobre como o poder público deveria lidar com os usuários.

Em 3 de janeiro de 2013, um ano após a “Operação Sufoco”, o governador Geraldo Alckmin quando questionado pela imprensa sobre a continuidade da “cracolândia”, anunciou que seria feito convênio com Ministério Público e OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) para que fosse facilitada a internação compulsória dos usuários de drogas. Como resultado desse convênio, em 21 de janeiro, dá-se início ao plantão judicial no Cratod (Centro de Referência de Álcool, Tabaco e outras drogas), ligado à secretaria estadual de saúde e localizado na região da

⁹ No mês de dezembro de 2011, o então Ministro da Saúde Alexandre Padilha (PT) faz a divulgação do Plano “Crack, é possível vencer”, que passa a ser pactuado em algumas cidades. Nesse contexto ocorreram diálogos entre o Ministro e o então Prefeito Gilberto Kassab (DEM) e o Governador Geraldo Alckmin (PSDB), não havendo consenso sobre quais equipamentos seriam destinados, prioritariamente, ao “combate” do crack, Padilha (PT) sugeriu a implementação de consultórios na rua, enquanto Prefeito e Governador preferiram a estratégia da internação em comunidades terapêuticas. A cidade de São Paulo só aderiu ao plano em dezembro de 2012, no contexto da mudança de gestão, momento de eleição de Fernando Haddad (PT). Nesse mesmo ano, foi anunciado, pela Prefeitura da cidade (DEM), que a região do Bom Retiro teria complexo para atendimento a usuários de drogas.



“cracolândia”¹⁰. Apesar da proibição da intervenção policial direta com os usuários, no ano de 2013 relatos de ações policiais foram dados durante minha pesquisa de campo. Tais relatos apresentavam recorrentemente histórias de intervenções que ocorriam durante a madrugada e, em diálogos informais, esses relatos explicitavam que as ações resultavam de rompimentos de acordos entre policiais e traficantes.

Já no início de 2014 foi possível reunir notícias formais sobre ações policiais na região da “cracolândia”, que culminaram em conflitos entre usuários e policiais. O argumento dado pelos usuários para o estabelecimento do conflito é de que os policiais estavam prendendo pessoas a esmo, sem investigar, o que pautaria uma política de terror, que visava retirá-los da região. Por outro lado o contra-argumento dos agentes de segurança pautava-se na existência do ônibus de vídeo monitoramento, que permitiria a precisão na realização das prisões feitas. Foi também neste mês que foi implementado o Programa “De Braços Abertos”.

A partir destes dados apresento o Plano “Crack, é possível vencer”, observando os discursos “sobre” a prática presentes neste. É possível perceber, por meio destes, mudanças acerca da compreensão sobre a intervenção dos agentes de segurança diante da questão do crack, não vista mais apenas como uma questão de polícia.

“Crack, é possível vencer”

O plano “Crack, é possível vencer” - vinculado à Secretaria Nacional de Políticas para Drogas (SENAD) - foi decretado em Maio de 2010, “com vistas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários e ao enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas.” (Decreto Nº 7.179, DE 20 DE MAIO DE 2010). A incumbência do Plano, conforme apresentado, é atuar de maneira descentralizada e intersetorial, articulado nos níveis Federal, Estadual e Municipal “observadas a intersetorialidade, a interdisciplinaridade, a integralidade, a participação da sociedade civil e o controle social.”

É interessante notar, a partir dos discursos que são apresentados no decreto de criação do Plano, os argumentos utilizados sobre como realizar o trabalho com as *drogas* de maneira intersetorial. É construída a noção de redes pautada pela ideia da atuação preventiva mais do que repressiva, a despeito de apontarem a necessidade deste tipo de ação¹¹.

Como já dito, a pesquisa tem por foco os discursos “sobre” e “da” prática dos agentes de segurança pública no âmbito de implementação do Plano “Crack, é possível vencer” na cidade de São Paulo através do Programa “De Braços Abertos”. A seguir apresento as ações que os agentes devem realizar segundo o decreto de criação do Plano.

VII - ampliação de operações especiais voltadas à desconstituição da rede de narcotráfico, com ênfase nas regiões de fronteira, desenvolvidas pelas Polícias Federal e Rodoviária Federal em articulação com as polícias civil e militar e com apoio das Forças Armadas; e VIII - fortalecimento e articulação das polícias estaduais para o enfrentamento qualificado ao tráfico do crack em áreas de maior vulnerabilidade ao consumo. (DECRETO 7.179, DE 20 DE MAIO DE 2010).

¹⁰ Nesse contexto evidencia-se o conflito entre a Prefeitura e o Governo acerca da internação como solução para o “problema do crack”.

¹¹ É possível notar isso no discurso apresentado no material de formação dos trabalhadores que atuarão no âmbito do Plano “Crack, é possível vencer”, o qual diz “As ações de prevenção primária, ainda que previstas no texto da legislação em vigor, vêm sendo implementadas no país de forma fragmentada. Ao longo das últimas décadas, as ações repressivas têm, inegavelmente, concentrado a maior parte dos escassos recursos destinados à política de drogas no Brasil. Além disso, se comparadas às ações repressivas, as estratégias preventivas são bem menos visíveis e seus resultados só podem ser evidenciados em longo prazo, utilizando critérios cuja avaliação e mensuração são complexas. Não obstante, constituem a única forma de lidar com o eixo central de qualquer mercado – a demanda.” (SUPERA, v. 4, 2014, p. 25)



Além de

VII - criação de centro integrado de combate ao crime organizado, com ênfase no narcotráfico, em articulação com o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM, com apoio das Forças Armadas; VIII - capacitação permanente das polícias civis e militares com vistas ao enfrentamento do narcotráfico nas regiões de fronteira; e IX - ampliação do monitoramento das regiões de fronteira com o uso de tecnologia de aviação não tripulada. (DECRETO 7.179, DE 20 DE MAIO DE 2010).

A partir do trecho acima, é possível observar a vinculação da forma repressiva de controle às drogas, visando o impedimento da entrada de tais substâncias no país. É grande o investimento no controle à entrada da matéria prima que produz o crack no Brasil, a partir de estratégias de combate ao narcotráfico¹². A atuação da segurança pública, por outro lado, também prevê em um de seus eixos norteadores a “implantação de ações integradas de mobilização, prevenção, tratamento e reinserção social nos Territórios de Paz do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, e nos territórios de vulnerabilidade e risco”.¹³

Quando é apresentada a cartilha do Plano “Crack, é possível vencer” percebe-se uma mudança em relação ao decreto, o qual se centra em estratégias de controle de entrada da droga, o que evitaria sua possível comercialização. A cartilha¹⁴ disponibilizada ao público apresenta duas estratégias de controle do crime, sendo que uma delas, em sua apresentação, orienta-se a mostrar que a atuação policial deverá ser vinculada à população, sendo esta uma forma de retomar a ordem de determinados territórios.

Com isso em vista apresento os princípios norteadores daquilo que é formulado enquanto polícia de proximidade. Segundo informações apresentadas na aba sobre a atuação da Segurança Pública no site do Plano “Crack, é possível vencer”

Para intervir nas áreas de maior consumo e concentração de crack, o Governo Federal irá fomentar a integração com os estados no sentido de fortalecer a polícia de proximidade, garantindo as condições de segurança e incrementando a qualidade de vida da região. Os operadores de segurança pública buscarão estabelecer laços de confiança com a comunidade e estimular a mobilização social em torno da resolução dos problemas de criminalidade e violência que afligem a localidade. A polícia permanecerá nas cenas de uso por meio de bases móveis, interagindo com a comunidade e ajudando a manter os espaços urbanos seguros.

(<http://www.brasil.gov.br/observatoriocrack/autoridade/policiaiscapacitados.html>)

Nota-se que, assim, que o controle a ser realizado pela polícia deve se dar pela aproximação com a população que convive em territórios de concentração de usuários de drogas, a relação com comunidade ganha destaque, em detrimento à apresentação sobre a forma de controle da entrada de drogas no Brasil.

¹² No site do Plano existe uma explicação sobre a maneira como as matérias primas do crack chegam ao Brasil. É, portanto, demonstrado um conhecimento sobre como combatê-lo, sendo que é previsto o controle a esse tipo de entrada.

¹³ Segundo dados da apresentação do Pronasci “Sua implementação ocorreu pela União, por meio da articulação dos órgãos federais, em regime de cooperação com os estados, Distrito Federal e municípios e com a participação das famílias e da comunidade, mediante programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social, visando à melhoria da segurança pública.”

¹⁴ É possível ter acesso a tal através do link: http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2013/07/30/10_28_43_342_cartilha_governo_federal_crack_e_possivel_vencer.pdf



Atuação da segurança pública no “De Braços Abertos”

A Segurança Pública, no Programa “De Braços Abertos”, é executada pela Guarda Civil Metropolitana¹⁵. Para atuar no novo Programa “De Braços Abertos”, no segundo semestre de 2013, 200 guardas receberam treinamento no período de um mês. Durante duas semanas foram abordados, durante um curso, conteúdos que se referiam à filosofia do policiamento comunitário, formas de mobilização social, resolução pacífica de conflitos, a rede intersetorial de serviços assistenciais e de saúde. Na semana seguinte houve capacitação com profissionais da saúde a respeito de drogas e, por fim, mais uma semana a respeito de armamentos não letais - gás-pimenta, tonfa e arma de choque.

Quanto à atuação da Segurança Pública, no Decreto Municipal – 55.067 de 28 de abril de 2014 – que regulamenta o Programa, nada é mencionado sobre a atuação desses profissionais. Entretanto, conforme foi apresentada pelos gestores durante o período de formulação do Programa “De Braços Abertos”, ela deveria se dar de maneira articulada entre Governo Federal, Estadual e Municipal.

Pelo programa “Crack é Possível Vencer” o Governo Federal disponibilizou para a PM e a GCM 10 bases táticas, 10 viaturas e 20 motos, para identificar, monitorar e combater a atuação das organizações criminosas na região Metropolitana, além de desarticular a influência sobre os usuários de substâncias psicoativas. (Material de Apresentação do Programa).

E as ações esperadas para a atuação seriam dadas a partir da

Articulação e capacitação dos atores da Secretaria de Segurança para uma efetiva parceria com esta Política, tendo em vista um trabalho **humanizado**: Garantir o convívio social e patrimônio em espaços públicos; Possibilitar o diálogo entre os atores da GCM e a comunidade civil; Disponibilizar apoio da GCM quando necessário aos Agentes Comunitários de Saúde e Assistente Social; [...] Fortalecer os espaços públicos e a rede comunitária com os 13 Programas de Ações Comunitárias, em igrejas, unidades escolares, etc., **aproximando os atores da Secretaria de Segurança e a comunidade** (idem, grifos meus)

Nesse sentido, o papel esperado pela GCM seria o de zelar pela integridade física dos agentes públicos e garantir a execução de serviços da administração pública bem como o de estabelecer a relação de proximidade com a comunidade. Segundo o secretário de Segurança Urbana do município de São Paulo, Roberto Porto (2013 – 2015) a grande vantagem do Programa é o trabalho intersetorial no qual diferentes políticas públicas são combinadas.

Nossa grande arma é o trabalho conjunto. Além do trabalho diuturno das equipes de saúde e assistência social, a iluminação é verificada e revisada frequentemente. (...) A Guarda e a Polícia Militar trabalham juntas. Por isso, essa transformação está acontecendo (Porto, 22 de agosto de 2014).

Os guardas, quando solicitados, devem acompanhar os agentes públicos como assistentes sociais e profissionais de saúde, em abordagem a pessoas em situação de rua, usuários de *drogas*. Portanto, a articulação da GCM juntamente a outros agentes estatais se daria de maneira pontual mediante solicitação destes¹⁶. A partir desses trechos é possível fazer a conexão com a atuação dos agentes de segurança no Plano Federal “Crack, é possível vencer”.

¹⁵ A Polícia Militar apoia a GCM quando necessário, como em momentos nos quais ocorrem conflitos no *fluxo*.

¹⁶ Entretanto, o policiamento no espaço urbano faz parte do trabalho cotidiano dos guardas e policiais. Para compreender no ponto de vista dos agentes da GCM quanto é possível a articulação intersetorial detalharemos, a seguir, o trabalho dos guardas no espaço urbano da cracolândia e suas relações com as demais instituições de saúde e assistenciais.



A partir da pesquisa de campo, identifiquei, quando da implementação deste Plano, que houve o aumento da presença de agentes da Segurança Pública na região da “cracolândia”. Segundo relatos dos profissionais de saúde e assistência social que trabalham na região, anteriormente, o policiamento cotidiano era marcado por ações esporádicas ao longo do dia. Algumas dessas ações visavam à realização de apreensões de *drogas* (Pinheiro-Machado, 2008; Rui, 2012), outras ainda, promoviam a circulação dos usuários pelo espaço urbano, chamado de “jogo de gato e rato” (Rui, 2012). Essas eram as formas de policiamento rotineiro, sem desconsiderar aqui as grandes ações policiais como aquela que ficou conhecida como “Operação Sufoco”¹⁷, em 2012, a qual fez dispersar usuários de drogas para outras regiões da cidade.

Atualmente, a ação policial é justificada pelo princípio do policiamento comunitário, que se efetiva pela massiva presença de guardas civis e pela instalação do ônibus de vigilância que se localiza próximo da maior concentração de usuários de drogas, ali realizando o vídeo monitoramento, 24 horas por dia, daqueles que circulam na região. Além do ônibus de vigilância, viaturas da GCM e da Polícia Militar circulam constantemente pela região, e inúmeras outras permanecem estacionadas sobre algumas calçadas. Ao lado das viaturas, guardas, em duplas ou em trios, observam a circulação de pessoas pelas ruas.

Trago a seguir as discussões referentes a esta questão realizadas nas reuniões de implementação do Programa “De Braços Abertos”, de modo a explicitar quais os argumentos dos agentes de segurança sobre a maneira de operacionalizar a distinção entre categoriais traficante e usuário.

Entre reuniões e documentos

Apresento aqui notícias sobre a formulação do Plano “Crack, é possível vencer”, especialmente de sua implementação na cidade de São Paulo, a partir destas capturo discursos sobre a forma como se daria a prática dos agentes de segurança. Também apresento questões levantadas aos agentes de segurança pública – como já dito anteriormente me refiro, sobretudo, aos Guardas Civis Metropolitanos da cidade de São Paulo – durante as reuniões de formulação do Programa “De Braços Abertos”. Isso mostra quais são os discursos daqueles que atuam *na ponta*¹⁸ sobre a operacionalização do trabalho da segurança pública em áreas de concentração de uso de *drogas*, assim como permite referenciar os discursos “sobre” a prática realizada por agentes de segurança.

Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública - em declarações para a imprensa no ano de 2013 - afirmou que o encarceramento fez com que o governo perdesse várias batalhas, mas que agora com a política do “Crack, é possível vencer” acreditava que seria possível vencer a guerra. Ela afirma nessas declarações que o governo estava perdendo a guerra contra o crack, por ter demorado mais de 20 anos para agir. Porém, aponta que mesmo sem a real dimensão do inimigo oculto as autoridades reconheciam que o governo “virou o jogo” no ano de 2012, ao alterar o enfoque das ações. Em declaração afirmou que

Nós assumimos que a guerra, não, mas a batalha estava perdida. E, ao assumirmos, conseguimos ver que o foco estava errado: ao invés de tratar o caso com visão na segurança, nosso enfoque passou a ser o usuário. Se persistíssemos na tendência de usar a segurança na frente do usuário, nós continuaríamos perdendo batalhas. (Miki, 2013)

<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/01/governo-libera-r-738-milhoes-sem-conhecer-epidemia-de-crack.html>

¹⁷ Ação policial ocorreu em 3 de janeiro de 2012. RUI, Taniele. Depois da “Operação Sufoco”: sobre espetáculo policial, cobertura midiática e direitos na “cracolândia” paulistana. Contemporânea. v. 3, n. 2. p. 287-310. 2013.

¹⁸ Maneira como é chamado o trabalhador que atua na realização da gestão, é possível comparar à terminologia dos burocratas da linha de frente.



Ainda declarou

A política do encarceramento foi trabalhada de forma equivocada. O usuário deve ser levado para a área de saúde e assistência. Temos que ter a humildade para corrigir a política pública e tenho a convicção de que, fazendo desta nova forma, vamos acertar... Não adianta encher as cadeias de usuários. Hoje vemos que o papel da segurança pública é mais na inteligência, na investigação, na asfixia financeira das organizações criminosas. É totalmente errado usar a polícia para retirar o dependente de crack do local” (Regina Miki) <http://www.contagem.mg.gov.br/?materia=055564>

Outra declaração interessante é a do secretário Nacional de Políticas contra as Drogas, Vitore Maximiano, na qual afirma que desde 2006, com

[...] a mudança dos valores na política contra as drogas, de que o usuário precisa de atendimento e reinserção social, o que cabe ao governo federal é a ampliação da rede de atenção, prevenção e tratamento. ‘As ações devem ser compartilhadas com a defesa social, o que nos motiva a fazer um pacto nacional contra as drogas’ (Maximiano, 2013)

A seguir trago apontamentos da apresentação realizada pela Inspetora da GCM, que discorreu sobre a participação da Guarda no Programa. Segundo ela, sua incumbência é atuar em dois eixos, o da Autoridade e da Prevenção. Sobre isso diz que

A nossa ação é primeiramente pra coibir o uso, pra minimizar o ingresso de pessoas nesse universo porque isso onera a administração pública na área da saúde. Primeira ação é preventiva. Depois a ação é encaminhar esse indivíduo identificado até uma delegacia de polícia e depois vamos ter o eixo autoridade. [...] Vamos identificar, coibir e direcionar. O guarda vai ficar nesse ambiente de 3 km, ele vai começar a conhecer as pessoas, o suposto usuário, o traficante e vamos tirar desse universo o traficante. Uma coisa é ser usuário e outra traficante. São pesos diferentes. O usuário é um doente. O traficante é um criminoso, a ação dele é trazer a pessoa pro submundo (...) Nós podemos direcionar o indivíduo para o complexo Prates, para o AMA. Coibir o tráfico de drogas, coibir o uso de entorpecentes e fazer esse trabalho de integração (Inspetora).

Nestes discursos nota-se a centralidade da diferenciação entre as categorias de usuário e traficante, a qual, segundo a inspetora, afeta diretamente a atuação dos agentes de segurança. A inspetora procura mostrar que, primeiramente, a ação será de caráter preventivo, o que se vincula ao modo como são construídos os discursos nos documentos tanto do Plano “Crack, é possível vencer”, como nos do “De Braços Abertos”. A ideia da proximidade sem agir diretamente com os usuários é vinculada à noção de prevenção. Na outra face de atuação será realizado o trabalho de combate ao traficante, figura compreendida como a real causa dos problemas vinculados ao crack. Tal atuação seria permitida por conta da proximidade com a comunidade, por meio da qual seria possível reconhecer o traficante a ser coibido.

Para a inspetora, é importante ressaltar as diferenças entre os delitos praticados, de forma a apontar o problema que deve ser enfrentado pela segurança pública. Sustenta, assim, que o olhar do guarda deve ser direcionado a um tipo específico de problema, a prática de crimes. Por meio da câmera de vigilância afirma que será possível deter melhor a atenção diante do delito. O recurso ao aparato de vigilância é interessante de se destacar pela maneira que pauta os discursos sobre a realização mais efetiva do controle do tráfico.



Os argumentos sustentados pela inspetora orientam-se de forma a pautar uma atuação baseada no preceito da proximidade com a comunidade, assim como no conhecimento daquele que exerce o delito para o qual deve ser direcionada a punição. A partir dos outros discursos, realizados por agentes estatais e não estatais que atuam no mesmo âmbito dos agentes de segurança pública, é possível perceber o conflito existente entre o que ela diz “sobre” a prática e o que dizem “da” prática. Nesse sentido é central a diferenciação entre usuário e traficante. Essa questão pode ser vislumbrada no diálogo que apresento a seguir. O qual se deu entre o presidente do “É de Lei” e representante da sociedade civil nas reuniões do Grupo Executivo Municipal, no qual foi construído o modelo do Programa “De Braços Abertos” e a inspetora

B: Na sua fala não tem repressão às cenas de uso, o que é um avanço, mas a minha questão, eu que trabalho na região da Luz, é que essa separação entre usuário e traficante que está na lei, quando a gente vai pra realidade concreta, é muito mais difusa e nebulosa. Na região da cracolândia, é muito difícil identificar o que que é a boca, o que é o traficante. Dá pra ver uns bem vestidos, mas de resto é tudo muito confuso e os usuários têm esse costume de vender um pedacinho da pedra dele. A pedra vira moeda, você compra cigarro, pedaço de bolo, cachaça, tudo com a pedra. Ele é pago pelo trabalho com pedra. Se for olhar pela lei, ele está traficando. Como vocês vão lidar com essa questão?

I: Tráfico é tráfico e usuário é usuário. É o **tirocínio policial**. Tráfico é tráfico e usuário é usuário.

B: Não tem critério de quantidade?

I: Sim, tem quantidade. Mas é o tirocínio policial.

B: Mas tem a ver com o contexto e não só a quantidade...

I: Sim, exatamente, é o tirocínio policial.

B: E o que é tirocínio?

I: É aquele olhar, é o olhar que você sabe que é diferenciado da saúde, da assistência social. É o ângulo da segurança.

É interessante notar que é acionado pela inspetora outros modos de diferenciar o usuário do traficante, se antes o argumento era baseado em “evidências”, “provas” que seriam constituídas por meio dos vídeos das câmeras que monitoram a região, neste momento o que é levantado é um “olhar” que sabe identificar os tipos de delitos. Ou seja, há uma crença no conhecimento da segurança pública, adquirido na experiência do trabalho, que tornaria possível reconhecer as diferentes figuras delitivas. Porém, na perspectiva dos agentes que trabalham na “cracolândia”, essa percepção é problemática, visto que, para estes, a experiência de trabalho mostra, na verdade, que o consumo e o tráfico se misturam na “cracolândia”.

A implementação do programa

Em reunião do FIDDH, no dia 10/01/2014, foi relatado por redutores de danos da ONG É de Lei que policiais militares foram para a região da “cracolândia” antes do natal – sendo estes acusados de roubar cocaína para seu uso – *muito loucos*¹⁹ e atropelaram uma usuária. Isso teria gerado uma confusão que, na visão dos redutores de danos, serviria para desocupar as barracas que ocupavam as ruas naquele momento. A retirada das barracas estava em discussão desde dezembro de 2013 e ocorreu no dia 14/01/2014, em uma ação negociada entre a prefeitura e os ocupantes das barracas, deslocados para hotéis que seriam pagos pela prefeitura.

No dia 15/01/2014 vou à “cracolândia” e presencio a retirada das últimas barracas da região. Alguns dos usuários estavam sendo cadastrados para ocuparem as vagas nos quartos dos hotéis das redondezas. Havia diversos carros da PM e da GCM, além da presença intensa

¹⁹ Referência a estar sob o efeito da substância psicoativa.

da imprensa, que se tornaria constante na região, interessada em veicular o que ocorria na região. Se a “cracolândia” já chamava a atenção, aparecendo esporadicamente na mídia, em notícias que perpassavam assuntos como degradação do ambiente, problemática do vício, ausência do Estado, ações policiais e suas apreensões, agora o interesse se direcionava, especialmente, ao modelo de intervenção que estava sendo adotado, baseado na redução de danos, no recebimento do benefício à moradia, e a proposta de realização de trabalho para recebimento do auxílio.

Quando da ocorrência da ação da Prefeitura afirmou-se que, a partir de então, a presença da polícia na região de concentração de uso de *droga* seria permanente. Deste modo, a proximidade era entendida como fator essencial no combate ao tráfico de drogas. Portanto, se antes ocorriam rondas e ações pontuais de diferentes grupos de policiamento, a partir daquele momento, a presença constante de agentes de segurança especializados era vista como a forma mais eficaz de repressão ao tráfico. E, foco dos agentes de segurança não seria o usuário, mas sim o traficante.

No que se refere às notícias produzidas sobre a intervenção realizada pela Prefeitura, por um lado, houve avaliações positivas nos meios de imprensa alternativo e de esquerda, como a Carta Capital, Revista Brasil de Fato, entre outros, os quais elogiavam a ação, que não recorreu à força policial. Por outro lado é possível captar as críticas feitas a um modelo de intervenção que não previa uma ação direta contra o tráfico. Esses discursos, colocados nos espaços públicos de discussão, evidenciam que diferentes formas de ação podem ser compreendidas como legítimas. A imprensa “alternativa” argumentava que os grandes veículos de imprensa não divulgaram o sucesso da Operação “De Braços Abertos”, que retirou, sem violência, os usuários das barracas oferecendo moradia nos hotéis da região. Ao passo que, em outras mídias, a ação era retratada como ineficaz e promotora do tráfico de drogas, e a questão da degradação do espaço era relacionada à existência da “cracolândia”.

O secretário de Segurança Urbana, no período, Roberto Porto, afirmou em entrevista à emissora de televisão Gazeta no dia da Operação “De Braços Abertos” que não havia condições de tratar da questão do vício sem o mínimo de higiene, de condições de saúde, dignidade, que o tratamento das pessoas passaria necessariamente por este resgate. Por outro lado, o Programa foi interpretado como um incentivo à permanência dos usuários que acabam por degradar o ambiente.

A discussão acerca do modelo de intervenção está centrada na perspectiva sobre qual a melhor forma de intervenção diante da questão do uso e do tráfico de drogas. Os argumentos favoráveis à forma de intervenção do Programa destacam que a ação repressiva é falha, e que os modelos repressivos não resolveram a questão. Esses são pautados na intervenção de 2012, que teve como único efeito espalhar os usuários para outras regiões da cidade, dificultando o acesso de usuários aos serviços de saúde e de assistência. Por outro lado, os argumentos contrários ao Programa apontam a forma de intervenção como sendo ineficiente, visto que não seria capaz de retirar as pessoas da situação de drogadição, além de oferecer a elas a condição monetária para a realização do uso da substância. É possível retomar, a partir disso, aos argumentos que são apresentados durante os fóruns de discussão promovidos pelo NEV, nos quais policiais debateram a forma de diferenciação entre usuários e traficantes, a partir da mudança trazida pela Lei de 2006.

Na reunião da Rede Sampa no dia 23 de Janeiro, na parte da manhã²⁰, presentes diversos membros representantes da articulação do Programa “De Braços Abertos”, Edson Ortega, ex-secretário de Segurança Urbana, afirmou que não adiantaria o trabalho com os usuários sem o efetivo combate ao tráfico. Afirmou que o DENARC e a PM têm aprimorado as ações de

²⁰ Destaco isso por conta do recorte temporal da pesquisa de campo em antes da intervenção, durante e depois.



inteligência e, na perspectiva do policiamento comunitário, visam garantir a segurança na região para a população em geral. Ele afirmou ainda que já haviam prendido 28 traficantes, buscando não gerar confusões, destacando “pois sabe como é prender grande traficante, que isso gera conflitos”. E disse que 70 PMs realizavam turnos diários de 12 horas. Este argumentou, afinal, que são positivas as ações de apreensão do crack. Uma agente de saúde que se pronuncia logo após, afirmou que a polícia está agindo de maneira mais precisa, o que seria bom para garantir a prisão do traficante certo.

Alexandre Padilha (PT), ainda ministro da saúde naquele momento, afirmou que se deve deixar de tratar de maneira isolada a questão do uso de drogas e que as ações de segurança seriam para combater o que se tem de ser combatido, o tráfico de drogas. E, o então secretário de saúde, Paulo de Tarso, argumentou que naquele momento os agentes de segurança pública tinham consciência daquilo que faziam, afirmou ainda acreditar que não se pode tratar o usuário como traficante, mas que não é possível inocentar o traficante.

Os argumentos apresentados anteriormente apontam para as diferentes maneiras de tratar, em cada caso, usuários ou traficantes, ou seja, quem estaria sendo atingido com a implementação do Programa, destacam ainda que este só teria sucesso por entender que não se deve tratar de maneira repressiva usuários de drogas, mas sim os traficantes, orientando bem cada tipo de intervenção.

Discursos “da” prática

Devido à ocorrência da ação da Polícia Civil, no dia 23 de Janeiro de 2014, foi convocada uma reunião em um espaço cultural e político chamado ECLA (Espaço Cultural Latino Americano), no bairro da Bela Vista, centro de São Paulo. Foi dito por quem participava da reunião – sobretudo, por agentes de saúde e assistência que atuam na “cracolândia” – que seria provável o deslocamento dos usuários em decorrência da ação, o que poderia atrapalhar o desenvolvimento do trabalho deles. Foi decidido ao final da reunião que se produziria um texto crítico à forma de intervenção realizada, assim como seria programado um protesto²¹ na região da “cracolândia” para se posicionar criticamente a tal intervenção, que não deveria ocorrer segundo as promessas do Programa.

A Prefeitura após o ocorrido declarou que repudiava o tipo de ação da Polícia Civil, e que até mesmo o secretário de segurança urbana fora surpreendido pela intervenção, que não havia sido combinada. Já a declaração de polícia civil foi de que o tipo de ação é corriqueiro e que estava lá para coibir o tráfico²².

Uma semana após a ação acontece a reunião de avaliação do Programa. Nela estavam presentes as secretárias de segurança, saúde, assistência social, do trabalho. Representando Roberto Porto, Susana, Secretária Adjunta de Segurança Urbana na ação intersetorial, afirmou que a saída da rua e entrada nos hotéis foi negociada sem violência e que os próprios beneficiários fizeram o acordo. Disse que a secretaria não estava sabendo da ocorrência da ação do DENARC e que condenavam aquilo que foi feito, dizendo que não foi uma ação feita em conjunto. Mas que acreditava ser lógico que a Secretaria de Segurança Urbana deveria cumprir o papel e atuar, inclusive em conjunto com a Polícia Militar, para reprimir o tráfico. A Secretaria reiterou a condenação à forma como se deu a ação, que prejudicou o trabalho da saúde e assistência, mas disse acreditar que não houve grande perda de vínculo. E argumentou

²¹ Foi convocado para a primeira semana de fevereiro o Samba da resistência, que seria uma forma de chamar atenção para a crítica contra a forma de intervenção dos agentes de segurança.

²² Na mesma semana foi noticiado que policiais civis estariam envolvidos com o tráfico de drogas na “cracolândia”. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/01/policiais-civis-sao-investigados-por-suspeita-de-traffic-na-cracolandia.html> (acesso em 24/01/2014)



que o perfil do policiamento que ocorre desde a implementação do Programa na “cracolândia” é comunitário e que o ônibus que monitora o local serve para controlar o tráfico, mas sem qualquer tipo de intervenção violenta.

A crítica feita por alguns assistentes sociais e de saúde presentes na reunião foi de que a polícia continuava a fazer com que os usuários tivessem de circular, na tentativa de que fosse esvaziada a região na qual ficam concentrados. A então médica do Projeto questionou o excesso de prisões que foram declaradas no primeiro balanço da Prefeitura. Argumenta que

Porque traficante e usuário não é traficante, é varejista que enche as cadeias brasileiras... vários países já adotaram outros tipos de medidas, porque se ele vende é para poder usar, a abordagem para prender não foi a primeira, dois dias antes do natal teve abordagem na cracolândia durante a madrugada e prenderam uma usuária, sábado agora teve de novo e prenderam usuários. Para que esse tipo de abordagem que causa dispersão para outros territórios em que não chega a repressão policial? (Médica)

Questiona afinal, por qual motivo não se faz uma sala de uso seguro para os usuários. Já Lancetti, consultor do Ministério da Saúde, afirma que a polícia de São Paulo não é qualificada para ser comunitária, diz que os policiais precisam “mudar sua cabeça” sobre o que é o consumo da droga.

A resposta da secretária é de que é preciso escutar a crítica à gestão, saber que a política tem brechas enquanto está sendo constituída e que a questão sobre as salas de uso é barrada pelas leis brasileiras. Afirmou que a repressão é responsabilidade da Polícia Militar, que as investigações sobre as drogas são da Polícia Civil e que cabe à Guarda Civil Metropolitana a preservação dos agentes e bens públicos e que é objetivo aproximar a guarda da população. Disse que os guardas estavam fazendo cursos de direitos humanos para aprender que o papel dos agentes de segurança não é apenas a repressão. Argumentou, afinal, que as prisões que foram realizadas não estavam equivocadas, apesar de saber que existe um espaço “cinza” na distinção entre usuários e traficantes.

No contexto de discussão sobre a forma de intervenção dos agentes de segurança, na qual por um lado se faz crítica ao modelo repressivo e se afirma ser necessária a repressão aos traficantes, é lançado, pelo grupo do Centro “É de Lei”, um texto em que se argumenta de forma contrária sobre a forma de intervenção policial relacionada ao tráfico de droga.

E para o “traficante”? Todos sabem a dificuldade dessa diferenciação, pela falta de objetividade da lei de drogas, que no território da cracolândia tem uma especificidade ainda maior pois a pedra é moeda de negociação para comprar e vender tudo o que circula naquele espaço, e neste sentido qualquer usuário pode ser visto como pequeno traficante, tenha aderido ou não ao programa. Em um mês de operação foram declarados mais de trinta pessoas presas como traficantes. Por que continua a sensação de que estão tentando “limpar a Cracolândia”? E isso apenas para os pequenos traficantes, claro, ninguém é louco de mexer muito para saber quais juízes, policiais, coronéis e congressistas estão envolvidos, não é mesmo? [...] Não é preciso muito esforço pra saber o que acontece quando a resposta para o fracasso da guerra é mais guerra, e neste sentido as ações de “combate ao tráfico” não só seguem a eterna e hipócrita lógica de “enxugar gelo”, mas agravam o problema ao ampliar o encarceramento dos pobres e expor aquelas populações à presença constante – e racista, violenta, corrupta e desgovernada – da polícia. Invertendo um tradicional argumento da direita virtual em seus sempre vigilantes comentários na Internet: se gostam tanto assim da polícia, por que não a levam para suas casas? (blog É de Lei)



A principal problematização que destaco, a partir destes trechos, é acerca da quantidade de prisões de varejistas – usuários de crack que vendem pequenas porções da *droga* – que são realizadas. Nesse sentido o argumento é que os agentes de segurança não estão capturando as “reais” causas do problema do tráfico, mas sim produzindo o encarceramento de pequenos traficantes.

Um aspecto importante abordado nessas discussões diz respeito à afirmação de que o programa é orientado para a saúde, porém, volta-se, na realidade, para a segurança²³. Neste sentido explicita-se o choque entre os discursos “sobre” e “da” prática. Agentes de saúde e assistência que questionavam, durante as reuniões de formulação do Programa, a possibilidade de agir em conjunto com os agentes de segurança, pautavam a impossibilidade na prática.

A questão central que aparece neste momento tange à forma de controle que estava sendo realizada, a qual segundo alguns argumentam, parece procurar sufocar a concentração de usuários de drogas, sendo que o contraponto é pautado no argumento de garantia de segurança aos moradores da região, assim como aos que estão em situação de uso de drogas na rua.

Em 22 de agosto de 2014, a Prefeitura de São Paulo anunciou²⁴ que houve a diminuição dos índices de criminalidade na “cracolândia” no primeiro semestre de 2014 em relação ao mesmo período do ano anterior. Para isso, são apontados dados estatísticos sobre a diminuição dos índices criminais – base para um discurso de sucesso da política de segurança na “cracolândia”. A notícia ainda indica que o único índice criminal que aumentou na região foi o de prisões por tráfico, que aumentou em 144,2%.

As palavras do Secretário Municipal de Segurança Urbana indicam como está orientado o trabalho da Segurança Pública:

Há uma preocupação de diferenciar o trabalho dado ao usuário de drogas e ao traficante. Se o usuário é tratado com dignidade, somos implacáveis em relação ao tráfico. Combater o tráfico de drogas é um dos principais pilares desse programa (PORTO, Agosto 2014).

Quanto à questão do tráfico e da distinção entre traficante e usuário é possível destacar alguns argumentos levantados. Para um dos guardas responsáveis pelo monitoramento do ônibus de vigilância.

Nós fazemos vistas a eles [traficantes]. A droga consegue entrar... aceitando a convivência. O tráfico não dá pra pegar porque eles se infiltram, isso já fica pra um policiamento reservado, que seria a polícia civil, nós temos nosso P2 também pra investigar. [...] de vez em quando pega, se pegar com 10 pedras já configura tráfico. [...] As barracas ficam cobrindo o tráfico, dizem que é pra proteger, tudo bem eles são serem humanos, mas é pra esconder o tráfico. Aí quando conseguimos pegar alguma coisa nós passamos para o IOPE e ele faz o policiamento. E tem bastante apreensão, a média se for pensar, esse ano [2015] já foi 90. Eles deixam na mão dos pequenos, não sei se é por demanda da droga, mas os maiores usam os menores como escudo e eles defendem isso. Eles falam com a disciplina, é hierarquizado, é como se fosse um universo paralelo. (Guarda II, fevereiro 2015).

²³ Em março de 2014 representantes da População de Rua afirmam que o “Crack, é possível vencer” só traz as demandas da segurança, mas poderia oferecer outras coisas, no entanto investe antes em segurança e depois nos seres humanos. Afirmam já estarem cansados de apanhar da polícia e relatam que o crack é tratado como o grande vilão, enquanto na verdade o maior problema é o álcool.

²⁴ Ver notícia “Criminalidade cai na cracolândia após ações do Programa De Braços abertos” disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/3592>



Eu acompanhava uma operação de retirada dos barracos para a limpeza da região e conversava com guardas, um deles, havia se deslocado para o local onde concentrava-se o *fluxo* e outro guarda veio me explicar sobre a dinâmica de região. Ele fazia parte do IOPE, e disse que tal grupo faz as laterais para pegar o traficante, “ano passado fizemos 269 prisões dentro e fora do *fluxo*. Já dentro quase não se prende porque é difícil entrar”. Segundo ele é um pouco difícil conseguir controlar o tráfico, e me diz “tá vendo aquele lá na tenda laranja? o grande oferece pra ele, ‘se vender a pedra eu te dou 5’, aí ele vende”. Pergunto quantas pedras contam para já se configurar como tráfico e ele argumenta

O usuário é uma coisa, uma pedra ali já é o tráfico, entendeu? Depende de como tá a situação. Para prender usamos as imagens, quando é feito no fluxo, fora é a abordagem, é a palavra do cara contra a do cara que está sendo preso. (Guarda III, Fevereiro, 2015).

Os argumentos centrais no caso dos agentes de segurança – “da” prática – destacam as dificuldades para abordagem de traficantes, por conta da dinâmica pela qual se opera o Programa, que acaba por deixar usuários e traficantes concentrados em mesma uma região, e que impede a ação direta com os usuários, compreendidos como doentes, e dificulta a captura dos traficantes. A despeito de saberem que são os traficantes pequenos que eles conseguem prender, acham necessário agir diante deles. E apontaram que para solução da “cracolândia” seriam necessárias ações mais rigorosas, do ponto de vista legal, bem como desmobilizar a concentração na região. Problematizaram ainda que a despeito de agirem conforme o “policimento comunitário” ou de maneira mais “repressiva” são constantemente criticados em seu trabalho.

Em 4 de fevereiro de 2015 decidi encerrar minha incursão em campo, a tempo de problematizar as experiências e escrever sobre elas. Ao chegar em casa recebo a notícia que seria realizada uma parceria entre a Prefeitura, o Governo do Estado e polícias para o combate ao tráfico na região, possível por meio da análise das imagens das câmeras do ônibus. No dia seguinte acompanhei notícias sobre a “cracolândia”, acerca do controle do tráfico, que destacavam a nova estratégia da segurança em focar seus esforços na identificação e prisão de grandes traficantes que atuavam na região. É neste cenário que finalizo a coleta de dados de campo.

Apontamentos finais

Para além da existência de negociações de mercadorias políticas diante da forma de tipificação entre usuários e traficantes, o que é possível inferir a partir deste estudo, ao analisar os discursos “sobre” e “da” atuação dos agentes de segurança, é a existência de uma produção diferencial de ilegalismos relacionada à produção de um território a ser controlado. Ou seja, condutas que são criminalizadas são também criminadas (Misse, 2008) em grande escala na região da “cracolândia”.

Saliento, deste modo, que constituição discursiva de um território e dos sujeitos que o ocupam, criando um nexos entre território e crime – o que torna necessárias a vigilância, as diversas políticas públicas, as políticas urbanas – bem como, a seletividade penal e sua relação com o território – caracterizando uma gestão diferencial dos ilegalismos – são centrais para o entendimento do meu estudo. A partir destas indicações gostaria de apresentar alguns apontamentos, de modo a contribuir com a discussão sobre a questão das *drogas*, especificamente sobre a atuação dos agentes de segurança pública na operacionalização da diferenciação entre usuários e traficantes.

É possível refletir acerca da crítica sobre como é operacionalizada a distinção entre usuários e traficantes. Pode-se destacar a discussão que trata do alargamento do poder de discricionariedade dos agentes de segurança, devido a uma norma jurídica estabelecida a partir de critérios pouco claros sobre o que cada uma das tipificações significa, assim como é possível colocar em relevo os argumentos sobre a forma como a lei é aplicada, em detrimento do texto jurídico. Ambas as discussões perpassam a questão das fronteiras entre o legal e o ilegal. A partir do argumento apresentado por Kant de Lima (1995) sobre o paradoxo legal brasileiro é possível operacionalizar uma problematização acerca do modo como se critica a aplicação da lei, ou seja, existe uma lei a qual deveria ser “aplicada” e não é. Assim, de certa forma, o autor privilegia uma interpretação positivista do direito, qual seja: a de que há um descompasso entre a norma jurídica – entendida como o próprio texto da lei – e a discricionariedade da ação dos agentes de justiça²⁵.

Num contraponto a essa perspectiva, compreende-se que a norma jurídica é constituída na própria interpretação do agente. Ou seja, não há uma discricionariedade dos agentes de justiça ao “aplicar” a lei, ao contrário, a ação do agente representa a própria produção da norma jurídica. O próprio argumento de Becker (2008), que inspira a noção de sujeição criminal (Misse, 2008), poderia contribuir para esta problematização da noção do paradoxo legal.

Aponto, portanto, que não é possível esperar que o texto da lei deva ter sua aplicação conforme era esperado pelo legislador ao cria-la, ou que não haverá a interpretação do agente de ponta da justiça. A norma se aplica a partir de uma interpretação dos agentes, e esta é sempre atravessada por diferentes elementos, não só jurídicos, mas também extrajurídicos. Neste sentido também é possível problematizar o argumento sobre o alargamento do poder discricionário, devido à falta de clareza da lei²⁶.

Se é possível inferir que o encaminhamento após a mudança da lei de drogas faz com que mais traficantes sejam levados à prisão (Jesus et al, 2011; Grillo et al, 2011), é necessário ir além da crítica à existência da barganha da tipificação criminal nos termos de alargamento do poder discricionário, bem como nos termos de negociação da mercadoria política. O que quero enfatizar, portanto, é que não é a falha no modo como é produzido o texto legal que inflaciona o poder de discricionariedade do agente de segurança. Ou seja, as fronteiras da legalidade e ilegalidades são sempre negociadas, como diversos estudos puderam perspectivar e contribuir para este campo teórico (Hirata, 2010; Telles, 2012).

Com o marco histórico da “Operação Sufoco”, por exemplo, tem-se uma mudança discursiva sobre o modo de operacionalização da ação dos agentes de segurança na “cracolândia”. Sustentou-se que o policiamento seria de cunho comunitário, sendo o lado repressivo orientado apenas ao reconhecido tráfico de drogas. No entanto nesse contexto houve o aumento de prisões por tráfico neste local e permaneceu a discussão sobre a ausência de critérios sobre o estabelecimento das figuras delitivas.

Assim, mesmo que se argumente sobre a existência da diferenciação entre usuários e traficantes, de modo a não realizar prisões pela tipificação errada, continua-se encaminhando um grande número de pessoas para a prisão pelo crime de tráfico, bem como o uso permanece controlado pela lei penal²⁷. As mudanças discursivas sobre diferenciação de ação a cada tipo

²⁵ O que é, sobretudo, problematizado pela perspectiva da atuação dos agentes de ponta da justiça, ou seja, os agentes de segurança.

²⁶ Se a construção da diferenciação é frágil favorece a existência de uma fronteira borrada entre os diferentes tipos penais, é preciso considerar outros aspectos, como a própria construção discursiva da “cracolândia” para compreender a constituição de sujeitos os quais são considerados mais vigiáveis e puníveis que outros. Mas é substancial, acima de tudo, ir além da perspectiva da lei não aplicada de maneira correta.

²⁷ Quanto a este assunto é possível destacar o argumento de Fernandez (2013) que discute o caso da redução de danos na França, o autor afirma a despeito desta ser uma vertente alternativa ao paradigma repressivo ainda responsabiliza os usuários de drogas no paradigma do weak rights version, de interdição ao uso de “drogas”, em oposição ao strong right version, adotado em países como a Holanda. O que é possível verificar também no caso brasileiro.



penal, assim como as tentativas de estabelecê-la, portanto, não tiveram como efeito mudança no encaminhamento à prisão.

A discussão institucional atual sobre a lei de drogas considera o porte e uso de drogas um tipo penal, prevendo para tal delito, medida de segurança. Ou seja, o uso de drogas ainda é criminalizado, no Brasil. No presente momento discute-se também o aumento da prisão pelo tráfico de crack, o que é um aspecto a ser observado. Nesse sentido é interessante as reflexões sobre a permanência da forma de administração dos conflitos pelo Estado de maneira punitiva, apesar das reformas e discussões sobre formas alternativas de punição.

Portanto, sustento que a discussão sobre as consequências legais da guerra às drogas aponta um sentido crítico à legislação punitiva, o que é fundamental para os estudos sobre a questão das “drogas”, bem como sobre a orientação da justiça. No entanto, tais discussões ainda parecem centralizadas em uma noção positiva de direito. Assim procuro pautar a ideia de que para além da discussão acerca das consequências da mudança da lei é preciso fundamentar a discussão sobre a própria existência da lei. A crítica, portanto, deve ir além da falta de clareza nos critérios para a tipificação entre usuários e traficantes, ou de que a diferenciação é frágil, para pautar uma crítica à continuidade da categoria usuário no âmbito punitivo, bem como do entendimento penal clássico da questão das “drogas”.

Referências

- BECKER, H. **Outsiders**. Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.
- CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: EdUSP/ Ed. 34, 2000.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Editora Vozes, 1975.
- FRÚGOLI jr., H. **Roteiro pelo bairro da Luz**. Ponto urbe, ano 2, fev.2008
- GRILLO, C. C. POLICARPO, Frederico; VERISSIMO, M. **A ‘dura’ e o ‘desenrolô’**: efeitos práticos da nova lei de drogas no Rio de Janeiro. Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso), v. 19, p. 135-148, 2011.
- HIRATA, D. V. **Sobreviver na adversidade**: entre o mercado e a vida. 367 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- JESUS, M (ET. AL) **“Relatório Prisão Provisória e Lei de Drogas**: um estudo sobre os flagrantes de tráfico de drogas na cidade de São Paulo”, Núcleo de Estudos da Violência – USP e Open Society Institute, 2011
- KANT DE LIMA, R. 1995. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro**: seus dilemas e paradoxos. Rio de Janeiro: Forense.
- MISSE, M. (org.) **Acusados e acusadores**. Estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. RJ: Revan, 2008. Cap. 1: Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação. p. 13-32.
- PERLONGHER, N. **O negócio do michê**: a prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2008.



PINHEIRO-MACHADO, R. China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a economia informal. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 67, 2008.

ROLNIK, R. São Paulo - Coleção Folha Explica. 1. ed. São Paulo: PubliFolha, 2001. v. 1. 90p. USP, 2012.

RUI, T. **Corpos Abjetos**: etnografia em cenários de uso e comércio de crack. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2012.

SILVA, L. O. **A reabilitação do centro de São Paulo**. Encontros da ANPUR, Bahia, *Anais*, Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, 2005. v. 11 (2005) 21 p.

TELLES, V. S. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. 1. ed. Belo Horizonte: ARGUMENTVM, 2012. 272 p.

Recebido: 05 maio, 2015
Aprovado: 26 maio, 2015

Das perigosas travessias do aprender a viver

From the dangerous crossings of learning to live

Resenha do livro:

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. De corpos e travessias: uma antropologia de corpos e afetos. São Paulo: Annablume, 2014.

Tiago Duque^a

A escrita desta resenha do livro “De corpos e travessias: uma antropologia de corpos e afetos”, de Pedro Paulo Gomes Pereira, se deu no meio de algumas das minhas caminhadas: estava finalizando o artigo com análises iniciais da pesquisa sobre gêneros dissidentes e sexualidades disparatadas na fronteira Brasil-Bolívia, no pantanal sul-mato-grossense; iniciava as aulas de Ciências sociais no curso de Enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e estava ansioso pelo início do II Simpósio de Gênero e Sexualidade – corpos vigiados e a laicidade do Estado, realizado recentemente nos dias 20, 21 e 22 de maio, no Centro de Ciências Humanas e Sociais da mesma universidade, que contou com a presença de Pedro Paulo na conferência de abertura (“O queer decolonial”) e em uma das mesas de debates (“Gênero e políticas públicas: da teoria à prática”).

Retomei a leitura deste livro (porque já havia lido um dos capítulos) sabendo que ela contribuiria para essas minhas caminhadas, mas desde o início ela foi um convite a travessias. O livro é dividido em três partes: 1- a pesquisa em um refúgio para portadores de aids em Brasília e o estudo de um grupo “dissidentes da aids”, que discordavam do que chamam de “concepção oficial da aids”, em Barcelona; 2- as discussões em torno do gênero e do sexo, isto é, as dificuldades do léxico para falar o corpo, como a máquina jornalística constroem homens e mulheres, e sobre a possibilidade de o gesto político queer se abrir para saberes outros, a partir da experiência de trânsitos de corpos queer no Brasil; 3- as afecções (tudo aquilo que o corpo absolve no encontro com outros corpos, como dores e prazeres) dos profissionais de saúde em suas experiências com @s indígenas, focando as preocupações dest@s profissionais, problematizando as biotecnologias e as práticas biomédicas.

Apesar dessa divisão, a sua travessia pode ser separada em muitas direções e sentidos, conforme o próprio carminhar d@s leitor@s, exatamente pelo fato de o seu caminho estar bem claro: é preciso entendê-lo, nas palavras do autor, como sendo um “livro-experiência”, “de caminhos cruzados e de conversas”. Sendo assim, o entendi também como uma experiência para quem o lê, e não apenas para quem o escreveu. Até por isso, penso que vale a pena encará-lo como mais um dos meus recentes caminhares citados no primeiro parágrafo deste texto, e coloca-lo em diálogo com alguns pontos que têm me afetado ao longo desses caminhos.

Inspirado em Guimarães Rosa, o autor acredita que, ao caminhar, devemos compreender travessia como uma coisa da vida, perigosa. Ela apontaria para o atravessamento de fronteiras, construção de itinerários e caminhos. Esse movimento é encarado tanto na dinâmica do

^a Doutor em Ciências Sociais. Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Campo Grande, MS, Brasil. Contato: tiago.duque@ufms.br

caminhar d@s interlocutor@s do autor, como dos conceitos usados por ele e por muitos de nós. Difícil, nesse sentido, não se afetar, isto é, mudar. É exatamente a mudança uma palavra chave para pensar os perigos, não apenas intrínseco à travessia, como igualmente necessária a ela.

Em relação às mudanças, destaco a postura do autor em refletir sobre o que provoca em profissionais da saúde a experiência da “alteridade radical”, não somente porque esse não era necessariamente o enfoque inicial da sua pesquisa, logo, implica em mudanças temáticas diante do interesse dele, mas, especialmente, o que as mudanças d@s interlocutor@s, suas formas criativas de pensar e agir, favoreceram concluir:

[...] a necessidade de se afastar de uma postura que homogeneiza a variedade de pessoas, desenha suas estratégias como mero exercícios de poder e controle, privilegiando apenas a vinculação com a medicina (considerada também como discurso homogêneo), ignorando-se a complexidade e a historicidade dos agentes (Pereira, 2014, p. 184).

Para isso, ele aponta (“de maneira sumária e despreziosa”) para uma antropologia do afeto, isto é, “uma antropologia que possa ir além da reificação e do poder”. Exatamente aquilo que ocorreu nas narrativas das histórias de Daniela e Carla, “o algo mais” nas suas experiências em saúde indígena, quando dos dilemas dos afetos e torções dos processos de tradução. Diferentemente daqueles violentos textos jornalísticos, mesmo quando possuem um tom de denúncia e condenação da violência, que, em sua própria forma, enquanto uma “tecnologia de gênero”, homogeneizam o outro, desmoranando a experiência da alteridade, porque fragmentam @s personagens, retiram sua historicidade, construindo imagens que refletem “mulheres não constituintes”: “Aquele que escreve não se identifica com os personagens e, independentemente de sua situação, o personagem é sempre o ‘outro’, retirando o seu caráter irredutível” (Pereira, 2014, p. 132).

Esse tipo de narrativa é absolutamente contrária à experiência etnográfica descrita por Pedro Paulo, compadecido, diante de Carlos, deitado em um leito de hospital, solitário, viciado em morfina:

A etnografia talvez possa não somente proporcionar uma quantidade considerável de informações e conclusões sobre hábitos, tormentos e modos de socialização de portadores de aids, mas fazer com que a narrativa compartilhe a dor *do* e *com* o outro. A antropologia pode tentar possibilitar que a dor do outro possa ser sentida noutros corpos. Não se trata de falar por, mas de compartilhar a fala, ou a impossibilidade dela, e de fazer com que outros participem dessa experiência (Pereira, 2014, p. 51).

Mas não é somente de dor que se faz uma travessia. Vejamos o caso de Cida, travesti “feita no batuque” (nos rituais de umbanda), que nos permite, através da sofisticada análise de Pedro Paulo, em um diálogo crítico com autores brasileiros e estrangeiros, pensar as experiências queer nos trópicos, abertas a outras gramáticas e outras formas de agir que não somente aquelas caracterizadas de forma generalizante, por exemplo, nos estudos de Beatriz Preciado. Afinal, as travestis de Santa Maria, “se definiram por atos, gestos corporais e discursos; por próteses cibernéticas e substâncias químicas, mas também por santos e entidades” (Pereira, 2014, p. 149).

A sofisticação está exatamente aí, em fazer com a teoria, o que se aprendeu a fazer com @s interlocutor@s: situá-las, e, em termos queer, deslocar e reconfigurar. Isso foi o que permitiu o autor afirmar que os conceitos de biopoder e farmacopornopoder seriam, “não obstante as pretensões universais, teorias ancoradas em histórias particulares, locais, provinciais” (Pereira, 2014, p. 140). Dito de outro modo, “Essas teorias não abordam de frente as próprias condições



de emergência do biopoder no Ocidente, pois a ação colonial é ora esquecida, ora abordada tangencialmente” (idem).

A leitura deste “livro-experiência” no atual momento das minhas caminhadas me fez questionar, entre outras coisas, o quanto o afetar-se pode estar presentes em realidades de “alteridades não radicais”, como nas minhas aulas no curso de Enfermagem, afinal, os encontros com os outros, quando se trata de narrativas em torno das questões de saúde-doença, biomedicina e ciências sociais, por meio de histórias outras (intensas como as de Daniela, Carla e Carlos, mas de jovens parecid@s com @s acadêmic@s da sala de aula, que comumente tem o preservativo na mochila, mas não necessariamente o usa em todas as suas relações afetivo-sexuais), quando contadas em sala de aula, também permitem uma reflexão que um dia pode gerar novas potencialidades no agir.

Por fim, se temos que cuidar para que nesses caminharos não induzamos a eterna repetição (periférica) de teorias (centrais), sem que exista a devida atenção às resistências das realidades observadas, isso implicaria em muito mais do que torções teóricas. Há que pensarmos em mudanças metodológicas. Nesse sentido, quais os limites da identificação, do afeto (que gera afecção) para o trabalho etnográfico, quando em contextos de prazer, e não de dor? Por exemplo, na realidade geograficamente fronteira da cidade de Corumbá (MS), onde as linhas que separam o meu campo e o meu sexo não são facilmente demarcadas/controladas?

Quais seriam os limites das travessias, ou os perigos mais temidos? Afinal, não há garantia de sentido e direção quando dos encontros com a alteridade. Temidos no sentido de nos levar a caminhos que, depois de eu estar convencido que se faz necessário mais do que uma antropologia de corpos e fetos, mas uma Ciências Sociais de corpos e afetos, vão ao sentido oposto a essa proposta teórico-política do autor, cheios de riscos de nos levar para reificação ou reprodução de um poder que busca evitar ou não evidenciar os afetos, as mudanças.

Dito de outro modo, inspirados em Pedro Paulo, provocado pela leitura deste livro e também por sua fala no referido Seminário citado no início deste texto, como fugir a caminhada que não nos levará à travessia em direção a uma ciência que tomará as ideias de nossos interlocutores como conceito, como conceito que “comporta pelo menos duas outras dimensões, as do afeto e as do percepto, indispensáveis para o movimento, para o devir.” (Pereira, 2014, p. 22)? Não saberia responder, e, talvez não exista mesmo uma resposta pronta, afinal, segundo o próprio Guimarães Rosa, “aprender a viver é o que é o viver mesmo...”.

Recebido: 30 maio, 2015
Aceito: 05 jun., 2015